



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

DATA BASE: &DE 5; CGHC DE 2010

Em conformidade com o Anexo 24 da Instrução CVM 480/09



Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	29
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	30
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	50
4.5 - Processos sigilosos relevantes	51
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	52
4.7 - Outras contingências relevantes	59
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	60

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	61
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	64
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	66
5.4 - Outras informações relevantes	67
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	68
6.3 - Breve histórico	69
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	70
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	91
6.7 - Outras informações relevantes	92
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	93
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	95
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	97
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	106
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	107
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	115
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	117
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	118
7.9 - Outras informações relevantes	119
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	120
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	123
8.3 - Operações de reestruturação	124
8.4 - Outras informações relevantes	139
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	140
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	141

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	142
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	162
9.2 - Outras informações relevantes	185
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	186
10.2 - Resultado operacional e financeiro	204
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	212
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	215
10.5 - Políticas contábeis críticas	219
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	223
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	225
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	226
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	228
10.10 - Plano de negócios	229
10.11 - Outros fatores com influência relevante	237
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	238
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	249
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	252
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	259
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	263
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	266
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	268
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	269
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	278
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	283

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	284
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	285
12.12 - Outras informações relevantes	286

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	287
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	293
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	294
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	295
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	296
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	297
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	298
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	299
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	300
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	301
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	302
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	303
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	304
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	305
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	306
13.16 - Outras informações relevantes	307

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	308
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	311
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	312

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	315
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	316
15.3 - Distribuição de capital	318
15.4 - Organograma dos acionistas	319
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	320
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	321
15.7 - Outras informações relevantes	322
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	323
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	324
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	361
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	363
17.2 - Aumentos do capital social	364
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	365
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	366
17.5 - Outras informações relevantes	367
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	368
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	370
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	371
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	372
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	374
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	377

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	378
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	380
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	381
18.10 - Outras informações relevantes	382
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	384
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	385
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	386
19.4 - Outras informações relevantes	387
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	388
20.2 - Outras informações relevantes	389
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	392
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	393
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	394
21.4 - Outras informações relevantes	395
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	399
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	400
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	401
22.4 - Outras informações relevantes	402

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	José Sergio Gabrielli de Azevedo
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Almir Guilherme Barbassa
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Código CVM do auditor	418-9
Nome/Razão social do auditor	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ do auditor	57.755.217/0003-90
Período de prestação de serviço	10/04/2006 a 11/04/2011
Nome do responsável técnico	Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
CPF do responsável técnico	783.840.017-15
Endereço	Rua Almirante Barroso nº 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (5521) 35159400, Fax (5521) 35159000, e-mail: mfernandes@kpmg.com.br
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP) e com as normas internacionais (IFRS). Revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Durante o exercício de 2009, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas (R\$ Mil): - Auditoria Contábil: 17.735 - Auditoria SOX: 1.686 - Serviços relacionados à auditoria: 307 - Auditoria de Impostos: 457 TOTAL: 20.185
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	170.299.082.000,00	159.464.599.000,00	138.365.282.000,00	113.854.127.000,00
Ativo Total	365.998.064.000,00	345.607.250.000,00	292.163.842.000,00	231.227.800.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	50.412.070.000,00	182.710.057.000,00	215.118.536.000,00	170.577.725.000,00
Resultado Bruto	19.310.401.000,00	73.672.812.000,00	73.495.177.000,00	66.179.682.000,00
Resultado Líquido	7.726.274.000,00	28.981.708.000,00	32.987.792.000,00	21.511.789.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	8.774.076	8.774.076	8.774.076	4.387.038
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	19,409350	18,174520	15,769780	25,952390
Resultado Líquido por Ação	0,880580	3,303110	3,759690	4,903490

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

Ver quadro no item 3.2.b.

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$ milhões				
	1T2010 *	2009 **	2008**	2007***
Lucro Operacional conforme Lei das S.A.	10.737	43.206	48.205	35.540
(-) Resultado Financeiro Líquido (1)	(701)	(2.838)	3.129	(4.021)
(-) Participação em Investimentos	(179)	(84)	(874)	(465)
Participação de Empregados	-	(1.495)	(1.345)	(1.012)
Lucro Operacional Ajustado (2)	11.617	44.633	44.605	39.014
(-) Depreciação/Amortização	(3.265)	(14.767)	(11.632)	(10.696)
(-) Prov. p/ perda no valor recuperável de ativos	(194)	(544)	(933)	(446)
EBITDA	15.076	59.944	57.170	50.156
Margem EBITDA (%)	30%	33%	27%	29%

(1) Composição do resultado financeiro:

R\$ milhões				
	1T2010 *	2009 **	2008**	2007***
Receitas Financeiras	760	3.505	3.495	2.418
Despesas Financeiras	(884)	(5.854)	(4.193)	(3.292)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(577)	(489)	3.827	(3.147)
Resultado Financeiro Líquido	(701)	(2.838)	3.129	(4.021)

(2) Lucro operacional antes do resultado financeiro, participação em investimentos e participação de empregados

* Demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS).

** Demonstrações contábeis apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil enovmas expedidas pela CVM.

*** Demonstrações contábeis apresentadas de acordo com a Lei 6.404/76.

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia elabora e divulga EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. No entanto, o EBITDA não é um indicador de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, US GAAP ou IFRS, e possivelmente pode não servir de base de comparação com indicadores com o mesmo nome apresentados por outras empresas, que podem

3.2 - Medições não contábeis

calculá-lo de forma diferente da Companhia. Dessa forma, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador substituto para medir lucro operacional ou lucro líquido, tampouco como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não considera determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente¹

Os eventos subsequentes a seguir referem-se às demonstrações contábeis do 1º trimestre de 2010, sendo essas as últimas demonstrações divulgadas pela Companhia.

• **Opção de venda da refinaria Nansei Sekiyu**

Em 1º de abril de 2010, a Sumitomo Corporation (“Sumitomo”) informou o interesse de exercer o direito de venda para a Petrobras de 12,5% das ações do capital social da refinaria Nansei. O restante do capital acionário já é de propriedade da Petrobras desde 2008.

A Petrobras está analisando a questão, tendo como base os termos estabelecidos no acordo de acionistas da Nansei em vigor.

A Sumitomo informou ainda que o interesse na venda das ações da Nansei é parte do rearranjo de sua participação no setor de derivados de petróleo.

A Nansei possui uma refinaria localizada na província japonesa de Okinawa, com capacidade de processar 100 mbbl de petróleo leve por dia, e produz derivados de alta qualidade e nos padrões do mercado japonês. Também conta com um terminal de petróleo e derivados para armazenamento de 9,6 milhões de barris, três piers com potencial para receber navios petroleiros do tipo Very Large Crude Carrier (VLCC) de até 280.000 tbp.

• **Investimento na Açúcar Guarani S.A.**

Em abril de 2010 foi celebrado o acordo de investimento que prevê o ingresso da Petrobras Biocombustível no capital social da Açúcar Guarani S.A., com o aporte total de R\$ 1.611 milhões até 2015, quando passará a deter 45,7% das ações do capital social.

O investimento será efetuado em três etapas conforme prevê o acordo de investimento, sendo:

1 – Investimento inicial de R\$ 682 milhões pelo aumento de capital na empresa Cruz Alta Participações S.A. (subsidiária integral da Guarani);

2 – Fechamento do capital da Guarani com subsequente troca pela Petrobras Biocombustível, das ações da Cruz Alta pela participação inicial de 26,3% no capital da Guarani.

¹ Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir a eventos subsequentes às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3 – Investimento adicional de R\$ 929 milhões através de aumentos no capital da Guarani, a serem efetuados num prazo máximo de cinco anos (até 2015), de forma a alcançar a participação de 45,7% no capital social da Guarani.

O acordo prevê ainda, aportes adicionais por parte dos sócios, até o limite de 49% de participação pela Petrobras Biocombustível.

• Nova parceria para o desenvolvimento do Comperj

Em 28 de abril de 2010 a Comperj Participações S.A. assinou contrato com a SMU Energia e Serviços de Utilidades Ltda (SMU), para a criação de uma nova empresa, a Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades – CDPU, com vistas a analisar a execução do projeto da Central de Utilidades do Comperj.

A CDPU terá 20% de participação da Comperj Participações S/A e 80% da SMU, empresa brasileira com participação da Sembcorp Utilities PTE Ltd (Cingapura), através de sua subsidiária integral Sembcorp Utilities (BVI) Pte Ltd, Mitsui & Co. Ltd. (Japão) e Utilitas Participações S.A. (Brasil).

O projeto da Central de Utilidades compreende as unidades de fornecimento de energia elétrica, fornecimento de vapor, tratamento de água e efluentes, bem como fornecimento de hidrogênio, sendo a mesma parte integrante do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. O Comperj, localizado no estado do Rio de Janeiro, prevê ainda a construção de uma Refinaria, unidades petroquímicas de primeira geração e unidades petroquímicas de segunda geração, e está previsto para entrar em operação no segundo semestre de 2013.

Dentro dos procedimentos para instalação do Comperj, foi realizada licitação para a construção da unidade de Coque, que teve como vencedor o consórcio Techint e Andrade Gutierrez. O Valor final do contrato foi de R\$ 1,89 bilhões.

• Aquisição da NovaMarlim Participações S.A.

Em 07 de maio de 2010, foi efetivada a transferência das ações representativas de 56,57% do capital total e votante, à Petrobras, que passou a ser titular de 100% da NovaMarlimPar.

A NovaMarlimPar detém o controle integral da NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim), sociedade de propósito específico, criada para a complementação do desenvolvimento da produção de hidrocarbonetos do Campo de Marlim, na Bacia de Campos (Projeto NovaMarlim).

• Incidente na bóia do sistema alternativo de escoamento de óleo

No dia 11 de maio de 2010 foi constatado um adernamento na monobóia do sistema de escoamento de óleo - PDET (Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de óleo da Bacia de Campos). O plano de emergência da Petrobras foi imediatamente acionado e a Companhia informou não haver impacto sobre a produção e escoamento

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

de óleo e gás da Bacia. A Companhia está estimando os gastos relacionados ao incidente. O valor segurado da monobóia é de aproximadamente US\$ 76,3 milhões.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Reserva Estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de Incentivos Fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Retenção de Lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Dispõe o Estatuto Social da Petrobras:

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia (art. 8º).

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em

3.4 - Política de destinação dos resultados

igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros (art. 5º).

Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes (art. 9º).

Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia (art. 10º).

Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembléia Geral (art. 11º).

c. periodicidade das distribuições de dividendos

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Dispõe o Estatuto Social da Petrobras:

Os acionistas terão direito ao recebimento de dividendos em cada exercício social (art.8º).

A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976 (art. 9º).

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por deliberação do Conselho de Administração (art. 53º).

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil 31/03/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008	Exercício social 31/12/2007
Lucro líquido ajustado		27.303.234.000,00	34.140.123.000,00	20.932.159.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		30,530000	29,040000	31,440000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		18,900000	27,640000	20,240000
Dividendo distribuído total		8.335.373.000,00	9.914.707.000,00	6.580.557.000,00
Lucro líquido retido		20.987.979.000,00	27.992.769.000,00	15.453.037.000,00
Data da aprovação da retenção		22/04/2010	08/04/2009	04/04/2008

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			659.535.000,00		1.674.204.000,00		126.834.000,00	
Preferencial	Preferencial Classe A		481.095.000,00				92.518.000,00	
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			4.160.145.000,00		4.058.678.000,00		3.678.177.000,00	
Preferencial	Preferencial Classe A		3.034.598.000,00		2.960.583.000,00		2.683.028.000,00	
Preferencial	Preferencial Classe A				1.221.242.000,00			

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2010	192.766.270.000,00	Índice de Endividamento	1,13000000	
31/12/2009	184.532.584.000,00	Índice de Endividamento	1,16000000	
31/03/2010	0,00	Outros índices	0,32000000	Endividamento Líquido / (Endividamento Líquido+Patrimônio Líquido) A Administração da Petrobras acredita que o endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido) é um indicador suplementar adequado para auxiliar os investidores a avaliar a liquidez da Companhia e serve para a Administração analisar os objetivos a serem atingidos. A metodologia utilizada para calcular o índice está apresentada no quadro 3.9.
31/12/2009	0,00	Outros índices	0,31000000	Endividamento Líquido / (Endividamento Líquido+Patrimônio Líquido) A Administração da Petrobras acredita que o endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido) é um indicador suplementar adequado para auxiliar os investidores a avaliar a liquidez da Companhia e serve para a Administração analisar os objetivos a serem atingidos. A metodologia utilizada para calcular o índice está apresentada no quadro 3.9.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	77.273.000,00	1.342.471.000,00	127.798.000,00	94.167.000,00	1.641.709.000,00
Garantia Flutuante	2.758.000,00	16.550.000,00	0,00	4.263.091.000,00	4.282.399.000,00
Quirografárias	62.306.023.000,00	25.039.622.000,00	11.014.809.000,00	88.481.708.000,00	186.842.162.000,00
Total	62.386.054.000,00	26.398.643.000,00	11.142.607.000,00	92.838.966.000,00	192.766.270.000,00
Observação					

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	70.270.000,00	219.030.000,00	162.894.000,00	222.321.000,00	674.515.000,00
Garantia Flutuante	2.671.000,00	13.016.000,00	0,00	4.114.811.000,00	4.130.498.000,00
Quirografárias	59.231.178.000,00	25.840.500.000,00	14.641.400.000,00	80.014.493.000,00	179.727.571.000,00
Total	59.304.119.000,00	26.072.546.000,00	14.804.294.000,00	84.351.625.000,00	184.532.584.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Método utilizado para calcular o índice Endividamento Líquido / (Endividamento Líquido + Patrimônio Líquido), conforme item 3.7.b.

<u>Informações do Sistema Petrobras (consolidadas)</u>	R\$ milhões	
	31.03.2010	31.12.2009
Endividamento Curto Prazo 1	20.695	15.556
Endividamento Longo Prazo 1	87.502	85.341
Total	108.197	100.897
Disponibilidades	26.951	29.034
Endividamento Líquido 2	81.246	71.863
Endividamento Líquido/(endividamento líquido + patrimônio Líquido)1	32%	30%

1 - Inclui compromissos contratuais com transferência de benefícios, risco e controle de bens (R\$704 milhões em 31.03.2010 e R\$ 739 milhões em 31.12.2009)

2 - Endividamento total (-) disponibilidades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

- **Nossa capacidade de atingir nossos objetivos de crescimento a longo prazo depende da nossa capacidade de descobrir reservas adicionais e desenvolvê-las com sucesso, sem o que podemos não conseguir alcançar nossas metas de longo prazo para o crescimento da produção.**

Nossa capacidade de alcançar nossos objetivos de crescimento a longo prazo, incluindo os definidos em nosso Plano de Negócios para 2010-2014, depende muito da nossa capacidade de obter novas concessões através de novas rodadas de licitações, e da descoberta de reservas adicionais, assim como do desenvolvimento bem-sucedido de nossas reservas existentes. Precisaremos realizar investimentos substanciais a fim de alcançar as metas de crescimento definidas em nosso Plano de Negócios para 2010-2014, e não podemos garantir que estaremos aptos a levantar o capital exigido.

Além disso, nossa vantagem competitiva nas rodadas de licitações para novas concessões no Brasil vem diminuindo ao longo dos anos devido ao aumento da concorrência no setor de petróleo e gás no Brasil. Mais ainda, nossas atividades de exploração nos expõem a riscos inerentes à perfuração, incluindo o risco de que não descubramos reservas comercialmente produtivas de petróleo ou gás natural. Os custos de perfuração são sempre incertos, e diversos fatores além do nosso controle (tais como condições inesperadas de perfuração, falhas nos equipamentos ou acidentes e atrasos na disponibilidade das plataformas de perfuração e a entrega dos equipamentos) podem fazer com que essas operações sejam atrasadas ou canceladas. Estes riscos aumentam quando perfuramos em águas profundas ou ultraprofundas. A perfuração em águas profundas ou ultraprofundas representou aproximadamente 72,6% dos poços exploratórios marítimos que perfuramos em 2009.

A menos que conduzamos a exploração e o desenvolvimento das atividades com sucesso ou adquiramos reservas provadas, ou ambas, e, ao mesmo tempo conseguir o capital necessário para financiar estas atividades, nossas reservas provadas diminuirão conforme forem extraídas. Além disso, sem a incorporação de reservas adicionais, poderemos não conseguir atingir nossas metas de crescimento, o que pode prejudicar o crescimento da produção e causar um efeito adverso relevante nos nossos resultados futuros.

- **Nossas estimativas quanto às reservas de petróleo e gás natural envolvem certo grau de incerteza, o qual pode afetar negativamente nossa capacidade de gerar receita.**

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As reservas provadas de petróleo e gás natural são nosso volume estimado de petróleo, gás natural e líquidos de gás natural cujos dados geológicos e de engenharia demonstram ser recuperáveis a partir de reservas conhecidas sob condições operacionais e econômicas existentes (como exemplo: os preços e custos nas datas em que as estimativas foram feitas). Nossas reservas provadas de petróleo e gás natural são reservas que esperamos recuperar através dos poços existentes, utilizando os equipamentos e métodos operacionais existentes. Há certo grau de incerteza na estimativa de quantidades de reservas provadas em relação aos preços prevalentes do petróleo e gás natural aplicáveis a nossa produção, o que pode nos levar a fazer revisões em nossas estimativas de reservas. As revisões a menor em nossas estimativas de reservas podem nos levar a diminuir a produção futura, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e posição financeira.

- **Poderemos não ter recursos suficientes para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção futuras de nossa camada de pré-sal recentemente descoberta.**

A exploração de nossas descobertas de petróleo e gás na camada de pré-sal exigirá um aumento substancial do capital, recursos humanos e uma variedade de serviços offshore. O desafio operacional principal será o desenvolvimento de um conjunto de soluções inovadoras para enfrentarmos os novos desafios impostos pela exploração e produção das reservas do pré-sal recentemente descobertas. Estas reservas estão localizadas em águas profundas e ultraprofundas, a distâncias consideráveis da costa, cujo tamanho e a magnitude representam desafios operacionais aos nossos recursos. Além disso, esses reservatórios apresentam um conjunto de propriedades específicas que exige o desenvolvimento de novas tecnologias de exploração. Continuaremos a enfrentar estes novos desafios e existe a possibilidade de não conseguirmos desenvolver tecnologia ou desenvolvê-la de forma satisfatória para explorar e produzir com sucesso as reservas do pré-sal. Da mesma forma, não podemos assegurar que contaremos com os recursos suficientes para o desenvolvimento da tecnologia que necessitamos para alcançar nossas metas de exploração, produção e desenvolvimento em relação às nossas descobertas do pré-sal.

- **Podemos ter prejuízos e perder tempo e dinheiro nos defendendo em possíveis processos judiciais e de arbitragem.**

Atualmente, somos parte em diversos processos judiciais nas áreas cível, administrativa, ambiental, trabalhista e fiscal. Estes processos envolvem valores significativos e outros tipos de pedidos. Diversas ações individuais respondem por uma parte substancial da quantidade total de ações contra nós. Por exemplo, com base no fato de as plataformas de produção e perfuração não poderem ser classificadas como embarcações marítimas, a Receita Federal brasileira considera que as remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos devem ser

4.1 - Descrição dos fatores de risco

reclassificadas como pagamentos de arrendamento e sujeitas a retenção de imposto de renda à alíquota de 25%. A Receita Federal lavrou um auto de infração contra nós que, em 31 de dezembro de 2009, totalizava o valor de R\$4.391 milhões.

Caso venhamos a perder os processos que envolvem valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. Além disso, nossos executivos terão que direcionar seu tempo e atenção para a defesa destes processos, o que poderá prejudicar o foco destes sobre nossos negócios principais. Dependendo do resultado, certos litígios poderão resultar em restrições às nossas operações, com impacto material e adverso em nossos negócios.

▪ **Nosso investimento nos mercados locais de gás natural e energia talvez não gere os resultados esperados.**

Nos últimos anos, investimos sozinhos ou com outros parceiros, em diversas plantas a gás natural no Brasil. Essas usinas a gás fornecem baixa capacidade de carga para o sistema e tendem a operar com taxas de utilização abaixo da média. Esta taxa de utilização baixa possui um efeito negativo na nossa capacidade de conseguir retorno desses investimentos.

Também estamos sujeitos a multas e podemos perder nossa licença para a venda de energia elétrica se não conseguirmos cumprir com nossos compromissos de entrega de energia para com a ANEEL, a agência reguladora de energia no Brasil, devido às restrições de fornecimento de gás. Existem diversos fatores que podem afetar nossa capacidade de entregar gás às nossas plantas, incluindo nossa incapacidade de assegurar o fornecimento de gás natural, falta de infra-estrutura de transporte de gás natural e aumento na demanda do mercado não-termoelétrico.

A demanda de gás natural também é influenciada pelas condições econômicas como um todo e pelos preços do petróleo. Nosso preço de gás natural não se ajusta imediatamente às oscilações no preço internacional do petróleo e derivados, o que pode tornar o gás natural menos competitivo até que seja ajustado a preços internacionais mais baixos. Quedas de preços prolongadas no mercado de gás natural brasileiro terão um efeito negativo nos nossos resultados operacionais e na nossa posição financeira.

Como resultado do acima mencionado, nossos investimentos em gás natural e no mercado brasileiro de energia elétrica geraram prejuízos no passado e podem não gerar os resultados esperados no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- **Perdas decorrentes da paralisação das nossas operações no Brasil, para as quais não contratamos seguro, e as não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos, o que poderá nos causar efeitos adversos.**

Não mantemos coberturas de seguros contra interrupções dos negócios de qualquer natureza para as nossas operações no Brasil, incluindo as interrupções de natureza trabalhista. Se, por exemplo, nossos trabalhadores fizerem greve, as interrupções no trabalho poderão nos afetar negativamente. Além disso, embora mantenhamos contratos de seguro para os nossos negócios, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra e sabotagem). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos que cause a interrupção de nossos negócios ou nos obrigue a incorrer em custos adicionais para a reparação dos nossos estabelecimentos, teremos um impacto negativo em nossa posição financeira ou em nossos negócios. Adicionalmente, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Ademais, nós podemos não ser capazes de renovar as apólices de seguro em melhores ou nas mesmas condições contratadas, o que pode nos gerar um efeito adverso relevante.

- **Estamos expostos a aumentos nas taxas de juros predominantes no mercado, o que nos deixa vulneráveis a um aumento nas despesas financeiras.**

Em 31 de dezembro de 2009, aproximadamente 51% — U.S.\$29.047 milhões do total de nossa dívida — consistia em dívida de taxa flutuante. À luz das considerações de custo e análise de mercado, decidimos não firmar contratos de derivativos ou fazer outros acordos de hedge contra os riscos de um aumento nas taxas de juros. Desse modo, se as taxas de juros dos mercados (principalmente LIBOR) subirem, nossas despesas financeiras aumentarão, o que poderá ter um impacto negativo em nossos resultados operacionais e na nossa posição financeira.

b. [a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle](#)

- **O governo brasileiro, na qualidade de acionista controlador, poderá nos exigir o alcance de certas metas macroeconômicas e sociais que poderão ter um impacto negativo nos nossos resultados operacionais e posição financeira.**

O governo federal, na qualidade de acionista controlador, já alcançou, e poderá alcançar no futuro, alguns dos seus objetivos macroeconômicos e sociais através de nossa companhia. A legislação brasileira exige que o governo federal detenha a maioria de nossas ações com direito a voto, e assim sendo, o governo federal tem o poder de eleger a maioria dos membros do nosso conselho de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

administração e, através deste, a maioria dos membros da diretoria executiva que é a responsável pela nossa gestão diária. Com isso, poderemos participar de atividades que dêem preferência aos objetivos do governo federal em vez de nossos próprios objetivos econômicos e empresariais.

Adicionalmente, continuamos a prestar assistência ao governo federal para garantir que o suprimento e o preço do petróleo e derivados no Brasil atendam aos requisitos de consumo do país. Desse modo, podemos fazer investimentos, incorrer em custos e realizar vendas a prazo que poderão impactar negativamente em nossos resultados operacionais e posição financeira. Além disso, antes de janeiro de 2002, os preços do petróleo e derivados eram regulados pelo governo federal, que eventualmente estabelecia preços abaixo dos predominantes nos mercados internacionais de petróleo. Não podemos assegurar que os controles de preço não serão restabelecidos no Brasil.

- **Poderemos não obter financiamentos para alguns de nossos investimentos planejados, e, caso isso ocorra, nossos resultados operacionais e posição financeira poderão ser afetados negativamente.**

O governo federal mantém controle sobre nosso orçamento de investimentos e estabelece limites para nossos investimentos e endividamento a longo prazo. Como somos uma entidade estatal, devemos submeter nossa proposta de orçamento anual ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração, ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Congresso brasileiro para aprovação. Se nosso orçamento aprovado reduzir os investimentos propostos e a contratação de novas dívidas, e não conseguirmos obter financiamentos que não exijam a aprovação do governo federal, possivelmente não realizaremos todos os investimentos que desejamos, inclusive aqueles que concordamos em fazer para expandir e desenvolver nossos campos de petróleo e gás natural. Se não pudermos fazer estes investimentos, nossos resultados operacionais e posição financeira poderão ser negativamente impactados.

Além disso, esperamos levantar um montante significativo de capital a fim de financiar nossas atividades de exploração e produção em áreas do pré-sal e outros investimentos planejados por meio de uma capitalização. Em 30 de junho de 2010 foi sancionado pelo Presidente da República o Projeto de Lei nº 5.941/09, aprovado pelo Congresso Nacional em 09 de junho de 2010, referente à Cessão Onerosa e à Capitalização da Petrobras, sendo, portanto, convertido em Lei (Lei nº 12.276/10). A Lei autoriza a União Federal a ceder onerosamente, à Petrobras, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas localizadas no pré-sal, limitado à produção de no máximo 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo (“Cessão Onerosa”), além de autorizar que a União Federal possa subscrever

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ações do capital social da Petrobras. Nossos resultados operacionais e condição financeira podem ser afetados negativamente se a capitalização não ocorrer e não conseguirmos realizar estes investimentos.

c. a seus acionistas

- **O desenvolvimento e a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países emergentes, podem afetar o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo nossas ações, e limitar nossa capacidade de financiar nossas operações.**

O valor de mercado dos títulos das companhias brasileiras é afetado em diversos níveis pela condição econômica e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, outros países da América Latina e países emergentes. Apesar das condições econômicas desses países diferirem significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores nesses outros países poderão ter um impacto negativo no valor de mercado dos títulos dos emissores brasileiros. As crises em outros países ou suas políticas econômicas podem diminuir o interesse do investidor em títulos de emissores brasileiros, inclusive os nossos. Isto pode afetar negativamente nossas ações e pode limitar nossa capacidade de financiar nossas operações.

- **Pretendemos realizar uma oferta pública de ações no âmbito da Lei nº 12.276/10 sancionada em 30 de junho de 2010 pelo Presidente da República, o que pode acarretar em diluição de participação dos acionistas no capital social da companhia.**

Temos como meta a realização de uma oferta pública de ações em setembro de 2010, em montante necessário para viabilizar o financiamento do Plano de Negócios 2010-14, manter a estrutura de capital em nível adequado e pagar cessão onerosa de até 5 bilhões de boe, em fase de negociação com a União. Os acionistas da companhia poderão ter suas participações no capital social diluídas, caso não queiram ou não possuam condições financeiras de participar do aumento de capital.

d. a suas controladas e coligadas

- **A Petrobras possui um grande número de empresas controladas e coligadas (conforme item 8.1), e muitas estão sujeitas a riscos operacionais e de mercado similares aos da Companhia, podendo ter efeitos adversos nos resultados consolidados.**

Um número expressivo de empresas controladas e coligadas da companhia está sujeito a riscos semelhantes aos riscos a que a companhia está sujeita, tais quais riscos de mercado e operacionais, que podem causar um efeito adverso e relevante em seus resultados individuais, podendo, inclusive, dificultar ou mesmo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

impedir a distribuição de dividendos à companhia. Além disso, eventuais efeitos adversos nos resultados de empresas controladas e coligadas podem prejudicar os resultados da companhia e, eventualmente, reduzir o montante que seria distribuído aos acionistas a título de dividendos ou mesmo prejudicá-lo.

e. a seus fornecedores

- **A Petrobras tem necessidade de aumentar a frota de plataformas de perfuração. A disponibilidade de plataformas existentes é limitada, assim como a capacidade dos estaleiros de construir novas unidades.**

Somos continuamente obrigados a alternar a prioridade entre poços de desenvolvimento e poços pioneiros, e talvez não possamos assegurar a quantidade de plataformas de perfuração necessária para atender às nossas metas de exploração, desenvolvimento e produção em relação a nossa camada de pré-sal.

f. a seus clientes

- **Conforme item 7.4.a, os maiores clientes da Companhia fazem parte do Sistema Petrobras. Ainda assim, podem ocorrer situações adversas que afetem a capacidade de honrar as obrigações desses ou de outros clientes, impactando nossa receita e nossos resultados.**

Os principais clientes da Petrobras são a PifCo e a Petrobrás Distribuidora, que tradicionalmente respondem por parcela significativa dos seus resultados. Em conjunto, foram responsáveis por 35% da receita operacional líquida da Petrobras no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010.

Não se pode garantir que os clientes da Petrobras, incluindo a PifCo, a Petrobrás Distribuidora ou outras empresas do Sistema Petrobras, honrarão as obrigações assumidas ou que vierem a assumir perante a Petrobras. Podem ocorrer, por exemplo, situações adversas na situação econômico-financeira de clientes que sejam, em conjunto ou isoladamente, representativos para a Petrobras. Nesse caso, a receita e os resultados da Petrobras poderão ser adversamente afetados.

- **A maioria de nossas receitas está denominada em reais. Como grande parte de nossos passivos está denominada em moeda estrangeira, as oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo na nossa condição financeira e resultados operacionais.**

Os impactos das oscilações das taxas de câmbio, especialmente da taxa Real/dólar americano, nas nossas operações são variados e podem ser significativos. O principal mercado para os nossos produtos é o Brasil, já que nos últimos três exercícios fiscais mais de 73% das nossas receitas foram expressas em reais, enquanto que parte de nossos investimentos e despesas operacionais, e uma parte substancial da nossa dívida é, e espera-se que continue sendo,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

expressa ou indexada ao dólar e outras moedas estrangeiras. Além disso, durante 2009 importamos U.S.\$12,3 bilhões em petróleo e derivados, cujos preços foram todos expressos e pagos em dólar.

Nossas demonstrações financeiras refletem a valorização do Real em 8,7%, 17,2% e 25,4% contra o dólar em 2006, 2007 e 2009, respectivamente, e a depreciação do Real em 31,9% contra o dólar em 2008. Esses valores se referem às taxas médias de câmbio.

g. [aos setores da economia nos quais o emissor atue](#)

- **A volatilidade e as quedas substanciais ou prolongadas nos preços internacionais do petróleo, derivados e gás natural podem impactar negativamente nosso lucro e metas de crescimento futuro.**

A maior parte de nossa receita é oriunda da venda de petróleo, derivados e, em menor grau, do gás natural. Não temos e nem teremos controle sobre os fatores que influenciam os preços internacionais desses produtos. O preço médio do Brent, referência internacional, foi de aproximadamente U.S.\$62,40 por barril em 2009, U.S.\$96,99 por barril em 2008 e U.S.\$72,52 por barril em 2007, e, no primeiro trimestre de 2010 o preço médio do Brent foi de U.S.\$76,78 por barril. As alterações nos preços do petróleo implicam alterações nos preços dos derivados e do gás natural.

Historicamente, os preços internacionais desses produtos oscilaram muito devido a diversos fatores, os quais incluem:

- Desenvolvimento econômico, global ou regional, fatores geopolíticos, especialmente nas regiões produtoras de petróleo, particularmente no Oriente Médio;
- A habilidade da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em definir e manter os níveis de produção e de defender os preços do petróleo;
- A oferta e demanda global e regional de petróleo, derivados e gás natural;
- As crises financeiras globais, tal como a crise financeira mundial de 2008;
- A concorrência com outras fontes de energia;
- As regulamentações de governos nacionais e estrangeiros; e
- Condições climáticas.

A volatilidade e as incertezas quanto aos preços internacionais do petróleo, derivados e gás natural podem se manter. As quedas substanciais ou prolongadas nos preços internacionais do petróleo podem afetar os nossos negócios de forma relevante e significativa, tanto quanto aos nossos resultados operacionais como posição financeira, assim como o valor de nossas reservas provadas. Além disso, as reduções substanciais nos preços do petróleo podem nos obrigar a reduzir ou alterar o momento de nossos investimentos, o que poderá ter impacto negativo em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossas estimativas de produção a médio prazo e estimativas de reservas. Ainda, nossa política de preço no Brasil deve estar em paridade com os preços internacionais dos produtos a longo prazo. Em geral, não ajustamos nossos preços do diesel, gasolina ou GLP durante os períodos de volatilidade nos mercados internacionais. Conseqüentemente, a alta rápida ou prolongada do preço internacional do petróleo e derivados pode resultar em margens reduzidas e pode ser que não auferamos todos os ganhos que nossos concorrentes auferem em períodos de preços internacionais mais altos.

- **O governo federal historicamente exerce e continua exercendo uma influência significativa na economia brasileira. As condições políticas e econômicas têm um impacto direto em nossos negócios e poderão ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais e posição financeira.**

As políticas econômicas do governo federal poderão ter efeitos importantes nas companhias brasileiras, grupo no qual estamos incluídos, e nas condições de mercado e preços dos títulos brasileiros. Nossa posição financeira e resultados operacionais podem ser impactados pelos seguintes fatores e pela resposta do governo federal a eles:

- Desvalorizações e outras alterações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- políticas de controle de câmbio;
- instabilidade social;
- instabilidade de preços;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiro e de capitais domésticos;
- políticas fiscais;
- políticas normativas para o setor de petróleo e gás, incluindo a política de preços; e
- outros desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que venham a afetá-lo.

Podemos ser particularmente afetados por certas iniciativas para aumentar a tributação de nossas atividades de exploração e produção. Em junho de 2003, o Estado do Rio de Janeiro publicou uma nova lei fiscal que impõe a cobrança do ICMS sobre nossas atividades de E&P, incluindo a importação de equipamentos para exploração de petróleo e gás. O Estado do Rio de Janeiro nunca executou essa lei, e sua constitucionalidade está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Se o governo estadual tentar executar esta lei e o tribunal validar tal execução, estimamos que o valor do ICMS que temos que pagar ao Governo do

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Estado do Rio de Janeiro aumentará em aproximadamente R\$10,2 bilhões por ano.

Além disso, a descoberta recente de grandes reservas de petróleo e gás natural nas áreas do pré-sal das bacias de Campos e Santos levantou discussões sobre possíveis mudanças na atual Lei do Petróleo. Mudanças substanciais na regulamentação das atividades de E&P nas áreas do pré-sal, não sujeitas às concessões existentes, estão sendo discutidas pelo Congresso Nacional. Não podemos estimar o impacto que qualquer mudança na Lei do Petróleo teria na Petrobras ou quando qualquer nova regulamentação poderá entrar em vigor.

A incerteza sobre a possibilidade de o Governo Federal implantar estas ou outras mudanças na política, ou regulamentações que possam afetar qualquer um dos fatores mencionados acima ou outros fatores no futuro, poderá gerar incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiro e dos títulos emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais mudanças nas políticas e regulamentações poderão ter um impacto negativo em nossos resultados operacionais e posição financeira.

[h. à regulação dos setores em que o emissor atue](#)

▪ **Não possuímos nenhuma das reservas de petróleo e gás natural no Brasil.**

Uma fonte garantida de reservas de petróleo e gás natural é essencial para a produção sustentável e geração de renda de uma companhia de petróleo e gás. De acordo com a legislação brasileira, o governo federal detém todas as reservas de petróleo e gás natural no Brasil, e a concessionária retém o que for produzido por elas em termos de petróleo e gás. Nós temos o direito exclusivo de explorar nossas reservas de acordo com os acordos de concessão a nós concedidos pelo governo brasileiro, e são nossos os hidrocarbonetos que produzimos de acordo com os contratos de concessão. No entanto, se o governo federal nos restringisse ou proibisse de explorar estas reservas de petróleo e gás natural, nossa capacidade de auferir renda seria impactada negativamente.

▪ **Estamos sujeitos a diversas regulamentações ambientais e de saúde tornadas mais rígidas recentemente, e que poderão resultar em aumento de passivo e de investimentos.**

Nossas atividades estão sujeitas a uma ampla variedade de leis e normas federais, estaduais e municipais, e exigências de licenças relativas à proteção da saúde humana e ambiental, tanto no Brasil quanto em outras jurisdições em que operamos. No Brasil, podemos estar sujeitos a sanções criminais e administrativas, multas e ordens de fechamento devido ao não-cumprimento destas leis ambientais, que, dentre outras coisas, limitam ou proíbem as emissões ou derrames de substâncias tóxicas produzidas em nossas operações. Tivemos derrames de óleo no passado que resultaram em multas de diversas agências ambientais estaduais e federais e em diversos processos cíveis e criminais e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

investigações. As regras sobre despejo de resíduos e emissões também podem exigir que limpemos ou melhoremos nossas instalações a um custo muito alto e que resultem em passivos substanciais. O IBAMA fiscaliza constantemente nossas plataformas de produção de petróleo e podem impor multas, restrições nas operações e outras sanções oriundas dessas fiscalizações. Além disso, estamos sujeitos a leis ambientais que nos fazem incorrer em gastos significativos para cobrir danos que os projetos possam causar ao meio ambiente. Estes custos adicionais podem ter um impacto negativo na rentabilidade dos projetos que pretendemos implantar, ou podem torná-los economicamente inviáveis.

Conforme as regras ambientais vêm se tornando mais rígidas, e novas leis e regulamentos relativos à mudança climática, incluindo o controle da emissão de gás carbônico, vão se tornando aplicáveis a nós, é provável que nossos investimentos em relação ao cumprimento das regulamentações ambientais e melhorias em nossas práticas de saúde, segurança e meio ambiente aumentem substancialmente no futuro. Além disso, como nossos investimentos estão sujeitos à aprovação do governo federal, o aumento dos gastos com as regulamentações ambientais poderiam reduzir outros investimentos estratégicos. Qualquer aumento substancial nos gastos para atendimento das regulamentações ambientais ou redução em investimentos estratégicos poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais ou nossa condição financeira.

i. [aos países estrangeiros onde o emissor atue](#)

- **Estamos sujeitos a riscos substanciais relativos às nossas operações internacionais, em especial na América Latina, África Ocidental e Oriente Médio.**

Operamos em diversos países, particularmente da América Latina, África Ocidental e Oriente Médio, áreas nas quais pode haver instabilidades políticas, econômicas e sociais. Os resultados operacionais e a posição financeira de nossas subsidiárias nesses países podem ser afetados negativamente pelas oscilações nas economias, instabilidade política e ações governamentais locais, incluindo:

- A imposição de controles de câmbio e preços;
- A imposição de restrições nas exportações de hidrocarbonetos;
- A oscilação das moedas locais frente ao Real;
- A nacionalização das reservas de petróleo e gás, como ocorrido recentemente na Venezuela, Equador e Bolívia;
- Os aumentos nas alíquotas do imposto de exportação e do imposto de renda para petróleo e derivados, conforme ocorrido recentemente na Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia; e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Mudanças institucionais unilaterais (governamentais) e contratuais, incluindo controles e limitações sobre os investimentos em novos projetos, conforme ocorrido recentemente na Venezuela, Equador e Bolívia.

Se um ou mais dos riscos acima descritos ocorrerem, poderemos perder parte ou todas as nossas reservas no país afetado, e talvez não consigamos alcançar nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, o que pode impactar de forma negativa nossos resultados operacionais e posição financeira.

Dos países em que operamos, além do Brasil, a Argentina é o mais significativo, representando 43,6% do total de nossa produção internacional de petróleo e gás natural e 44,3% de nossas reservas internacionais provadas de petróleo e gás natural em 31 de dezembro de 2009. Desde 2007, o governo argentino aumentou as alíquotas de imposto de exportação para petróleo, gás natural e derivados que afetaram negativamente nossos resultados operacionais posição financeira. Também temos operações significativas na Bolívia e Venezuela que representaram, respectivamente, 19,8% e 4,3% do total de nossa produção internacional em barris de petróleo equivalente em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2008, a Bolívia respondia por 31,02% de nossas reservas internacionais provadas de petróleo e gás natural. Entretanto, em 25 de janeiro de 2009, a Bolívia adotou uma nova constituição que proíbe a propriedade privada dos recursos de petróleo e gás do país. Como resultado, ficamos impossibilitados de incluir quaisquer reservas provadas na Bolívia em nossas reservas provadas ao final do exercício de 2009. Continuamos a registrar a produção de nossas operações na Bolívia relativa aos nossos contratos existentes naquele país.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Os riscos apresentados no item anterior são constantemente monitorados pela Petrobras. Neste momento, a Companhia não possui expectativas de redução ou aumento dos riscos apresentados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo
- i. valor provisionado, se houver provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Item 4.3 - Processos de natureza cível****4.3 - FEPERJ**

a. juízo	25ª Vara Cível – RJ
b. instância	STJ
c. data de instauração	Março/2000
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Federação de Pescadores do Rio de Janeiro (FEPERJ) <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 44.270.125,06
f. principais fatos	<p><u>Objeto(s):</u> Reparação de danos. A Autora pleiteia, em nome de seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18.01.2000.</p> <p><u>Fase processual:</u></p> <p>Na 1ª instância foi julgado procedente, em parte, o pedido.</p> <p>Na 2ª instância, negado provimento ao recurso da FEPERJ que postulava danos morais e provido, parcialmente, o da Cia., para excluir a Colônia Z-13 e aqueles que firmaram acordo com a Cia., limitando a liquidação aos comprovadamente filiados à Autora à época do acidente. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Cia., em 17.02.2003, que foram inadmitidos. A Cia. interpôs Agravos de Instrumento, em 26.06.2003, sendo ambos improvidos. Iniciada a execução, foi apresentado Laudo Pericial em dezembro/2005, impugnado pela Cia. em 10.01.2006. Em 02.02.2007 foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o Laudo Pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos, que, por tais critérios, alcançaria a importância de R\$ 1.102.207.176,00. A Cia., considerando que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio Tribunal de Justiça/RJ, recorreu dessa decisão ao TJ/RJ. Em 29.06.2007 foi publicada decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>recurso da Cia. e dando provimento ao recurso da FEPERJ, o que representou significativa majoração no valor da condenação, uma vez que, além de ter mantido o período indenizatório em 10 anos, aumentou a quantidade de pescadores beneficiados. Contra essa decisão foram interpostos Recursos Especiais pela Cia., os quais, em julgamento realizado no dia 19.11.2009, pela 4ª Turma do STJ, foram providos para anular o acórdão da 1ª Câmara Cível do TJ/RJ. Aguarda-se a publicação do acórdão para avaliar se serão interpostos novos recursos pela FEPERJ ou se o processo será devolvido ao TJ/RJ para que outro julgamento seja proferido, desta feita pela 7ª Câmara Cível, preventa que está para o seu julgamento.</p> <p><u>Observações:</u> Com base nos cálculos elaborados pelos Assistentes Periciais da Cia., estamos mantendo o valor indicado anteriormente por representar tal montante o valor que se acredita será fixado, ao final, pelas instâncias judiciais superiores.</p>
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A PETROBRAS registrou em sua contabilidade uma obrigação legal no valor de 44.270.125,06, em março de 2010, que leva em consideração (i) valor mensal por pescador filiado a FEPERJ de R\$ 754,11; (ii) número de pescadores filiados a FEPERJ 3.336; e, (iii) lapso temporal de um ano. Impacto financeiro somente, limitado ao valor do processo.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 44.270.125,06 (base: março/2010)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - PORTO SEGURO**

a. juízo	19ª Vara Cível – RJ
b. instância	STJ
c. data de instauração	Novembro/1992
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Porto Seguro Imóveis Ltda. <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.011.128,123,58
f. principais fatos	<p><u>Objeto(s):</u> Ação Ordinária de perdas e danos decorrentes de privatizações de empresas controladas da PETROQUISA.</p> <p><u>Fase processual:</u></p> <p><u>1ª instância:</u> O pedido foi julgado procedente, condenando a Cia. a pagar à PETROQUISA a importância de US\$ 3 bilhões, 406 milhões de dólares, mais 5% a título de prêmio (art. 246, § 2º da Lei 6404/76) e 20% a título de honorários.</p> <p><u>2ª instância:</u> Em julgamento havido na 3ª Câmara Cível do Tribunal, por ocasião da interposição do recurso de apelação da PETROBRAS, foi reformada a sentença para extinguir o feito, sem julgamento do mérito, em razão do acolhimento da alegação de ilegitimidade passiva da PETROBRAS. Foram opostos embargos de declaração com efeito modificativo pelo Apelado alegando que já pendia sobre a questão da ilegitimidade passiva o manto da coisa julgada formal. Superada a questão da ilegitimidade passiva da PETROBRAS no Tribunal após julgamento dos Embargos de Declaração opostos pelo Autor, foi proferido em 11.02.2003, pela 3ª Câmara Cível do TJ/RJ, acórdão que, por maioria de votos, acolheu o recurso de Apelação Cível da Cia. e reformou a sentença, julgando <u>improcedente</u> o pedido indenizatório formulado, vencido o revisor, que dava parcial provimento ao apelo para reduzir o valor da indenização a US\$ 2 bilhões, 370 milhões de dólares. Contra esse último julgamento, a PORTO SEGURO interpôs Embargos Infringentes e a Cia opôs Embargos Infringentes Adesivos. Os Embargos foram julgados no dia 30.03.2004, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça/RJ, que, por unanimidade, conheceu e deu provimento aos Embargos da PORTO SEGURO e não conheceu dos Embargos da PETROBRAS. Com o acolhimento dos Embargos da PORTO SEGURO prevaleceu o voto vencido no acórdão da apelação para condenar a Cia. a indenizar à PETROQUISA a importância equivalente a US\$</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>2,370 (dois bilhões, trezentos e setenta milhões de dólares), mais 5% de prêmio e 20% de honorários. A Cia. Opôs embargos de declaração que foram rejeitados.</p> <p><u>Tribunais Superiores:</u> Foram, então, interpostos pela PETROBRAS Recursos Especial e Extraordinário, respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão foram interpostos Agravo de Instrumento, tanto ao STJ quanto ao STF, objetivando o julgamento das questões lançadas nos referidos recursos. Em 06.05.2005, o Agravo de Instrumento interposto perante o STJ foi provido e convertido em Recurso Especial. Contra essa decisão a PORTO SEGURO interpôs Agravo Regimental que, em julgamento havido no dia 15.12.2005, por maioria (3x2), foi provido, restaurando o bloqueio ao julgamento do Recurso Especial da Cia.. Contra essa última decisão a Cia. interpôs Agravo que, julgado no dia 04.04.2006, por unanimidade, anulou a decisão que restaurara o bloqueio ao Recurso Especial da Cia., por impedimento de um dos Ministros, determinando que outra decisão fosse proferida. Decisão publicada em 05.06.2006. Em dezembro/2009 foi julgado e improvido o recurso de Agravo Regimental oferecido pela PORTO SEGURO que buscava obstar o processamento do Recurso Especial da Cia. Aguarda-se, agora, a publicação dessa decisão e, na sequência, a designação de pauta para o julgamento do referido Recurso Especial, por meio do qual a Cia. busca reverter totalmente a condenação. Cumpre esclarecer, lateralmente, que como o valor da condenação, acaso mantido, o que se admite apenas para argumentar, seria devido à PETROQUISA, e a Cia. promoveu o fechamento do capital da referida empresa, o efetivo desembolso levaria a uma exposição máxima equivalente a 25% do valor total da condenação, vale dizer, a US\$ 592,5 milhões. (5% de prêmio + 20% de honorários).</p>
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso limitado à 25% do valor envolvido, sendo R\$ 840.445.000,00 à título de prêmio e R\$ 3.361.780.000,00 à título de honorários advocatícios.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - Triunfo**

a. juízo	13ª Vara Cível – RJ
b. instância	Tribunal de Justiça – RJ
c. data de instauração	Setembro/2000
d. partes no processo	Autores: Triunfo Agro Industrial S.A. e Outras (6) Réu: PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 398.852.782,95
f. principais fatos	Objeto(s): Indenização pelo desfazimento de operação de transferência de Crédito-Prêmio de IPI. Fase processual: Na 1ª e 2ª instâncias, julgado procedente o pedido. A Cia. interpôs recursos às instâncias superiores que aguardam julgamento (STJ e STF).
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 398.852.782,95 (base: março/2010)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - Destilaria JB**

a. juízo	8ª Vara Cível – Recife
b. instância	Tribunal de Justiça – PE
c. data de instauração	Maio/1996
d. partes no processo	Autores: Destilaria J.B. Ltda. e Outras Réu: PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000.000,00
f. principais fatos	<p>Objeto: Cobrança de encargos sobre faturas relativas à aquisição de álcool pagas com atraso pela Cia..</p> <p>Fase processual: Há decisão condenatória transitada em julgado.</p> <p>1ª instância: O pedido foi julgado procedente, condenando a Cia. a efetuar o imediato pagamento de todas as faturas das Autoras que porventura ainda estiverem em atraso, e que se abstenha de incorrer em novos atrasos, sob pena de pagamento de multa diária arbitrada em 1% do valor das faturas em aberto. Ressarcir as Autoras pelos danos causados pelos atrasos de pagamento até o despacho concessivo de tutela antecipada, bem como pagar-lhes multa de 1% no caso dos atrasos praticados após a tutela antecipada, valores esses que deverão ser apurados em liquidação de sentença.</p> <p>2ª instância: Em julgamento havido na 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por ocasião da interposição do recurso de apelação da PETROBRAS, foi negado provimento ao recurso por unanimidade para manter a sentença. Contra esse acórdão foram opostos embargos de declaração que foram rejeitados por unanimidade. Após, a Petrobrás interpôs os Recursos Especial e Extraordinário que receberam despachos denegatórios. Em face dessa decisão, a Petrobrás interpôs os respectivos agravos de instrumento de despachos denegatórios.</p> <p>Tribunais Superiores: Em julgamento do Agravo de Instrumento em RESP, a 4ª Turma do STJ negou provimento ao recurso.</p>
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Item 4.3 - Processos de natureza tributária:****4.3 - DRF-RJ – IRRF**

a. juízo	Secretaria da Receita Federal - RJ
b. instância	1º Conselho de Contribuintes – MF/DF
c. data de instauração	Junho/2003
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Receita Federal <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.419.371.695,75
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro referente ao IRRF relativo aos exercícios de 1999 a 2002, sobre as remessas efetuadas ao exterior por conta de pagamentos de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis. <u>Fase processual:</u> Na 1ª instância administrativa, foi julgado procedente o lançamento. Na 2ª instância, foi negado provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Cia.. Interpusemos Recurso Especial, no dia 20.09.2005, para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, que não foi conhecido. A Cia. interpôs Agravo para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, no dia 29.09.2006, ao qual foi dado provimento para determinar o processamento do Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - IRF-MACAÉ – II e IPI**

a. juízo	20ª Vara Federal
b. instância	Justiça Federal
c. data de instauração	Agosto/2008
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Inspetoria da Receita Federal em Macaé <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 379.914.123,69
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de ação anulatória de débito fiscal ajuizada com o objetivo de anular o débito IPI e II, bem como em relação aos juros de mora e multa isolada – relativos ao afundamento da plataforma P-36. <u>Fase processual:</u> A questão foi judicializada tendo a Cia. obtido tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SRF – CIDE**

a. juízo	Secretaria da Receita Federal - RJ
b. instância	Conselho de Contribuintes – MF/DF
c. data de instauração	Março/2007
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Receita Federal <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.157.784.347,01
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração lavrado em razão do não-recolhimento, no período de março de 2002 a outubro de 2003, da CIDE – Combustível devida por produtores, processadores e importadores incidente sobre vendas e compras de derivados de petróleo, específicos e combustíveis. Note-se que não houve o recolhimento da CIDE em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência. <u>Fase processual:</u> Na 1ª instância julgado procedente o lançamento. A Cia. interpôs Recurso Voluntário, que se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SRF-IRRF**

a. juízo	Secretaria da Receita Federal - RJ
b. instância	Conselho de Contribuintes – MF/DF
c. data de instauração	Maior/2004
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Receita Federal <u>Réu:</u> PETROBRAS.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 871.342.000,00
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração lavrado contra a Cia. referente ao IRRF incidente sobre remessas para pagamento de importações de petróleo nos anos de 1999 a 2002. <u>Fase processual:</u> Na 1ª instância administrativa, foi julgado improcedente o lançamento. Houve Recurso de Ofício (da Receita Federal) ao Conselho de Contribuintes, que foi provido parcialmente. A Cia. foi intimada desta última decisão e interpôs Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, onde aguarda julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - DRF-RJ – IRPJ/2003 e CSLL/2003**

a. juízo	Secretaria da Receita Federal - RJ
b. instância	3ª Câmara do Conselho de Contribuintes – MF/DF
c. data de instauração	Março/2007
d. partes no processo	<u>Autor:</u> DRF/RJ <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 263.740.919,27
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração referente ao não-recolhimento da multa de mora cobrada em razão de denúncia espontânea de débitos de IRPJ e CSLL devidos no ano de 2003. <u>Fase processual:</u> Na 1ª instância administrativa, julgado procedente o lançamento. A Cia. interpôs Recurso Voluntário, que se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SRF - CIDE - Propano/Butano**

a. juízo	11ª Vara Federal - Pernambuco
b. instância	11ª Vara Federal - Pernambuco
c. data de instauração	Janeiro/2009
d. partes no processo	<u>Autor:</u> PETROBRAS <u>Réu:</u> Secretaria da Receita Federal - Alfândega do Porto de Suape
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 190.534.503,51
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de execução fiscal ajuizada em face da Companhia, objetivando o recolhimento da CIDE em operações de importação de propano e de butano. <u>Fase processual:</u> Ajuizada execução fiscal em 08.10.2009 tendo a Cia. obtido tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito mediante a garantia do juízo, a título de caução, por meio de seguro garantia. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução opostos em 25.03.2010.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SFRJ – ICMS - LGN**

a. juízo	Secretaria da Fazenda - RJ
b. instância	2ª Vara Cível da Justiça Estadual de Macaé
c. data de instauração	Março/2009
d. partes no processo	<u>Autor:</u> PETROBRAS <u>Réu:</u> Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 212.285.295,84
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória – Transferência de LGN com base em Nota Fiscal sem o destaque de ICMS. <u>Fase processual:</u> Questão judicializada com o ajuizamento pela Companhia de ação anulatória de débito fiscal com relação à exclusão da incidência do ICMS das operações de transferência interna de LGN no âmbito do estabelecimento centralizador, tendo sido deferida a antecipação de tutela.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SFSP – ICMS**

a. juízo	Secretaria da Fazenda – SP
b. instância	10ª Câmara Julgadora do Tribunal de Impostos e Taxas SF/SP
c. data de instauração	Setembro/2009
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Fazenda do Estado de São Paulo <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.441.911.000,00
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo referente ao não-recolhimento de ICMS e multa de importação em razão do descumprimento de obrigação acessória de admissão temporária – sonda de perfuração -, sendo a admissão da mercadoria em São Paulo e o desembarço no Rio de Janeiro, nos termos do Convênio ICMS nº 58/99. <u>Fase processual:</u> Na 1ª instância administrativa, julgado procedente o lançamento. Interposto Recurso Ordinário em 23.12.2009, que se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição. Note-se que o débito fiscal ainda está sendo discutido na esfera administrativa.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SFPDF – ICMS**

a. juízo	Secretaria da Fazenda – DF
b. instância	Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – DF
c. data de instauração	Dezembro/2007
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 181.631.124,17
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração objetivando o recolhimento de ICMS em razão da omissão de saída (estoque). <u>Fase processual:</u> Na 1ª instância administrativa, foi julgado procedente em parte o lançamento, em razão da retificação do auto de infração lavrado. A Cia. interpôs Recurso Voluntário, que se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição. Note-se que o débito fiscal ainda está sendo discutido na esfera administrativa.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SRF – TERMORIO - II e IPI**

a. juízo	Secretaria da Receita Federal - RJ
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	Junho/2006
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Receita Federal - RJ <u>Réu:</u> Usina Termoelétrica Termorio S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 725.239.000,00
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração objetivando o recolhimento de II e IPI em razão de classificação fiscal supostamente equivocada dada para importação de equipamentos pertencentes à Usina Termoelétrica Termorio S.A. <u>Fase processual:</u> O lançamento foi julgado improcedente. Há recurso de Ofício (por parte da Representação da Fazenda Nacional) que pende de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição. Note-se que o débito fiscal ainda está sendo discutido na esfera administrativa.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - SRF – CLEP – IRRF**

a. juízo	Secretaria da Receita Federal - RJ
b. instância	Procuradoria da Fazenda Nacional da 2ª Região
c. data de instauração	Julho/2009
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Receita Federal <u>Réu:</u> CLEP
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 325.742.000,00
f. principais fatos	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de auto de infração objetivando o recolhimento de IRRF incidente nas remessas efetuadas ao exterior em decorrência dos títulos emitidos. <u>Fase processual:</u> Foi apresentada impugnação em 14.08.2009. Em 18.08.2009 o processo foi remetido à Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Item 4.3 - Processos de natureza ambiental:****4.3 - IBAMA - TAC**

a. juízo	IBAMA
b. instância	Ministério do Meio Ambiente
c. data de instauração	Fevereiro/2006
d. partes no processo	Autor: IBAMA Réu: PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 161.852.182,78
f. principais fatos	Objeto(s): Descumprimento da Cláusula TAC da Bacia de Campos de 11.08.2004 - Continuidade de perfuração sem aprovação prévia. Fase processual: Decisão na 1ª instância administrativa condenando a Cia. ao pagamento de sanção pelo inadimplemento do TAC, no valor de R\$ 213.200.000,00, valor este reformado pela decisão que indeferiu o pedido de reconsideração feito pela Cia., porém retificou o valor da multa para R\$ 122.950.000,00 (base julho/2008). Em 11.08.2008, a Cia. apresentou Recurso Hierárquico ao Ministro de Meio Ambiente, requerendo a reconsideração de referida decisão, que aguarda julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição. Note-se que o referido valor ainda está sendo discutido na esfera administrativa.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 - MPF - Dano Ambiental - P-36**

a. juízo	1ª Vara Federal - Campos
b. instância	TRF – 2ª Região
c. data de instauração	Janeiro/2002
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal/RJ Réu: PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 262.827.330,73
f. principais fatos	Objeto(s): Danos Ambientais - Acidente com a Plataforma P-36. Fase processual: Em publicação havida no dia 23.05.2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, para condenar a Cia. ao pagamento da quantia de R\$ 100.000.000,00, a título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso. Contra essa decisão a Cia. interpôs recurso de Apelação Cível, que se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	-

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

Não há.

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo
- i. valor provisionado, se houver provisão

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

- a. valores envolvidos
- b. valor provisionado, se houver
- c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Item 4.6 – Processos de natureza tributária:

4.6 - SRF – CIDE – Nafta

Juízo	Secretaria da Receita Federal – BA
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	Dezembro/2006
Partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Receita Federal <u>Réu:</u> PETROBRAS
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.950.861.000,00
Principais fatos/Prática do emissor que causou tal contingência	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de autos de infração objetivando o recolhimento da CIDE, em operações de importação de Nafta revendida à BRASKEN para uso petroquímico. <u>Fase processual:</u> A PETROBRAS apresentou defesas no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se todas elas ainda em fase de julgamento na instância administrativa.
Chance de perda:	Possível
Valor provisionado, se houver provisão	-

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - SFSP – ICMS – GASBOL

Juízo	Secretaria da Fazenda – SP
Instância	Conselho de Contribuintes – SP
Data de instauração	Dezembro/2005
Partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo <u>Réu:</u> PETROBRAS
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 762.347.515,37
Principais fatos/Prática do emissor que causou tal contingência	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de autos de infração lavrados pelas autoridades da Fazenda Estadual de São Paulo objetivando a exclusão da base de cálculo do ICMS nas importações de gás natural da Bolívia. <u>Fase processual:</u> Os autos de infração encontram-se em diferentes instâncias administrativas, inexistindo decisão definitiva junto ao Conselho de Contribuintes.
Chance de perda:	Possível
Valor provisionado, se houver provisão	-

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - Prefeitura ES – ISSQN – Águas Marítimas

Juízo	Secretaria da Fazenda Municipal (ES)
Instância	Secretaria da Fazenda Municipal (ES)
Data de instauração	Maior/2009 em diante
Partes no processo	<u>Autores:</u> Município de Itapemirim e Outros – todos do Espírito Santo <u>Réu:</u> PETROBRAS
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.336.073.578,02
Principais fatos/Prática do emissor que causou tal contingência	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de autos de infração e execuções fiscais originadas do não recolhimento de ISS sobre os serviços prestados em águas marítimas para os municípios costeiros onde não estão estabelecidas as empresas prestadoras de serviço. O imposto foi recolhido, em sua maioria, para Macaé, de acordo com o art. 3º, § 3º, da LC nº 116/2003, visto que lá estão estabelecidas as empresas prestadoras de serviço. <u>Fase processual:</u> A PETROBRAS apresentou defesas no intuito de ver canceladas as autuações. Note-se que o processo administrativo que discute a exigência do ISS pelo Município de Itapemirim teve desfecho desfavorável, tendo sido ajuizada execução fiscal, enquanto que os demais processos encontram-se em fase de julgamento na instância administrativa.
Chance de perda:	Possível
Valor provisionado, se houver provisão	-

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - SFRJ – ICMS – Brocas de perfuração

Juízo	Secretaria da Fazenda - RJ
Instância	Conselho de Contribuintes – RJ
Data de instauração	Janeiro/2009
Partes no processo	<u>Autor:</u> Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro <u>Réu:</u> PETROBRAS
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 603.226.831,46
Principais fatos/Prática do emissor que causou tal contingência	<u>Objeto(s):</u> Trata-se de autos de infração objetivando o recolhimento de ICMS em razão do aproveitamento de crédito tido por indevido pela Receita Federal, incidente sobre material de uso e consumo (fluído de perfuração e brocas) <u>Fase processual:</u> A PETROBRAS apresentou defesas no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se a maior parte em esfera judicial. Até o presente momento não houve sentença de mérito em nenhum dos processos.
Chance de perda:	Possível
Valor provisionado, se houver provisão	-

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - SRFB – INSS

Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Instância	Administrativa-fiscal
Data de instauração	Fevereiro/2001 em diante
Partes no processo	Autor: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social Réu: PETROBRAS
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 363.293.000,00
Principais fatos/Prática do emissor que causou tal contingência	<p><u>Objeto(s):</u></p> <p>1) Solidariedade tributária com as empresas contratadas (contribuições previdenciárias supostamente não recolhidas pela contratada);</p> <p>2) O INSS autuou a Cia. a pretexto de que os contratos objeto da ação fiscal configuravam hipótese de cessão de mão-de-obra e, portanto, deveria ter havido a retenção de 11% (obrigação instituída a partir de abril de 1999).</p> <p>Atualmente existem 330 Notificações versando sobre esses dois temas. Dentre as providências adotadas pela Companhia, foram ajuizadas 592 ações de cobrança (em face das contratadas) e de repetição de indébito (em face do INSS), pleiteando o ressarcimento dos valores pagos pela Companhia na condição de responsável solidária; promoveu-se, ainda, a revisão e a adequação das minutas contratuais e o treinamento dos fiscais e gerentes de contrato.</p>
Chance de perda	Possível
Valor provisionado, se houver provisão	-

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Item 4.6 – Processos de natureza ambiental: 4.6 - Vazamento Oleoduto OSPAR em 16.07.2000

a. juízo	Vara Federal Ambiental de Curitiba
b. instância	Justiça Federal – PR
c. data de instauração	Julho/2000
d. partes no processo	<u>Autores:</u> AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, IAP – Instituto Ambiental do Paraná e MPF e MPE/PR <u>Réus:</u> PETROBRAS e IBAMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.409.568.000,00
Principais fatos/Prática do emissor que causou tal contingência	<u>Objeto(s):</u> Ações (três) objetivando a condenação em obrigação de fazer e Indenização de reparação ambiental e dano moral decorrente do acidente ambiental com vazamento de 4 milhões de litros de óleo ocorrido em 16.07.2000 - Oleoduto São Paulo-Paraná. <u>Fase processual:</u> Sem decisão na 1ª instância. <u>Observações:</u> As ações movidas pelo IAP e pela AMAR estão suspensas aguardando perícia em curso na ação civil pública movida pelo MPF.
g. chance de perda:	Possível
Valor provisionado se houver	-

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

Não aplicável

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários
- c. hipóteses de cancelamento de registro
- d. outras questões do interesse dos investidores

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A Petrobras está exposta ao ciclo de preços do petróleo e seus derivados, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas (compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais do Sistema Petrobras). Em função disso, quedas substanciais ou prolongadas nos preços internacionais do petróleo podem afetar de forma relevante e significativa os nossos resultados operacionais e nossa posição financeira no longo prazo, bem como o valor de nossas reservas provadas de petróleo. Além disso, as reduções substanciais nos preços do petróleo podem nos obrigar a reduzir ou alterar o momento de nossos investimentos, o que poderá ter impacto negativo em nossas estimativas de produção e reservas futuras.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Derivativos de Mercado de Petróleo e Derivados

	Consolidado		
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*	Valor justo contabilizado R\$ mil**	Vencimento
	31.12.2009	31.12.2009	
Contratos Futuros	(8.510)	(38.234)	2010
Compromissos de compra	25.882		
Compromissos de venda	(34.392)		
Contratos de Opções	(1.150)	(1.800)	2010
Compra	(550)	(1.600)	
Posição Titular	-		
Posição Lançadora	(550)		
Venda	(600)	(200)	
Posição Titular	250		
Posição Lançadora	(850)		
Contratos a termo	(1.075)	(7.129)	2010
Posição Comprada	987		
Posição Vendida	(2.062)		
Total Registrado em outros ativos e passivos circulantes		(47.163)	

* Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida

**Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo. Os valores de 2009 são apresentados somente para fins comparativos.

Risco Cambial

As oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo na condição financeira e resultados operacionais da Petrobras, já que a maioria de nossas receitas está em reais e grande parte de nossos passivos está em moeda estrangeira.

A Companhia busca identificar os riscos de câmbio de forma integrada, visando garantir a alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes. As transações de derivativos consideraram os limites aprovados e saldo de crédito de cada instituição de acordo com as orientações normativas e procedimentos estabelecidos pela Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado			
	Valor de Referência (Nocional) em \$ mil	Valor justo R\$ mil**	Vencimento	Valor em Risco R\$ mil *
	31.12.2009	31.12.2009		
Contratos a termo de dólar				
Posição Vendida	USD 75.898	1.722	2010	1.745
	USD 75.898	1.722		
Cross Currency Swap		112.863	2016	38.483
Posição ativa				
Taxa Média de Recebimento (JPY) = 2,15% aa	JPY 35.000.000	710.604		
Posição passiva				
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69% aa	USD 297.619	(597.741)		
Total Registrado em outros ativos e passivos circulantes		114.585		

* Valor em Risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado. Não auditado.

**Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

Principais contrapartes da operação: Citibank, HSBC e Bradesco

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Se as taxas de juros do mercado (principalmente LIBOR) subirem, as despesas financeiras da Companhia aumentarão, o que poderá causar um impacto negativo em nossos resultados operacionais e posição financeira. A dívida a taxas de juros flutuantes em moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A nossa exposição ao ciclo de preços é periodicamente revisada. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial (“hedge”) deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Petrobras, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Risco Cambial

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (“hedges” naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

b. estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)

A Companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/ financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações realizadas no mercado internacional de cargas físicas, ou seja: são operações de proteção patrimonial (“hedge”) nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (**hedge**)

Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, “swaps” e opções.

As operações de commodities são realizadas nas Bolsas NYMEX – “New York

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Mercantile Exchange” e ICE – “Intercontinental Exchange”, bem como no mercado de balcão internacional.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços da Petrobras são, para as avaliações de médio prazo, o fluxo de caixa em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco (“Value at Risk”-VaR), “Stop Loss” e o Teste de Estresse. São definidos limites corporativos para estes parâmetros.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos

As operações com instrumentos derivativos são realizadas, exclusivamente, para compensar os efeitos da variação dos preços de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, sendo vedada a utilização de instrumentos derivativos com fins de alavancagem.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos da Petrobras é realizada por seus diretores, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. Em março de 2010, em atendimento ao novo modelo de governança corporativa desenvolvido pela Companhia, foi instituído pela Diretoria Executiva, o Comitê Financeiro, em substituição ao Comitê de Gestão de Riscos. O Comitê é patrocinado pela Diretoria Financeira e composto por todos os gerentes executivos da área financeira, sendo convocados para discussões de temas específicos os gerentes executivos das áreas de negócios (Abastecimento, Exploração & Produção, Gás & Energia, Internacional, Transpetro, Petrobras Biocombustível, BR Distribuidora, Corporativa e Serviços). Dentre as responsabilidades do Comitê Financeiro está a de avaliar as exposições a riscos e estabelecer diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Petrobras, cabendo à Diretoria Executiva decidir sobre os temas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura da Companhia está adequada com controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve alterações significativas.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	03/10/1953
Forma de Constituição do Emissor	A Petrobras foi constituída pela União através da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, sob forma de sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico do emissor

A Petrobras foi constituída em 1953, a fim de conduzir as atividades correlatas à indústria de petróleo e gás natural pelo governo brasileiro. A Companhia começou suas operações em 1954 e durante aproximadamente quarenta anos conduziu com exclusividade as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refino de petróleo no Brasil.

Como parte de uma reforma abrangente da regulação da indústria de petróleo e gás natural, o Congresso Brasileiro alterou a Constituição Federal do Brasil em 1995 a fim de autorizar o governo brasileiro a contratar qualquer empresa estatal ou privada para conduzir atividades nas áreas de exploração e produção e abastecimento de petróleo e gás no Brasil. Em 6 de agosto de 1997, o Brasil promulgou a Lei do Petróleo, que estabeleceu uma nova estrutura regulatória, extinguiu o direito exclusivo da Petrobras de conduzir atividades de petróleo e gás e permitiu a concorrência em todos os aspectos da indústria no Brasil. Desde então, a Companhia está operando em um ambiente desregulamentado e competitivo. A Lei do Petróleo também criou uma agência regulatória independente, a ANP, para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Em 2 de janeiro de 2002, o Brasil desregulamentou os preços do petróleo, derivados de petróleo e gás natural.

As ações ordinárias e preferenciais da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo desde 1968. A Petrobras foi constituída como uma empresa estatal, de acordo com a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, e a maioria do seu capital votante deve ser detida pelo governo federal brasileiro. Em 31 de dezembro de 2009, o governo brasileiro detinha 55,6% do no capital votante e 32,1% do capital social total da Petrobras. A Petrobras opera através de subsidiárias, *joint ventures* e empresas coligadas estabelecidas no Brasil e em outros países.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando¹:

- a. Evento
- b. principais condições do negócio
- c. sociedades envolvidas
- d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

I) Investimentos no Brasil

• Operações com termoelétricas

Aquisição da Termoelétrica Juiz de Fora

Em 04 de outubro de 2007, a Petrobras celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Energisa S.A., para a aquisição de 100% das ações da Termoelétrica Juiz de Fora, uma usina elétrica à gás natural, com uma capacidade de geração de energia instalada de 87 MW, e que possui contratos de venda de energia para fornecimento até 2022. A operação foi concluída em 28 de dezembro de 2007, com o pagamento de R\$ 210,5 milhões.

Adicionalmente, a Petrobras Comercializadora de Energia Ltda e a Energisa S.A. celebraram um contrato para uso dos direitos sobre a comercialização de energia com as subsidiárias da Energisa S.A. na região Nordeste do Brasil.

Liquidação das Usina Termelétrica Nova Piratininga Ltda. e Termogaúcha – Usinas Termoelétricas S.A

A Usina Termelétrica Nova Piratininga foi dissolvida em 28 de fevereiro de 2007, em decorrência da extinção do consórcio Piratininga – São Paulo e a Termogaúcha, em 22 de outubro de 2007, devido a restrições operacionais que inviabilizaram a implantação da Usina.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de ações da Termobahia S.A.

Em 03 de abril de 2008, a Petrobras concluiu a operação de aquisição, por R\$ 9,4 milhões, da totalidade das ações de emissão da Termobahia S.A., detidas pela Blade Securities Limited.

A Blade Securities Limited é uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede na Irlanda, que através de uma estruturação financeira acordada com o BID passou a deter participações na Termobahia S.A..

Com o pré-pagamento ao BID pela Blade Securities Limited do financiamento que obteve em decorrência da estruturação financeira acordada com o BID, cessaram todas as obrigações e restrições derivadas deste financiamento, eliminando-se a barreira ao aumento da participação acionária da Petrobras na Termobahia S.A.

Transferência de ações de empresas de energia

Em 31 de julho de 2008, as participações acionárias em empresas de energia de propriedade da Petrobras Distribuidora foram transferidas para Petrobras através de uma operação de compra e venda de ações que totalizou R\$ 183,5 milhões.

Aumento de participação no capital social da Breitener Energética S.A.

Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras possuía 30% do capital social da Breitener Energética S.A., empresa geradora de energia elétrica, situada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Em 12 de fevereiro de 2010, a Petrobras adquiriu participação adicional de 35% no capital social da Breitener Energética S.A. por R\$ 3 mil, passando a Petrobras a deter o controle acionário da empresa, com 65% de participação.

• **Grupo Ipiranga**

Em 18 de abril de 2007, a Ultrapar (por si), com a interveniência da Braskem S.A. e da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (por comissão), adquiriu o controle das empresas do Grupo Ipiranga. Nesta data, a Petrobras adiantou a Ultrapar R\$ 742.746 mil. Nos termos do acordo de investimentos entre a Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Ultrapar passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste ("Ativos de Distribuição Sul"), a Petrobras passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ("Ativos de Distribuição Norte"), e a Braskem passou a deter o controle dos ativos petroquímicos ("Ativos Petroquímicos"), representados pela Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica e

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

pela participação da Ipiranga Petroquímica S.A. na Copesul, tendo também a Petrobras participação nos ativos petroquímicos. Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela Refinaria de Petróleo Ipiranga são compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem (“Ativos de Refino”).

A Ultrapar foi a responsável por executar a reorganização societária das empresas adquiridas, com o objetivo de separar os Ativos de Distribuição Sul, os Ativos de Distribuição Norte, os Ativos Petroquímicos e os Ativos de Refino a cada uma da Ultrapar, Petrobras e Braskem, conforme acordado no acordo de investimento.

A operação foi apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE, SDE e SEAE), e devidamente aprovada em 17 de dezembro de 2008.

Em outubro e novembro de 2007, foram realizadas as Ofertas Públicas de Ações (OPAs) para aquisição das ações ordinárias de emissão da Refinaria de Petróleo Ipiranga, DPPI e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga dos respectivos acionistas minoritários. Para esta aquisição, a Petrobras pagou R\$ 211,0 milhões.

Em 18 de dezembro de 2007, foram realizadas as Assembléias Gerais Extraordinárias de RPI, DPPI, CBPI e Ultrapar, que deliberaram favoravelmente sobre a incorporação das ações de Refinaria de Petróleo Ipiranga, DPPI e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga pela Ultrapar (“Incorporação de Ações”). Como resultado da Incorporação de Ações, os acionistas dessas empresas do Grupo Ipiranga detentores de ações preferenciais receberam ações da Ultrapar conforme a relação de troca pré-estabelecida. Nesta fase a Ultrapar procedeu com a reorganização societária das empresas do Grupo Ipiranga, para permitir a segregação e transferência dos Ativos Petroquímicos, Ativos de Distribuição Norte, Ativos de Distribuição Sul e Ativos de Refino, conforme acordado entre Ultrapar, Petrobras e Braskem no acordo de investimento. Ao final da referida reorganização societária, a Ultrapar efetivou a transferência das participações societárias conforme abaixo:

(a) As participações societárias dos Ativos Petroquímicos para a Braskem e a Petrobras, na proporção de 60% e 40%, respectivamente, com o desembolso de R\$ 412, milhões pela Petrobras; e

(b) A Petrobras recebeu a sociedade criada exclusivamente para receber os Ativos de Distribuição Norte através da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e a Ipiranga Asfaltos S.A., e cada uma das companhias (Petrobras, Ultrapar e Braskem) recebeu ainda 1/3 dos Ativos de Refino.

Negócios de distribuição de combustíveis

O CADE esclareceu que os termos da medida cautelar 087000.001507/2007-80, referentes a atos de concentração, não impediam Petrobras e Ultrapar – as adquirentes dos negócios de distribuição do Grupo Ipiranga - de manterem

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

entendimentos com o objetivo de formular desenho de governança corporativa que afaste qualquer risco à concorrência. O CADE autorizou a realização de reuniões entre Petrobras e Ultrapar para apresentação da proposta.

Em 16 de maio de 2007, o CADE aprovou, por unanimidade, um acordo substituindo os itens da medida cautelar que impedia a Petrobras de participar de decisões estratégicas e comerciais relacionadas à aquisição dos ativos de distribuição do Grupo Ipiranga.

O documento denominado Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação ("APRO") permitiu à Petrobras escolher um gestor e negociar a implantação de um conteúdo de governança que garantisse a preservação dos ativos e os direitos dos acionistas não controladores. Permanece inalterado o cumprimento do cronograma da operação.

Com o APRO, a gestão dos ativos de distribuição adquiridos pela Petrobras passou a ser conduzida de forma independente da gestão dos ativos adquiridos pela Ultrapar e conseqüentemente o gestor independente dos ativos de distribuição da Petrobras, realizou apresentações mensais de resultados a Petrobras, respeitando a defasagem de 60 dias previstas no APRO. Ainda em cumprimento ao mesmo documento, os relatórios contendo os dados apresentados a Petrobras foram remetidos ao CADE e devidamente protocolados.

Em 30 de abril de 2008, o controle da Ipiranga Asfaltos S.A. ("IASA") e da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. ("Alvo") foi transferido da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga ("CBPI") para a 17 de Maio Participações S.A. ("17 de Maio"), sociedade anônima de capital fechado, que por sua vez, em 27 de novembro de 2008, foi incorporada pela Petrobras, ocasião em que as empresas IASA e Alvo passaram a integrar o rol de controladas diretas da Petrobras. Nesta fase a Petrobras desembolsou R\$ 705,8 milhões.

O ágio de R\$ 473,0 milhões apurado teve como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro.

Em 17 de dezembro de 2008, o CADE aprovou, em definitivo, a aquisição dos ativos de distribuição e asfaltos do Grupo Ipiranga pela Petrobras, condicionado à assinatura e pleno cumprimento de um Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), firmado pela Petrobras e pela Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda., possibilitando a gestão imediata e direta destes ativos.

A partir deste resultado favorável, a Petrobras iniciou o processo de transferência dos ativos, representados pelas empresas Ipiranga Asfaltos S.A. e Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda., para a Petrobras Distribuidora, em linha com o planejamento inicial da operação que visava ampliar a liderança da referida subsidiária no mercado brasileiro de distribuição, por meio do aumento de parcela de mercado, com garantia de rentabilidade.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 06 de março de 2009, os Conselhos de Administração da Petrobras e da Petrobras Distribuidora autorizaram o aporte das participações em Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e Ipiranga Asfaltos S.A. na Petrobras Distribuidora mediante um aumento de capital correspondente ao patrimônio líquido destas empresas.

Em 09 de abril de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras Distribuidora aprovou o aumento de capital proposto, no montante de R\$671,0 milhões, finalizando o processo de transferência da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e da Ipiranga Asfaltos S.A., que se tornaram subsidiárias da Petrobras Distribuidora.

Em 31 de outubro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras Distribuidora aprovou a incorporação total da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. ao seu patrimônio, com o objetivo de otimizar a gestão do negócio de distribuição e capturar as sinergias estimadas no momento da aquisição do Grupo Ipiranga.

Negócios petroquímicos

A Petrobras e a Braskem encaminharam, em 18 de maio de 2007, pedido de registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Ipiranga Petroquímica, que permitiu a aquisição privada, por R\$118,0 milhões, das ações de emissão da Ipiranga Petroquímica detidas por seus acionistas minoritários em 28 de junho de 2007. Em 04 de julho de 2007, a CVM deferiu o pedido de dispensa da referida Oferta Pública de Aquisição de Ações e, em 18 de julho de 2007, a Ipiranga Petroquímica teve seu registro de companhia aberta cancelado.

Após a concessão do registro da Oferta Pública de Aquisição de Ações para fechamento de capital da Copesul em 10 de agosto de 2007 pela CVM, no dia 05 de outubro de 2007 ocorreu o leilão para aquisição das ações ordinárias de emissão da Copesul. O valor da operação foi de R\$1,3 bilhão.

Com a Incorporação das Ações, a Petrobras passou a ter na Ipiranga Química S.A., da qual a Ipiranga Petroquímica era subsidiária integral, 40% da participação acionária, conforme acordado no acordo de investimento.

O ágio de R\$ 670 milhões apurado tem como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro.

Negócios de refino

Na fase de Incorporação das Ações, a Petrobras passou a ter direito de receber da Ultrapar 33% da Refinaria de Petróleo Ipiranga.

Em março de 2009, foi finalizado o recebimento dos Ativos de Refino adquiridos do Grupo Ipiranga, com a efetiva entrega das ações da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., pertinentes à Petrobras e à Braskem.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A entrega dessas ações ocorreu concomitantemente ao aumento de capital da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., através da subscrição e consequente integralização de novas ações pela Petrobras, Braskem e Ultrapar, de forma a equalizar a participação societária entre elas. Em 18 de março de 2009, foi firmado Acordo de Acionistas da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. entre Petrobras, Ultrapar e Braskem, no qual se estabeleceram as regras de governança para viabilizar o controle e administração conjuntos entre as signatárias.

O ágio de R\$10,1 milhões apurado tem como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro.

A Petrobras consolida proporcionalmente as demonstrações contábeis dos ativos de refino da Refinaria de Petróleo Ipiranga em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar.

• *Acordo de Investimento da Braskem*

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado o Acordo de Investimentos entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa, através do qual foi acordada a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e pela Petroquisa, o que permitiria conjuntamente à Petrobras e Petroquisa aumentarem sua participação no capital votante da Braskem para 30% e 25%, respectivamente.

Os ativos petroquímicos envolvidos na operação foram: (i) 37,3% do capital votante e total da Copesul; (ii) 40% do capital votante e total da Ipiranga Petroquímica, subsidiária integral da Ipiranga Química S.A.; (iii) 40% do capital votante e total da Ipiranga Química S.A.; (iv) até 100% do capital votante e total da Petroquímica Triunfo S.A.; e (v) 40% do capital votante e total da Petroquímica Paulínia S.A..

Em 14 de maio de 2008 foi celebrado o Aditivo ao Acordo de Investimentos o qual dividiu a operação de integração em duas fases.

A primeira fase foi realizada em 30 de maio de 2008, quando a Petrobras e a Petroquisa integraram na Braskem a Grust Holdings S.A., detentora das participações de 36,5% em Copesul, 40% em Ipiranga Química S.A. e 40% em Petroquímica Paulínia S.A., passando a deter 30% do capital votante e 23,1% do capital total da Braskem. Nesta operação de incorporação de ações da Grust Holding S.A. na Braskem foi apurado pela Petroquisa um deságio sem fundamentação econômica no montante de R\$424,2 milhões.

Com a implementação da primeira fase, Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa, com a interveniência da Braskem, em 30 de maio de 2008, celebraram o novo acordo de acionistas da Braskem, ampliando os padrões de governança e possibilitando maior participação da Petrobras no processo decisório, que passou a indicar 3

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

conselheiros para o Conselho de Administração bem como representantes para todos os comitês de assessoramento a este Conselho.

Dando continuidade ao processo de integração dos ativos, em 11 de setembro de 2008 a Ipiranga Petroquímica incorporou 100% do capital total da Copesul e em 30 de setembro a Braskem incorporou 100% do capital total da Ipiranga Petroquímica e da Petroquímica Paulínia S.A., que se tornaram unidades operacionais da Braskem.

Em 22 de dezembro de 2008 a Braskem cancelou ações em tesouraria, correspondente a 6.251.744 ações ordinárias, 10.389.665 ações preferenciais classe A e 209.248 ações preferenciais classe B, passando a Petroquisa a deter 31 % do capital votante e 23,8 % do capital social total da Braskem.

Na segunda fase, a Petrobras e a Petroquisa exerceram a opção de integrar na Braskem até 100% do capital votante e total da Petroquímica Triunfo S.A. A incorporação da Petroquímica Triunfo S.A. na Braskem, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de 7 de abril de 2009, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Braskem em 30 de abril de 2009 e na Assembleia Geral Extraordinária da Petroquímica Triunfo S.A. em 5 de maio de 2009.

Essa operação concluiu a integração de ativos prevista no Acordo de Investimentos, celebrado em novembro de 2007 e aprovada pelo CADE em julho de 2008 entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa. Com a incorporação, a Petroquisa passou a deter 31% do capital votante e 25,3% do capital social total da Braskem.

• **Aquisição da Suzano Petroquímica S.A.**

Em 30 de novembro de 2007, foi concluída a aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A. por intermédio da aquisição da Pramoia Participações S.A. e sua controlada Dapean Participações S.A., equivalente a 99,9% das ações ordinárias e de 76,57% do capital total da Suzano Petroquímica S.A..

O pagamento pela Petrobras aos acionistas vendedores foi no montante global de R\$2,1 bilhões, que correspondeu a R\$13,27 por ação ordinária e R\$10,61 por ação preferencial.

Em 28 de dezembro 2007, foi protocolado junto à CVM o pedido de registro e Oferta Pública de Ações (OPA) para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Suzano Petroquímica S.A. de propriedade de seus demais acionistas pelos valores de R\$13,27 por ação ordinária e R\$10,61 por ação preferencial.

Na aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A., por intermédio da Pramoia Participações S.A., foi apurado ágio de R\$1,2 bilhões, tendo como fundamento econômica a expectativa de resultado futuro.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 24 de março de 2008, a Pramoia Participações S.A. foi incorporada pela Petrobras após aprovação das respectivas Assembleias Geras Extraordinárias.

Em 30 de abril de 2008, a CVM deferiu o registro da Oferta Pública de Ações (OPA) para aquisição das ações da Suzano Petroquímica S.A., condicionado a ajustes, os quais foram acatados pela Petrobras, inclusive atualização dos valores da oferta.

Em 12 de maio de 2008, a Petrobras publicou o Instrumento de Oferta Pública de Ações (OPA). Na mesma data, teve início o período para habilitação e adesão à Oferta Pública de Ações (OPA) por parte dos minoritários, que se encerrou em 19 de junho de 2008.

Em 20 de junho de 2008, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Ações (OPA) da Suzano Petroquímica S.A., no qual a Quattor Participações S.A. adquiriu (i) 102.906 das ações ordinárias (92,7% de adesão) pelo preço de R\$14,08 por ação ordinária; e (ii) 50.147.172 ações preferenciais (94,6% de adesão) pelo preço de R\$11,26 por ação preferencial.

Em 30 de junho de 2008, a Suzano Petroquímica S.A. teve sua denominação social alterada para Quattor Petroquímica S.A.

• **Acordo de Investimento com Unipar**

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado Acordo de Investimentos entre Petrobras, Petroquisa e Unipar, onde foram definidos, dentre outros, as etapas de estruturação para a criação de uma companhia integrada (“Sociedade Petroquímica”) na proporção de 60% Unipar e os 40% Petrobras e Petroquisa. O objetivo da criação da Sociedade Petroquímica foi nela integrarem seus ativos dedicados à produção de resinas termoplásticas, petroquímicos básicos e atividades correlatas, com vistas a atingir escala mundial de produção e elevada competitividade.

Os ativos petroquímicos que Petrobras e Petroquisa contribuíram para a formação da Sociedade Petroquímica, denominados “Ativos Petrobras” foram: (i) 99,9% do capital votante e 76,57% do capital total da Suzano Petroquímica S.A., e (ii) 17,48% do capital votante e 17,44% do capital total de titularidade da Petroquisa na Petroquímica União S.A..

Da mesma forma, a Unipar contribuiu com os “Ativos Unipar”, a saber: (i) 33,3% do capital votante e total da Rio Polímeros S.A.; (ii) 54,96% do capital votante e 51,35% do capital total da Petroquímica União S.A.; (iii) 99,99% do capital votante e total da Polietilenos União S.A.; (iv) todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da Unipar Divisão Química; e (v) a importância, em dinheiro, de R\$380,0 milhões, correspondente ao valor do preço pago por: (a) totalidade da participação de 16,67% do capital total detida pela Petroquisa na Rio Polímeros S.A.; e 15,98% da participação de Suzano Petroquímica S.A. na Rio Polímeros S.A., pelo preço certo e ajustado de R\$ 0,9152 por ação.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 07 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração da Suzano Petroquímica S.A. aprovou a alienação de parte das ações detidas de emissão da Rio Polímeros S.A., correspondente a 24,31% do capital social, permanecendo a Suzano Petroquímica S.A. com participação de 9,02% do capital social da Rio Polímeros S.A. O direito de preferência sobre estas ações, previsto no acordo de acionistas da Rio Polímeros S.A., foi exercido parcialmente e de forma não proporcional: (i) 15,98% do capital social foi adquirido pela Unipar através de sua sociedade de propósito específico Fasciatus Participações S.A.; (ii) 8,33% pelo BNDES Participações S.A. e (iii) nenhuma ação foi adquirida pela Petroquisa.

Em 11 de junho de 2008, parte das ações detidas pela Suzano Petroquímica S.A., representativas de 24,31% do capital social da Rio Polímeros S.A., foram alienadas pelo valor de R\$283,0 milhões para a Fasciatus Participações S.A. e BNDES Participações S.A.

Na mesma data, a Petroquisa alienou sua participação de 16,67% do capital social da Rio Polímeros S.A. pelo valor de R\$194,0 milhões em favor da Fasciatus Participações S.A..

Em 14 de fevereiro de 2008, os acionistas de Dapean Participações S.A. deliberaram pelo resgate da totalidade das ações preferenciais classe A da Rio Polímeros S.A., mediante a conseqüente redução de seu capital social para R\$495,0 milhões.

Em 11 de junho de 2008, a Petroquisa integralizou sua participação na Petroquímica União S.A. avaliada em R\$152,9 milhões na Dapean Participações S.A., subscrevendo 19.315.055 ações ordinárias e 10.060.727 ações preferenciais. As ações preferenciais foram resgatadas no mesmo dia pelo valor de R\$52,3 milhões e participação no capital social de Dapean passou a ser distribuída entre Petrobras e Petroquisa na proporção de 79,8% e 20,2%, respectivamente.

Posteriormente, a Dapean Participações S.A. incorporou a Fasciatus Participações S.A., sociedade de propósito específico que reuniu os “Ativos Unipar”, passando a concentrar assim todos os “Ativos Petrobras e Unipar” sob a Dapean Participações S.A. Esta incorporação foi realizada a valor contábil e a relação de troca estabelecida pelos valores econômicos dos ativos. A operação gerou resultado não operacional de R\$326,1 milhões (Controladora) e R\$ 408,8 milhões (Consolidado) referente ao ganho por variação na porcentagem de participação societária, em função das novas práticas contábeis, estes valores foram reclassificados para resultado de participações em investimentos.

No mesmo ato societário desta incorporação, a Dapean Participações S.A. teve sua denominação social alterada para Quattor Participações S.A. e passou a ser controlada pela Unipar, com 60% do capital votante e total da sociedade. A participação do Sistema Petrobras na Quattor Participações S.A. passou a ser de 40% do capital votante e total, distribuídos entre Petrobras e Petroquisa em 31,9% e 8,1%, respectivamente.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A operação foi aprovada sem restrições em 09 de julho de 2008 pelo CADE.

Em 01 de agosto de 2008, a Quattor Participações S.A. concluiu a aquisição de (i) 1.670.279 ações ordinárias e 876.216 ações preferenciais da Petroquímica União S.A. detidas pela Companhia Brasileira de Estireno S.A., ao preço de R\$15,2741 por ação, e (ii) 1.489.109 ações ordinárias e 1.314.256 ações preferenciais da Petroquímica União S.A. detidas pela Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio, ao preço de R\$ 17,1834 por ação ordinária e de R\$ 15,2741 por ação preferencial. Com isso, a Quattor Participações S.A. passou a deter direta e indiretamente 86,91% do capital votante e 82,31% do capital total da Petroquímica União S.A.. Na mesma data, o Acordo de Acionistas da Petroquímica União S.A. foi resilido.

Em 02 de dezembro de 2008, a Quattor Participações S.A. realizou uma Oferta Pública de Ações (OPA) da Petroquímica União S.A. com o objetivo de cancelar o seu registro de companhia aberta. No processo, foram adquiridas 6.536.039 ações ordinárias e 11.176.718 ações preferenciais pelo valor total de R\$272,6 milhões e, uma vez que as condições previstas pela CVM foram atendidas, a empresa teve seu registro de companhia aberta cancelado no dia 16 do mesmo mês.

Em 16 de dezembro de 2008, a Quattor Participações S.A. realizou uma Oferta Pública de Ações (OPA) da Quattor Petroquímica S.A. visando à descontinuidade das Práticas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa na empresa. Neste leilão, foram adquiridas 407 ações ordinárias e 1.308.386 ações preferenciais pelo valor total de R\$11,9 milhões. No dia seguinte, a Quattor Petroquímica S.A. descontinuou as Práticas de Governança Corporativa Nível 2, porém permanece com seu registro de companhia aberta com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2008, a composição acionária dos ativos controlados pela Quattor Participações S.A. era de: 75% do capital total da Rio Polímeros S.A., 99,3% do capital total da Quattor Petroquímica S.A., 99,2% do capital total da Petroquímica União S.A., 100% do capital total da Polietilenos União S.A., e todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da Unipar Divisão Química.

• **Refinaria Abreu Lima**

A Refinaria Abreu e Lima S.A. foi constituída em 7 de março de 2008 pela Petrobras como uma sociedade por ações de capital fechado. A Refinaria Abreu e Lima S.A. tem sede no Complexo Industrial Portuário do SUAPE, na Cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco, e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

• **Criação de empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ**

A Petrobras, em prosseguimento à implementação da Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, constitui em 5 de fevereiro de 2009, seis sociedades por ações no Rio de Janeiro, a saber:

- Comperj Participações S.A.: Sociedade de Propósito Específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ;
- Comperj Petroquímicos Básicos S.A.: Sociedade produtora de Petroquímicos Básicos;
- Comperj PET S.A.: Sociedade produtora de PTA/PET;
- Comperj Estirênicos S.A.: Sociedade produtora de Estireno;
- Comperj MEG S.A.: Sociedade produtora de Etileno Glicol e Óxido de Eteno; e
- Comperj Poliolefinas S.A.: Sociedade produtora de Poliolefinas (PP/PE).

Atualmente detém 100% do capital total e votante dessas companhias, e está sendo implantado o modelo de integração e relacionamento das empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.

Esse modelo busca capturar as sinergias decorrentes da localização de várias companhias em um mesmo site de produção.

Em 30 de dezembro de 2009, a Petrobras realizou aportes em bens no valor de R\$1,3 bilhões pautados em laudos contábeis aprovados pela administração de cada companhia.

Em 21 de janeiro de 2010, a Petrobras, Odebrecht e Braskem celebraram um acordo de associação que tem como objetivo regular a relação comercial e societária no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.

• **Biocombustíveis**

Criação da Petrobras Biocombustível S.A.

Com a criação da subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. em 16 de junho de 2008, a Petrobras aproveita a oportunidade empresarial decorrente do aumento da demanda mundial de biocombustíveis e, também, fortalece sua posição de empresa comprometida com o meio-ambiente e com o desenvolvimento social. Além de contribuir para a redução do aquecimento global, os biocombustíveis permitem geração de emprego e renda no campo, com a utilização da agricultura familiar na produção das matérias-primas.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de 50% de usina de biodiesel no Paraná

Em dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível S.A. ingressou no capital social da empresa BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. com investimentos no valor de R\$55,0 milhões, passando a deter 50% das ações da empresa.

Do total do investimento, R\$45,0 milhões já foram aportados em 2009 e os R\$10,0 milhões restantes serão aportados por ocasião do início das operações da Companhia, previsto para o segundo trimestre de 2010.

A BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., constituída em 12 de junho de 2009, está localizada na Cidade de Marialva, Estado do Paraná, e tem capacidade para produzir 120 milhões de litros de biodiesel por ano. Na região, a Agricultura Familiar é responsável por 31% da soja produzida, configurando um cenário propício à obtenção da certificação do Selo Combustível Social.

O objeto social consiste na industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos incluindo, mas não limitando proteínas vegetais.

Aquisição de participação em usina de etanol

Em 18 de janeiro e 31 de março de 2010, a Petrobras Biocombustível integralizou o montante de R\$105,0 milhões no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., conforme compromisso estabelecido, na Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2009, de integralizar o montante de R\$150,0 milhões até março de 2011, quando passará a deter 40,4% do capital social.

A iniciativa, em linha, com o Plano de Negócios, insere a Companhia no mercado de etanol. A parceria viabilizará a ampliação da usina para uma capacidade total de 203 milhões de litros por ano, com um excedente de energia elétrica para comercialização de 38,5 MW, gerada pelo aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar.

• Acordo de Investimento entre Petrobras, Petroquisa, Braskem, Odebrecht e Unipar

O Acordo de Investimento celebrado em 22 de janeiro de 2010, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, estabeleceu que a operação de integração das participações petroquímicas concretizar-se-ão por meio das seguintes etapas: (i) a formação da holding BRK Investimentos Petroquímicos S.A., que passa a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão da Braskem anteriormente detidas por Odebrecht, Petroquisa e Petrobras; (ii) aportes de recursos na BRK Investimentos

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Petroquímicos S.A., realizados em dinheiro por Odebrecht e Petrobras; (iii) aumento de capital da Braskem, realizado sob a forma de uma subscrição privada por seus acionistas; (iv) aquisição pela Braskem das ações da Quattor Participações S.A. detidas pela Unipar; (v) aquisição pela Braskem de 100% das ações da Unipar Comercial e Distribuidora S.A. e de 33,33% das ações da Polibutenos S.A. Indústrias Químicas; e (vi) incorporação pela Braskem das ações da Quattor Participações S.A. detidas pela Petroquisa e Petrobras.

Em 8 de fevereiro de 2010, a W.B.W., controlada da Petroquisa, detentora de 31% do capital votante da Braskem, foi incorporada pela BRK Investimentos Petroquímicos S.A. Com esse movimento, Odebrecht, Petroquisa e Petrobras iniciaram o processo de concentração na BRK Investimentos Petroquímicos S.A. da totalidade de suas ações ordinárias de emissão da Braskem. Como resultado, a BRK passou a ser titular de ações ordinárias de emissão da Braskem correspondentes a 93,3% do seu capital votante. O capital social da BRK Investimentos Petroquímicos S.A., por sua vez, foi integralmente constituído por ações ordinárias, detidas por Petroquisa e Odebrecht.

Também em 8 de fevereiro de 2010 foi firmado pela Petroquisa, Petrobras e Odebrecht um acordo de acionistas, que passou a regular as suas relações na qualidade de acionistas da Braskem e da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. O referido Acordo de Acionistas reflete os compromissos da Petroquisa, Petrobras e Odebrecht com elevados patamares de governança corporativa e agregação de valor para todos os acionistas da Braskem.

Nos termos desse Acordo de Acionistas, todas as matérias de competência da Assembléia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração serão aprovadas por consenso entre Odebrecht, Petroquisa e Petrobras. Na eleição dos Diretores, incluindo-se o Diretor Presidente, e na aprovação do plano de negócios, serão observadas normas específicas do Acordo de Acionistas, e que constituem exceção à regra do consenso.

Em atendimento ao disposto no Acordo de Investimento, em 30 de março de 2010, a Odebrecht aportou R\$1,0 bilhão e, em 5 de abril de 2010, a Petrobras aportou R\$2,5 bilhões na BRK Investimentos Petroquímicos S.A.. Após os aportes dos recursos supra referidos, a Odebrecht e a Petrobras, em conjunto com a Petroquisa, passaram a deter 53,79% e 46,21% do capital total da BRK Investimentos Petroquímicos S.A., respectivamente.

Também, em 22 de janeiro de 2010, Odebrecht, Petroquisa, Petrobras e Braskem celebraram um acordo de associação, que tem como objetivo regular sua participação no Complexo Petroquímico de Suape e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ. Esse Acordo de Associação prevê que a Braskem assumirá gradualmente as sociedades que desenvolvem os negócios do Complexo Petroquímico de de Suape. Quanto às sociedades que desenvolvem as 1ª e 2ª gerações petroquímicas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ,

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

restou acordado que a Braskem assumirá tais negócios petroquímicos, observadas as condições pactuadas. Essas transações se harmonizam com o interesse de Odebrecht, Petroquisa e Petrobras em integrar seus interesses petroquímicos na Braskem.

A Companhia entende que essa operação está alinhada com seu plano estratégico, de atuar no setor petroquímico de forma integrada com os seus demais negócios, agregando valor aos seus produtos, e permitindo uma participação mais efetiva na Braskem. Essa operação também permitirá uma maior valorização de sua participação no setor petroquímico, em decorrência da maior escala de uma estrutura de capital mais adequada aos desafios da competição global e que os acordos de investimentos e de acionistas proporcionam à Petroquisa e Petrobras uma posição de acionista que participa da elaboração das políticas estratégicas, financeiras e operacionais das companhias investidas.

• *Opção de compra de Sociedades de Propósitos Específicos - SPE*

Em 18 de junho de 2007, por recomendação da Petrobras, a Braspetro Oil Company exerceu, por US\$123,0 milhões (R\$217,8 milhões), a opção de compra da totalidade das ações da EVM Leasing Co., proprietária dos bens financiados, junto aos investidores e financiadores do projeto estruturado EVM Leasing Co., tendo em vista a conclusão da estrutura financeira e liquidação das demais obrigações contratuais do projeto pela Petrobras. A partir desta data, a EVM Leasing Co. tornou-se uma controlada direta da Braspetro Oil Company que possui 100% de seu capital votante e integralizado. O deságio de US\$417,3 milhões (R\$739,2 milhões), apurado na aquisição, está sendo apresentado nas demonstrações consolidadas, retificando o Imobilizado, em função da sua fundamentação econômica, e sendo amortizado em função das unidades produzidas pelos respectivos ativos.

Em 2009, a Petrobras exerceu a opção de compra das seguintes sociedades de propósito específico, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda das Ações celebrados entre Petrobras e antigos acionistas dessas sociedades de propósito específico. Os deságios apurados são decorrentes de outras razões econômicas.

- a) Marlim Participações S.A., em 30 de abril de 2009, 100% das ações, por R\$1,0 milhão, com deságio de R\$57,1 milhões;
- b) Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos, em 30 de dezembro de 2009, 100% das ações, por R\$90,0 milhões, com deságio de R\$1,8 bilhões; e
- c) NovaMarlim Participações S.A., em 11 de dezembro de 2009, 43,43% das ações, por R\$1,0 milhão, com deságio de R\$1,0 milhão.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 16 de março de 2010, a Petrobras exerceu a opção de compra da Cayman Cabiúnas Investment Co. Ltd., por US\$85,0 milhões, equivalente a R\$151,5 milhões, conforme previsto no “Put and Call Agreement”.

II) Investimentos no Exterior

- **No Equador**

Acordo com Teikoku Oil Co. Ltd. em operações no Equador

Em 11 de janeiro de 2007, foi aprovado pelo Ministério de Minas do Equador o acordo prévio firmado em janeiro de 2005, para a venda pela Petrobras Energia S.A. à Teikoku Oil Co. Ltd., de 40% dos direitos e obrigações dos contratos de participação nos Blocos 18 e 31 no Equador e a cessão de 40% do contrato de transporte de óleo com a Oleoducto de Crudos Pesados Ltd..

Nova Lei de Hidrocarbonetos

Em abril de 2006, foi aprovada a “Ley Reformatória” à “Ley de Hidrocarburos” no Equador e regulamentada em julho de 2006, estabelecendo uma participação mínima do Governo de 50% sobre as receitas extraordinárias geradas por aumentos do preço de venda do petróleo equatoriano comparado com o preço médio mensal na data da assinatura dos respectivos contratos de venda do petróleo, expresso em moeda constante do mês da liquidação.

Em janeiro de 2007, a EcuadorTLC, controlada da Petrobras Energia S.A., pagou o montante equivalente a R\$46,0 milhões cobrado pela Petroecuador, referente ao período de abril a dezembro de 2006 e, a partir dessa data, a EcuadorTLC passou a efetuar os pagamentos de acordo com o critério estabelecido pela Petroecuador.

Em julho de 2007, a Petroecuador notificou a EcuadorTLC quanto a diferenças nos valores calculados para o campo Palo Azul referente ao período de janeiro a junho de 2007 no montante equivalente a R\$28,3 milhões, considerando uma metodologia diferente de cálculo das participações.

Foi solicitado a Petroecuador reconsiderar os critérios adotados para cálculo das participações, levando-se em conta o critério sugerido pela Procuradoria Geral do Estado utilizado pela própria Petroecuador em janeiro e fevereiro de 2007.

Em outubro de 2007, a “Dirección Nacional de Hidrocarburos” notificou sobre uma nova cobrança, referente ao período de 25 de abril de 2006 a 31 de dezembro de 2006 acrescida de juros, que pressupõe uma despesa adicional de US\$ 30 milhões.

Em 18 de outubro de 2007, a Lei de Hidrocarbonetos foi alterada, elevando a participação do Estado sobre os excedentes extraordinários do preço do óleo para 99%, reduzindo a correspondente participação das companhias petroleiras para 1% sobre esta parcela. Em 28 de dezembro, a Assembléia Constituinte do Equador

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

aprovou a “Ley de Equidad Tributaria”, que impõe profunda reforma tributária com a criação de novos impostos, a partir de 1º de janeiro de 2008.

Em 18 de janeiro de 2008, a Petroecuador comunicou a existência de uma única dívida de US\$ 66 milhões, correspondente a diferenças acumuladas entre abril de 2006 e dezembro de 2007.

Suportada em argumentos legais, a EcuadorTLC S.A. considera improcedente a interpretação da Petroecuador e, portanto, não foi registrado qualquer impacto nas demonstrações contábeis da citada cobrança.

O conjunto de mudanças trazidas pela mencionada reforma, modificou as condições estabelecidas entre as partes quando da aprovação dos respectivos contratos de participação, afetando a previsão de rentabilidade dos atuais negócios no Equador e a recuperabilidade dos investimentos realizados.

Conseqüentemente, para adequar o valor contábil dos ativos ao seu valor estimado de recuperação, em 31 de dezembro de 2007 foi reconhecida uma provisão no montante de R\$ 308.796 mil (US\$ 174.333 mil).

Em 31 de dezembro de 2008, a Petrobras Energia Ecuador S.A. assinou acordo com o governo do Equador para devolução da concessão do bloco exploratório 31, no qual implicou no reconhecimento de perda no montante equivalente de R\$181,6 milhões.

• **Na Bolívia**

Nova Lei dos Hidrocarbonetos

A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos toda a produção de hidrocarbonetos.

Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus sócios firmaram com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, contratos de operação dos blocos San Alberto, San Antonio, Rio Hondo e Ingre, os quais entraram em vigor a partir de 02 de maio de 2007. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participações, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, devendo ser reembolsados a Petrobras Bolívia os custos de produção e investimentos realizados pela Companhia, além do pagamento da remuneração calculada de acordo com a tabela de participação variável estabelecida no contrato.

Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra e venda das ações da Petrobras Bolívia Refinación S.A., com a transferência de 100% das ações para a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos pelo montante de US\$ 112 milhões em duas parcelas: a primeira, liquidada em 11 de junho de 2007 e a segunda em 13 de

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

agosto de 2007, apurando-se um ganho equivalente, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 66.195 mil (US\$ 37.371 mil)

Em 31 de agosto de 2007, foi promulgada a Lei 3.740 de Desenvolvimento Sustentável do Setor de Hidrocarbonetos, revogando o Impuesto a las Utilidades Extraordinárias por Extracción de Recursos Naturales no Renovables e viabilizando a participação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos nas receitas provenientes dos mencionados contratos de operação.

Mediante o Decreto Supremo 28.701, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos controlasse com, no mínimo, 50% mais uma ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A., da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação, por meio da Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios S.A. (51%) e Petrobras Energia Internacional S.A. (49%).

Em 18 de dezembro de 2007, a Petrobras assinou com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, comunicado conjunto revendo novos investimentos para aumentar a produção de gás natural na Bolívia. O comunicado estabelece ainda as linhas gerais para a execução conjunta de projetos, com a constituição de uma possível Sociedade de Economia Mista. Por outro acordo, Petrobras e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos definiram que, para volumes entregues ao mercado interno superiores a 18% da produção proveniente de novos projetos, haverá garantia de um preço de 50% do preço de exportação.

A Petrobras e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos assinaram, no 4º trimestre de 2009, aditivo contratual que regula o pagamento de valores adicionais à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos referente à quantidade de líquidos (hidrocarbonetos pesados) presentes no gás natural importado pela Petrobras da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos por meio do Gas Supply Agreement - GSA. O aditivo estabelece valores adicionais entre US\$ 100 milhões e US\$ 180 milhões por ano, aplicados a volumes de gás entregues a partir de maio de 2007. Com relação ao ano de 2007, a obrigação de pagamento adicional da Petrobras foi provisionada e foi liquidada em fevereiro de 2010. O pagamento dos valores referentes aos anos posteriores somente serão devidos após cumprimento de condição precedente estabelecida no aditivo, que demandará negociações adicionais com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.

• **Na Argentina**

Venda de Participação Acionária em Empresa de Energia na Argentina – Compañía Inversora em Transmisión Eléctrica S.A. – Citelec

Em 14 de dezembro de 2007, foi aprovada pelos organismos reguladores e autoridades competentes a transferência das ações da Compañía Inversora en Transmisión Eléctrica S.A. - Citelec, detentora de 52,67% da Compañía de Transporte

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

em Energia Eléctrica en Alta Tensión - Transener S.A., para a Energia Argentina S.A.- ENARSA e para a Electroingenieria S.A. por um preço fixo de US\$ 54 milhões, equivalentes a R\$ 95.650 mil.

Incorporação

Em 01 de janeiro de 2009, a Petrobras Energia Participaciones S.A. foi incorporada por sua controlada Petrobras Energia S.A., que teve sua razão social alterada para Petrobras Argentina S.A..

Venda de participação acionária da empresa Petroquímica Cuyo S.A.I.C.

Em 02 de janeiro de 2008, a Petrobras Energia S.A. (Pesa) vendeu sua participação acionária na Petroquímica Cuyo S.A.I.C. pelo montante de R\$ 56.682 mil.

• **Na Venezuela**

Revisão dos convênios operacionais na Venezuela

Em março de 2006, a Petrobras Energia S.A., através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com Petróleos de Venezuela e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. Memorandos de Entendimento com o objetivo de concretizar a migração dos convênios operacionais para a modalidade de empresas mistas, conforme determinação legal. Os MDE estabeleciam que a participação dos sócios privados nas empresas mistas é de 40%, correspondendo ao governo venezuelano uma participação de 60%.

De acordo com o que estabelece os Memorandos de Entendimento, a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. reconheceu créditos divisíveis e transferíveis a favor das empresas privadas que participam das empresas mistas, que não estão sujeitos a juros e podem ser utilizados no pagamento de bônus de aquisição de qualquer novo projeto de empresa mista para o desenvolvimento de atividades de exploração e produção de petróleo ou de licença para o desenvolvimento de operações de exploração e produção de gás na Venezuela.

A migração dos contratos produziu efeitos econômicos a partir de 01 de abril de 2006. Em agosto de 2006, foram firmados os contratos de conversão de Oritupano Leona, La Concepción, Acema e Mata. Posteriormente, foram constituídas as empresas Petroritupano S.A., Petrowayú S.A., Petrovenbras S.A. e Petrokariña S.A. as quais, respectivamente, operam nas áreas acima mencionadas.

De acordo com a estrutura societária e de governança definida para as empresas mistas, a partir de 01 de abril de 2006 a Petrobras Energia S.A. deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas, avaliados por equivalência patrimonial. A recuperação destes investimentos está relacionada à volatilidade do preço do petróleo, às condições econômicas, sociais e regulatórias na Venezuela, e

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

em particular, aos interesses de seus acionistas em relação ao desenvolvimento das reservas de petróleo.

Conseqüentemente, para adequar o valor contábil do investimento ao seu valor recuperável estimado foi reconhecida uma perda sobre investimentos no montante equivalente a R\$ 134.816 mil (US\$ 77.007 mil) em 2009, R\$ 55.425 mil (US\$ 23.115 mil) em 2008 e R\$ 119.588 mil (US\$ 67.514 mil) em 2007.

- **No Japão**

Aquisição de ações da Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS)

Em 09 de novembro de 2007, a Petrobras assinou documento de compra de 87,5% das ações da empresa japonesa Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) com a TonenGeneral Sekiyu Kabushiki Kaisha (TGSK), pelo valor aproximado de US\$ 50 milhões. A aquisição compreende uma refinaria com capacidade de 100.000 bpd, que refina petróleo leve e produz derivados de alta qualidade, um terminal de petróleo e derivados com capacidade de armazenamento de 9,6 milhões de barris, três piers com capacidade de receber navios de produtos de até 97.000 Deadweight tonnage (dwt) e uma monobóia para navios Very Large Crude Carrier (VLCC) de até 280.000 dwt.

Em abril de 2008, o processo de aquisição foi encerrado com a transferência do controle acionário.

- **Nos EUA**

Aquisição da totalidade da Refinaria de Pasadena

Em decisão preliminar proferida em 24 de outubro de 2008, no âmbito de processo arbitral existente entre a Petrobras America Inc. e outras e a Astra Oil Trading NV e outras, que tramita segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi considerado válido o exercício da opção de venda ("put option") exercido pela Astra Oil Trading NV e outras em relação à Petrobras America Inc. e outras dos 50% remanescentes das ações da Astra Oil Trading NV na Pasadena Refinery Systems Inc., companhia que detém a Refinaria de Pasadena, e na empresa a ela ligada de "trading", ambas com escritórios operacionais no Texas.

No exercício de 2008 foi registrada a baixa total do ágio por expectativa de rentabilidade futura apurado na aquisição da Pasadena Refinery Systems Inc, no montante equivalente a R\$ 384.431 mil, tendo em vista mudanças na expectativa de rentabilidade. Os fatores que justificam essas mudanças são a diminuição constante e substancial do preço do petróleo bruto e dos derivados nos últimos doze meses, redução do processamento de refino em função da queda da demanda dos produtos refinados e da margem praticada no mercado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em março de 2009 foi reconhecida perda no valor de R\$ 341.179 mil (US\$ 147.365 mil), correspondente à diferença entre o valor dos ativos líquidos e o valor definido pelo painel arbitral.

Em decisão proferida em 10 de abril de 2009, foi confirmado como válido o exercício da "put option". As responsabilidades operacionais, gerenciais e financeiras já haviam sido transferidas à Petrobras America Inc. e outras desde 17 de setembro de 2008, com base em decisão arbitral preliminar de 24 de outubro de 2008.

Segundo a decisão arbitral de 10 de abril de 2009, ficou definido em US\$ 466 milhões o valor dos 50% remanescentes da participação acionária na Refinaria e na Trading em Pasadena. O pagamento seria realizado em três parcelas, uma primeira no valor de US\$ 296 milhões (devida originalmente em 27 de abril de 2009, segundo a decisão) e as duas seguintes no valor de US\$ 85 milhões cada uma, estas duas últimas com vencimento fixado pelos árbitros para setembro de 2009 e setembro de 2010. As partes em disputa apresentaram pedidos de esclarecimentos ao painel arbitral acerca de alguns pontos da decisão, mas o painel arbitral houve por bem, em 3 de junho de 2009, confirmar "in totum" a decisão original, sem apresentar qualquer esclarecimento adicional. A decisão arbitral determinou, ainda, adicionalmente ao valor atribuído à compra das ações, o reembolso pela Petrobras America Inc. à Astra Oil Trading NV do montante de US\$156 milhões, correspondente a uma garantia relativa a empréstimo contraído pela Trading Company junto ao BNP Paribas, uma vez que ocorreria o encerramento de uma linha de crédito desta sociedade junto ao citado banco.

Os valores correspondentes à compra das ações e ao reembolso do pagamento da garantia do BNP Paribas à Astra Oil Trading NV vêm sendo reconhecidos contabilmente pela Companhia desde a decisão arbitral de abril de 2009. Em 31.12.2009 esses valores correspondiam a US\$ 488 milhões e US\$ 177 milhões, respectivamente, já considerados os juros incidentes até essa data.

As partes até o momento não se puseram de acordo quanto à finalização das diversas pendências existentes entre elas, algumas objeto de duplicidade de cobrança por parte da Astra Oil Trading NV, para a assinatura de termo global de acordo que ponha fim a todas as demandas e permita os pagamentos objeto da decisão arbitral.

Em 10 de março de 2010, a Corte Federal de Houston, Texas, EUA, confirmou a sentença arbitral proferida em 10 de abril de 2009, rejeitando pedido da PAI de extinção do processo sem resolução de mérito, por incompetência do juízo, e de anulação parcial e modificação da sentença arbitral. Ratificou, no entanto, a decisão de que a PAI adquiriu 100% da participação acionária da Astra Oil Trading NV na Pasadena Refinery Systems Inc.. A Petrobras America Inc. irá recorrer da parte da decisão que confirmou a competência da corte federal em questão e de outros aspectos do julgado.

Continuam também em andamento processos judiciais em que são formulados pedidos de indenizações recíprocas formulados pelas partes. Adicionalmente, a

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Pasadena Refinery Systems Inc. e a Trading Company estão buscando a recuperação de determinados livros e registros fiscais e contábeis dessas companhias retidos indevidamente pela Astra Oil Trading NV e por duas sociedades de advogados.

- **No Chile**

Aquisição de participação da ExxonMobil na Esso Chile Petrolera e em outras empresas chilenas associadas.

Em 07 de agosto de 2008, a Petrobras assinou acordo para a compra da participação da ExxonMobil na Esso Chile Petrolera e em outras empresas chilenas associadas.

O acordo abrange o negócio de combustíveis nos mercados de varejo, industrial e de aviação (os negócios químicos, de lubrificantes e de produtos especiais da ExxonMobil no Chile não fazem parte do acordo) e a transferência do controle ocorrerá no segundo trimestre de 2009, juntamente com o pagamento de cerca de US\$ 400 milhões.

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais Petrobras Venezuela Investments & Services B.V e Petrobras Participaciones, S.L., localizadas na Holanda e Espanha, respectivamente, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 400 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas.

Com a aquisição, a Petrobras entrou no mercado chileno de distribuição de combustíveis com uma rede de cerca de 230 postos de serviços, presença em 11 aeroportos, participação em seis terminais de distribuição, sendo quatro próprios e dois em joint venture, e participação de 22% na empresa Sociedad Nacional de Oleodutos e 33,3% na empresa Sociedad de Inversiones de Aviación.

Em 01 de dezembro de 2009 foi efetivada a compra, por aproximadamente US\$ 14 milhões, da Chevron Chile S.A.C, que produz e comercializa lubrificantes da marca Texaco no Chile.

A Chevron Chile S.A.C. é uma empresa chilena, que possui uma planta situada em Santiago, com capacidade produtiva de 15.900 m³ por ano e conta com uma participação no mercado chileno de lubrificantes acabados de cerca de 6%.

Essa aquisição consolida a presença da Companhia no segmento de distribuição de combustíveis e lubrificantes na América Latina, onde, além do Brasil, a empresa já opera na Argentina, Colômbia, Paraguai, Chile e no Uruguai, através de uma rede de cerca de mais de 1200 postos de serviços.

e. [quadro societário antes e depois da operação](#)

Vide quadro societário do último trimestre e dos 3 últimos anos na seção 8.1 item c

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Petrobras é uma empresa integrada de petróleo e gás natural, a maior empresa do Brasil e uma das maiores da América Latina. Devido ao seu legado como ex-produtora exclusiva de petróleo bruto e derivados de petróleo no Brasil e a seu compromisso com o crescimento da produção, a companhia opera a maioria dos campos produtores de petróleo e gás do Brasil, possui uma ampla base de reservas provadas e uma infraestrutura operacional totalmente desenvolvida. Em 2009, a produção média nacional diária de hidrocarbonetos foi de 2.101,3 mboe/d, representando 98,5% do total da produção do Brasil. Mais de 84% das reservas domésticas provadas estão localizadas em campos grandes, contíguos e altamente produtivos na costa do Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, permitindo que seja concentrada a infra-estrutura operacional e que os custos de exploração, desenvolvimento e produção sejam otimizados. Em 40 anos de desenvolvimento das bacias marítimas do Brasil, a Petrobras desenvolveu uma habilidade especial na exploração e produção em águas profundas, que explora tanto no Brasil, quanto em outros países.

A companhia opera 92% da capacidade de refino no Brasil. A maioria de suas refinarias está localizada na região Sudeste do país, dentro dos mercados mais industrializados e de maior população, adjacentes à Bacia de Campos, que fornece a maior parte do petróleo bruto para refino. A capacidade nacional de refino, de 1.942 mbbl/d, está bem equilibrada com a produção nacional de refino de 1.823 mbbl/d e com as vendas de derivados de petróleo para os mercados nacionais de 1.754 mbbl/d. A Petrobras espera que o crescimento de sua capacidade de produção de petróleo ultrapasse substancialmente as vendas no mercado doméstico nos próximos anos, elevando-se a exportação de óleo. A companhia também está envolvida na produção de petroquímicos e fertilizantes. Distribui grande parte da sua produção de derivados de petróleo através da própria rede de distribuição "BR" com mais de 7.000 postos de serviços localizados em todas as regiões do país.

A companhia participa na maioria dos negócios relativos ao mercado brasileiro de gás natural. Esperamos que o percentual de gás natural na matriz energética brasileira cresça no futuro na medida em que a produção de gás associado e não-associado se eleve, principalmente de campos marítimos nas bacias de Campos, Espírito Santo e Santos, e a infra-estrutura de transporte de gás seja ampliada. A Petrobras utiliza terminais de GNL e importa gás natural da Bolívia para atender a demanda e diversificar o suprimento. Também participa no mercado de nacional de energia elétrica, principalmente através de investimentos em usinas termoeletricas acionadas a gás. A Petrobras produz biocombustíveis, especificamente biodiesel e etanol.

No exterior, a Petrobras está presente em 24 países. Na América do Sul, as operações se estendem da exploração e produção, refino, comercialização, serviços de varejo e transporte de gás natural. Na América do Norte, produz petróleo e gás e

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

tem operações de refino nos Estados Unidos. Na África, produz petróleo em Angola e na Nigéria, e, na Ásia, tem operações de refino no Japão. Nos outros países, está envolvido somente na exploração e produção de petróleo e gás.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações¹:

a. produtos e serviços comercializados

	Segmento
E&P	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
ABASTECIMENTO	Contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados, petróleo e álcoois, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.
G&E	Engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoeletricas no Brasil, além de responsável pelos negócios com fertilizantes.
DISTRIBUIÇÃO	Responsável pela distribuição de derivados de petróleo, álcool e gás natural veicular no Brasil, representada, principalmente, pelas operações da Petrobras Distribuidora.
INTERNACIONAL	Abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.
CORPORATIVOS E OUTROS	São alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o "overhead" relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários. Estão também contemplados nesse grupo os negócios com biocombustíveis, representados, principalmente, pelas operações da Petrobras Biocombustíveis.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

R\$ Mil

Segmento	2007*		2008**		2009**		2010***	
E&P	81.093.476	28%	106.225.551	28%	76.182.838	24%	23.389.287	26%
ABASTECIMENTO	133.148.770	46%	173.176.848	46%	146.768.975	47%	41.274.333	46%
G&E	9.865.871	3%	15.987.874	4%	11.627.332	4%	3.083.016	3%
DISTRIBUIÇÃO	45.078.459	16%	55.762.758	15%	58.277.172	19%	15.299.633	17%
INTERNACIONAL	19.389.980	7%	22.464.350	6%	21.167.309	7%	5.839.793	7%
CORPORATIVOS E OUTROS	-		-		-		-	
ELIMINAÇÕES (1)	(117.998.831)	-	(158.498.845)	-	(131.313.569)	-	(38.473.992)	-
CONSOLIDADO	170.577.725	100%	215.118.536	100%	182.710.057	100%	50.412.070	100%

* Com base na Lei 6.404/76

** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Leis 11638/07 e 11.941/09 e CPSs deliberadas pela CVM até 2008)

***IFRS - 1T 2010

Os percentuais estão considerando o agregado da receita dos Segmentos (não considerando as Eliminações)

(1) Eliminações correspondem às operações entre os segmentos de negócio.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Segmento	2007*		2008**		2009**		1T-2010***	
E&P	26.829.506	125%	37.615.279	114%	19.599.677	68%	7.312.015	95%
ABASTECIMENTO	5.982.364	28%	(3.608.246)	-11%	13.332.721	46%	1.117.786	14%
G&E	(1.382.098)	-6%	(315.982)	-1%	913.635	3%	322.388	4%
DISTRIBUIÇÃO	777.971	4%	1.234.579	4%	1.253.928	4%	360.382	5%
INTERNACIONAL	(1.022.695)	-5%	(1.858.439)	-6%	(219.816)	-1%	447.912	6%
CORPORATIVO	(8.211.166)	-38%	(489.016)	-1%	(4.897.423)	-17%	(1.261.894)	-16%
ELIMINAÇÕES(1)	<u>(1.462.093)</u>	-7%	<u>409.617</u>	1%	<u>(1.001.014)</u>	-3%	<u>(572.315)</u>	-7%
CONSOLIDADO	21.511.789	100%	32.987.792	100%	28.981.708	100%	7.726.274	100%

* Com base na Lei 6.404/76

** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Leis 11638/07 e 11.941/09 e CPSs deliberadas pela CVM até 2008)

***IFRS

(1) Eliminações correspondem às operações entre os segmentos de negócio.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

As atividades da **exploração e produção** de petróleo e gás no Brasil são o maior elemento da carteira da Petrobras. Essas atividades normalmente começam com pesquisas geológicas e trabalhos sísmicos, seguidas por perfuração exploratória. Quando resultados positivos são produzidos, a companhia prossegue com testes de longa duração, perfurações de desenvolvimento e produção-piloto, que usualmente compreendem investimentos substanciais. Normalmente são necessários até sete anos para que uma atividade de exploração bem sucedida seja refletida no aumento das reservas e da produção.

Os campos de petróleo mais ricos do Brasil estão situados em áreas marítimas, sendo que a maioria em águas profundas. Desde 1971, quando se iniciou a exploração na Bacia de Campos, a Petrobras tem operado ativamente nessas águas, sendo reconhecida mundialmente como uma empresa inovadora na tecnologia necessária para a exploração e produção de hidrocarbonetos em águas profundas e ultraprofundas. A companhia é a maior operadora mundial (em termos de barris de óleo equivalente/dia) de campos localizados em águas profundas e ultraprofundas de acordo com a PFC Energy, uma empresa de consultoria no segmento de energia. Em 2009, a produção marítima representou 75.9% da produção total (Brasil e internacional) e a produção em águas profundas foi responsável por 86.3% da produção no Brasil.

Os custos da exploração, desenvolvimento e produção marítima são geralmente mais altos do que aqueles em terra, mas a companhia consegue compensar estes custos maiores com melhores índices de sucesso de descobertas e volumes de produção maiores. Historicamente, a Petrobras teve sucesso na descoberta e desenvolvimento de importantes jazidas petrolíferas marítimas, o que permitiu atingir economias de escala ao distribuir os custos totais de exploração, desenvolvimento e produção sobre uma base de produção elevada. Ao focar nas oportunidades próximas da infraestrutura de produção existente, a Petrobras reduziu suas necessidades de capital, e pôde acelerar o desenvolvimento de novos campos.

Também estamos implementando uma variedade de ações projetadas para aumentar a recuperação de petróleo de campos existentes e reduzir o declínio natural dos campos de produção maduros, elevando-se a vida útil desses ativos.

Abastecimento: A Petrobras tem uma participação dominante no mercado nacional de refino, transporte e comercialização de petróleo e derivados, possuindo e operando onze refinarias próprias no Brasil, com um total de capacidade de destilação de 1.942 mbb/d.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O petróleo bruto produzido atualmente no Brasil é relativamente pesado ou intermediário, enquanto as refinarias foram originalmente projetadas para processar petróleo bruto importado mais leve. A Petrobras importa petróleo bruto mais leve para equilibrar a mistura para as refinarias, e está investindo no sistema de refinaria para maximizar a capacidade para processar o petróleo bruto nacional mais pesado. Esses investimentos darão flexibilidade para ajustar a mistura entre petróleos brutos pesados e leves para tirar vantagem dos preços de mercado e combinar a produção das refinarias às demandas de derivados.

Em geral, os investimentos da Petrobras em projetos de refinaria são destinados a

- aumentar o valor do petróleo bruto brasileiro, ao aumentar a capacidade para refinar quantidades maiores do petróleo bruto mais pesado produzido no país;
- aumentar a produção dos derivados de petróleo exigidos pelo mercado brasileiro, mas que atualmente são em parte importados, tais como o diesel;
- melhorar a qualidade da gasolina e do diesel a fim de cumprir os regulamentos ambientais mais rigorosos que estão sendo implementados; e
- reduzir emissões de poluentes.

O segmento de **Abastecimento** também inclui operações **petroquímicas** que agregam valor aos hidrocarbonetos produzidos e fornecem insumos benéficos para a economia brasileira. As operações de petroquímicos propiciam um mercado crescente para o petróleo bruto e outros hidrocarbonetos produzidos, aumentam o valor agregado para a companhia e proporcionam fornecimento nacional de produtos que, de outra forma, teriam que ser importados. A Petrobras pretende expandir as operações de petroquímicos no Brasil, integrando esses investimentos à cadeia do petróleo.

No passado, a indústria petroquímica brasileira era fragmentada em um grande número de pequenas empresas, muitas das quais não eram competitivas internacionalmente. A partir de 2008, a Petrobras participou da consolidação e reestruturação da indústria petroquímica brasileira, que hoje é notadamente mais competitiva.

As principais estratégias para o setor incluem o aumento da produção doméstica de petroquímicos básicos e das atividades de segunda geração e biopolímeros através de investimentos em empresas no Brasil e no exterior, capturando sinergias dentro de todos os negócios.

Gás Natural e Energia: Durante muitos anos, a Petrobras desenvolveu simultaneamente os mercados, infra-estrutura e as reservas de gás natural do Brasil. A companhia desenvolveu reservas de gás na costa do Brasil e na Bolívia, aumentando o suprimento efetivo de gás natural de cerca de 11.0mmm³/d em 1999 para 46,1 mmm³/d em 2009. Para monetizar a produção crescente, construiu o gasoduto Bolívia-Brasil (inaugurado em 1999), dois terminais de GNL (inaugurados em

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

2009), continua investindo na ampliação do sistema de gasodutos para aumento da capacidade de transporte do gás nacional e na capacidade de geração de energia elétrica a gás.

Estima-se que os planos de desenvolvimento das operações de Exploração e Produção resultem em aumentos substanciais na produção de gás nas bacias do Espírito Santo e de Santos na costa brasileira, incluindo reservas do pré-sal. A Petrobras continuará investindo em infra-estrutura de transporte para entregar esses novos volumes para os mercados no nordeste e sudeste do Brasil e melhorar a flexibilidade do sistema de distribuição. O gás natural importado da Bolívia irá exercer um papel de menor relevância, porém ainda importante, na medida em que se aumenta a produção nacional. As importações de GNL irão complementar a demanda de gás no Brasil, particularmente com relação a aumentos na demanda relacionados à geração de energia termoelétrica. A companhia também está melhorando as operações comerciais através de um conjunto de contratos de venda de gás natural que permite que se combine melhor o suprimento e a demanda por gás, especialmente a demanda por gás para geração de energia elétrica, que é bastante volátil.

As atividades do segmento de gás natural compreendem quatro atividades: transporte (construção e operação de redes de dutos de gás natural no Brasil); importação e regasificação de GNL; participações societárias em empresas distribuidoras que vendem o gás natural para o consumidor final; e comercialização (compra e revenda de gás natural).

O aumento da produção de **fertilizantes** tem como finalidade a integração dos negócios da companhia, agregando-se valor à corrente de hidrocarbonetos produzidos com o objetivo de abastecer o mercado brasileiro, importador desses produtos.

Biocombustíveis: A Petrobras tem como objetivo tornar-se a maior produtora de biodiesel no Brasil e participar ativamente do desenvolvimento da crescente indústria do etanol do Brasil, particularmente na produção, transporte e exportação. O país tem um clima e condições de solo altamente favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar e plantações para a manufatura de óleo vegetal, insumos básicos para a produção do etanol e do biodiesel, respectivamente.

O principal combustível utilizado no Brasil é o diesel, que representa aproximadamente 758,5 mbb/d (44,2%) do mercado total de combustíveis no país. Por lei, todo o diesel vendido no país a partir de julho de 2009 deveria conter no mínimo 4% de biodiesel. Essa proporção aumentou para 5% em janeiro de 2010. Num esforço para aderir a essa norma, nós estamos garantindo o suprimento de biodiesel para pequenos distribuidores, assim como para nossos próprios postos de serviço.

O etanol da cana-de-açúcar é amplamente usado como substituto da gasolina no Brasil. Atualmente a companhia não produz etanol, mas o distribui através de segmento de negócio de Distribuição. A Petrobras pretende expandir sua participação

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

no negócio de etanol através de parcerias na produção de etanol, como também na logística de transporte e exportação.

A Petrobras assinou contratos para garantir a compra de óleos vegetais de fazendeiros familiares e produtores industriais a fim de suprir as três plantas de biodiesel, sendo duas localizadas no nordeste do Brasil, em Candeias e Quixadá, e uma no sudeste, em Montes Claros. Em 2009, expandimos a capacidade dessas unidades de 2,9 mbb/d para 5,6 mbb/d. A criação da Petrobras Biocombustível em julho de 2008 para consolidar todas as iniciativas com relação à produção do etanol e do biodiesel reforça o compromisso da companhia para com o meio ambiente e responsabilidade social.

Em abril de 2010 a Petrobras anunciou parceira para investir na Açúcar Guarani S.A. (Guarani), subsidiária do Grupo Tereos, com o objetivo de acelerar seu crescimento na indústria brasileira de etanol.

O segmento de negócio **internacional** engloba as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, de abastecimento, de comercialização de gás, de energia, e de distribuição fora do Brasil.

b. características do processo de distribuição

O segmento de **Distribuição** vende derivados de petróleo que são produzidos, principalmente, pela área de Abastecimento, e trabalha para expandir sua fatia de mercado. A Petrobras supre e opera a Petrobras Distribuidora S.A. — BR, que responde por 38% do total do mercado (market share) de distribuição brasileiro, de acordo com a ANP. A BR distribui derivados de petróleo, etanol, biodiesel, e gás natural veicular para o varejo, e possui clientes comerciais e industriais.

A BR também liderou o mercado de varejo em 2009, com seus postos de serviço próprios e franqueados respondendo por 30% das vendas de diesel, gasolina, etanol, gás natural veicular e lubrificantes, de acordo com a ANP. A maioria dos postos BR (7.221 em dezembro de 2009) pertence a franqueados que utilizam a marca BR sob licença e compram exclusivamente da Petrobras. A companhia também fornece apoio técnico, treinamento e propaganda, além de possuir 773 dos postos próprios, sendo obrigada por lei a subcontratar a operação de todos estes postos próprios para terceiros.

O mercado de varejo para combustíveis no Brasil é altamente competitivo e a companhia espera que os preços estejam sujeitos a uma pressão contínua. Buscamos aumentar a nossa participação no mercado e a fidelidade do cliente ao fortalecer a imagem de nossa marca, fornecer produtos e serviços de qualidade superior, pela reforma dos postos de serviço e inclusão de centros de lubrificação e lojas de conveniência.

Também são distribuídos derivados de petróleo e biocombustíveis, sob a bandeira BR, para clientes comerciais e industriais, incluindo empresas de aviação, transporte e

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

indústria em geral, bem como empresas de serviços públicos e entidades governamentais, as quais geram uma demanda relativamente estável.

São vendidos, ainda, derivados de petróleo produzidos pela área de Abastecimento para outros varejistas e atacadistas.

A distribuidora de GLP do Sistema Petrobras, a Liquigás Distribuidora, detém uma participação de mercado de 22,4% e estava em segundo lugar em vendas de GLP no Brasil em 2009, de acordo com a ANP.

Além disso, a Petrobras opera uma grande e complexa infra-estrutura de dutos e terminais e uma frota de navios para transporte de derivados de petróleo e petróleo bruto para os mercados nacionais e de exportação. A maioria das refinarias está localizada próxima de dutos de petróleo bruto, instalações de armazenamento, dutos de produtos refinados e principais instalações petroquímicas, facilitando o gerenciamento da logística de transporte de nossos produtos.

Antes da promulgação da Lei do Petróleo em 1997, a Petrobras possuía o monopólio sobre o transporte por dutos de petróleo e gás natural, assim como da importação e exportação de petróleo e seus derivados. A Lei do Petróleo proporcionou a concorrência aberta na construção e operação de instalações de dutos e concedeu à ANP o poder para autorizar outras entidades a transportar petróleo bruto, derivados de petróleo e gás natural. Para atender a essa nova norma, a companhia transferiu sua rede de transporte e armazenamento e a frota de navios para uma subsidiária integral, a Petrobras Transporte S.A.—Transpetro. A transferência foi exigida pela Lei do Petróleo e facilita o acesso à nossa capacidade excedente por terceiros, sem discriminação. A Petrobras detém o acesso preferencial à rede da Transpetro, com base nos níveis históricos de utilização. Na prática, terceiros fazem uso muito limitado desta rede.

A companhia também exporta petróleo bruto e derivados de petróleo. O excedente de petróleo bruto pesado é exportado e espera-se que as exportações aumentem já que produção tem aumentado mais rapidamente do que a demanda brasileira por petróleo.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Petrobras possui uma posição dominante de mercado na produção de petróleo e gás natural de 98,5%, opera 92% da capacidade de refino e detém 38% da distribuição de derivados no Brasil. A experiência da Companhia como única exploradora de petróleo e seus derivados no período anterior a desregulamentação do mercado, possibilitou a criação de uma extensa rede de operações e elevada reserva de petróleo e gás. Sua longa história, elevados recursos e o estabelecimento de diversas bases no Brasil garantem à companhia vantagens competitivas frente aos participantes do setor de petróleo e gás natural.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A produção brasileira de gás natural da Petrobras atende a 50% do gás natural consumido no Brasil pelas companhias distribuidoras de gás natural, termoelétricas, dentre outros consumidores. Também participamos do capital social de diversas companhias distribuidoras de gás natural, sendo que nossa participação agregada é de 21%.

Em relação ao mercado de energia elétrica, a Petrobras possui 5,6% do total da capacidade instalada de geração brasileira, ou o equivalente a 51% da capacidade instalada de geração termelétrica do País.

Em relação ao mercado de fertilizantes, a companhia foi responsável por 40% da Amônia e 21% da uréia comercializadas no Brasil.

No segmento Petroquímico participamos da produção doméstica de petroquímicos básicos e das atividades de segunda geração através de investimentos em empresas do setor. Nossa principal participação é na companhia Braskem S.A., com aproximadamente 46% do capital total.

No que se refere aos biocombustíveis, nossa capacidade instalada de produção de biodiesel é de 20% do total da capacidade brasileira e nossa participação na produção de etanol se dá através da participação minoritária em empresas produtoras. Nossas principais participações são na Total Agroindústria Canavieira S.A., com aproximadamente 40% do capital social, e mais recentemente adquirimos participação na Açúcar Guarani S.A., participação que deve atingir até 45% do capital total.

ii. condições de competição nos mercados

Como consequência da gradual abertura do setor de petróleo e gás natural no Brasil, a Companhia enfrenta competição em todos os segmentos de suas operações.

No segmento de exploração e produção, os procedimentos licitatórios realizados pelo Governo Federal para exploração de novas áreas permitiram que diversas empresas regionais e multinacionais iniciassem a exploração de petróleo no Brasil. Caso esses competidores venham a descobrir quantidades economicamente viáveis de petróleo e se tornem capazes de processá-lo no país, o mercado brasileiro tenderá a uma competição mais acirrada.

No segmento de abastecimento, ainda não se tem enfrentado forte concorrência desde o fim do monopólio estatal. No entanto, com a desregulamentação do setor, outras empresas passaram a poder refinar, transportar e comercializar produtos derivados de petróleo no Brasil. Conseqüentemente, com a possibilidade de importação de produtos refinados por estas empresas, os derivados de petróleo produzidos nas refinarias nacionais podem sofrer maior competição no acesso ao mercado. A companhia precisa competir com as importações globais, a preços internacionais. Esta concorrência influencia os preços cobrados pela companhia por seus produtos no país.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A companhia espera um crescimento na concorrência enfrentada em seu segmento de distribuição. Dentre todos os segmentos de operação da companhia, este é o segmento que atualmente enfrenta a maior concorrência. Isso porque o mercado de distribuição brasileiro está passando por um processo de consolidação que já redundou em algumas fusões e incorporações, e que também envolve a entrada de novos competidores com experiência no negócio de distribuição.

No segmento de gás natural, a companhia espera um aumento da competição em função do estabelecimento do novo marco regulatório, a Lei do Gás, que estimula a entrada de novos atores e/ou investimentos no setor, além do aumento da oferta de gás natural produzido por terceiros no País. No segmento de energia elétrica, a companhia pretende expandir sua participação, mesmo atuando num ambiente de competição com outras fontes energéticas, como a geração hidrelétrica, o carvão e a biomassa. Essa expansão se dará principalmente através da construção ou ampliação de usinas termelétricas a gás natural ou óleo combustível.

A indústria petroquímica brasileira era fragmentada, possuindo um grande número de pequenas empresas, muitas das quais não eram competitivas internacionalmente. A partir de 2008, a Petrobras participou da consolidação e reestruturação da indústria petroquímica brasileira, que hoje é notadamente mais competitiva. Com a consolidação do setor, as companhias passaram a possuir uma maior capacidade de competir em nível internacional, inclusive substituindo importações. A Petrobras participa desse mercado, principalmente, através de associações minoritárias, ainda que relevantes, com outras companhias.

O mercado de Biocombustíveis, especialmente o de etanol e biodiesel, ou seja, os que a Petrobras possuiu maior interesse é pulverizado e de forte concorrência. O país tem um clima e condições de solo altamente favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar e plantações para a produção de óleos vegetais, insumos para o etanol e o biodiesel. Assim sendo, o País continua atraindo entrantes nesse mercado visando não só o mercado interno, mas também a produção para exportação.

A Petrobras atua no mercado de fertilizantes produzindo amônia e uréia. Esse mercado é muito dependente de importações, e, por isso, vemos grande oportunidade em aproveitar do crescimento da economia brasileira e da substituição de importação para ampliar nossa participação de mercado. A integração dos negócios da companhia, aproveitando nossa produção de hidrocarbonetos, nos garante uma vantagem competitiva.

No segmento internacional, a companhia planeja expandir suas operações, não obstante espere continuar enfrentando concorrência em regiões nas quais já atua, incluindo o Golfo do México, África e Cone Sul. Especificamente no segmento de distribuição, onde a competição é mais presente, enfrentamos forte posicionamento dos concorrentes nos mercados da Argentina e Colômbia, estando melhor posicionados no Paraguai e Uruguai. Em razão das peculiaridades encontradas em

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

cada mercado (legais, concorrências e geográficas), a característica de ser uma empresa integrada pode representar vantagem competitiva, pela possibilidade de aproveitamento de sinergias.

d. eventual sazonalidade

Existe certo nível de sazonalidade na indústria de petróleo e gás, que pode afetar o equilíbrio entre oferta e demanda dos produtos produzidos e comercializados pela Companhia. A Petrobras está sujeita à sazonalidade tanto no mercado interno, quanto no exterior, que pode influenciar a demanda por derivados de petróleo e energia elétrica, tais como sazonalidade agrícola e as estações de inverno e verão no hemisfério norte.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Em seu relacionamento com fornecedores, a Petrobras tem como diretriz priorizar as empresas nacionais de bens e serviços sempre que estas se mostrarem competitivas. Para estimular o desenvolvimento de novas empresas fornecedoras de materiais e serviços, a Petrobras estabelece parcerias para cooperação tecnológica e convênios envolvendo fornecedores, universidades e outros centros de pesquisa.

Procurando fortalecer as empresas de pequeno porte, a companhia mantém um convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que incentiva a inserção competitiva e sustentável na cadeia produtiva de óleo e gás. A companhia utiliza o Portal Petronect, o portal de compras eletrônicas da Petrobras, que inclui fornecedores do Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, entre outros.

Além disso, a Petrobras mantém um cadastro corporativo de fornecedores de bens e serviços, que contempla requisitos técnicos, econômicos, legais e gerenciais, além de requisitos de Segurança, Meio-Ambiente e Saúde (SMS), específicos para fornecedores de serviços. Com cerca de 4.800 empresas, o cadastro serve de base para a seleção de fornecedores em licitações e contratações. As exigências para cadastramento ficam disponíveis no site da companhia.

Para o fornecimento de bens, estão em vigor as Condições de Fornecimento de Materiais (CFM-2005), estabelecidas a partir da interação com associações de classe.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os padrões de contratação e as diretrizes contratuais da Petrobras constam do Manual de Procedimentos Contratuais (MPC). Os documentos também estão disponíveis no site da companhia.

As contratações na Petrobras são regidas pelo Decreto 2.745/98 – Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A..

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência relevante de poucos fornecedores ainda que em alguns nichos intensivas em capital o fornecimento de serviços ou equipamentos seja feito por um número reduzido de companhias.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Grande parte dos custos da indústria de óleo e gás é relacionada aos preços internacionais desses produtos. Portanto, as alterações nos preços do petróleo podem implicar em alterações nos custos da Petrobras.

No caso de recursos críticos para a atividade de exploração e produção, a Petrobras busca firmar contratos de longo prazo, para garantir estabilidade de preços e evitar volatilidade. Por exemplo, a companhia planeja cuidadosamente as futuras necessidades de sondas de perfuração. Utilizando uma combinação de sondas próprias e unidades contratadas por períodos de cinco anos ou mais, a Petrobras tem historicamente garantido a disponibilidade das unidades de perfuração para atender as necessidades de nosso plano de negócios, pagando preços médios diários menores do que se tivesse contratado as unidades sob condições de taxa à vista.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando¹:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Razão Social do Cliente	1º Trimestre de 2010		2009	
	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A	9.166.219	25%	34.394.242	26%
PETROBRAS INTERNATIONAL	3.733.217	10%	12.345.059	9%

Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Cliente	1º Trimestre de 2010		2009
	Segmento	Receita Líquida (R\$ mil)	Receita Líquida (R\$ mil)
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A	Abastecimento	8.564.777	33.417.789
	Exploração & Produção	312	658.325
	Gás & Energia	85.749	268.274
	Corporativo	515.381	49.855
		9.166.219	34.394.242

Cliente	1º Trimestre de 2010		2009
	Segmento	Receita Líquida (R\$ mil)	Receita Líquida (R\$ mil)
PETROBRAS INTERNATIONAL	Abastecimento	1.904.274	6.967.535
	Exploração & Produção	1.828.942	5.377.524
	Gás & Energia	-	
	Corporativo	-	
		3.733.217	12.345.059

Obs: A receita da Petrobras Distribuidora, no segmento Corporativo, refere-se à venda de biodiesel. Clientes que não fazem parte do Sistema Petrobras não alcançam 10% da Receita Líquida.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

- Atividades de Exploração e Produção

O Governo Federal iniciou em 1995 uma ampla reforma do marco regulatório para as atividades do setor de petróleo e gás. Em 9 de novembro de 1995, a Constituição Federal brasileira foi modificada para autorizar a contratação, pelo Governo Federal, de empresas estatais ou privadas para a realização das atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177 da CF, dentre as quais aquelas referentes aos segmentos de exploração e produção e de abastecimento da indústria brasileira de petróleo e gás. Com o advento da Lei 9.478/97, de 06 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), foi revogada a Lei 2004/53 e a Petrobras deixou de ser a única executora do monopólio da União sobre as atividades de exploração e produção. A Lei do Petróleo criou a criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e disciplinou o regime jurídico para a Petrobras sob a égide daquela lei, possibilitando que a Petrobras viesse a desenvolver as suas atividades em caráter de livre competição. Segundo a Lei do Petróleo, por ocasião da sua promulgação, a Petrobras teria ratificados seus direitos sobre cada um dos campos que se encontravam em efetiva produção e teria o direito a prosseguir nas atividades de exploração ou desenvolvimento da produção em áreas onde a Companhia comprovasse a capacidade de investimento, inclusive por meio de financiamentos. Em ambas as situações o prosseguimento das atividades de exploração e produção se deu efetivamente mediante a celebração, com a ANP, de Contratos de Concessão, dispensada a licitação. Tais contratos se tornaram conhecidos como “Contratos de Concessão da Rodada Zero”.

A condução das atividades de exploração, desenvolvimento e produção no Brasil é realizada através de contratos de concessão, obtidos através da participação em rodadas de licitações realizadas pela ANP. Em outras palavras a realização das atividades de exploração e produção somente se dão mediante a celebração de contrato de concessão, precedido de licitação. Algumas das atuais concessões da Companhia foram outorgadas pela ANP diretamente à Companhia, em 1998, em conformidade com a Lei do Petróleo. Trata-se dos Contratos de Concessão da Rodada Zero. Desde aquela época, a Petrobras tem participado de todas as rodadas de licitação.

Cabe também mencionar que a citada Lei do Petróleo previu em seus artigos 8º, V e 53 a necessidade de autorização para a construção, ampliação e operação de unidade de tratamento de gás natural. Nesse sentido, a ANP expediu a Portaria nº 28, de 05 de fevereiro de 1999, que regulamenta o exercício de tais atividades. Tal documento

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

normativo estabeleceu, em seus artigos 1º e 2º, que a autorização será concedida conforme condições constantes em Termo de Compromisso a ser assinado por uma empresa ou consórcio de empresas.

Além disso, nos termos do artigo 54 da referida lei, é permitida a transferência da titularidade da autorização em comento, mediante prévia e expressa aprovação da ANP, desde que o novo titular satisfaça igualmente os requisitos exigidos pela regulamentação da Agência.

- Proposta para Novo Marco Regulatório

A nova fronteira exploratória descoberta na camada Pré-Sal, de elevado potencial e baixo risco, levou o governo brasileiro a propor Projetos de Lei para constituição de um novo marco regulatório para a exploração e a produção de óleo e gás natural, que está em discussão no Congresso Nacional.

A proposta não altera os termos dos contratos de concessão já firmados para aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-Sal. Caso seja aprovado como proposto pelo governo federal, o novo marco regerá apenas os contratos firmados após sua promulgação.

Dentre as propostas em discussão, destaca-se a adoção do regime de partilha de produção para as futuras áreas a serem leiloadas, tanto no Pré-Sal quanto em outras áreas que venham a ser consideradas estratégicas pelo governo federal. A Petrobras seria a operadora única, com um percentual mínimo de 30% de participação nos projetos. Com isso, a companhia ficaria responsável pela condução das atividades de exploração e produção e providenciaria os recursos críticos para o cumprimento desses objetivos.

No regime de partilha, o vencedor da licitação será definido em função da oferta de maior percentual de produção (óleo-lucro) para o governo. Vencerá a concorrência, portanto, a empresa que oferecer a maior parcela de lucro à União, após ser compensada pelas despesas incorridas (óleo-custo).

Uma segunda proposta, já convertida em Lei em 30 de junho de 2010 (Lei nº 12.276/10), compreende a cessão onerosa de até 5 bilhões de boe e a capitalização da companhia. Nesse caso, o governo federal fica autorizado a ceder onerosamente à Petrobras o direito de explorar e produzir óleo e gás até esse volume em áreas do pré-sal não concedidas. Em contrapartida, a Petrobras se compromete a pagar por esse direito um valor justo, a ser determinado entre as partes e certificado por instituições independentes, de acordo com as melhores práticas da indústria mundial. A capitalização da Petrobras é necessária para que a companhia possa levar a cabo os projetos previstos no modelo de partilha de produção e adquirir os 5 bilhões de boe.

Duas outras propostas completam o novo marco regulatório. Uma delas cria um fundo social, a ser constituído por recursos obtidos com o resultado dos contratos de partilha, do bônus de assinatura e dos royalties do pré-sal. A outra diz respeito à

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

criação de uma companhia 100% estatal, que terá função complementar à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), especialmente na parte relativa à gestão dos custos dos contratos em regime de partilha.

Caso o novo marco regulatório seja aprovado em sua totalidade, a indústria conviverá com três regimes de produção: concessão (o atual), partilha de produção e cessão onerosa.

- Contratação de Bens e Serviços relacionados à Exploração e Produção Relacionamento com a Agência Nacional de Transporte Aquaviários - ANTAQ:

Com a finalidade de desempenhar as atividades de exploração, desenvolvimento e produção, a Petrobras utiliza de contratação de bens e serviços que em determinados casos necessitam de autorizações governamentais para o exercício dessas atividades, demandando um relacionamento com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Para a contratação de afretamento a “casco nu” de embarcação de apoio marítimo detentora de bandeira estrangeira, a Petrobras, conforme Resolução ANTAQ 495 de 13 de setembro de 2005 tem que solicitar, junto a esta Agência Reguladora, autorizações de afretamento, utilizando-se de sua condição de Empresa Brasileira de Navegação (EBN), de modo a possibilitar a detenção da condução náutica das embarcações.

A Petrobras como possuidora de autorização para ser Empresa Brasileira de Navegação (EBN) no segmento de apoio marítimo, segue as regras constantes na Resolução 843 de 14 de agosto de 2007, submetendo-se à fiscalização da ANTAQ, para que seu certificado seja, periodicamente, renovado.

Para as atividades portuárias desempenhadas pela Petrobras, a ANTAQ concede autorizações específicas, conforme previsto na Lei 8.630/93 e em Resoluções da citada Agência Reguladora, como, por exemplo, a Resolução n.º 1655 de 30 de março de 2010.

Algumas contratações também demandam que a Petrobras se relacione com a Marinha do Brasil. Conforme NORMAM 01/DPC/2005, a Petrobras deve solicitar autorizações específicas para exercer atividades de prospecção e extração de petróleo e minerais quando utilizar unidades marítimas e embarcações que detenham condução náutica.

Para renovar estas autorizações, a Petrobras submete-se, periodicamente, à fiscalização da Marinha, conforme as regras contidas na NORMAM 07.

Para executar atividades portuárias a Petrobras, também necessita de aval da Marinha.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Por fim, para realizar os afretamentos de aeronaves e helicópteros a Petrobras observa as regras contidas na Lei n.º 7.565 de 19 de dezembro de 1986, mas não necessita solicitar, junto à ANAC, autorizações para realizar estes afretamentos.

- Aproveitamento de substâncias minerais:

Desde abril de 1990, a Lei n.º 8.029/90, autorizou o Poder Executivo a dissolver entidades da Administração Pública Federal, entre elas a Petrobras Mineral S.A. (PETROMISA). Assim é que, naquele mesmo ano, o Presidente da República determinou, mediante o Decreto n.º 99.226/90, a dissolução da PETROMISA. Em face da extinção da PETROMISA, por força de medidas governamentais e com o fim do processo de liquidação da mesma, todos os direitos minerários da sociedade extinta passaram para a Petrobras.

Dessa forma, o fato de a Petrobras ter herdado, por força de medidas governamentais, os direitos minerários da extinta PETROMISA, a Companhia passou a estar sujeita, estritamente no que se refere a tais direitos minerários, ao Código de Mineração e diplomas legais complementares, bem como à regulação e fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

É de se destacar que, consoante dispõe o Código de Mineração, atos de cessão ou transferência de direitos minerários só terão validade depois de devidamente averbados no DNPM e desde que os cessionários satisfaçam os requisitos legais exigidos. Em 28 de outubro de 1991, a Petrobras arrendou à companhia Vale (Vale do Rio Doce), por um prazo de 25 anos, os direitos minerários referentes ao Complexo Industrial Taquari-Vassouras (CITV), o qual se encontra averbado no DNPM.

- Atividades de Gás e Energia

No que concerne à regulação da indústria do gás natural, de acordo com a Lei nº 11.909/09 (Lei do Gás), há a necessidade de autorizações da Agência Nacional do Petróleo para a exploração de monopólio estatal da União, referentes às atividades econômicas em sentido estrito insculpidas no art. 177 da CF (autorização para transporte de gás envolvendo acordo internacional e autorização de importação ou exportação de gás natural, bem como autorização para comercialização de gás natural), e autorizações para o desenvolvimento de atividades econômicas não monopolizadas (autorizações para construção e operação dos Terminais de GNL e das instalações de tratamento, processamento e de estocagem e para o exercício das atividades de acondicionamento e de comercialização). Além disso, a Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo) previu o regime de concessão para a exploração e produção de gás natural e a Lei do Gás determinou regime similar para a exploração da atividade de transporte de gás envolvendo interesse geral.

- Regulação das Atividades no Setor Elétrico

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

No que se refere à regulação das atividades da Petrobras no setor elétrico, são exigidas, conforme determinação dos arts. 4º e 6º da Lei 9.074/95, do art. 47 do Decreto 5.163/04, autorizações (geração e comercialização de energia), permissões (geração de energia) ou concessões (geração de energia) outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, nos termos do Decreto 2.335/97, que regulamentou a Lei 9.427/96 (Lei que instituiu a ANEEL). Quanto à autorização para a geração de energia elétrica, há dois tipos: uma para o Produtor Independente de Energia - PIE (art. 11 da Lei 9.074/95), que se enquadra no caso das UTE's, e outra para o Autoprodutor - APE (art. 7º, I da Lei 9.074/95), que se enquadra no caso das refinarias.

- Atividades de Produção de Fertilizantes

Quanto às atividades de produção de fertilizantes, são exigidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), conforme disposição da Lei nº 6.894/80, o registro das pessoas físicas ou jurídicas que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, bem como o registro dos produtos supra mencionados (regulamentadas pela IN MAPA nº 10/2004, posteriormente alterada pela IN nº 20/09).

De acordo com a área de Assuntos Regulatórios do Gás e Energia da Petrobras, as autorizações governamentais são obtidas sem dificuldades perante o órgão regulador, dentro dos procedimentos estabelecidos pela administração pública, havendo de ambas as partes um bom relacionamento e abertura para esclarecimento de questões que eventualmente surjam durante o processo, sem o prejuízo da obtenção das autorizações.

- Atividades de Abastecimento

A atividade de Abastecimento da Petrobras é essencialmente regulada, e, portanto, várias são as autorizações governamentais necessárias. Nessa linha, por força do art. 8º, V, XV e XVI, da Lei 9.478/1997, todas as atividades de refinação, processamento, transporte, comercialização, importação e exportação de petróleo, derivados e biocombustíveis e construção de dutos e terminais necessitam de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Conforme art. 27, XXII, da Lei 10233/2001, as atividades de construção e exploração de terminais portuários de uso privativo, bem como o afretamento de navios, demandam autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. A ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres regulamenta o transporte de cargas perigosas em modal rodoviário. A área de Abastecimento da Companhia também desenvolve atividades sujeitas ao controle preventivo e repressivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Por fim, ressaltamos a inexistência de regulamentação específica para a atividade petroquímica.

No que concerne ao relacionamento da Petrobras com os órgãos de controle governamentais, esclarecemos que existe uma gerência específica na estrutura da área de Abastecimento da Companhia criada essencialmente para se relacionar com

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

órgãos de controle governamentais. Sendo assim, devido a este canal de relacionamento, o histórico recente não demonstra dificuldades com a administração pública na obtenção de tais autorizações.

- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As instalações da Petrobras no Brasil estão sujeitas a uma ampla variedade de leis, regulamentos e exigências de licenciamento, nos níveis federal, estadual e municipal, com relação à proteção da saúde humana e do meio ambiente. No nível federal, as atividades marítimas e aquelas que envolvem mais de um estado brasileiro estão sujeitas à autoridade reguladora do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e à autoridade administrativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que emite licenças operacionais e de perfuração. A companhia é obrigada a apresentar relatórios, incluindo os relatórios de monitoramento de segurança e poluição (IOPP) ao IBAMA a fim de manter suas licenças. As condições ambientais, de saúde e segurança em terra são controladas no nível estadual, e não no federal, havendo a previsão de responsabilização rigorosa por danos ambientais, mecanismos para a aplicação de normas ambientais e exigências de licenciamento para atividades poluentes.

As pessoas físicas ou jurídicas cuja conduta ou atividade provoque danos ao meio ambiente estão sujeitas a sanções criminais e administrativas. As agências governamentais de proteção ambiental também poderão impor sanções administrativas por não cumprimento de leis e regulamentos ambientais, incluindo:

- multas;
- suspensão parcial ou total das atividades;
- obrigação de financiar projetos ambientais e de reclamação;
- perda ou restrição de incentivos ou benefícios fiscais;
- fechamento das instalações ou compromissos; e
- perda ou suspensão da participação em linhas de crédito fornecidas por entidades oficiais de crédito.

Em 2009, a Petrobras investiu cerca de US\$ 1.013 milhões em projetos ambientais. Esses investimentos foram direcionados principalmente à redução de emissões e resíduos resultantes de processos industriais, gestão de efluentes e do uso da água, recuperação de áreas impactadas, implementação de novas tecnologias ambientais, modernização dos dutos e o aperfeiçoamento da capacidade de responder a situações de emergência.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Petrobras possui um Comitê Ambiental, formado por três membros de seu Conselho de Administração. As responsabilidades deste comitê são: (i) supervisionar e administrar questões ambientais e de segurança ocupacional; (ii) estabelecer metas ambientais mensuráveis e assegurar seu cumprimento; e (iii) recomendar mudanças na política ambiental, de saúde e segurança, se necessário, para o Conselho de Administração. O estatuto do Comitê Ambiental ainda está aguardando a aprovação do Conselho de Administração.

As ações da Companhia para tratar das questões de meio ambiente e assegurar o cumprimento dos regulamentos ambientais incluem:

- Política e diretrizes corporativas de SMS, focadas nos princípios de desenvolvimento sustentável, cumprimento da legislação e indicadores de desempenho ambiental;
- Dez centros de proteção ambiental e treze bases avançadas para a prevenção, controle e resposta de derramamentos de óleo, planos de contingência local e regional, terrestres e marítimos, para derramamentos de óleo, envolvendo os serviços públicos e as comunidades, três embarcações dedicadas à recuperação de derramamentos de óleo (OSRVs) totalmente equipadas para o controle de derramamentos de óleo e combate a incêndios;
- Certificação ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (saúde e segurança) para as unidades operacionais. Em dezembro de 2009, a Petrobras possuía 93% das suas unidades operacionais no Brasil e unidades no exterior certificadas conforme os padrões mencionados. A Frota Nacional de Petroleiros foi totalmente certificada com o Código de Gestão Internacional IMO para Operação Segura de Navios e Prevenção de Poluição (Código ISM) desde dezembro de 1997;
- Compromisso regular e ativo com o Ministério das Minas e Energia do Brasil e IBAMA, incluindo a negociação de novos regulamentos de compensação ambiental e a discussão de questões ambientais com relação a novos gasodutos, projetos de produção de petróleo e gás e outros aspectos de nossas operações.
- Projeto estratégico sobre “Mudanças Climáticas”, com o objetivo de implementar os mais altos padrões da indústria de energia com relação à gestão dos gases do efeito estufa. Ao reduzir o impacto ambiental de nossas operações, nós contribuiremos para a nossa própria sustentabilidade.

Além disso, a companhia realiza estudos ambientais para todos os novos projetos, conforme exigido pela legislação ambiental brasileira. A gerência de SMS verifica a conformidade dos projetos com todas as exigências de SMS e a adoção das melhores práticas durante o ciclo de vida do projeto.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Petrobras é uma companhia comprometida com a pesquisa e o desenvolvimento, fundamentais para que se possa estender a busca por novas fronteiras de produção e alcançar melhorias contínuas nas operações. A companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras, incluindo os meios de perfuração, conclusão e produção de poços e águas profundas. Além disso, é um dos maiores investidores em pesquisa e desenvolvimento dentre as grandes companhias de petróleo do mundo e gasta uma parcela grande das receitas em pesquisa e desenvolvimento. O estatuto exige que pelo menos 0,5% do capital social integralizado seja reservado para despesas com pesquisa e desenvolvimento.

No período de três anos, findo em 31 de dezembro de 2009, as operações de pesquisa e desenvolvimento receberam 45 patentes no Brasil e 109 no exterior. Contudo a Petrobras não tem dependência significativa de patentes, de licenciamento de patentes e de contratos de que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

A marca Petrobras é um ativo estratégico da companhia. A crescente internacionalização da companhia tornou as marcas de produtos e serviços da Petrobras potencialmente globais. Dessa forma, o desenvolvimento de marcas e o estabelecimento de cláusulas de proteção passaram a considerar sua possível utilização em diversos mercados do mundo. Hoje são 358 marcas depositadas/concedidas no Brasil e no exterior; 5.060 pedidos/registros no Brasil e no exterior; 1.024 processos no Brasil e 3.856 processos no exterior.

De acordo com a legislação brasileira, o governo federal detém todas as reservas de petróleo e gás natural no Brasil. Para explorar e produzir petróleo e gás natural no Brasil dependemos da celebração de contratos de concessão com o governo federal, via Agência Nacional do Petróleo. Temos o direito exclusivo de explorar nossas reservas de acordo com os contratos a nós concedidos e podemos reter o que for produzido de petróleo e gás.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar¹:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Código - Emissor da Ordem	País - Emissor da Ordem	1º Trimestre de 2010		2009	
		Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %
BR	Brasil	27.888.856	75%	107.374.404	80%

Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

1º Trimestre de 2010

Código - Emissor da Ordem	País - Emissor da Ordem	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %
KY	Cayman, Ilhas	5.158.384	14%
SG	Cingapura	1.110.554	3%
HK	Hong Kong	868.333	2%
US	Estados Unidos	627.366	2%
IE	Irlanda	266.958	1%
NL	Países Baixos	265.373	1%
Diversos	Diversos	766.082	2%
Total		9.063.050	

Exercício de 2009

Código - Emissor da Ordem	País - Emissor da Ordem	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %
KY	Cayman, Ilhas	15.817.820	12%
SG	Cingapura	2.597.518	2%
HK	Hong Kong	2.308.232	2%
US	Estados Unidos	1.020.500	1%
CL	Chile	896.573	1%
IE	Irlanda	848.739	1%
Diversos	Diversos	3.170.068	2%
Total		26.659.450	

Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Emissor da Ordem	1º Trimestre de 2010		2009	
	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação %
Países Estrangeiros	9.063.050	25%	26.659.450	20%

Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Aproximadamente 80% das nossas receitas advêm do Brasil; 20% de outros países, principalmente pela exportação de petróleo e derivados. Note-se que petróleo e derivados são commodities, portanto são produtos que possuem demanda mundial, ou seja, todos os países consomem petróleo e seus derivados.

Num mercado de commodity como o petróleo, o cliente, aquele para quem se vende a produção, tem pouca relevância. Como a demanda é mundial, se não conseguirmos vender para um determinado mercado (cliente), haverá demanda em outros mercados. A prova de que a demanda por petróleo e derivados é mundial é a existência de um preço mundial de referência para o petróleo (assim como para os derivados) que é a cotação do petróleo tipo BRENT, dentre outras de menor importância.

Algo que confirma a pouca relevância de um determinado cliente é o fato de que muitos dos nossos principais clientes (países) são *traders* de petróleo e derivados, e funcionam como re-distribuidores de petróleo e derivados, não como consumidores final.

Assim sendo, como hoje a nossa receita internacional é composta majoritariamente pela exportação de petróleo e derivados; o preço dessas commodities é formado pelo nível de oferta e demanda mundial; um único cliente não influencia no preço; e o preço é o mesmo em todos os mercados, então a regulação imposta nesses países estrangeiros é de pouca ou nenhuma relevância para a companhia.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Não Aplicável

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

A Petrobras é controlada pela União Federal.

b. controladas e coligadas

As subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia estão listadas na letra “c” deste item.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

	Sede	Participação no capital - % Capital Subscrito e Integralizado			
		1T-2010	2009	2008	2007
Subsidiárias e controladas					
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC	Ilhas Cayman	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras Internacional Braspetro B.V. - PIBBV	Holanda	79,87	79,87	79,87	79,87
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	Brasil	99,91	99,91	99,91	99,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	Brasil	99,95	99,95	99,95	99,95
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	Brasil	99,99	99,99	99,97	99,95
Petrobras International Finance Company - PifCo	Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda.	Brasil	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	Holanda	100,00	100,00	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Termorio S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Termo Ceará Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacacé Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacacé Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	Brasil	99,00	99,00	99,00	99,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Termobahia S.A.	Brasil	98,85	98,85	98,85	-
Petrobras Biocombustível S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00	-
Refinaria Abreu e Lima S.A.	Brasil	99,99	99,99	99,99	-
Cordoba Financial Services GmbH - CFS	Áustria	100,00	100,00	100,00	-
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	Brasil	100,00	100,00	-	-
Marlim Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00	-	-
NovaMarlim Participações S.A.	Brasil	43,43	43,43	-	-
Comperj Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00	-	-
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	Brasil	100,00	100,00	-	-
Comperj PET S.A.	Brasil	100,00	100,00	-	-
Comperj Estirênicos S.A.	Brasil	100,00	100,00	-	-
Comperj MEG S.A.	Brasil	100,00	100,00	-	-
Comperj Poliolefinas S.A.	Brasil	100,00	100,00	-	-
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda	Brasil	-	-	99,99	-
Ipiranga Asfalto S.A.	Brasil	-	-	100,00	-
Breitener Energética S.A.	Brasil	65,00	-	-	-

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

	Sede	Participação no capital - % Capital Subscrito e Integralizado			
		1T-2010	2009	2008	2007
Controladas em conjunto					
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	Brasil	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL do Nordeste Ltda.	Brasil	50,00	50,00	50,00	50,00
Ibiritermo S.A.	Brasil	50,00	50,00	50,00	50,00
Termoçu S.A.	Brasil	76,87	76,87	74,80	72,10
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PC BIOS	Brasil	50,00	50,00	50,00	-
PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A.	Brasil	33,33	33,33	33,33	-
Brentech Energia S.A.	Brasil	30,00	30,00	30,00	-
Brasil PCH S.A.	Brasil	42,33	42,33	42,33	-
Brasympe Energia S.A.	Brasil	20,00	20,00	20,00	-
Breitener Energética S.A.	Brasil	-	30,00	30,00	-
Cia Energética Manauara S.A.	Brasil	40,00	40,00	40,00	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Brasil	33,20	33,20	-	-
PC Bios	Brasil	50,00	50,00	-	-
Termobahia	Brasil	-	-	-	31,00
Coligadas					
UEG Araucária	Brasil	20,00	20,00	20,00	20,00
TEP Potiguar	Brasil	20,00	20,00	20,00	-
Camaçari Muricy I	Brasil	49,00	49,00	49,00	-
Quattor Participações S.A.	Brasil	31,90	31,90	31,90	-
Cia Energética Potiguar	Brasil	20,00	20,00	20,00	-
Arembepe	Brasil	30,00	30,00	30,00	-
Energética Suape II S.A.	Brasil	20,00	20,00	20,00	-
Britarumã	Brasil	30,00	30,00	30,00	-
Cia Petroquímica Paulista	Brasil	-	-	-	20,27
Ipiranga Química	Brasil	-	-	-	40,00
EDSP58 Participações	Brasil	-	-	-	40,00

Sociedades de Propósito Específico ^(*)

a) Em operação ou com ativos em construção

Barracuda & Caratinga Leasing Company BV

Industriais

Charter Development LLC.

Codajás Coari Participações LTDA. e suas controlada

Companhia de Recuperação Secundária

Gasene Participações LTDA. e suas Controladas

Albacora Japão Petróleo LTDA.

controlada

Companhia Mexilhão do Brasil

Nova Transportadora do Nordeste S.A.

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

Pdet Offshore S.A.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobrás

	<u>Data da conclusão</u>
b) Concluídos com o exercício da opção de compra	
EVM Leasing Corporation	1T-2007
Blade Securities Limited	2T-2008
Marlim Participações S.A. e suas Controladas	2T-2009
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	4T-2009
Nova Marlim Participações S.A. e suas Controladas	4T-2009
Cayman Cabiúnas Investment Company	1T-2010

(*) A Petrobras não tem participação acionária nas Sociedades de Propósito Específico, razão pela qual não integram o Sistema. Entretanto, como suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente pela Petrobras, fazem parte das demonstrações contábeis consolidadas.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

d. participações de sociedades do grupo no emissor

As sociedades do grupo não possuem participação na Companhia.

e. sociedades sob controle comum

A Companhia é controlada pela União Federal e mantém diversas transações com o acionista controlador e entidades governamentais no curso normal de suas operações, destacando-se operações com BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Segue abaixo relação de algumas entidades que são controladas pelo Governo Federal:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Banco do Brasil S.A. - BB

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE

Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. ELETROSUL

FURNAS - Centrais Elétricas S.A. FURNAS

Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME

Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV

Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

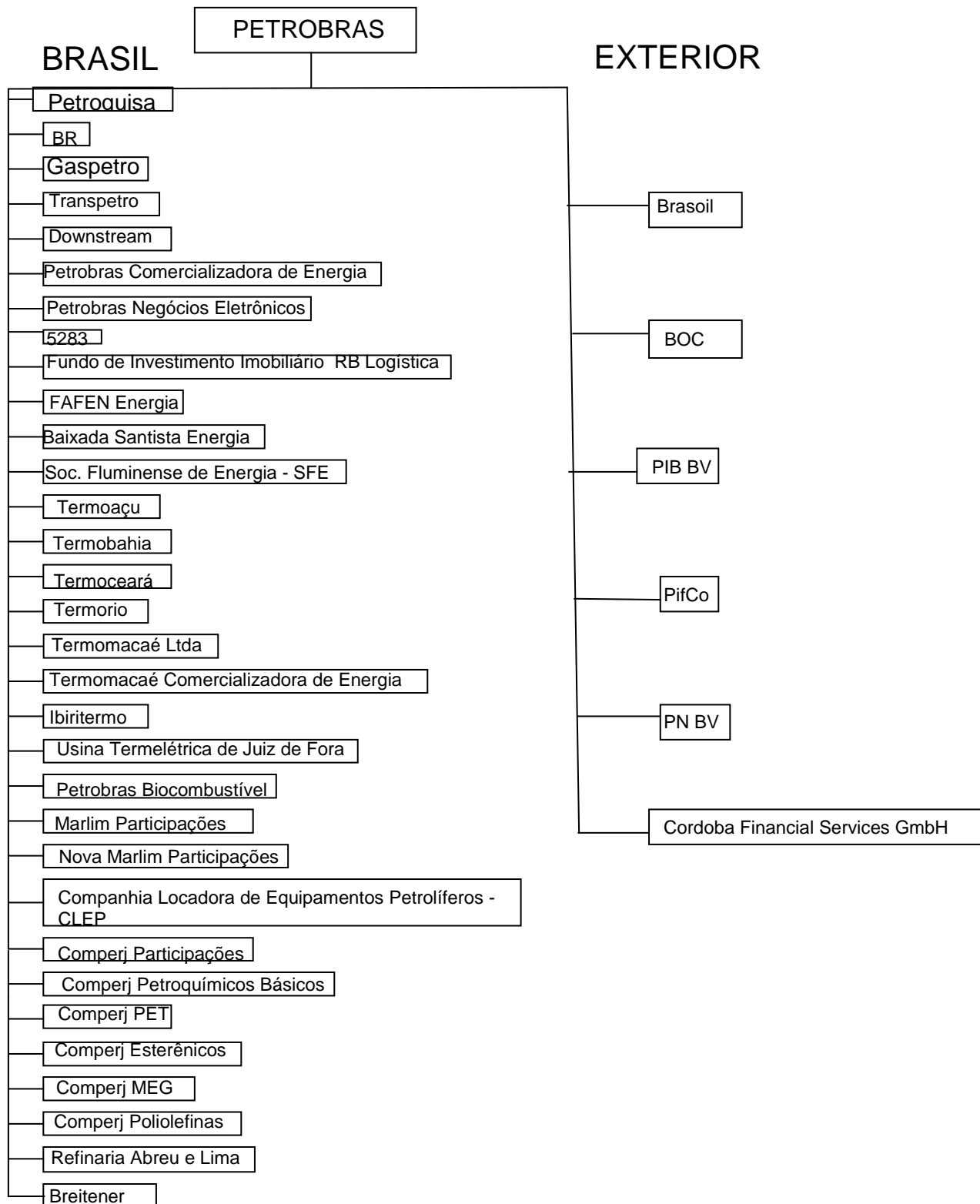
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1



O organograma completo está disponível na página da internet da Petrobras, no endereço: <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/EmpresasGrupo/organograma.htm>

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Aumento de participação no capital social da Breitener Energética S.A. Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras possuía 30% do capital social da Breitener Energética S.A., empresa geradora de energia elétrica, situada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Em 12 de fevereiro de 2010, a Petrobras adquiriu participação adicional de 35% no capital social da Breitener Energética S.A. por R\$ 3 mil, passando a Petrobras a deter o controle acionário da empresa, com 65% de participação.
Data da operação	18/01/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquisição de Participação
Descrição da operação	Aquisição de participação em usina de etanol Em 18 de janeiro e 31 de março de 2010, a Petrobras Biocombustível integralizou o montante de R\$105,0 milhões no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., conforme compromisso estabelecido, na Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2009, de integralizar o montante de R\$150,0 milhões até março de 2011, quando passará a deter 40,4% do capital social. A iniciativa, em linha, com o Plano de Negócios, insere a Companhia no mercado de etanol. A parceria viabilizará a ampliação da usina para uma capacidade total de 203 milhões de litros por ano, com um excedente de energia elétrica para comercialização de 38,5 MW, gerada pelo aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar.
Data da operação	01/12/2009
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	Aquisição de 50% de usina de biodiesel no Paraná Em dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível S.A. ingressou no capital social da empresa BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. com investimentos no valor de R\$55,0 milhões, passando a deter 50% das ações da empresa. Do total do investimento, R\$45,0 milhões já foram aportados em 2009 e os R\$10,0 milhões restantes serão aportados por ocasião do início das operações da Companhia, previsto para o segundo trimestre de 2010. A BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., constituída em 12 de junho de 2009, está localizada na Cidade de Marialva, Estado do Paraná, e tem capacidade para produzir 120 milhões de litros de biodiesel por ano. Na região, a Agricultura Familiar é responsável por 31% da soja produzida, configurando um cenário propício à obtenção da certificação do Selo Combustível Social. O objeto social consiste na industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos incluindo, mas não limitando proteínas vegetais.
Data da operação	01/12/2009
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 01 de dezembro de 2009 foi efetivada a compra, por aproximadamente US\$ 14 milhões, da Chevron Chile S.A.C, que produz e comercializa lubrificantes da marca Texaco no Chile. A Chevron Chile S.A.C. é uma empresa chilena, que possui uma planta situada em Santiago, com capacidade produtiva de 15.900 m ³ por ano e conta com uma participação no mercado chileno de lubrificantes acabados de cerca de 6%. Essa aquisição consolida a presença da Companhia no segmento de distribuição de combustíveis e lubrificantes na América Latina, onde, além do Brasil, a empresa já opera na Argentina, Colômbia, Paraguai, Chile e no Uruguai, através de uma rede de cerca de mais de 1200 postos de serviços.
Data da operação	31/10/2009

8.3 - Operações de reestruturação

Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	<p>Negócios de distribuição de combustíveis</p> <p>O CADE esclareceu que os termos da medida cautelar 087000.001507/2007-80, referentes a atos de concentração, não impediam Petrobras e Ultrapar – as adquirentes dos negócios de distribuição do Grupo Ipiranga - de manterem entendimentos com o objetivo de formular desenho de governança corporativa que afaste qualquer risco à concorrência. O CADE autorizou a realização de reuniões entre Petrobras e Ultrapar para apresentação da proposta.</p> <p>Em 16 de maio de 2007, o CADE aprovou, por unanimidade, um acordo substituindo os itens da medida cautelar que impedia a Petrobras de participar de decisões estratégicas e comerciais relacionadas à aquisição dos ativos de distribuição do Grupo Ipiranga. O documento denominado Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (“APRO”) permitiu à Petrobras escolher um gestor e negociar a implantação de um conteúdo de governança que garantisse a preservação dos ativos e os direitos dos acionistas não controladores. Permanece inalterado o cumprimento do cronograma da operação.</p> <p>Com o APRO, a gestão dos ativos de distribuição adquiridos pela Petrobras passou a ser conduzida de forma independente da gestão dos ativos adquiridos pela Ultrapar e conseqüentemente o gestor independente dos ativos de distribuição da Petrobras, realizou apresentações mensais de resultados a Petrobras, respeitando a defasagem de 60 dias previstas no APRO. Ainda em cumprimento ao mesmo documento, os relatórios contendo os dados apresentados a Petrobras foram remetidos ao CADE e devidamente protocolados.</p> <p>Em 30 de abril de 2008, o controle da Ipiranga Asfaltos S.A. (“IASA”) e da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. (“Alvo”) foi transferido da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (“CBPI”) para a 17 de Maio Participações S.A. (“17 de Maio”), sociedade anônima de capital fechado, que por sua vez, em 27 de novembro de 2008, foi incorporada pela Petrobras, ocasião em que as empresas IASA e Alvo passaram a integrar o rol de controladas diretas da Petrobras. Nesta fase a Petrobras desembolsou R\$ 705,8 milhões.</p> <p>O ágio de R\$ 473,0 milhões apurado teve como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro.</p> <p>Em 17 de dezembro de 2008, o CADE aprovou, em definitivo, a aquisição dos ativos de distribuição e asfaltos do Grupo Ipiranga pela Petrobras, condicionado à assinatura e pleno cumprimento de um Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), firmado pela Petrobras e pela Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda., possibilitando a gestão imediata e direta destes ativos.</p> <p>A partir deste resultado favorável, a Petrobras iniciou o processo de transferência dos ativos, representados pelas empresas Ipiranga Asfaltos S.A. e Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda., para a Petrobras Distribuidora, em linha com o planejamento inicial da operação que visava ampliar a liderança da referida subsidiária no mercado brasileiro de distribuição, por meio do aumento de parcela de mercado, com garantia de rentabilidade.</p> <p>Em 06 de março de 2009, os Conselhos de Administração da Petrobras e da Petrobras Distribuidora autorizaram o aporte das participações em Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e Ipiranga Asfaltos S.A. na Petrobras Distribuidora mediante um aumento de capital correspondente ao patrimônio líquido destas empresas.</p> <p>Em 09 de abril de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras Distribuidora aprovou o aumento de capital proposto, no montante de R\$671,0 milhões, finalizando o processo de transferência da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e da Ipiranga Asfaltos S.A., que se tornaram subsidiárias da Petrobras Distribuidora.</p> <p>Em 31 de outubro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras Distribuidora aprovou a incorporação total da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. ao seu patrimônio, com o objetivo de otimizar a gestão do negócio de distribuição e capturar as sinergias estimadas no momento da aquisição do Grupo Ipiranga.</p>
Data da operação	05/05/2009
Evento societário	Incorporação

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Acordo de Investimento da Braskem</p> <p>Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado o Acordo de Investimentos entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa, através do qual foi acordada a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e pela Petroquisa, o que permitiria conjuntamente à Petrobras e Petroquisa aumentarem sua participação no capital votante da Braskem para 30% e 25%, respectivamente.</p> <p>Os ativos petroquímicos envolvidos na operação foram: (i) 37,3% do capital votante e total da Copesul; (ii) 40% do capital votante e total da Ipiranga Petroquímica, subsidiária integral da Ipiranga Química S.A.; (iii) 40% do capital votante e total da Ipiranga Química S.A.; (iv) até 100% do capital votante e total da Petroquímica Triunfo S.A.; e (v) 40% do capital votante e total da Petroquímica Paulínia S.A..</p> <p>Em 14 de maio de 2008 foi celebrado o Aditivo ao Acordo de Investimentos o qual dividiu a operação de integração em duas fases.</p> <p>A primeira fase foi realizada em 30 de maio de 2008, quando a Petrobras e a Petroquisa integraram na Braskem a Grust Holdings S.A., detentora das participações de 36,5% em Copesul, 40% em Ipiranga Química S.A. e 40 % em Petroquímica Paulínia S.A., passando a deter 30% do capital votante e 23,1% do capital total da Braskem. Nesta operação de incorporação de ações da Grust Holding S.A. na Braskem foi apurado pela Petroquisa um deságio sem fundamentação econômica no montante de R\$424,2 milhões.</p> <p>Com a implementação da primeira fase, Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa, com a interveniência da Braskem, em 30 de maio de 2008, celebraram o novo acordo de acionistas da Braskem, ampliando os padrões de governança e possibilitando maior participação da Petrobras no processo decisório, que passou a indicar 3 conselheiros para o Conselho de Administração bem como representantes para todos os comitês de assessoramento a este Conselho.</p> <p>Dando continuidade ao processo de integração dos ativos, em 11 de setembro de 2008 a Ipiranga Petroquímica incorporou 100% do capital total da Copesul e em 30 de setembro a Braskem incorporou 100% do capital total da Ipiranga Petroquímica e da Petroquímica Paulínia S.A., que se tornaram unidades operacionais da Braskem.</p> <p>Em 22 de dezembro de 2008 a Braskem cancelou ações em tesouraria, correspondente a 6.251.744 ações ordinárias, 10.389.665 ações preferenciais classe A e 209.248 ações preferenciais classe B, passando a Petroquisa a deter 31 % do capital votante e 23,8 % do capital social total da Braskem.</p> <p>Na segunda fase, a Petrobras e a Petroquisa exerceram a opção de integrar na Braskem até 100% do capital votante e total da Petroquímica Triunfo S.A. A incorporação da Petroquímica Triunfo S.A. na Braskem, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de 7 de abril de 2009, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Braskem em 30 de abril de 2009 e na Assembleia Geral Extraordinária da Petroquímica Triunfo S.A. em 5 de maio de 2009.</p> <p>Essa operação concluiu a integração de ativos prevista no Acordo de Investimentos, celebrado em novembro de 2007 e aprovada pelo CADE em julho de 2008 entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa. Com a incorporação, a Petroquisa passou a deter 31% do capital votante e 25,3% do capital social total da Braskem.</p>
Data da operação	30/04/2009
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Em 07 de agosto de 2008, a Petrobras assinou acordo para a compra da participação da ExxonMobil na Esso Chile Petrolera e em outras empresas chilenas associadas. O acordo abrange o negócio de combustíveis nos mercados de varejo, industrial e de aviação (os negócios químicos, de lubrificantes e de produtos especiais da ExxonMobil no Chile não fazem parte do acordo) e a transferência do controle no segundo trimestre de 2009, juntamente com o pagamento de cerca de US\$ 400 milhões.</p> <p>Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais Petrobras Venezuela Investments & Services B.V e Petrobras Participaciones, S.L., localizadas na Holanda e Espanha, respectivamente, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 400 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas.</p> <p>Com a aquisição, a Petrobras entrou no mercado chileno de distribuição de combustíveis com uma rede de cerca de 230 postos de serviços, presença em 11 aeroportos, participação em seis terminais de distribuição, sendo quatro próprios e dois em joint venture, e participação de 22% na empresa Sociedad Nacional de Oleodutos e 33,3% na empresa Sociedad de Inversiones de Aviación.</p>
<hr/>	
Data da operação	30/03/2009
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	<p>Negócios de refino</p> <p>Na fase de Incorporação das Ações, a Petrobras passou a ter direito de receber da Ultrapar 33% da Refinaria de Petróleo Ipiranga.</p> <p>Em março de 2009, foi finalizado o recebimento dos Ativos de Refino adquiridos do Grupo Ipiranga, com a efetiva entrega das ações da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., pertinentes à Petrobras e à Braskem.</p> <p>A entrega dessa ações ocorreu concomitantemente ao aumento de capital da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., através da subscrição e consequente integralização de novas ações pela Petrobras, Braskem e Ultrapar, de forma a equalizar a participação societária entre elas. Em 18 de março de 2009, foi firmado Acordo de Acionistas da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. entre Petrobras, Ultrapar e Braskem, no qual se estabeleceram as regras de governança para viabilizar o controle e administração conjuntos entre as signatárias.</p> <p>O ágio de R\$10,1 milhões apurado tem como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro.</p> <p>A Petrobras consolida proporcionalmente as demonstrações contábeis dos ativos de refino da Refinaria de Petróleo Ipiranga em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar.</p>
<hr/>	
Data da operação	05/02/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de Empresas

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>A Petrobras, em prosseguimento à implementação da Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, constitui em 5 de fevereiro de 2009, seis sociedades por ações no Rio de Janeiro, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comperj Participações S.A.: Sociedade de Propósito Específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ; - Comperj Petroquímicos Básicos S.A.: Sociedade produtora de Petroquímicos Básicos; - Comperj PET S.A.: Sociedade produtora de PTA/PET; - Comperj Estirênicos S.A.: Sociedade produtora de Estireno; - Comperj MEG S.A.: Sociedade produtora de Etileno Glicol e Óxido de Eteno; e - Comperj Poliolefinas S.A.: Sociedade produtora de Poliolefinas (PP/PE). <p>Atualmente detém 100% do capital total e votante dessas companhias, e está sendo implantado o modelo de integração e relacionamento das empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.</p> <p>Esse modelo busca capturar as sinergias decorrentes da localização de várias companhias em um mesmo site de produção.</p> <p>Em 30 de dezembro de 2009, a Petrobras realizou aportes em bens no valor de R\$1,3 bilhões pautados em laudos contábeis aprovados pela administração de cada companhia.</p> <p>Em 21 de janeiro de 2010, a Petrobras, Odebrecht e Braskem celebraram um acordo de associação que tem como objetivo regular a relação comercial e societária no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.</p>
<hr/>	
Data da operação	01/01/2009
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 01 de janeiro de 2009, a Petrobras Energia Participaciones S.A. foi incorporada por sua controlada Petrobras Energia S.A., que teve sua razão social alterada para Petrobras Argentina S.A..
<hr/>	
Data da operação	31/12/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Nova Lei de Hidrocarbonetos</p> <p>Em abril de 2006, foi aprovada a “Ley Reformatória” à “Ley de Hidrocarburos” no Equador e regulamentada em julho de 2006, estabelecendo uma participação mínima do Governo de 50% sobre as receitas extraordinárias geradas por aumentos do preço de venda do petróleo equatoriano comparado com o preço médio mensal na data da assinatura dos respectivos contratos de venda do petróleo, expresso em moeda constante do mês da liquidação.</p> <p>Em janeiro de 2007, a EcuadorTLC, controlada da Petrobras Energia S.A., pagou o montante equivalente a R\$46,0 milhões cobrado pela Petroecuador, referente ao período de abril a dezembro de 2006 e, a partir dessa data, a EcuadorTLC passou a efetuar os pagamentos de acordo com o critério estabelecido pela Petroecuador.</p> <p>Em julho de 2007, a Petroecuador notificou a EcuadorTLC quanto a diferenças nos valores calculados para o campo Palo Azul referente ao período de janeiro a junho de 2007 no montante equivalente a R\$28,3 milhões, considerando uma metodologia diferente de cálculo das participações.</p> <p>Foi solicitado a Petroecuador reconsiderar os critérios adotados para cálculo das participações, levando-se em conta o critério sugerido pela Procuradoria Geral do Estado utilizado pela própria Petroecuador em janeiro e fevereiro de 2007.</p> <p>Em outubro de 2007, a “Dirección Nacional de Hidrocarburos” notificou sobre uma nova cobrança, referente ao período de 25 de abril de 2006 a 31 de dezembro de 2006 acrescida de juros, que pressupõe uma despesa adicional de US\$ 30 milhões.</p> <p>Em 18 de outubro de 2007, a Lei de Hidrocarbonetos foi alterada, elevando a participação do Estado sobre os excedentes extraordinários do preço do óleo para 99%, reduzindo a correspondente participação das companhias petroleiras para 1% sobre esta parcela. Em 28 de dezembro, a Assembléa Constituinte do Equador aprovou a “Ley de Equidad Tributaria”, que impõe profunda reforma tributária com a criação de novos impostos, a partir de 1º de janeiro de 2008.</p> <p>Em 18 de janeiro de 2008, a Petroecuador comunicou a existência de uma única dívida de US\$ 66 milhões, correspondente a diferenças acumuladas entre abril de 2006 e dezembro de 2007.</p> <p>Suportada em argumentos legais, a EcuadorTLC S.A. considera improcedente a interpretação da Petroecuador e, portanto, não foi registrado qualquer impacto nas demonstrações contábeis da citada cobrança.</p> <p>O conjunto de mudanças trazidas pela mencionada reforma, modificou as condições estabelecidas entre as partes quando da aprovação dos respectivos contratos de participação, afetando a previsão de rentabilidade dos atuais negócios no Equador e a recuperabilidade dos investimentos realizados.</p> <p>Conseqüentemente, para adequar o valor contábil dos ativos ao seu valor estimado de recuperação, em 31 de dezembro de 2007 foi reconhecida uma provisão no montante de R\$ 308.796 mil (US\$ 174.333 mil).</p> <p>Em 31 de dezembro de 2008, a Petrobras Energia Ecuador S.A. assinou acordo com o governo do Equador para devolução da concessão do bloco exploratório 31, no qual implicou no reconhecimento de perda no montante equivalente de R\$181,6 milhões.</p>
Data da operação	17/09/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação

Em decisão preliminar proferida em 24 de outubro de 2008, no âmbito de processo arbitral existente entre a Petrobras America Inc. e outras e a Astra Oil Trading NV e outras, que tramita segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi considerado válido o exercício da opção de venda ("put option") exercido pela Astra Oil Trading NV e outras em relação à Petrobras America Inc. e outras dos 50% remanescentes das ações da Astra Oil Trading NV na Pasadena Refinery Systems Inc., companhia que detém a Refinaria de Pasadena, e na empresa a ela ligada de "trading", ambas com escritórios operacionais no Texas.

No exercício de 2008 foi registrada a baixa total do ágio por expectativa de rentabilidade futura apurado na aquisição da Pasadena Refinery Systems Inc, no montante equivalente a R\$ 384.431 mil, tendo em vista mudanças na expectativa de rentabilidade. Em março de 2009 foi reconhecida perda no valor de R\$ 341.179 mil (US\$ 147.365 mil), correspondente à diferença entre o valor dos ativos líquidos e o valor definido pelo painel arbitral.

Em decisão proferida em 10 de abril de 2009, foi confirmado como válido o exercício da "put option". As responsabilidades operacionais, gerenciais e financeiras já haviam sido transferidas à Petrobras America Inc. e outras desde 17 de setembro de 2008, com base em decisão arbitral preliminar de 24 de outubro de 2008.

Segundo a decisão arbitral de 10 de abril de 2009, ficou definido em US\$ 466 milhões o valor dos 50% remanescentes da participação acionária na Refinaria e na Trading em Pasadena. O pagamento seria realizado em três parcelas, uma primeira no valor de US\$ 296 milhões (devida originalmente em 27 de abril de 2009, segundo a decisão) e as duas seguintes no valor de US\$ 85 milhões cada uma, estas duas últimas com vencimento fixado pelos árbitros para setembro de 2009 e setembro de 2010. As partes em disputa apresentaram pedidos de esclarecimentos ao painel arbitral acerca de alguns pontos da decisão, mas o painel arbitral houve por bem, em 3 de junho de 2009, confirmar "in totum" a decisão original, sem apresentar qualquer esclarecimento adicional. A decisão arbitral determinou, ainda, adicionalmente ao valor atribuído à compra das ações, o reembolso pela Petrobras America Inc. à Astra Oil Trading NV do montante de US\$156 milhões, correspondente a uma garantia relativa a empréstimo contraído pela Trading Company junto ao BNP Paribas, uma vez que ocorreria o encerramento de uma linha de crédito desta sociedade junto ao citado banco. Os valores correspondentes à compra das ações e ao reembolso do pagamento da garantia do BNP Paribas à Astra Oil Trading NV vêm sendo reconhecidos contabilmente pela Companhia desde a decisão arbitral de abril de 2009. Em 31.12.2009 esses valores correspondiam a US\$ 488 milhões e US\$ 177 milhões, respectivamente, já considerados os juros incidentes até essa data.

As partes até o momento não se puseram de acordo quanto à finalização das diversas pendências existentes entre elas, algumas objeto de duplicidade de cobrança por parte da Astra Oil Trading NV, para a assinatura de termo global de acordo que ponha fim a todas as demandas e permita os pagamentos objeto da decisão arbitral.

Em 10 de março de 2010, a Corte Federal de Houston, Texas, EUA, confirmou a sentença arbitral proferida em 10 de abril de 2009, rejeitando pedido da PAI de extinção do processo sem resolução de mérito, por incompetência do juízo, e de anulação parcial e modificação da sentença arbitral. Ratificou, no entanto, a decisão de que a PAI adquiriu 100% da participação acionária da Astra Oil Trading NV na Pasadena Refinery Systems Inc.. A Petrobras America Inc. irá recorrer da parte da decisão que confirmou a competência da corte federal em questão e de outros aspectos do julgado.

Data da operação	31/07/2008
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de Ações
Descrição da operação	Transferência de ações de empresas de energia

Em 31 de julho de 2008, as participações acionárias em empresas de energia de propriedade da Petrobras Distribuidora foram transferidas para Petrobras através de uma operação de compra e venda de ações que totalizou R\$ 183,5 milhões.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	16/06/2008
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de Empresa
Descrição da operação	Com a criação da subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. em 16 de junho de 2008, a Petrobras aproveita a oportunidade empresarial decorrente do aumento da demanda mundial de biocombustíveis e, também, fortalece sua posição de empresa comprometida com o meio-ambiente e com o desenvolvimento social. Além de contribuir para a redução do aquecimento global, os biocombustíveis permitem geração de emprego e renda no campo, com a utilização da agricultura familiar na produção das matérias-primas.
<hr/>	
Data da operação	03/04/2008
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	Aquisição de ações da Termobahia S.A. Em 03 de abril de 2008, a Petrobras concluiu a operação de aquisição, por R\$ 9,4 milhões, da totalidade das ações de emissão da Termobahia S.A., detidas pela Blade Securities Limited. A Blade Securities Limited é uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede na Irlanda, que através de uma estruturação financeira acordada com o BID passou a deter participações na Termobahia S.A.. Com o pré-pagamento ao BID pela Blade Securities Limited do financiamento que obteve em decorrência da estruturação financeira acordada com o BID, cessaram todas as obrigações e restrições derivadas deste financiamento, eliminando-se a barreira ao aumento da participação acionária da Petrobras na Termobahia S.A.
<hr/>	
Data da operação	07/03/2008
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Constituição de Sociedade por Ações
Descrição da operação	A Refinaria Abreu e Lima S.A. foi constituída em 7 de março de 2008 pela Petrobras como uma sociedade por ações de capital fechado. A Refinaria Abreu e Lima S.A. tem sede no Complexo Industrial Portuário do SUAPE, na Cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco, e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.
<hr/>	
Data da operação	02/01/2008
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Venda de Participação Acionária
Descrição da operação	Em 02 de janeiro de 2008, a Petrobras Energia S.A. (Pesa) vendeu sua participação acionária na Petroquímica Cuyo S.A.I.C. pelo montante de R\$ 56.682 mil.
<hr/>	
Data da operação	14/12/2007
Evento societário	Incorporação de ações

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Venda de Participação Acionária em Empresa de Energia na Argentina – Companhia Inversora en Transmisión Eléctrica S.A. – Citelec</p> <p>Em 14 de dezembro de 2007, foi aprovada pelos organismos reguladores e autoridades competentes a transferência das ações da Companhia Inversora en Transmisión Eléctrica S.A. - Citelec, detentora de 52,67% da Companhia de Transporte em Energia Eléctrica en Alta Tensión - Transener S.A., para a Energia Argentina S.A.- ENARSA e para a Electroingenieria S.A. por um preço fixo de US\$ 54 milhões, equivalentes a R\$ 95.650 mil.</p>
Data da operação	30/11/2007
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	<p>Aquisição da Suzano Petroquímica S.A.</p> <p>Em 30 de novembro de 2007, foi concluída a aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A. por intermédio da aquisição da Pramoia Participações S.A. e sua controlada Dapean Participações S.A., equivalente a 99,9% das ações ordinárias e de 76,57% do capital total da Suzano Petroquímica S.A..</p> <p>O pagamento pela Petrobras aos acionistas vendedores foi no montante global de R\$2,1 bilhões, que correspondeu a R\$13,27 por ação ordinária e R\$10,61 por ação preferencial.</p> <p>Em 28 de dezembro 2007, foi protocolado junto à CVM o pedido de registro e Oferta Pública de Ações (OPA) para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Suzano Petroquímica S.A. de propriedade de seus demais acionistas pelos valores de R\$13,27 por ação ordinária e R\$10,61 por ação preferencial.</p> <p>Na aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A., por intermédio da Pramoia Participações S.A., foi apurado ágio de R\$1,2 bilhões, tendo como fundamento econômica a expectativa de resultado futuro.</p> <p>Em 24 de março de 2008, a Pramoia Participações S.A. foi incorporada pela Petrobras após aprovação das respectivas Assembleias Geras Extrarodinárias.</p> <p>Em 30 de abril de 2008, a CVM deferiu o registro da Oferta Pública de Ações (OPA) para aquisição das ações da Suzano Petroquímica S.A., condicionado a ajustes, os quais foram acatados pela Petrobras, inclusive atualização dos valores da oferta.</p> <p>Em 12 de maio de 2008, a Petrobras publicou o Instrumento de Oferta Pública de Ações (OPA). Na mesma data, teve início o período para habilitação e adesão à Oferta Pública de Ações (OPA) por parte dos minoritários, que se encerrou em 19 de junho de 2008.</p> <p>Em 20 de junho de 2008, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Ações (OPA) da Suzano Petroquímica S.A., no qual a Quattor Participações S.A. adquiriu (i) 102.906 das ações ordinárias (92,7% de adesão) pelo preço de R\$14,08 por ação ordinária; e (ii) 50.147.172 ações preferenciais (94,6% de adesão) pelo preço de R\$11,26 por ação preferencial.</p> <p>Em 30 de junho de 2008, a Suzano Petroquímica S.A. teve sua denominação social alterada para Quattor Petroquímica S.A.</p>
Data da operação	30/11/2007
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de Sociedade

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação

Acordo de Investimento com Unipar

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado Acordo de Investimentos entre Petrobras, Petroquisa e Unipar, onde foram definidos, dentre outros, as etapas de estruturação para a criação de uma companhia integrada (“Sociedade Petroquímica”) na proporção de 60% Unipar e os 40% Petrobras e Petroquisa. O objetivo da criação da Sociedade Petroquímica foi nela integrarem seus ativos dedicados à produção de resinas termoplásticas, petroquímicos básicos e atividades correlatas, com vistas a atingir escala mundial de produção e elevada competitividade.

Os ativos petroquímicos que Petrobras e Petroquisa contribuíram para a formação da Sociedade Petroquímica, denominados “Ativos Petrobras” foram: (i) 99,9% do capital votante e 76,57% do capital total da Suzano Petroquímica S.A., e (ii) 17,48% do capital votante e 17,44% do capital total de titularidade da Petroquisa na Petroquímica União S.A..

Da mesma forma, a Unipar contribuiu com os “Ativos Unipar”, a saber: (i) 33,3% do capital votante e total da Rio Polímeros S.A.; (ii) 54,96% do capital votante e 51,35% do capital total da Petroquímica União S.A.; (iii) 99,99% do capital votante e total da Polietilenos União S.A.; (iv) todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da Unipar Divisão Química; e (v) a importância, em dinheiro, de R\$380,0 milhões, correspondente ao valor do preço pago por: (a) totalidade da participação de 16,67% do capital total detida pela Petroquisa na Rio Polímeros S.A.; e 15,98% da participação de Suzano Petroquímica S.A. na Rio Polímeros S.A., pelo preço certo e ajustado de R\$ 0,9152 por ação.

Em 07 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração da Suzano Petroquímica S.A. aprovou a alienação de parte das ações detidas de emissão da Rio Polímeros S.A., correspondente a 24,31% do capital social, permanecendo a Suzano Petroquímica S.A. com participação de 9,02% do capital social da Rio Polímeros S.A. O direito de preferência sobre estas ações, previsto no acordo de acionistas da Rio Polímeros S.A., foi exercido parcialmente e de forma não proporcional: (i) 15,98% do capital social foi adquirido pela Unipar através de sua sociedade de propósito específico Fasciatus Participações S.A.; (ii) 8,33% pelo BNDES Participações S.A. e (iii) nenhuma ação foi adquirida pela Petroquisa.

Em 11 de junho de 2008, parte das ações detidas pela Suzano Petroquímica S.A., representativas de 24,31% do capital social da Rio Polímeros S.A., foram alienadas pelo valor de R\$283,0 milhões para a Fasciatus Participações S.A. e BNDES Participações S.A.

Na mesma data, a Petroquisa alienou sua participação de 16,67% do capital social da Rio Polímeros S.A. pelo valor de R\$194,0 milhões em favor da Fasciatus Participações S.A..

Em 14 de fevereiro de 2008, os acionistas de Dapean Participações S.A. deliberaram pelo resgate da totalidade das ações preferenciais classe A da Rio Polímeros S.A., mediante a conseqüente redução de seu capital social para R\$495,0 milhões.

Em 11 de junho de 2008, a Petroquisa integralizou sua participação na Petroquímica União S.A. avaliada em R\$152,9 milhões na Dapean Participações S.A., subscrevendo 19.315.055 ações ordinárias e 10.060.727 ações preferenciais. As ações preferenciais foram resgatadas no mesmo dia pelo valor de R\$52,3 milhões e participação no capital social de Dapean passou a ser distribuída entre Petrobras e Petroquisa na proporção de 79,8% e 20,2%, respectivamente.

Posteriormente, a Dapean Participações S.A. incorporou a Fasciatus Participações S.A., sociedade de propósito específico que reuniu os “Ativos Unipar”, passando a concentrar assim todos os “Ativos Petrobras e Unipar” sob a Dapean Participações S.A. Esta incorporação foi realizada a valor contábil e a relação de troca estabelecida pelos valores econômicos dos ativos. A operação gerou resultado não operacional de R\$326,1 milhões (Controladora) e R\$ 408,8 milhões (Consolidado) referente ao ganho por variação na porcentagem de pa

Data da operação

09/11/2007

Evento societário

Alienação e aquisição de controle societário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Aquisição de ações da Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) Em 09 de novembro de 2007, a Petrobras assinou documento de compra de 87,5% das ações da empresa japonesa Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) com a TonenGeneral Sekiyu Kabushiki Kaisha (TGSK), pelo valor aproximado de US\$ 50 milhões. A aquisição compreende uma refinaria com capacidade de 100.000 bpd, que refina petróleo leve e produz derivados de alta qualidade, um terminal de petróleo e derivados com capacidade de armazenamento de 9,6 milhões de barris, três piers com capacidade de receber navios de produtos de até 97.000 Deadweight tonnage (dwt) e uma monobóia para navios Very Large Crude Carrier (VLCC) de até 280.000 dwt. Em abril de 2008, o processo de aquisição foi encerrado com a transferência do controle acionário.
Data da operação	04/10/2007
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Aquisição da Termoelétrica Juiz de Fora Em 04 de outubro de 2007, a Petrobras celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Energisa S.A., para a aquisição de 100% das ações da Termoelétrica Juiz de Fora, uma usina elétrica à gás natural, com uma capacidade de geração de energia instalada de 87 MW, e que possui contratos de venda de energia para fornecimento até 2022. A operação foi concluída em 28 de dezembro de 2007, com o pagamento de R\$ 210,5 milhões. Adicionalmente, a Petrobras Comercializadora de Energia Ltda e a Energisa S.A. celebraram um contrato para uso dos direitos sobre a comercialização de energia com as subsidiárias da Energisa S.A. na região Nordeste do Brasil.
Data da operação	28/06/2007
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	Negócios petroquímicos A Petrobras e a Braskem encaminharam, em 18 de maio de 2007, pedido de registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Ipiranga Petroquímica, que permitiu a aquisição privada, por R\$118,0 milhões, das ações de emissão da Ipiranga Petroquímica detidas por seus acionistas minoritários em 28 de junho de 2007. Em 04 de julho de 2007, a CVM deferiu o pedido de dispensa da referida Oferta Pública de Aquisição de Ações e, em 18 de julho de 2007, a Ipiranga Petroquímica teve seu registro de companhia aberta cancelado. Após a concessão do registro da Oferta Pública de Aquisição de Ações para fechamento de capital da Copesul em 10 de agosto de 2007 pela CVM, no dia 05 de outubro de 2007 ocorreu o leilão para aquisição das ações ordinárias de emissão da Copesul. O valor da operação foi de R\$1,3 bilhão. Com a Incorporação das Ações, a Petrobras passou a ter na Ipiranga Química S.A., da qual a Ipiranga Petroquímica era subsidiária integral, 40% da participação acionária, conforme acordado no acordo de investimento. O ágio de R\$ 670 milhões apurado tem como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro.
Data da operação	25/06/2007
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de Ações

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Nova Lei dos Hidrocarbonetos</p> <p>A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos toda a produção de hidrocarbonetos.</p> <p>Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus sócios firmaram com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, contratos de operação dos blocos San Alberto, San Antonio, Rio Hondo e Ingre, os quais entraram em vigor a partir de 02 de maio de 2007. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participações, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, devendo ser reembolsados a Petrobras Bolívia os custos de produção e investimentos realizados pela Companhia, além do pagamento da remuneração calculada de acordo com a tabela de participação variável estabelecida no contrato. Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra e venda das ações da Petrobras Bolívia Refinación S.A., com a transferência de 100% das ações para a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos pelo montante de US\$ 112 milhões em duas parcelas: a primeira, liquidada em 11 de junho de 2007 e a segunda em 13 de agosto de 2007, apurando-se um ganho equivalente, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 66.195 mil (US\$ 37.371 mil)</p> <p>Em 31 de agosto de 2007, foi promulgada a Lei 3.740 de Desenvolvimento Sustentável do Setor de Hidrocarbonetos, revogando o Impuesto a las Utilidades Extraordinárias por Extracción de Recursos Naturales no Renovables e viabilizando a participação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos nas receitas provenientes dos mencionados contratos de operação.</p> <p>Mediante o Decreto Supremo 28.701, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos controlasse com, no mínimo, 50% mais uma ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A., da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação, por meio da Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios S.A. (51%) e Petrobras Energia Internacional S.A. (49%).</p> <p>Em 18 de dezembro de 2007, a Petrobras assinou com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, comunicado conjunto revendo novos investimentos para aumentar a produção de gás natural na Bolívia. O comunicado estabelece ainda as linhas gerais para a execução conjunta de projetos, com a constituição de uma possível Sociedade de Economia Mista. Por outro acordo, Petrobras e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos definiram que, para volumes entregues ao mercado interno superiores a 18% da produção proveniente de novos projetos, haverá garantia de um preço de 50% do preço de exportação.</p> <p>A Petrobras e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos assinaram, no 4º trimestre de 2009, aditivo contratual que regula o pagamento de valores adicionais à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos referente à quantidade de líquidos (hidrocarbonetos pesados) presentes no gás natural importado pela Petrobras da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos por meio do Gas Supply Agreement - GSA. O aditivo estabelece valores adicionais entre US\$ 100 milhões e US\$ 180 milhões por ano, aplicados a volumes de gás entregues a partir de maio de 2007. Com relação ao ano de 2007, a obrigação de pagamento adicional da Petrobras foi provisionada e foi liquidada em fevereiro de 2010. O pagamento dos valores referentes aos anos posteriores somente serão devidos após cumprimento de condição precedente estabelecida no aditivo, que demandará negociações adicionais com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.</p>
Data da operação	18/06/2007
Evento societário	Incorporação de ações

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Opção de compra de Sociedades de Propósitos Específicos - SPE</p> <p>Em 18 de junho de 2007, por recomendação da Petrobras, a Braspetro Oil Company exerceu, por US\$123,0 milhões (R\$217,8 milhões), a opção de compra da totalidade das ações da EVM Leasing Co., proprietária dos bens financiados, junto aos investidores e financiadores do projeto estruturado EVM Leasing Co., tendo em vista a conclusão da estrutura financeira e liquidação das demais obrigações contratuais do projeto pela Petrobras. A partir desta data, a EVM Leasing Co. tornou-se uma controlada direta da Braspetro Oil Company que possui 100% de seu capital votante e integralizado. O deságio de US\$417,3 milhões (R\$739,2 milhões), apurado na aquisição, está sendo apresentado nas demonstrações consolidadas, retificando o Imobilizado, em função da sua fundamentação econômica, e sendo amortizado em função das unidades produzidas pelos respectivos ativos.</p> <p>Em 2009, a Petrobras exerceu a opção de compra das seguintes sociedades de propósito específico, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda das Ações celebrados entre Petrobras e antigos acionistas dessas sociedades de propósito específico. Os deságios apurados são decorrentes de outras razões econômicas.</p> <p>a) Marlim Participações S.A., em 30 de abril de 2009, 100% das ações, por R\$1,0 milhão, com deságio de R\$57,1 milhões;</p> <p>b) Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos, em 30 de dezembro de 2009, 100% das ações, por R\$90,0 milhões, com deságio de R\$1,8 bilhões; e</p> <p>c) NovaMarlim Participações S.A., em 11 de dezembro de 2009, 43,43% das ações, por R\$1,0 milhão, com deságio de R\$1,0 milhão.</p> <p>Em 16 de março de 2010, a Petrobras exerceu a opção de compra da Cayman Cabiúnas Investment Co. Ltd., por US\$85,0 milhões, equivalente a R\$151,5 milhões, conforme previsto no "Put and Call Agreement".</p>
<hr/>	
Data da operação	22/04/2007
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	<p>Liquidação das Usina Termelétrica Nova Piratininga Ltda. e Termogaúcha – Usinas Termoelétricas S.A</p> <p>A Usina Termelétrica Nova Piratininga foi dissolvida em 28 de fevereiro de 2007, em decorrência da extinção do consórcio Piratininga – São Paulo e a Termogaúcha, em 22 de outubro de 2007, devido a restrições operacionais que inviabilizaram a implantação da Usina.</p>
<hr/>	
Data da operação	18/04/2007
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação

Grupo Ipiranga

Em 18 de abril de 2007, a Ultrapar (por si), com a interveniência da Braskem S.A. e da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (por comissão), adquiriu o controle das empresas do Grupo Ipiranga. Nesta data, a Petrobras adiantou a Ultrapar R\$ 742.746 mil. Nos termos do acordo de investimentos entre a Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Ultrapar passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste ("Ativos de Distribuição Sul"), a Petrobras passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ("Ativos de Distribuição Norte"), e a Braskem passou a deter o controle dos ativos petroquímicos ("Ativos Petroquímicos"), representados pela Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica e pela participação da Ipiranga Petroquímica S.A. na Copesul, tendo também a Petrobras participação nos ativos petroquímicos. Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela Refinaria de Petróleo Ipiranga são compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem ("Ativos de Refino").

A Ultrapar foi a responsável por executar a reorganização societária das empresas adquiridas, com o objetivo de separar os Ativos de Distribuição Sul, os Ativos de Distribuição Norte, os Ativos Petroquímicos e os Ativos de Refino a cada uma da Ultrapar, Petrobras e Braskem, conforme acordado no acordo de investimento.

A operação foi apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE, SDE e SEAE), e devidamente aprovada em 17 de dezembro de 2008.

Em outubro e novembro de 2007, foram realizadas as Ofertas Públicas de Ações (OPAs) para aquisição das ações ordinárias de emissão da Refinaria de Petróleo Ipiranga, DPPI e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga dos respectivos acionistas minoritários. Para esta aquisição, a Petrobras pagou R\$ 211,0 milhões.

Em 18 de dezembro de 2007, foram realizadas as Assembléias Gerais Extraordinárias de RPI, DPPI, CBPI e Ultrapar, que deliberaram favoravelmente sobre a incorporação das ações de Refinaria de Petróleo Ipiranga, DPPI e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga pela Ultrapar ("Incorporação de Ações"). Como resultado da Incorporação de Ações, os acionistas dessas empresas do Grupo Ipiranga detentores de ações preferenciais receberam ações da Ultrapar conforme a relação de troca pré-estabelecida. Nesta fase a Ultrapar procedeu com a reorganização societária das empresas do Grupo Ipiranga, para permitir a segregação e transferência dos Ativos Petroquímicos, Ativos de Distribuição Norte, Ativos de Distribuição Sul e Ativos de Refino, conforme acordado entre Ultrapar, Petrobras e Braskem no acordo de investimento. Ao final da referida reorganização societária, a Ultrapar efetivou a transferência das participações societárias conforme abaixo:

(a) As participações societárias dos Ativos Petroquímicos para a Braskem e a Petrobras, na proporção de 60% e 40%, respectivamente, com o desembolso de R\$ 412, milhões pela Petrobras; e

(b) A Petrobras recebeu a sociedade criada exclusivamente para receber os Ativos de Distribuição Norte através da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e a Ipiranga Asfaltos S.A., e cada uma das companhias (Petrobras, Ultrapar e Braskem) recebeu ainda 1/3 dos Ativos de Refino.

Data da operação

11/01/2007

Evento societário

Aquisição e alienação de ativos importantes

Descrição da operação

Acordo com Teikoku Oil Co. Ltd. em operações no Equador

Em 11 de janeiro de 2007, foi aprovado pelo Ministério de Minas do Equador o acordo prévio firmado em janeiro de 2005, para a venda pela Petrobras Energia S.A. à Teikoku Oil Co. Ltd., de 40% dos direitos e obrigações dos contratos de participação nos Blocos 18 e 31 no Equador e a cessão de 40% do contrato de transporte de óleo com a Oleoducto de Crudos Pesados Ltd..

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Outros bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor:

Todos os bens relevantes estão descritos nos itens 91.a, 9.1b e 9.1.c.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade de Coqueamento - REDUC	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Termoeletrica Nova Piratininga	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Unidade de processo - RLAM	Brasil	BA	Mataripe	Própria
Unidade de Coqueamento - REPLAN	Brasil	SP	Paulina	Própria
Unidade de hidrotreatamento QAV/Diesel REPLAN	Brasil	SP	Paulina	Própria
Unidade de tratamento	Brasil	ES	Linhares	Própria
Unidade de Propeno - Revap	Brasil	SP	São José dos Campos	Própria
Unidade de Craqueamento - REPLAN	Brasil	SP	Paulina	Própria
RLAM - Unidade de Craqueamento	Brasil	BA	Mataripe	Própria
REPLAN - Unidade de tratamento	Brasil	SP	Paulina	Própria
Unidade de Tratamento - REDUC	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Unidade Hidrotreatamento QAV/Diesel RPBC	Brasil	SP	Cubatão	Própria
Termoeletrica Tres lagoas	Brasil	MS	Três Lagoas	Própria
Unidade de Hidrotreatamento QAV/Diesel REDUC	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Unidade de destilação - REPLAN	Brasil	SP	Paulina	Própria
Unidade de hidrotreatamento QAV/Diesel REGAP	Brasil	MG	Betim	Própria
REPAR - Unidade de Tratamento	Brasil	PR	Araucária	Própria
Unidade de Destilação - REDUC	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Unidade de destilação REVAP	Brasil	SP	São José dos Campos	Própria
Termoeletrica canoas	Brasil	RS	Canoas	Própria
Plataforma P-53	Brasil	RJ	Macaé	Arrendada
Plataforma de bombeamento - PRA-1	Brasil	RJ	Macaé	Arrendada
Trecho sul - Cabiúnas-Vitória (GASCAV)	Brasil	ES	Vitória	Arrendada
Plataforma P-43 - FPSO	Brasil	RJ	Macaé	Arrendada
Plataforma P-48 - FPSO	Brasil	RJ	Macaé	Arrendada
Gasoduto Catu x Itaporanga	Brasil	BA	Itaporanga	Arrendada
Gasoduto Campinas-Rio trecho restante = 254,5 KM	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Campinas-Rio trecho: Paulínea x Taubaté = 198,5 KM	Brasil	SP	Taubaté	Arrendada
Gasoduto Carmópolis x Pilar	Brasil	SE	Pilar	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	MÉTODO P/ CONSTRUÇÃO DE ARRANJO DE POÇOS DE GRANDE AFASTAMENTO P/ PRODUÇÃO, TRANSPORTE E EXPLOTAÇÃO	Nigéria	Vigência: 08/07/2023	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	SISTEMA E MÉTODO DE BOMBEIO MULTIFÁSICO	Estados Unidos	Vigência: 22/08/2022	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	APARELHAGEM E MÉTODO PARA PRÉ-INSTALAÇÃO, POR QUEDA LIVRE, DE CABEÇA DE POÇO SUBMARINA	Estados Unidos	Vigência: 11/10/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE HIDRODESSULFURIZAÇÃO SELETIVA DE CORRENTES OLEFÍNICAS	Estados Unidos	Vigência: 12/10/2024	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE REDUÇÃO DE ACIDEZ NAFTÊNICA EM PETRÓLEO	Estados Unidos	Vigência: 31/08/2026	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	APARELHAGEM PARA ANCORAGEM RÁPIDA E MÉTODO DE OPERAÇÃO	Estados Unidos	Vigência: 17/07/2023	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	ESTRUTURA FLUTUANTE	Estados Unidos	Vigência: 02/09/2024	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	APARELHO E PROCESSO PARA O CRAQUEAMENTO CATALÍTICO FLUIDO EM REATOR DESCENDENTE	Estados Unidos	Vigência: 30/12/2022	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	APARATO RETIFICADOR E PROCESSO PARA CRAQUEAMENT O CATALÍTICO FLUIDO UTILIZANDO O MESMO.	Estados Unidos	Vigência: 20/03/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA A OXIDAÇÃO EXTRATIVA DE CONTAMINANTES DE CORRENTES BRUTAS DE HIDROCARBONETOS	Estados Unidos	Vigência: 06/05/2023	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO FLUIDO DE CARGAS MISTAS DE HIDROCARBONETOS DE DIFERENTES ORIGENS	China	Vigência: 19/05/2024	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA A REDUÇÃO DA ACIDEZ NAFTÊNICA DE PETRÓLEOS OU SUAS FRAÇÕES	Estados Unidos	Vigência: 10/03/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO E DISPOSITIVO P/ ALTERAR DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO FLUIDO DE HC	Estados Unidos	Vigência: 28/07/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	ARRANJO DE ELEMENTO COMPENSADOR SUSPENSOR	Estados UNidos	Vigência: 18/01/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	TRANSDUTOR ÓPTICO P/ MEDIDA SIMULTÂNEA DE PRESSÃO/TEMPERATURA EM POÇOS DE PETRÓLEO	Estados Unidos	Vigência: 30/11/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	SISTEMA SUBMARINO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, MÉTODO DE INSTALAÇÃO E USO DO MESMO	Estados Unidos	Vigência: 17/08/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	ADITIVO MULTIFUNCIONA L P/ MAX. DE PROPRIIDADES RELEVANTES A UM PROCESSO DE CRAQUEAMENT O CATALÍTICO	Estados Unidos	Vigência: 08/02/2027	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA A HIDROCONVERSÃO DE ÓLEOS VEGETAIS	França	Vigência: 07/10/2025	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA REDUÇÃO DE ACIDEZ DE MISTURAS DE HIDROCARBONETOS	Estados Unidos	Vigência: 10/03/2027	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BÓIA DE SUB-SUPERFÍCIE, SISTEMA DE AMARRAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DINÂMICA E MÉTODO DE INSTALAÇÃO DE BÓIA	Estados Unidos	Vigência: 14/02/2023	<p>Os eventos que podem gerar perda dos direitos sobre as patentes concedidas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, existe um prazo (no caso brasileiro é de seis meses conforme normas do INPI) em que se pode contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável. - Pedido de nulidade jurídica - Após a expiração do prazo para nulidade administrativa, uma patente somente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade - Após cinco anos da concessão, pode haver pedido (por terceiros) de caducidade da patente, por motivo de não exploração da mesma. - Força Maior - Pode haver demanda de licença compulsória, por motivo de força maior, pelo governo. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável. <p>Em todos os casos, os procedimentos normativos obedecem à legislação específica do país.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
5283 Participações Ltda	03.538.572/0001-17	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Sociedade por cota de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto a participação no capital de outras sociedades.	100,000000
31/03/2010	-100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	-464.461,00		
31/12/2008	-100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-68,170000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda	09.302.703/0001-49	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Sociedade limitada, que tem por objeto a importação, exportação, armazenamento provisório, beneficiamento, venda, transporte e distribuição de produtos de petróleo, seus derivados e outros produtos conexos, inclusive pneumático, baterias e acessórios automobilísticos, como também os respectivos equipamentos, instalações, aparelhos e máquinas do ramo em geral, seja de origem nacional ou estrangeira, podendo prestar serviços correlatos e ainda realizar quaisquer atividades acessórias.	0,000000
31/03/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	4,00	Valor contábil	31/03/2010	0,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	51.043,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Arembepe Energia S.A.	08.627.559/0001-58	-	Controlada	Brasil	BA	Camaçari	Tem por objetivo específico a implantação da UTE Camaçari Polo de Apoio I, termelétrica de 148 MW para geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.	30,000000
31/03/2010	-41,840000	0,000000	0,00	Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2009	-28,390000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	5.650,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Baixada Santista Energia Ltda.	03.059.729/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	Cubatão	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2010	-1,850000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	14,570000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	223.211,00		
31/12/2008	-9,130000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,280000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Bioenergética Britarumã S.A	33.000.167/0001-01	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Tem por objetivo específico a implantação da UTE Utarumã, termelétrica de 60 MW para a geração e comercialização de energia elétrica e vapor, na forma de produtor independente de energia elétrica.	30,000000
31/03/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	33,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Brasil PCH S.A.	07.314.233/0001-08	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem como objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.	42,330000
31/03/2010	0,450000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	3,680000	0,000000	6.037,00	Valor contábil	31/03/2010	61.795,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Braspetro Oil Company - BOC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Tem como objeto promover a pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como na prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.	99,990000
31/03/2010	-35,700000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-69,090000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	-71.383,00		
31/12/2008	-12,600000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-19,800000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Tem como objeto a prestação de serviços em todas as áreas da indústria do petróleo, bem como no comércio de petróleo e de seus derivados.	100,000000
31/03/2010	16,620000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-35,210000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	1.074.318,00		
31/12/2008	227,620000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-47,500000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Brasympe Energia S.A.	04.831.696/0001-59	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem por objetivo específico a geração e a comercialização de energia elétrica na forma de produtor independente de energia elétrica.	20,000000
31/03/2010	0,580000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-4,710000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	13.793,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Breitener Energética S.A.	04.816.991/0001-36	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Tem como objeto social a produção de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBEE), par suprimimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida.	65,000000
31/03/2010	-17,710000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-14,700000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	31.995,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Brentech Energia S.A.	07.921.085/0001-90	-	Controlada	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Tem por objetivo específico a implementação da Usina Termelétrica Goiânia II, de 140 MW, a diesel, para geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia.	30,000000
31/03/2010	129,460000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-48,110000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	9.252,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Cia Energética Manauara S.A.	07.303.379/0001-58	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Tem como objeto social a implantação de uma usina termelétrica para fornecer energia elétrica para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AME).	40,000000
31/03/2010	7,940000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	56,590000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	21.110,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Companhia Energética Potiguar S.A.	04.853.028/0001-22	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Tem por objeto social principal a produção, geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, bem como exercer outras atividade que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, serem vinculadas ao seu propósito específico.	20,000000
31/03/2010	73,380000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-65,530000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	912,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP	05.911.239/0001-37	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cuja finalidade é a locação de ativos para exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo a prestação e a contratação de serviços relacionados á produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas.	100,000000
31/03/2010	24,790000	0,000000	0,00	Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2009	100,000000	0,000000	493.372,00	Valor contábil	31/03/2010	1.886.813,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.									
Comperj Estirênicos S.A.	10.686.006/0001-18	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	100,000000	
31/03/2010	66,710000	0,000000	0,00	Valor mercado					
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	53.237,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.									
Comperj MEG S.A.	10.693.983/0001-42	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	100,000000	
31/03/2010	39,010000	0,000000	0,00	Valor mercado					
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	55.510,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.									

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Comperj Participações S.A.	10.693.351/0001-89	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	100,000000
31/03/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	1,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Comperj PET S.A.	10.685.986/0001-34	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	100,000000
31/03/2010	56,580000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	202.950,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	10.693.579/0001-79	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	100,000000
31/03/2010	66,450000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	1.682.828,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Comperj Poliolefinas S.A.	10.686.018/0001-42	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	100,000000
31/03/2010	58,360000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	216.471,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Cordoba Financial Services Gmbh - CFS	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Austria			Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, com sede em Viena, Áustria, que tem como objeto a participação no capital de outras sociedades na Áustria e no exterior. Cordoba é a única acionista do World Fund Financial Services (WFFS), Companhia estabelecida sob as leis das Ilhas Cayman, que tem como objeto atuar em operações bancárias e financeiras fora das Ilhas Cayman.	100,000000
31/03/2010	4275,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-88,610000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	1.400,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Downstream Participações Ltda.	04.181.609/0001-65	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participa em sociedades que atuam no segmento de refino.	99,990000
31/03/2010	4,680000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	445,810000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	964.673,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2008	-85,420000	0,000000	0,00					
31/12/2007	4,060000	0,000000	41.093,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Energética Camaçari Muricy I LTDA	08.620.421/0001-27	-	Controlada	Brasil	BA	Camaçari	Tem por objetivo específico a implementação da UTE Camaçari Muricy I, termelétrica de 148 W para a geração e a comercialização de energia elétrica na forma de produtor independente de energia elétrica.	49,000000
31/03/2010	-21,470000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	16,580000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	19.484,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Energética Suape II S.A.	09.373.678/0001-94	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem por objetivo principal a construção da Usina Termelétrica (UTE) Suape II, localizada no município de Cabo de Santo agostinho - Pernambuco, no complexo industrial portuário de Suape.	20,000000
31/03/2010	157,130000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	188,360000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	4.204,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
FAFEN Energia S.A.	04.298.015/0001-39	-	Controlada	Brasil	BA	Camaçari	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/03/2010	6,210000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	28,220000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	298.333,00		
31/12/2008	-5,140000	0,000000	0,00					
31/12/2007	10,220000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	03.855.441/0001-63	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Tem por objetivo viabilizar a construção de 4 edifícios administrativos em Macaé por meio da emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários através da Rio Bravo Securitizadora S.A., lastreado em direitos creditórios locatícios junto à Petrobras.	99,000000
31/03/2010	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	1.337,00		
31/12/2008	-100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	56,200000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
GNL do Nordeste Ltda.	03.663.998/0001-00	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Tem como objetivo a construção e operação de um terminal de gás natural liquefeito (GNL) no porto de Suape, incluindo o recebimento, estocagem e regaseificação.	50,000000
31/03/2010	-34,210000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-89,440000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	25,00		
31/12/2008	24,140000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Ibiriterno	04.552.973/0001-94	-	Controlada	Brasil	MG	Ibirité	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	50,000000
31/03/2010	4,400000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-39,540000	0,000000	52.484,00	Valor contábil	31/03/2010	56.964,00		
31/12/2008	1967,540000	0,000000	-1.500,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	21.181,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Ipiranga Asfalto S. A.	59.128.553/0001-77	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos derivados de petróleo, emulsões asfálticas e asfaltos em geral, produtos químicos, anticorrosivos, detergentes, óleos, graxas lubrificantes e produtos derivados de hulha ; serviços tecnológicos e administrativos.	0,000000
31/03/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2008	0,000000	0,000000	40.860,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Marlim Participações S.A.	03.301.811/0001-10	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Companhia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, criada exclusivamente para participar do capital social da Companhia Petrolífera Marlim (CPM). A CPM, por sua vez, é uma sociedade de propósito específico criada exclusivamente para participar do Consórcio formado com a Petrobras tendo por objeto a conjugação de esforços e recursos das partes com o fim específico de complementar o desenvolvimento da produção do Campo de Marlim.	100,000000
31/03/2010	-15,360000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	100,000000	0,000000	22.889,00	Valor contábil	31/03/2010	49.409,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Nova Marlim Participações S.A.	04.665.504/0001-81	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criada exclusivamente para participar do capital social da NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim). A NovaMarlim, por sua vez, foi criada exclusivamente para participar de um consórcio formado com a Petrobras, o qual tem por objeto a conjugação de esforços e recursos das partes para otimizar a complementação do desenvolvimento da produção do Campo de Marlim.	43,430000
31/03/2010	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	908,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PC BIOS	10.174.263/0001-70	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem como objeto a participação em complexos bioenergéticos, na qualidade de acionista, ou em qualquer outra sociedade ou empreendimento no Brasil, especialmente para o investimento em sociedades constituídas para o desenvolvimento de bioenergia, sujeito ao prévio e expresso consentimento mútuo dos acionistas.	50,000000
31/03/2010	-0,080000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	5,670000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	30.808,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Biocombustível S.A.	10.144.628/0001-14	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem como objeto desenvolver a produção de etanol, biodiesel e de quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades, bem como promover a integração de diversas áreas da empresa em torno do tema biocombustíveis.	100,000000
31/03/2010	116,830000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	150,060000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	216.931,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	05.195.759/0001-90	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A comercializadora centraliza a gestão da carteira de compra e venda de energia elétrica do Sistema Petrobras, sendo responsável pelas operações de venda de energia elétrica dos ativos de geração do Sistema Petrobras, e eventual compra de energia elétrica do mercado.	99,910000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/03/2010	87,260000	0,000000	0,00		Valor mercado			
31/12/2009	-6,890000	0,000000	182.422,00		Valor contábil 31/03/2010	423.704,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-100,000000	0,000000	246.927,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	34.274.233/0001-02	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos e derivados de petróleo, álcool, energia e outros combustíveis.	100,000000
31/03/2010	13,060000	0,000000	0,00		Valor mercado			
31/12/2009	7,100000	0,000000	1.645.096,00		Valor contábil 31/03/2010	8.646.234,00		
31/12/2008	4,440000	0,000000	1.008.328,00					
31/12/2007	8,840000	0,000000	319.258,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	42.520.171/0001-91	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participa em sociedades que atuam no transporte de gás natural, na transmissão de sinais de dados, voz e imagem através de sistemas de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a tais atividades. Participa também em diversas distribuidoras estaduais de gás, exercendo o controle compartilhado que são consolidados na proporção das participações no capital social.	99,990000
31/03/2010	0,590000	0,000000	0,00		Valor mercado			
31/12/2009	59,470000	0,000000	1.154.518,00		Valor contábil 31/03/2010	6.558.970,00		
31/12/2008	56,800000	0,000000	175.687,00					
31/12/2007	18,740000	0,000000	79.552,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			Participa em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.	79,870000
31/03/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	-1.840.871,00		
31/12/2008	-100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-68,140000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras International Finance Company - PifCo	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Exerce atividades de comercialização de petróleo e derivados no exterior, de intermediação de compra e venda de petróleo, derivados e materiais para empresas do Sistema Petrobras e de captação de recursos no exterior.	100,000000
31/03/2010	-100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	1.133.769,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	05.070.908/0001-95	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participação no capital social de sociedades que tenham por objeto atividades realizadas pela internet ou meios eletrônicos.	99,950000
31/03/2010	0,730000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	3,150000	0,000000	233,00	Valor contábil	31/03/2010	24.598,00		
31/12/2008	8,910000	0,000000	603,00					
31/12/2007	0,710000	0,000000	2.932,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			Atua, diretamente ou por intermédio de controladas, nas atividades de compra, venda, lease, aluguel ou afretamento de materiais, equipamentos e plataformas para a exploração e produção de óleo e gás.	100,000000
31/03/2010	15,060000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2009	34,350000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2010	4.455.589,00	
31/12/2008	127,790000	0,000000		0,00				
31/12/2007	37,180000	0,000000		0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Petrobras Química S.A. - Petroquisa	33.795.055/0001-94	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participa em sociedades que objetivam a fabricação, comercialização, distribuição, transporte, importação e exportação de produtos das indústrias química e petroquímica e na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as referidas atividades.	100,000000
31/03/2010	19,960000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2009	57,970000	0,000000		138.877,00	Valor contábil	31/03/2010	3.118.716,00	
31/12/2008	-8,190000	0,000000		15.000,00				
31/12/2007	20,280000	0,000000		37.035,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	02.709.449/0001-59	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Exerce, diretamente ou através de controlada, as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações, próprias ou de terceiros.	100,000000
31/03/2010	1,930000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2009	0,880000	0,000000		433.065,00	Valor contábil	31/03/2010	1.884.678,00	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

31/12/2008	17,250000	0,000000	296.390,00					
------------	-----------	----------	------------	--	--	--	--	--

31/12/2007	2,210000	0,000000	224.180,00					
------------	----------	----------	------------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A.	09.584.935/0001-37	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Tem como objeto a realização de estudos que permitam reavaliar a oportunidade de estender a futura construção e operação de uma rede de dutos entre os trechos do Terminal de Senador Canedo e o Terminal de Buriti Alegre, para transportar álcool ao mercado nacional e internacional.	33,330000
--	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	-----------

31/03/2010	5,210000	0,000000	0,00	Valor mercado				
------------	----------	----------	------	---------------	--	--	--	--

31/12/2009	290,860000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	3.331,00		
------------	------------	----------	------	----------------	------------	----------	--	--

31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
------------	------------	----------	------	--	--	--	--	--

31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
------------	----------	----------	------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Pramoa Participações S.A.	09.017.981/0001-54	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A Pramoá é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída para a concretização da reestruturação societária necessária à alienação do controle da Suzano para PETROBRAS.	0,000000
---------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	----------

31/03/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
------------	----------	----------	------	---------------	--	--	--	--

31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	0,00		
------------	----------	----------	------	----------------	------------	------	--	--

31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
------------	----------	----------	------	--	--	--	--	--

31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
------------	----------	----------	------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Quattor Participações S.A.	09.017.802/0001-89	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem por objeto a indústria, o comércio, o desenvolvimento, a importação, a exportação, o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos, bem como subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados, e, bem como, a participação, como sócia ou acionista em qualquer sociedade ou empreendimento na mesma área de atuação da Companhia.	31,900000
31/03/2010	-60,610000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-17,480000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	158.986,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Refinaria Abreu e Lima S.A.	09.474.270/0001-09	-	Controlada	Brasil	PE	Ipojuca	Sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo em Ipojuca - PE, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.	99,990000
31/03/2010	-8,220000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	267,090000	0,000000	3,00	Valor contábil	31/03/2010	1.599.885,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	94.845.674/0001-30	-	Controlada	Brasil	RS	Rio Grande	Tem por objeto a exploração industrial e comercial da destilaria de petróleo na cidade de Rio Grande, de depósitos de armazenamento de combustíveis e indústrias complementares; importação, exportação e comercialização de produtos de petróleo refinado de matérias primas necessárias à indústria e a exploração da indústria de produtos químicos em geral, excetuados os farmacêuticos.	33,200000
31/03/2010	54128,570000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-100,030000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	3.796,00		
31/12/2008	94,740000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	02.754.200/0002-46	-	Controlada	Brasil	RJ	Seropédica	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2010	-35,930000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	41,940000	0,000000	87.598,00	Valor contábil	31/03/2010	166.664,00		
31/12/2008	50,090000	0,000000	0,00					
31/12/2007	104,020000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termoçu S.A.	03.783.964/0001-41	-	Controlada	Brasil	RN	Termoçu	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	76,870000
31/03/2010	0,280000	0,000000	0,00	Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2009	8,350000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	546.771,00		
31/12/2008	9,740000	0,000000	0,00					
31/12/2007	42,080000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termobahia S.A.	02.707.630/0001-26	-	Controlada	Brasil	BA	São Francisco do Conde	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	98,850000
31/03/2010	-58,960000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	23.937,00		
31/12/2008	-100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-31,550000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termo Ceará Ltda.	04.605.162/0001-04	-	Controlada	Brasil	CE	Caucáia	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2010	4,370000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	17,720000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	246.666,00		
31/12/2008	15,970000	0,000000	0,00					
31/12/2007	16,540000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Termoelétrica Potiguar S.A - TEP	04.853.028/0001-22	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Tem por objeto social principal a geração e a comercialização de energia elétrica sob a forma de produtor independente de energia elétrica, bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional.	20,000000
31/03/2010	-1,750000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	118,970000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	4.423,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termomacacé Comercializadora de Energia Ltda.	02.290.789/0001-98	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, intermediação, importação, exportação e venda de energia elétrica a outros comercializadores, ou a consumidores que tenham livre escolha de fornecedor, podendo ainda participar de outras sociedades, ou ainda participar de consórcios.	100,000000
31/03/2010	-1,560000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-7,550000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	-34.835,00		
31/12/2008	11,530000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-32,020000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termomacacé Ltda.	02.290.787/0001-07	-	Controlada	Brasil	RJ	Macaé	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2010	-28,300000	0,000000	0,00	Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

31/12/2009	12,180000	0,000000	473,00	Valor contábil	31/03/2010	669.629,00		
31/12/2008	18,460000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-0,420000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Termorio S.A.	03.526.800/0001-39	-	Controlada	Brasil	RJ	Duque de Caxias	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
---------------	--------------------	---	------------	--------	----	-----------------	--	------------

31/03/2010	-10,220000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-0,360000	0,000000	319.175,00	Valor contábil	31/03/2010	2.515.428,00		
31/12/2008	9,420000	0,000000	0,00					
31/12/2007	1,070000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

UEG Araucária LTDA	02.743.574/0001-85	-	Controlada	Brasil	PR	Araucária	Tem como objeto social a exploração de serviço de geração de energia, na qualidade de produtor independente.	20,000000
--------------------	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	-----------

31/03/2010	-1,310000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-1,710000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2010	128.415,00		
31/12/2008	-0,050000	0,000000	0,00					
31/12/2007	37,510000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	04.166.097/0001-68	-	Controlada	Brasil	MG	Juiz de Fora	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
---	--------------------	---	------------	--------	----	--------------	--	------------

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/03/2010	38,540000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	-23,680000	0,000000	63.553,00	Valor contábil	31/03/2010	156.598,00		
31/12/2008	53,950000	0,000000	16.999,00					
31/12/2007	100,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	03.258.983/0001-59	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
--	--------------------	---	----------	--------	----	----------------	--	------------

31/03/2010	5,720000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2009	7,840000	0,000000	9.748,00	Valor contábil	31/03/2010	63.549,00		
31/12/2008	-8,910000	0,000000	4.976,00					
31/12/2007	16,440000	0,000000	3.350,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre^{1 2}:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa estratégia financeira tem como foco a manutenção da alavancagem financeira em uma faixa adequada, entre 25% e 35%, preservando o custo de capital nos menores níveis possíveis, dado o ambiente financeiro. Daremos continuidade à nossa política de alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

Com relação às perspectivas patrimoniais da Companhia, foi sancionado em 30 de junho de 2010, pelo Presidente da República, o Projeto de Lei nº 5.941/09 (convertido na Lei nº 12.276/10), referente à Cessão Onerosa e à Capitalização da Petrobras através do qual o Governo Federal fica autorizado:

- 1) a ceder onerosamente à Petrobras o direito de explorar e produzir petróleo e gás natural em áreas não licitadas do Pré-Sal, até o limite de 5 bilhões de barris de óleo equivalentes “Cessão Onerosa”; e
- 2) subscrever e integralizar novas ações do capital social da Petrobras “Capitalização”.

É de grande interesse da Petrobras a implementação das autorizações acima referidas, pois a Cessão Onerosa permitirá à Companhia ter acesso adicional ao bem mais valioso para qualquer empresa de petróleo: reservas. A incorporação de novas reservas de petróleo e gás natural ao patrimônio da Petrobras cria condições para maior crescimento e perenidade para Companhia, resultando em geração de valor para todos os acionistas.

A disposição do Governo Federal de subscrever novas ações permitirá a captação de recursos pela Petrobras, fortalecendo-a e preparando-a, ainda mais, para o desenvolvimento do seu Plano de Negócios, ampliado que será pela Cessão Onerosa.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

² Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Petrobras (Capital de Terceiros Líquido/Passivo Total Líquido) manteve-se estável nos últimos anos, passando de 48%, em 2007, para 50% em 2008, 2009 e no primeiro trimestre de 2010. A alavancagem líquida (Endividamento Líquido/(Endividamento Líquido+Patrimônio Líquido)), por sua vez, passou de 19%, em 2007, para 26%, em 2008, e 31%, em 2009. Esse crescimento é decorrente de captações de recursos, principalmente de longo prazo, que estão sendo aplicadas no programa intensivo de investimentos da companhia.

- i. hipóteses de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

- c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Utilizamos nossos recursos próprios principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Em 2007, 2008, 2009 e no primeiro trimestre de 2010, atendemos esses requisitos com recursos gerados internamente e dívidas de curto e longo prazo. Acreditamos que através da nossa geração de caixa e acessando as mesmas fontes de recursos, manteremos a capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento da saúde financeira da Companhia.

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2007, 2008 e 2009, financiamos nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos financiar nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados através de dívidas de longo prazo como emissão

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de bônus no mercado internacional, agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais. Outra potencial fonte de recursos refere-se à capitalização da empresa, prevista no Projeto de Lei nº 5.941/09, que se encontra em discussão no Congresso Nacional.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O Endividamento bruto em 31.03.2010 apresentou um crescimento de 7% em relação a 31.12.2009, devido principalmente as captações realizadas no exterior, com o China Development Bank Corporation (US\$ 4.000 milhões). Estes financiamentos destinam-se principalmente, à compra de matéria-prima, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

O Endividamento bruto em 31.12.2009 apresentou um crescimento de 55% em relação a 31.12.2008, devido principalmente as captações realizadas na modalidade de Notas de Crédito à Exportação (R\$ 3.580 milhões), financiamento com o China Development Bank Corporation (US\$ 3.000 milhões) e com o empréstimo com o BNDES contratado pela Controladora, Transportadora Associada de Gás - TAG e Refinaria Abreu Lima, de R\$ 25.000 milhões referente a cessão onerosa de títulos. Estes financiamentos destinam-se principalmente, à compra de matéria-prima, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

O Endividamento bruto em 31.12.2008 apresentou um acréscimo de 65% em relação a 31.12.2007, provocado pela valorização do Dólar (32%) e pelas captações no país e no exterior, associado ao uso de recursos com programa intensivo de investimentos. As principais captações no país totalizaram R\$ 11.584 milhões, principalmente nas modalidades de Notas de Crédito, Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e captações de giro. No mercado bancário internacional foram contratadas linhas de crédito no total de US\$ 2.249 milhões.

O Endividamento bruto em 31.12.2007 apresentou um decréscimo de 8% em relação a 31.12.2006, provocado, principalmente, pela desvalorização do Dólar (17%) no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais captações de longo prazo realizadas o primeiro trimestre de 2010 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (US\$ Mil)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
Petrobras	fev/10	2.000.000	2019	Financiamento obtido com o China Development Bank (CDB) - <i>Libor</i> mais spread de 2,8% a.a.
Petrobras	mar/10	2.000.000	2019	

US\$ 4.000.000

As principais captações de longo prazo realizadas no exercício de 2009 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (US\$ Mil)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
PifCo	fev/09	1.500.000	2019	Global notes - <i>cupom</i> de 7,875%
PifCo	março a set/2009	1.100.000	Até 2012	Linhas de crédito - <i>Libor</i> mais spread de mercado.
PifCo	jul/09	1.250.000	2019	Global notes - <i>cupom</i> de 7,875%.
PifCo	out/09	4.000.000	2020 e 2040	Global notes nos montantes de U\$ 2.500.000 e US\$ 1.500.000, com <i>cupom</i> de 5,75% e 6,875%.
Petrobras	dez/09	3.000.000	2019	Financiamento obtido com o China Development Bank (CDB) - <i>Libor</i> mais spread de 2,8% a.a.
		<u>US\$10.850.000</u>		

b) No país

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (R\$Mil)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
Petrobras	março a nov/2009	3.580.000	Até 2017	Notas de Crédito à Exportação - juros de 110% a 114% da taxa média do CDI.
Petrobras, Rnest e TAG	jul/09	<u>25.000.000</u>	2029	Financiamento - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES indexado a variação do Dólar norte-americano mais taxa de juros de mercado.
		<u>R\$ 28.580.000</u>		

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais captações realizadas no exercício de 2008 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (US\$ Mil)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
PNBV	2008	1.857.000	2020	Financiamentos a diversas instituições estrangeiras
SPE	2008	392.000	2021	Linhas de crédito
		<u>US\$ 2.249.000</u>		

b) No país

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (R\$ Mil)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
Petrobras	2008	3.250.000	Até 2011	Notas de Crédito à Exportação
Petrobras	2008	1.231.460	2009	Adiantamentos de Contratos de Câmbio
Petrobras	2008	3.605.934	Até 2011	Financiamento para capital de giro
SPE	2008	3.496.786	Até 2022	Linhas de Crédito
		<u>R\$ 11.584.180</u>		

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas corporativas da Petrobras são não subordinadas e todas têm direitos iguais de pagamento.

Com relação a garantias, as instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações). Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

A Refap, refinaria do Sistema Petrobras, em garantia às debêntures emitidas, possui uma conta de aplicações financeiras (depósitos vinculados a operações de crédito) atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O saldo da conta

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

deve ser de três vezes o valor da soma da amortização do principal e acessórios da última parcela vencida

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há limite de endividamento no contrato realizado com o BNDES em julho de 2009. O limite restringe que a relação entre a Dívida Líquida em Reais e o EBITDA não ultrapasse 5,5.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

R\$ Milhões

	1º Trimestre	
	2010	2009
Vendas brutas	63.324	53.636
Encargos de vendas	(12.912)	(11.006)
Vendas líquidas	50.412	42.630
Custo dos produtos vendidos	(31.102)	(25.815)
Lucro bruto	19.310	16.815
Despesas operacionais		
Vendas	(2.072)	(1.865)
Gerais e administrativas	(1.829)	(1.749)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(1.003)	(934)
Perda na recuperação de ativos	(194)	
Pesquisa e desenvolvimento	(391)	(336)
Tributárias	(153)	(151)
Plano de pensão e saúde	(408)	(371)
Outras	(1.643)	(1.062)
	(7.693)	(6.468)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e da Participação em Investimentos	11.617	10.347
Resultado Financeiro Líquido		
Receitas	760	786
Despesas	(884)	(652)
Var. monetárias líquidas	(571)	(117)
Var. cambiais líquidas	(6)	(358)
	(701)	(341)
	(8.394)	(6.809)
Participação em investimentos	(179)	(355)
Lucro operacional	10.737	9.651
Imposto renda/contribuição social	(2.940)	(2.929)
Lucro Líquido	7.797	6.722
Resultado atribuível aos não controladores	(71)	(431)
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	7.726	6.291

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise da Demonstração de Resultado – 1º trimestre de 2010:

No primeiro trimestre de 2010, o lucro líquido consolidado atingiu R\$ 7.726 milhões, um aumento de 23% sobre o 1T-2009, principalmente devido à cotação do Brent no trimestre que foi de US\$ 76/bbl (+73% sobre o 1T-2009), e recuperação dos volumes de venda, destacando-se:

Receita Líquida

As vendas de derivados e de petróleo foram influenciadas pelo aumento no preço das commodities, que resultou nos maiores preços médios das exportações e vendas internacionais, e pelos maiores volumes vendidos no mercado interno, reflexo da recuperação econômica. A redução dos preços do diesel (15%) e da gasolina (4,5%), em junho/2009, e o efeito da desvalorização do Dólar atenuaram esses efeitos.

Custo das Vendas

Os custos médios unitários foram mais altos devido aos maiores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais e a maior participação de derivados importados, em função do aumento da produção.

Lucro Bruto

A lucratividade das vendas de derivados e petróleo foi influenciada pelo aumento no preço das commodities e maiores volumes vendidos no mercado interno, atenuada pela desvalorização da taxa média do dólar no período (22,1%), e redução dos preços do diesel e da gasolina no mercado interno em junho/2009.

As Despesas Operacionais apresentaram aumento de R\$ 1.225 milhões, destacando-se as principais variações:

Vendas:

Aumento de R\$ 207 milhões devido aos gastos com armazenamento de GNL em navios regaseificadores (R\$ 76 milhões), que ainda não estavam operando no 1T-2009. Contribuíram também o aumento nas despesas com frete por conta dos maiores volumes vendidos (R\$ 38 milhões), o aumento dos gastos com pessoal na distribuição (R\$ 30 milhões), referente ao acordo da categoria em dez/2009, além da baixa da provisão para devedores duvidosos em 2009 (R\$ 16 milhões).

Gerais e Administrativas:

Aumento de R\$ 80 milhões refletindo os maiores gastos com pessoal (R\$ 101 milhões), em decorrência do aumento da força de trabalho e acordos coletivos, atenuados pelas menores despesas com serviços de terceiros (R\$ 33 milhões), principalmente consultorias, auditorias e serviços técnicos.

Provisão para perda no valor recuperável de ativos:

O aumento de R\$ 194 milhões está relacionado à provisão para perdas, no 1º trimestre de 2010, com a Refinaria de San Lorenzo e termoelétrica da Breitener.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Despesas Operacionais:

Aumento de R\$ 581 milhões devido à constituição de provisões de contingências para atender processos judiciais relacionados à ação de execução fiscal relativa à cobrança de ICMS-RJ incidente sobre a plataforma P-36 (R\$ 449 milhões), e à ação de perdas e danos pelo desfazimento da operação de cessão de crédito-prêmio de IPI (R\$ 399 milhões). Estes efeitos foram atenuados pela redução na provisão para desvalorização dos estoques (R\$ 127 milhões), pela maior receita com incentivo de IR sobre o lucro da exploração (R\$ 60 milhões) e pela receita decorrente de baixa de obrigações com fornecedores não reclamadas por um período superior a cinco anos (R\$ 56 milhões).

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro teve efeito negativo de R\$ 360 milhões, tendo em vista as oscilações do câmbio sobre o crescimento do endividamento líquido indexado ao dólar, compensado pelo efeito sobre os ativos no exterior (R\$ 319 milhões).

Participação em Investimentos:

O maior resultado com a participação em investimentos relevantes, em R\$ 176 milhões, decorreu da provisão para perda de investimento da Refinaria de Pasadena (R\$ 341 milhões), em 2009.

Participação de Acionistas não controladores:

A participação dos acionistas não controladores gerou um efeito positivo de R\$ 360 milhões, decorrente da oscilação do câmbio sobre o endividamento das SPE e pelo exercício da opção de compra das ações de alguns projetos estruturados, além da revisão dos fluxos de recebimentos futuros relativos às operações de leasing financeiro, ambos no final de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	R\$ milhões			
	Exercício			
	2009	2008(*)	2008(**)	2007(**)
Vendas brutas	230.504	266.494	284.579	218.254
Encargos de vendas	(47.794)	(51.376)	(52.396)	(47.676)
Vendas líquidas	182.710	215.118	232.183	170.578
Custo dos produtos vendidos	(109.037)	(141.623)	(157.499)	(104.398)
Lucro bruto	73.673	73.495	74.684	66.180
Despesas operacionais				
Vendas	(7.152)	(7.162)	(7.639)	(6.060)
Gerais e administrativas	(7.410)	(7.247)	(7.494)	(6.428)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.458)	(3.494)	(3.654)	(2.570)
Perda na recuperação de ativos	(544)	(933)	(925)	(446)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.364)	(1.706)	(1.706)	(1.712)
Tributárias	(658)	(863)	(901)	(1.256)
Plano de pensão e saúde	(1.370)	(1.427)	(1.427)	(2.495)
Outras	(5.589)	(4.713)	(5.335)	(5.187)
	(27.545)	(27.545)	(29.081)	(26.154)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e da Participação em Investimentos	46.128	45.950	45.603	40.026
Financeiras líquidas				
Receitas	3.505	3.494	3.797	2.417
Despesas	(5.854)	(4.193)	(5.246)	(3.292)
Var. monetárias líquidas	2.112	(353)	(353)	(215)
Var. cambiais líquidas	(2.601)	4.181	5.824	(2.931)
	(2.838)	3.129	4.022	(4.021)
	(30.383)	(24.416)	(25.059)	(30.175)
Participação em investimentos	(84)	(874)	(399)	(465)
Lucro operacional	43.206	48.205	49.226	35.540
Imposto renda/contribuição social	(9.977)	(15.962)	(16.299)	(11.273)
Participação dos acionistas não controladores	(2.752)	2.090	2.333	(1.743)
Participação de Empregados	(1.495)	(1.345)	(1.345)	-1012
Lucro Líquido	28.982	32.988	33.915	21.512

(*) De acordo com a lei 11.638/07.

(**) De acordo com a lei 6.404/76.

Análise da Demonstração de Resultado – 2009 x 2008:

Em 2009, o **lucro líquido consolidado atingiu R\$ 28.982 milhões**, refletindo a redução nos preços de vendas, as perdas cambiais durante o período em que a companhia manteve exposição líquida ativa em Dólar e a despesa extraordinária com participação especial, destacando-se:

Receita Líquida

As vendas de derivados e de petróleo foram influenciadas pela redução no preço das *commodities* que resultou numa diminuição dos preços das exportações. A manutenção dos preços do diesel e da gasolina, de maio/2008 ao início de junho/2009, permitiu que o preço médio de venda no país reduzisse apenas 11%, minimizando os impactos da oscilação dos preços sofridos pelo setor petrolífero. O aumento no volume das exportações, propiciado pelo aumento na produção (5%) e o efeito da valorização do Dólar atenuaram esses efeitos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo das Vendas

Os custos médios unitários foram mais baixos devido aos menores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais e a menor participação de derivados importados, em função do aumento da produção. Parte desse efeito foi compensada pelo aumento na depleção e depreciação devido à revisão de reservas.

Lucro Bruto

A lucratividade das vendas de derivados e petróleo foi influenciada pela redução no preço das *commodities*, atenuada pela valorização da taxa média do dólar no período (8,8%), e da manutenção dos preços do diesel e da gasolina, de maio/2008 ao início de junho/2009, permitindo que o preço médio de venda no país reduzisse em menor escala (11%), em relação aos custos médios unitários, minimizando os impactos da oscilação dos preços sofridos pelo setor petrolífero.

As *Despesas Operacionais* mantiveram-se estáveis. Destacam-se abaixo as principais variações:

Tributárias:

Redução de R\$ 205 milhões devido ao menor imposto retido, neste ano, na distribuição de dividendos entre as subsidiárias no exterior (R\$ 80 milhões), redução do PIS e COFINS incidentes nas receitas com atividade não fim e do IOF sobre operações financeiras (R\$ 52 milhões).

Provisão para perda no valor recuperável de ativos:

A redução de R\$ 389 milhões deve-se à maior provisão dos ativos de Exploração e Produção reconhecida em 2008, em função da redução da estimativa dos preços futuros de petróleo.

Pesquisa e Desenvolvimento:

Redução de R\$ 342 milhões, reflexo da provisão destinada à contratação de projetos de instituições credenciadas pela ANP (R\$ 533 milhões), devido à menor cotação do petróleo que afeta a base de cálculo para fixação do investimento mínimo em pesquisa;

Outras Despesas Operacionais:

Aumento de R\$ 876 milhões em virtude da despesa extraordinária com participação especial do campo de Marlim, em set/2009, conforme acordo entre a Petrobras e a ANP (R\$ 2.065 milhões). Este efeito foi compensado pela redução da perda com a desvalorização dos estoques (R\$ 731 milhões), despesas não recorrentes como a provisão, em 2008, para contingências relacionadas com royalties adicionais do campo Guando, na Colômbia (R\$ 227 milhões), menores despesas de Relações Institucionais e Projetos Culturais (R\$ 185 milhões) e efeito cambial na conversão dessas despesas (R\$ 159 milhões), além da inclusão das novas operações do Chile e Japão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado Financeiro Líquido:

Desempenho negativo no resultado financeiro de R\$ 5.967 milhões, em razão de perdas cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 12.055 milhões), combinadas com resultado negativo nas operações de hedge (R\$ 1.075 milhões) que superaram os ganhos cambiais sobre o endividamento líquido (R\$ 2.771 milhões) e a variação monetária sobre financiamentos (R\$ 2.727 milhões).

Participação em Investimentos:

Aumento de R\$ 790 milhões, destacando o maior resultado do setor petroquímico (R\$ 682 milhões), que em 2008 tinham sido impactados pelas perdas cambiais sobre endividamento e do segmento internacional (R\$ 127 milhões), refletindo maiores perdas com a refinaria de Pasadena em 2008, devido à amortização e ao *impairment* de ágio, em comparação com as perdas em 2009, decorrentes da diferença entre o valor justo estimado dos ativos líquidos e o definido pelo painel arbitral, relativa à aquisição dos 50% remanescentes das ações da refinaria de Pasadena.

Participação de Acionistas não controladores:

Efeito negativo de R\$ 4.842 milhões, decorrente dos ganhos cambiais sobre dívida de projetos estruturados e outros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Redução de R\$ 5.985 milhões por conta de: a) menor lucro no ano de 2009 gerado pelo Sistema Petrobras; b) incremento de resultados em unidades no exterior com taxas diferenciadas de impostos e c) prejuízos em 2008 de algumas controladas sem expectativa de utilização do benefício fiscal a médio prazo.

Análise da Demonstração de Resultado – 2008 x 2007:

Devido aos ajustes procedidos nas Demonstrações Contábeis terem sido efetivados em dezembro de 2008, conforme previsão legal, os comentários de Desempenho Econômico foram elaborados com base na Lei 6.404/76, antes da Lei 11.638/07, a fim de possibilitar a comparabilidade com períodos anteriores.

Em 2008, o lucro líquido consolidado atingiu R\$ 32.988 milhões, refletindo os melhores preços médios de realização do petróleo e derivados, o aumento da produção nacional de óleo e gás natural, que cresceu 5% no exercício, o maior volume de vendas e o ganho cambial sobre os ativos monetários líquidos em dólar, que contribuíram preponderantemente para este desempenho, destacando-se:

Receita Líquida

As vendas de derivados e de petróleo foram influenciadas pelo aumento no preço das *commodities* que resultou em maiores preços médios nas vendas no mercado externo e também no mercado interno, devido aos reajustes nos preços do diesel e da gasolina em maio/2008. Contribuíram, ainda, o efeito da valorização do Dólar no período e os maiores volumes vendidos, principalmente no mercado interno.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo das Vendas

Os custos médios unitários foram mais altos devido aos maiores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais. Contribuíram, ainda, o efeito da valorização do dólar no período e os maiores volumes vendidos, principalmente no mercado interno.

Lucro Bruto

A lucratividade das vendas de derivados e petróleo foi influenciada pelo aumento no preço das *commodities*, pela valorização da taxa média do dólar no período e pelo aumento nos volumes vendidos.

Houve aumento nas *Despesas Operacionais*, destacando-se as principais variações:

Vendas:

Aumento de R\$ 1.579 milhões em decorrência do volume das vendas nos mercados interno e externo, refletindo o aumento nos afretamentos de navios, bem como na cotação dos fretes no mercado internacional (R\$ 1.157 milhões), incluindo o efeito da apreciação do Dólar no ano (32%) e maior provisionamento de créditos de liquidação duvidosa (R\$ 103 milhões).

Gerais e Administrativas:

Aumento de R\$ 1.066 milhões decorrente dos maiores gastos com pessoal, devido ao aumento da força de trabalho e acordos coletivos no país (R\$ 233 milhões) e no exterior (R\$ 479 milhões), incluindo o efeito da apreciação do Dólar no ano, além de serviços de terceiros, em consultorias, auditorias e processamento de dados, no país (R\$ 164 milhões).

Custos Exploratórios:

O aumento de R\$ 1.084 milhões se refere à baixa de poços secos ou sem viabilidade econômica no país (R\$ 971 milhões), devido ao aumento contínuo de poços perfurados nos últimos anos, reflexo da intensificação do programa de investimentos da Companhia, à elevação do custo unitário de perfuração de poços, motivada pela pressão do aquecimento da indústria sobre os insumos, e à diminuição do índice de sucesso exploratório, dada a perfuração de prospectos de maior risco nas bacias de Santos e do Espírito Santo.

Provisão para perda no valor recuperável dos ativos:

O aumento de R\$ 479 milhões reflete o efeito da baixa na cotação do petróleo sobre os ativos de Exploração e Produção.

Outras Despesas Operacionais:

Aumento de R\$ 148 milhões devido à perda com desvalorização de estoques (R\$ 1.381 milhões), em função da queda de preços das *commodities*, compensada pela despesa extraordinária com o Plano Petros (R\$ 1.050 milhões) em 2007 e outras reduções de gastos, tais como: Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e encargos e multas contratuais (R\$ 106 milhões).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Plano de Pensão e de Saúde:

A redução de R\$ 1.068 milhões se deve aos compromissos assumidos com o Acordo de Obrigações Recíprocas (R\$ 697 milhões) em 2007, além da redução, em 2008, da despesa atuarial em função do bom resultado dos ativos do Plano em 2007 (R\$ 185 milhões) e da implementação do benefício farmácia em 2007 (R\$ 97 milhões);

Tributárias:

Redução de R\$ 355 milhões em virtude da extinção da CPMF, compensada pelo aumento da alíquota do IOF a partir de janeiro de 2008 e pelo aumento de impostos no exterior, destacando os incidentes sobre dividendos e contratos de mútuo.

Resultado Financeiro Líquido:

Desempenho positivo no resultado financeiro de R\$ 8.043 milhões, em razão de ganhos cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 6.974 milhões), combinados com resultado positivo nas operações de hedge (R\$ 1.071 milhões).

Participação em Investimentos:

Aumento de R\$ 66 milhões, destacando o efeito da variação cambial sobre a conversão das Demonstrações Contábeis das subsidiárias no exterior (R\$ 1.315 milhões), reflexo da apreciação do dólar no ano (32%) e o ganho por mudança de participação, devido à reestruturação societária da Quattor Participações (R\$ 409 milhões), compensados pelo desempenho das participações no setor petroquímico (R\$ 878 milhões) e amortização de ágio (R\$ 273 milhões).

Participação de Acionistas não controladores:

Efeito positivo de R\$ 4.076 milhões, decorrente das perdas cambiais sobre o endividamento das SPE (R\$ 2.718 milhões) e redução no resultado de empresas controladas (R\$ 1.358 milhões).

Análise da Demonstração de Resultado – 2007 x 2006:

Em 2007, o **lucro líquido consolidado atingiu R\$ 21.512 milhões**, refletindo, principalmente, variações cambiais decorrentes da forte apreciação do real no período (17%), que levou a uma redução do valor de ativos detidos no exterior, denominados em dólares, e do custo decorrente do acordo realizado com os empregados para alterar o plano de pensão da Companhia, destacando-se:

Receita Líquida

As vendas de derivados e de petróleo foram influenciadas pelo aumento nas vendas internacionais, reflexo das aquisições ao longo de 2006, destacando-se o refino de Pasadena, maiores volumes de vendas no mercado interno, por conta do melhor desempenho da economia, e maiores volumes vendidos no mercado externo, por conta do aumento de produção. Estes fatores foram atenuados pela desvalorização do Dólar.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo das Vendas

Os custos médios unitários foram mais altos devido ao aumento nas vendas internacionais, maiores volumes de vendas no mercado interno e externo e maiores gastos com importações de petróleo e derivados. Contribuiu, ainda, o efeito da desvalorização do dólar no período.

Lucro Bruto

A lucratividade das vendas de derivados e petróleo foi influenciada pelo aumento nas vendas internacionais, maiores volumes de vendas no mercado interno e externo e pela desvalorização do dólar no período.

Houve aumento nas *Despesas Operacionais*, destacando-se as principais variações:

Vendas:

Aumento de R\$ 269 milhões refletindo o maior volume das exportações (R\$ 79 milhões) e das operações *offshore* (R\$ 166 milhões).

Gerais e Administrativas:

Aumento de R\$ 999 milhões decorrente do crescimento da complexidade e do volume de operações da companhia, refletindo em maiores gastos com pessoal no Brasil (R\$ 379 milhões) devido ao Acordo Coletivo e ao aumento da força de trabalho, e com serviços de terceiros (R\$ 355 milhões), destacando-se serviços de informática e consultorias.

Custos Exploratórios:

O aumento de R\$ 533 milhões está relacionado à intensificação das atividades exploratórias no exterior (R\$ 440 milhões), destacando a Turquia, Angola e Irã, e no país (R\$ 228 milhões), compensados pela redução da provisão para abandono de poços (R\$ 121 milhões).

Provisão para perda no valor recuperável dos ativos:

No aumento de R\$ 401 milhões se destacam as provisões no Equador (R\$ 309 milhões) em virtude da majoração da alíquota (99%) dos *royalties*.

Pesquisa e Desenvolvimento:

Aumento de R\$ 126 milhões em decorrência de pesquisas que visam o desenvolvimento da produção nas atuais reservas, a expansão para novas fronteiras exploratórias, bem como da capacitação do corpo técnico.

Plano de Pensão e de Saúde:

Aumento de R\$ 554 milhões por conta da repactuação do Plano Petros;

Outras Despesas Operacionais:

Aumento de R\$ 1.646 milhões em virtude da repactuação do Plano Petros (R\$ 1.051 milhões), dos Acordos Coletivos de Trabalho (R\$ 482 milhões) e multas e encargos contratuais vinculados ao fornecimento de gás natural e energia elétrica (R\$ 449 milhões).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões). Estes fatores foram compensados pela recuperação de créditos de ICMS, conforme acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (R\$ 101 milhões).

Resultado Financeiro Líquido:

Efeito negativo no resultado financeiro de R\$ 2.600 milhões, em razão do aumento da apreciação do real de 8% para 17% sobre recursos aplicados no exterior via controladas, no segmento internacional, em equipamentos de E&P para uso no Brasil e nas atividades comerciais (R\$ 1.972 milhões), regularização cambial em 2006 no valor de R\$ 321 milhões, não-recorrente, resultado financeiro sobre o aumento do endividamento líquido (R\$ 323 milhões) e perda com operações de hedge, vinculadas às atividades comerciais e financeiras (R\$ 288 milhões). Esses fatores foram compensados pela redução de despesas com liquidação antecipada de financiamentos (R\$ 230 milhões).

Participação em Investimentos:

Redução de R\$ 448 milhões, destacando-se o aumento das perdas cambiais na conversão dos patrimônios líquidos das subsidiárias no exterior.

Análise das Principais Contas do Ativo - 1º trimestre de 2010 :

Imobilizado:

O Quadro abaixo demonstra o forte investimento nas áreas de Exploração e Produção e Abastecimento.

	Consolidado (R\$ milhões)			
	31.03.2010		31.12.2009	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	183.853	(60.121)	123.732	116.369
Abastecimento	74.903	(20.564)	54.339	52.456
Distribuição	6.107	(2.578)	3.529	3.503
Gás e energia	43.790	(6.419)	37.371	35.666
Internacional	27.493	(10.618)	16.875	15.252
Corporativo	5.877	(1.338)	4.539	3.833
	342.023	(101.638)	240.385	227.079

Análise das Principais Contas do Passivo:

Financiamentos:

O aumento no total dos financiamentos de R\$ 7.335 milhões deve-se, principalmente à captação junto ao China Development Bank de US\$ 4.000 milhões, comentado no item 10.1, letra f deste documento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Análise das Principais Contas do Ativo – 2009 x 2008:***Caixa e equivalentes de caixa:*

Em 31/12/2009 caixa e equivalentes da caixa totalizaram R\$ 28.796 milhões, representando um aumento de 81% em relação ao exercício anterior. Esta variação deve-se às captações na modalidade de Notas de Crédito à exportação, financiamento com o China Development Bank e o empréstimo do BNDES, para aplicação na ampliação da capacidade futura de produção de petróleo e gás natural, nas refinarias, em linha com o programa intensivo de investimentos da companhia.

Investimentos:

A redução deve-se ao deságio na opção de compra de Sociedades de Propósitos Específicos (R\$ 1.936 milhões).

Imobilizado:

O Quadro abaixo demonstra o forte investimento nas áreas de negócio da Companhia:

	Consolidado			
	2009			2008
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	176.055	(58.183)	117.872	102.290
Abastecimento	75.221	(21.584)	53.637	35.845
Distribuição	6.008	(2.504)	3.504	3.193
Gás e energia	41.400	(5.780)	35.620	27.024
Internacional	25.794	(10.093)	15.701	20.084
Corporativo	5.296	(1.400.)	3.896	2.318
	329.774	(99.544)	230.230	190.754

Análise das Principais Contas do Passivo:*Dividendos a Pagar:*

A redução de R\$ 7.582 milhões no saldo em 31.12.2009, em razão do pagamento das antecipações de Juros sobre Capital Próprio ao longo de 2009 no montante de R\$ 6.142 milhões, quando comparado com o exercício de 2008 em que não houve antecipação.

Financiamentos:

O aumento do financiamento de longo prazo de R\$ 34.654 milhões deve-se, principalmente à captação do BNDES de R\$ 25.000 milhões, comentado no item 10.1, letra f deste documento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Análise das Principais Contas do Ativo – 2008 x 2007:***Imobilizado:*

O Quadro abaixo demonstra o forte investimento nas áreas de negócio da Companhia:

	Consolidado			
	2008		2007	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	156.117	(53.827)	102.290	76.611
Abastecimento	54.892	(19.047)	35.845	25.226
Distribuição	5.528	(2.335)	3.193	2.794
Gás e energia	32.252	(5.228)	27.024	20.752
Internacional	32.810	(12.726)	20.084	12.664
Corporativo	3.268	(950)	2.318	1.894
	284.867	(94.113)	190.754	139.941

Análise das Principais Contas do Passivo – 2008 x 2007:*Financiamentos:*

O aumento nos financiamentos de R\$ 25.015 milhões deve-se, principalmente à valorização do dólar e às captações nos mercados interno e externo, conforme comentado no item 10.1, letra f deste documento.

Capital Social e Reservas de Lucros

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 04 de abril de 2008 aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 52.644 milhões para R\$ 78.967 milhões, mediante a capitalização de reserva de capital no montante de R\$ 1.020 milhões e R\$ 25.303 milhões com parte de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

Análise das Principais Contas do Ativo – 2007 x 2006:*Caixa e equivalentes de caixa:*

Em 31/12/2007 caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 13.071 milhões, representando uma redução de 53% em relação ao exercício anterior. Esta variação deve-se à aplicação no programa de investimentos, em títulos de longo prazo, na aquisição de participações societárias e na repactuação do Plano Petros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*Imobilizado:*

O Quadro abaixo demonstra o forte investimento nas áreas de negócio da Companhia:

	Consolidado			
	2007		2006	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	122.993	(46.382)	76.611	63.173
Abastecimento	42.621	(17.395)	25.226	19.924
Distribuição	4.747	(1.953)	2.794	2.599
Gás e energia	24.714	(3.962)	20.752	15.720
Internacional	20.468	(7.804)	12.664	11.295
Corporativo	2.763	(869)	1.894	1.392
	218.306	(78.365)	139.941	114.103

Análise das Principais Contas do Passivo – 2007 x 2006:*Capital Social e Reservas de Lucros*

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 02 de abril de 2007 aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 48.264 milhões para R\$ 52.644 milhões, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.380 milhões, sendo R\$ 1.008 milhões de reserva estatutária e R\$ 3.372 milhões de reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar^{1 2}:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

(a) vendas locais, que consistem de vendas de derivados (tais como; óleo diesel, gasolina, combustível para aeronaves, nafta, óleo combustível e gás liquefeito de petróleo), gás natural, etanol, energia elétrica e produtos petroquímicos;

(b) vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto e derivados ;

(c) vendas internacionais, que consistem de vendas de petróleo, gás natural e derivados que são comprados, produzidos e refinados no exterior; e

(d) outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

Estes mesmos componentes relevantes da receita se aplicam para os exercícios de 2007, 2008, 2009 e primeiro trimestre de 2010.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Análise Primeiro Trimestre de 2010

O aumento dos preços de venda de derivados e de petróleo nas exportações e vendas internacionais, influenciados pelo comportamento das cotações das commodities, e o maior volume de vendas no mercado interno, devido à recuperação da atividade econômica, foram os fatores de maior influência no resultado operacional da companhia. Estes efeitos foram compensados pela redução dos preços do diesel (15%) e da gasolina (4,5%), em junho/2009, maiores gastos com participações governamentais, e despesas não recorrentes como constituição de provisões de contingências para atender processos judiciais relacionados à ação de execução fiscal relativa à cobrança de ICMS-RJ incidente sobre a plataforma P-36 (R\$ 449 milhões), e ação de perdas e danos pelo desfazimento da operação de cessão de crédito-prêmio de IPI (R\$ 399 milhões).

Análise 2009 x 2008:

¹Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

² Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A redução dos preços de venda de derivados e de petróleo influenciados pelo comportamento das cotações internacionais, o menor volume de vendas no mercado interno, devido à retração do consumo industrial e a despesa extraordinária com participação especial foram os fatores de maior influência no resultado operacional da companhia. Estes efeitos foram compensados pela valorização da taxa média do Dólar e o aumento do volume das exportações, resultado do aumento da produção nacional de petróleo.

Análise 2008 x 2007:

O aumento dos preços de venda de derivados e de petróleo influenciados pelo comportamento das cotações internacionais, o maior volume de vendas no mercado interno, e a valorização da taxa média do Dólar foram os fatores de maior influência no resultado operacional da companhia. Estes efeitos foram compensados pelos custos médios unitários mais altos devido aos maiores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações.

Análise 2007 x 2006:

A forte apreciação do real no período (17%), que levou a uma redução do valor de ativos detidos no exterior, denominados em dólares, o custo decorrente do acordo realizado com os empregados para alterar o plano de pensão da Companhia, atenuados pelo aumento no volume das vendas nos mercados interno e externo foram os fatores de maior influência no resultado operacional da companhia.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variações de Preços, Taxas de Câmbio:

	Exercício			
	1T10	2009	2008	2007
Indicadores Econômicos e Financeiros				
Petróleo Brent (US\$/bbl)	76	62	97	73
Dólar Médio de Venda (R\$)	1,80	2,00	1,84	1,95
Dólar Final de Venda (R\$)	1,78	1,74	2,34	1,77
Indicadores de Preços				
Preço Médio de Realização Derivados Bás. Merc. Interno (R\$/bbl)	157,65	157,77	176,41	155,45
Preço médio de venda - Brasil				
Petróleo (US\$/bbl)	72,92	54,22	81,55	61,57
Gás Natural (US\$/bbl)	14,39	22,53	40,15	35,14
Preço médio de venda - Internacional				
Petróleo (US\$/bbl)	62,02	53,58	63,16	50,46
Gás Natural (US\$/bbl)	14,81	12,65	17,06	16,10

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Variação do Volume de Vendas em Mil Barris/Dia:

	Exercício							
	1T10		2009		2008		2007	
	Volume	Variação 1T10x1T09	2009	Variação 2009x2008	2008	Variação 2008x2007	2007	Variação 2007x2006
Diesel	733	12%	740	-2,6%	760	8%	705	5%
Gasolina	410	25%	338	-1,7%	344	15%	300	-3%
Óleo combustível	104	1%	102	-7,3%	110	4%	106	6%
Nafta	149	-2%	164	8,6%	151	-9%	166	1%
GLP	203	4%	210	-1,4%	213	3%	206	2%
QAV	84	15%	79	5,3%	75	7%	70	9%
Outros	168	51%	121	44,0%	84	-51%	172	3%
Total derivados	1.851	15%	1.754	1,0%	1.737	1%	1.725	3%
Alcoóis, Nitrogenados, Biodiesel e outros	81	-4%	112	27,3%	88	42%	62	41%
Gás natural	257	15%	240	-25,2%	321	29%	248	2%
Total mercado interno	2.189	14%	2.106	-1,9%	2.146	5%	2.035	4%
Exportação	749	12%	707	4,6%	676	9%	618	6%
Vendas Internacionais	569	-18%	537	-2,7%	552	-6%	586	17%
Total mercado externo	1.318	-3%	1.244	1,3%	1.228	2%	1.204	11%
Total geral	3.507	7%	3.350	-0,7%	3.374	4%	3.239	6%

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto – 1T10:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

		R\$ milhões		
		Variação		
		1T-2010 X 1T-2009		
Análise do Lucro Bruto - Principais Fatores		Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado interno:	- efeito dos volumes vendidos	2.298	(986)	1.312
	- efeito dos preços	(1.165)		(1.165)
. Mercado externo:	- efeito dos volumes exportados	(207)	861	654
	- efeito dos preços de exportações	3.197		3.197
. (Aumento) redução dos gastos:			(2.298)	(2.298)
. Aumento (redução) da lucratividade do segmento de Distribuição		1.611	(1.349)	262
. Aumento (redução) da lucratividade das operações de <i>trading</i>		1.800	(1.775)	25
. Aumento (redução) das vendas internacionais		1.546	(831)	715
. Efeito cambial nas controladas no exterior		(1.529)	1.316	(213)
. Outros		230	(224)	6
		<u>7.781</u>	<u>(5.286)</u>	<u>2.495</u>
(*) Composição da variação dos gastos:		Valor		
	- participações governamentais no país	(1.356)		
	- importação de petróleo, derivados e gás	(427)		
	- materiais, serviços, aluguéis e depreciação	(317)		
	- transportes marítimos e dutoviários	(183)		
	- derivados (compras nacionais)	(113)		
	- salários, vantagens e encargos	(69)		
	- produtos não petrolíferos, incluindo álcoois, biodiesel e outros	27		
	- serviços de terceiros	58		
	- nitrogenados	82		
		<u>(2.298)</u>		

⁽¹⁾ Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto – 2009 x 2008:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise do Lucro Bruto - Principais Fatores		R\$ milhões		
		Variação		
		2009 X 2008		
		Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado Interno:	- efeito dos volumes vendidos	(6.539)	2.395	(4.144)
	- efeito dos preços	(11.686)		(11.686)
. Mercado Externo:	- efeito dos volumes exportados	3.063	239	3.302
	- efeito dos preços de exportações	(12.635)		(12.635)
. Redução dos Gastos:			21.745	21.745
. Aumento (redução) da lucratividade do segmento de Distribuição		2.632	(2.116)	516
. Aumento (redução) da lucratividade das operações de trading		(5.944)	7.721	1.777
. Aumento (redução) das vendas internacionais		(4.280)	4.801	521
. Efeito cambial nas controladas no exterior		3.507	(2.815)	692
. Outros		(526)	616	90
		<u>(32.408)</u>	<u>32.586</u>	<u>178</u>

(*) Composição da variação dos gastos:	Valor
- importação de petróleo, derivados e gás	16.789
- participações governamentais no país	5.122
- geração e compra de energia para comercialização	1.170
- produtos não petrolíferos, incluindo álcoois, biodiesel e outros	512
- transportes marítimos e dutoviários ⁽¹⁾	271
- serviços de terceiros	53
- salários, vantagens e encargos	(291)
- materiais, serviços, aluguéis e depreciação	(1.881)
	<u>21.745</u>

⁽¹⁾ Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto – 2008 x 2007:

Análise do Lucro Bruto - Principais Fatores		R\$ milhões		
		Variação		
		2008 X 2007		
		Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado Interno:	- efeito dos volumes vendidos	7.386	(7.838)	(452)
	- efeito dos preços	19.638	-	19.638
. Mercado Externo:	- efeito dos volumes exportados	1.073	(655)	418
	- efeito dos preços de exportações	6.651	-	6.651
. Aumento dos Gastos:		-	(19.537)	(19.537)
. Aumento (redução) da lucratividade do segmento de Distribuição		1.132	(748)	384
. Aumento (redução) da lucratividade das operações de trading		3.444	(4.454)	(1.010)
. Aumento (redução) das vendas internacionais		3.306	(3.317)	(11)
. Efeito cambial nas controladas no exterior		12.453	(11.261)	1.192
. Outros		6.522	(5.291)	1.231
		<u>61.605</u>	<u>(53.101)</u>	<u>8.504</u>
(*) Composição da variação dos gastos:	Valor			
- importação de petróleo, derivados e gás	(12.301)			
- participações governamentais no país	(6.011)			
- materiais, serviços e depreciação	124			
- produtos não petrolíferos, incluindo álcoois, biodiesel e outros	(728)			
- transportes marítimos e dutoviários ⁽¹⁾	(553)			
- serviços de terceiros	(91)			
- geração e compra de energia para comercialização	(11)			
- salários, vantagens e encargos	34			
	<u>(19.537)</u>			

⁽¹⁾ Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto – 2007 x 2006:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Principais Fatores	R\$ milhões		
	Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
	Variação 2007 X 2006		
. Mercado Interno:			
- efeito dos volumes vendidos	3.085	(1.747)	1.338
- efeito dos preços	1.083	-	1.083
. Mercado Externo:			
- efeito dos volumes exportados	3.046	(1.283)	1.763
- efeito dos preços de exportações	390	-	390
. Aumento dos Gastos:	-	(2.915)	(2.915)
. Itens extraordinários: - custos complementares c/ participações especiais ¹	-	426	426
- gastos com gás reinjetado	-	406	406
. Aumento da lucratividade do segmento de Distribuição	518	(28)	490
. Aumento da lucratividade das operações de trading	1.934	(1.473)	461
. Aumento das vendas internacionais	7.715	(7.500)	215
. Efeito cambial nas controladas no exterior	(4.614)	3.983	(631)
. Outros	(818)	667	(151)
	12.339	(9.464)	2.875
(*) Composição da variação dos gastos relacionados:	Valor		
- importação de petróleo, derivados e gás	(2.484)		
- produtos não petrolíferos, incluindo álcoois, biodiesel e outros	(515)		
- materiais, serviços e depreciação	(1.136)		
- salários, vantagens e encargos	(600)		
- transportes marítimos e dutoviários	(315)		
- serviços de terceiros	211		
- participações governamentais no país	1.924		
	(2.915)		

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Análise 1º Trimestre 2010

Resultado Operacional: O aumento no custo médio unitário decorreu dos maiores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais e da maior participação de derivados importados.

Resultado Financeiro: Efeito negativo de R\$ 360 milhões, tendo em vista as oscilações do câmbio sobre o crescimento do endividamento líquido indexado ao dólar, compensado pelo efeito sobre os ativos no exterior (R\$ 319 milhões).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

RESULTADO FINANCEIRO			
R\$ milhões			
	1º Trimestre		
	2010	2009	2010 X 2009
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(792)	10	(802)
Resultado Cambial c/ empresas do sistema	167	(419)	586
Hedge sobre operações comerciais	(84)	(14)	(70)
Títulos e Valores Mobiliários	166	229	(63)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(120)	94	(214)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(38)	(241)	203
Resultado Financeiro Líquido	(701)	(341)	(360)
▲ Câmbio (Dólar)(Final)	2,29%	-0,93%	
▲ TJLP	0,00%	0,06%	
▲ IGPM	2,78%	-0,92%	
Libor 6 meses (taxa anual)	0,44%	1,76%	

Análise 2009 x 2008:

Resultado Operacional: A redução no custo médio unitário decorreu dos menores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais e a menor participação de derivados importados, decorrentes do aumento da produção. Parte desse efeito foi compensada pelo aumento na depleção e depreciação devido à revisão de reservas (vide tabela acima " Composição da Variação dos Gastos)

Resultado Financeiro: Desempenho negativo em razão de perdas cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 9.224 milhões), combinadas com resultado negativo nas operações de hedge (R\$ 1.075 milhões) que superaram os ganhos cambiais sobre o endividamento líquido (R\$ 2.771 milhões) e a variação monetária sobre financiamentos (R\$ 2.728 milhões).

	R\$ milhões		
	2009	2008	Variação
Efeito Cambial sobre Endividamento Líquido	1.429	(1.342)	2.771
Variação Monetária sobre financiamentos	2.406	(322)	2.728
Despesas Financeiras Líquidas	(2.854)	(2.570)	(284)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	981	(4.234)	5.215
Variação Cambial sobre Recursos Aplicados no Exterior via Controladas e SPE	(4.205)	5.019	(9.224)
Hedge sobre operações comerciais	(373)	702	(1.075)
Títulos e Valores Mobiliários	764	585	179
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	8	585	(577)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(13)	472	(485)
Resultado Financeiro Líquido	(2.838)	3.129	(5.967)

Análise 2008 x 2007:

Resultado Operacional: Os melhores preços médios de realização do petróleo e derivados, o aumento da produção nacional de óleo e gás natural, que cresceu 5% no

10.2 - Resultado operacional e financeiro

exercício, o maior volume de vendas e o ganho cambial sobre os ativos monetários líquidos em dólar contribuíram preponderantemente para a melhoria do desempenho.

Resultado Financeiro: Desempenho positivo de R\$ 8.043 milhões, em razão de ganhos cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 8.672 milhões), combinados com resultado positivo nas operações de hedge (R\$ 1.075 milhões).

	R\$ milhões		
	2008	2007	Varição
Efeito Cambial sobre Endividamento Líquido	(1.315)	(688)	(627)
Varição Monetária sobre financiamentos	(321)	(110)	(211)
Despesas Financeiras Líquidas	(2.566)	(1.805)	(761)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(4.202)	(2.603)	(1.599)
Varição Cambial sobre Recursos Aplicados no Exterior via Controladas e SPE	6.418	(2.254)	8.672
Hedge sobre operações comerciais	665	(410)	1.075
Títulos e Valores Mobiliários	248	417	(169)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	584	941	(357)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	307	(114)	421
Resultado Financeiro Líquido	4.020	(4.023)	8.043

Análise 2007 x 2006:

Resultado Operacional: A forte apreciação do real no período (17%), que levou a uma redução do valor de ativos detidos no exterior, denominados em dólares, o custo decorrente do acordo realizado com os empregados para alterar o plano de pensão da Companhia, atenuados pelo aumento no volume das vendas nos mercados interno e externo contribuíram preponderantemente para a redução do desempenho.

Resultado Financeiro: Desempenho negativo no resultado financeiro de R\$ 2.600 milhões, em razão do aumento da apreciação do real de 8% para 17% sobre ativos líquidos em dólar no exterior (R\$ 1.972 milhões), regularização cambial em 2006 no valor de R\$ 321 milhões, não-recorrente, resultado financeiro sobre o aumento do endividamento líquido (R\$ 323 milhões) e perda com operações de hedge, vinculadas às atividades comerciais e financeiras (R\$ 288 milhões). Fatores compensados pela redução de despesas com liquidação antecipada de financiamentos (R\$ 230 milhões).

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não Aplicável.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aumento de Participação no Capital Social da Breitener Energética S.A.

Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras possuía 30% do capital social da Breitener Energética S.A., empresa constituída com o objetivo de geração de energia elétrica, situada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Em 12 de fevereiro de 2010, foram adquiridos 35% de participação no capital social por R\$ 3 mil, passando a Petrobras a deter o controle acionário da empresa. A avaliação do valor justo dos ativos e passivos não foi concluída, portanto, foi reconhecido preliminarmente um ganho de R\$ 17.362 mil, conforme CPC 15 - Combinação de Negócios (IFRS 3).

Aquisição da Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd.

Em 16 de março de 2010, a Petrobras exerceu a opção de compra da Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd., por US\$ 85 milhões, equivalente a R\$ 151.521 mil, conforme previsto no "Put and Call Agreement".

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Em 05 de fevereiro de 2009, a Petrobras constituiu seis (6) sociedades anônimas no Rio de Janeiro, a saber:

Comperj Participações S.A. - Sociedade de Propósito Específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do COMPERJ; Comperj Petroquímicos Básicos S.A. - Sociedade produtora de Petroquímicos Básicos; Comperj PET S.A. - Sociedade produtora de PTA/PET; Comperj Estirênicos S.A. - Sociedade produtora de Estireno; Comperj MEG S.A. - Sociedade produtora de Etileno Glicol e Óxido de Eteno; e Comperj Poliolefinas S.A. - Sociedade produtora de Poliolefinas (PP/PE).

Atualmente, a Petrobras detém 100% (cem por cento) do capital total e votante dessas companhias.

Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Em 18 de março de 2009, foi finalizado o recebimento dos ativos de refino adquiridos do Grupo Ipiranga, com a efetiva entrega das ações da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., pertinentes à Petrobras e à Braskem.

Petroquímica Triunfo S.A. (Acordo de Investimento da Braskem)

Em 07 de abril de 2009, foi incorporada pela Braskem a Petroquímica Triunfo S.A. Essa operação conclui a integração de ativos prevista no Acordo de Investimentos,

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

celebrado em novembro de 2007 e aprovada pelo CADE em julho de 2008 entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa. Com a incorporação, a Petroquisa passou a deter 31,0 % do capital votante e 25,3 % do capital social total da Braskem.

Refinaria de Pasadena

Em 10 de abril de 2009, no âmbito de processo arbitral existente entre a Petrobras America Inc. - PAI e outras e a Astra Oil Trading NV - ASTRA e outras, que tramita segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi confirmado como válido o exercício da opção de venda ("put option") pela ASTRA em relação à PAI dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refinery Systems Inc. ("PRSI"), companhia que detém a Refinaria de Pasadena, e na empresa a ela ligada de "trading", ambas com escritórios operacionais no Texas.

Ficou definido em US\$ 466 milhões o valor a ser pago pela PAI por esses 50% remanescentes de participação acionária na Refinaria e na Trading em Pasadena. O pagamento seria realizado em três parcelas, uma primeira no valor de US\$ 296 milhões (devida originalmente em 27 de abril de 2009, segundo a decisão) e as duas seguintes no valor de US\$ 85 milhões cada uma, estas duas últimas com vencimento fixado pelos árbitros para setembro de 2009 e setembro de 2010. A ASTRA apresentou pedido de esclarecimentos ao painel arbitral acerca de alguns pontos da decisão ("request for clarification"), mas o painel arbitral houve por bem, em 3 de junho de 2009, confirmar "in totum" a decisão original, sem apresentar qualquer esclarecimento adicional.

As partes até o momento não se puseram de acordo quanto à finalização das pendências existentes, para a assinatura de termo de acordo que ponha fim à demanda e permita os pagamentos objeto da decisão.

Em março de 2009 foi reconhecida perda no valor de R\$ 341.179 mil (US\$ 147.365 mil), correspondente à diferença entre o valor dos ativos líquidos e o valor definido pelo painel arbitral.

Distribuição e logística no Chile

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais, localizadas na Holanda e Espanha, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 400 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas.

Em 01 de dezembro de 2009 foi efetivada a compra, por aproximadamente US\$ 14 milhões, da Chevron Chile S.A.C, que produz e comercializa lubrificantes da marca Texaco no Chile.

BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A

Em dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. com

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

investimentos no valor de R\$ 55 milhões, passando a deter 50% das ações da empresa. Do total do investimento, R\$ 45 milhões já foram aportados em 2009 e os R\$ 10 milhões restantes serão aportados por ocasião do início das operações da Companhia, previsto para o segundo trimestre de 2010.

A usina BSBIOS Marialva, constituída em 12 de junho de 2009, tem capacidade de produzir 120 milhões de litros de biodiesel por ano.

Sociedades de Propósitos Específicos – SPE

A Petrobras exerceu em 2009 a opção de compra das SPE listadas no quadro abaixo, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda de Ações celebrados entre Petrobras e antigos acionistas das SPE.

Data da opção	Projeto	Razão social da SPE	% das ações	Valor da opção	Deságio
30/04/2009	Marlim	Marlim Participações S.A	100%	1	57.151
11/12/2009	CLEP	Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	100%	90.000	1.877.946
30/12/2009	NovaMarlim	NovaMarlim Participações S.A	43,43%	1	1.017
Total				90.002	1.936.114

A efetivação da transferência das ações remanescentes da NovaMarlim Participações S.A., 56,57% do capital social, depende da conclusão de procedimentos formais junto ao agente escriturador.

Os deságios apurados são decorrentes de outras razões econômicas e estão registrados em investimentos na controladora e no consolidado.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os diretores devem comentar¹:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

No balanço de adoção aos IFRS, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa do IFRS, conforme CPC 37, e estão apresentadas a seguir:

- **Transição das práticas contábeis**

a) Variações cambiais registradas em conta específica do patrimônio líquido

A Companhia adotou o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (IAS 21) no exercício de 2008. Entretanto, devido a data do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, o saldo de ajustes acumulados de conversão existentes em 31 de dezembro de 2008 foi transferido para lucros acumulados no montante de R\$ 636.264 mil, visando à equiparação à isenção do IFRS 1 de não calcular retroativamente as variações cambiais de investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora.

b) Capitalização de custos de empréstimos

A Companhia capitalizava encargos financeiros somente para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção, conforme Deliberação CVM 193/96 vigente até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a capitalizar também encargos financeiros com base numa taxa média de captação aplicada sobre o saldo de obras em andamento, adotando assim, a isenção prevista no IFRS 1 de não alterar retroativamente o critério de apuração dos custos capitalizáveis.

c) combinação de negócios

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a Instrução CVM 247/96. Na adoção do IFRS, a Companhia optou por não aplicar retroativamente os requerimentos do CPC 15 – Combinações de Negócios (IFRS 3), conforme permitido pelo IFRS 1, portanto, os ágios existentes em 31 de dezembro de 2008, líquidos da amortização, foram mantidos e não são mais amortizados. Os saldos de deságio existentes em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 815.655 mil, foram reconhecidos contra lucros acumulados na data de transição para IFRS, resultando também na reversão de amortizações reconhecidas no resultado da Companhia.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os deságios apurados nas aquisições de Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, durante o exercício de 2009, foram contabilizados reduzindo os saldos de investimentos. Para fins de IFRS, são considerados transações com sócios, na qualidade de proprietário, uma vez que a Companhia já controlava suas atividades operacionais e, conseqüentemente, consolidava suas demonstrações contábeis conforme Instrução CVM 408/04. De acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IAS 27), o montante de R\$ 1.936.114 mil, foi reconhecido diretamente contra lucros acumulados em 2009.

d) Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas

Os custos com abandono de ativos e desmantelamento de área são apurados considerando os custos futuros descontados a taxa livre de risco e registrados no ativo e passivo quando a obrigação é incorrida.

Até 31 de dezembro de 2008, a Petrobras adotava como prática contábil o pronunciamento SFAS 143 – “Accounting for Asset Retirement Obligations” do “Financial Accounting Standards Boards” – FASB, segundo a qual a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção deve ser contabilizada pelo seu valor presente como uma provisão, considerando as taxas históricas de cada período para o qual a provisão foi constituída. Com a adoção do ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1), a provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas deve refletir os efeitos de mudanças na taxa de desconto corrente de um período para outro.

A Companhia registrou em lucros acumulados o montante de R\$ 1.273.166 mil na data da transição, adotando a isenção de não movimentar a provisão quando a obrigação foi incorrida, de forma que o custo do ativo imobilizado reflita as variações no saldo da provisão.

e) Benefícios pós-aposentadoria

Não há diferença de prática contábil na mensuração dos benefícios pós-emprego entre a Deliberação CVM 371/00, vigente até 31 de dezembro de 2008, e o CPC 33 – Benefícios a Empregados (IAS 19), uma vez que na adoção do IFRS a Companhia optou pela manutenção do método corredor na contabilização dos ganhos e perdas atuariais no resultado. Dessa forma, o momento da adoção inicial destes pronunciamentos, distinto da data de criação dos planos, poderia produzir saldos diferentes de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos.

O saldo de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos de 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 580.000 mil, foi registrado integralmente contra lucros acumulados na data de transição, adotando assim, a isenção prevista no IFRS 1. Os ganhos ou perdas atuariais gerados após a data de transição serão reconhecidos no resultado pelo método do corredor.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

f) Despesas e receitas diferidas

A Lei 11.941/09 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de impairment, o que foi adotado pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43.

De acordo com os IFRS gastos e ganhos pré-operacionais devem ser registrados como despesas e receitas, respectivamente, quando incorridos. Com a adoção dos IFRS, foi registrado nos lucros acumulados no consolidado o montante de R\$ 1.035.983 mil.

g) Concessões de serviços públicos

A Companhia exerce o controle compartilhado sobre distribuidoras estaduais de gás que são consolidadas na proporção das participações da Petrobras no capital social das mesmas. Tais distribuidoras atuam sob regimes de concessão e suas atividades se enquadram nos requerimentos do ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Conseqüentemente, direitos apresentados como parte do ativo imobilizado dessas empresas, no montante de R\$ 575.499 mil, passaram a ser tratados como ativos intangíveis.

Adicionalmente às mudanças de práticas contábeis para adequação as normas internacionais, mencionadas na nota 3, a companhia, revisou a vida útil econômica dos ativos relacionados ao segmento do Abastecimento e às plantas termoeletricas do segmento de Gás e Energia, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

Tempo estimado de vida útil	Antigo	Novo
Equipamentos e conjuntos industriais do refino	10 anos	4 a 31 anos (média de 20 anos)
Dutos	10 anos	31 anos
Tanques de armazenamentos de produtos	10 anos	26 anos
Plantas termoeletricas	20 anos	10 a 33,3 anos (média 23 anos)

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 2010.

As demonstrações contábeis de 2009 foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Efeito da adoção das normas internacionais no Balanço Consolidado de 31.12.2009 R\$ Milhões

	Balanço conforme divulgado	Capitalização de custos de empréstimos	Combinações de negócios	Provisão para abandono	Benefícios pós-emprego	Despesas e receitas diferidas	Impostos diferidos	Inclusão Consol. Proporcional da CIESA	Outros	PL SPEs	Reclassificações	Balanço ajustado aos IFRS
31.12.2009												
Ativo circulante	76.674							327			(2.627)	74.374
Ativo realizável a longo prazo	26.380						659	92	(1)		7.793	34.923
Investimentos	3.148		2.692			(180)						5.660
Imobilizado	230.231	2.645	(498)	328				173	(9)		(5.790)	227.080
Intangível	6.808	18						683			762	8.271
Diferido	2.366					(2.229)					(137)	
	345.607	2.663	2.194	328	-	(2.409)	659	1.275	(10)	-	1	350.308
Passivo circulante	58.029							383	(1.432)	44	(2.195)	54.829
Passivo não circulante	126.503		(54)	(106)	(582)	(947)	805	616	(72)	6	2.196	128.365
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	159.465	2.494	2.248	434	587	(951)	(158)	21	64			164.204
Participação de acionistas não controladores	1.610	170			(5)	(511)	12	254	1.430	(50)		2.910
	345.607	2.664	2.194	328	-	(2.409)	659	1.274	(10)	-	1	350.308

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Uso de Estimativas:

Na elaboração das demonstrações contábeis utilizamos estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para passivos contingentes, valor de mercado de instrumentos financeiros, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas mencionadas são as consideradas mais importantes pela companhia, com base no grau de incerteza e probabilidade. Existem outras áreas em que são usadas estimativas com alto grau de incerteza, mas que a companhia julga não gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Reservas de petróleo e gás.

As reservas provadas de petróleo e gás natural foram estimadas pela Companhia em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pela Securities and Exchange Commission (SEC), de acordo com o ASC Topic 932 - Divulgações Sobre Atividades Relativas à Produção de Petróleo e Gás (substituto do SFAS 69).

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geoenharia podem ser estimadas com razoável certeza, consideradas comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar nos projetos existentes de produção de óleo e gás através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se espera recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de novos poços, com equipamentos adicionais.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da obtenção de novas informações.

As reservas são usadas para tomar decisões sobre investimentos nas atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo e gás. A quantidade de reservas de petróleo e gás também é usada como base de cálculo da taxa de depreciação da produção.

Redução ao valor recuperável – “Impairment”

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de fluxo de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto antes dos impostos (ou taxa pré-imposto). Esta taxa deriva da taxa pós-imposto utilizada no cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços estimados na elaboração do plano estratégico da Companhia, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Abandono de poços e desmantelamento de áreas.

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco. Ela é registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo, seus derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de hedge de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados, conforme Deliberação CVM nº 371/00. São calculados anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. Os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, são reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como um fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A Companhia também contribui para os planos de pensão e seguridade social de subsidiárias internacionais, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Passivos Contingentes

A Petrobras e suas subsidiárias, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais de acordo com orientações de seus assessores jurídicos e sua Administração, suficientes para cobrir perdas prováveis.

Conforme Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao art. 9º da instrução CVM nº 481/09, não ocorreram

10.5 - Políticas contábeis críticas

mudanças no 1º trimestre de 2010 em relação ao exercício de 2009, exposto aos acionistas na AGO realizada em 22 de abril de 2010.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Petróleo Brasileiro - Petrobras e subsidiárias ("a Companhia") é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos pelo ou sob a supervisão do Comitê de Auditoria da Companhia, do Presidente e do Diretor Financeiro e executados pelos administradores e outros funcionários para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e os procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia e (3) fornecem segurança razoável relativa à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou destinação não autorizada dos ativos da Companhia que possam afetar de maneira relevante as demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2009. Com base nesta avaliação, a Administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2009, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis consolidadas são eficazes.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

Os auditores independentes da KPMG Auditores Independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

Em 31 de março de 2010, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

Em 31 de dezembro de 2009, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2009:

	Pagamentos com vencimento por Período			2015 em diante
	Total	2010	2011-2014	
	(Em milhões de R\$)			
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial (1):				
Obrigações de dívida	90.690	5.988	28.062	56.640
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens.	740	360	284	96
Total dos itens do balanço patrimonial	91.430	6.348	28.346	56.736
Outros compromissos contratuais a longo prazo				
Gás natural <i>ship or pay</i>	10.047	907	3.999	5.140
Serviço de contrato	88.415	39.698	36.875	11.842
Contratos de fornecimento de gás natural	18.876	1.997	7.778	9.103
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	64.305	13.425	39.415	11.464
Compromissos de compra	19.804	6.664	7.545	5.596
Compromissos de compra internacionais	23.393	7.935	13.649	1.809
Total de outros compromissos a longo prazo	224.840	70.625	109.261	44.954
Total	316.270	76.973	137.607	101.690

(1) Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 20 nas Demonstrações Contábeis.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

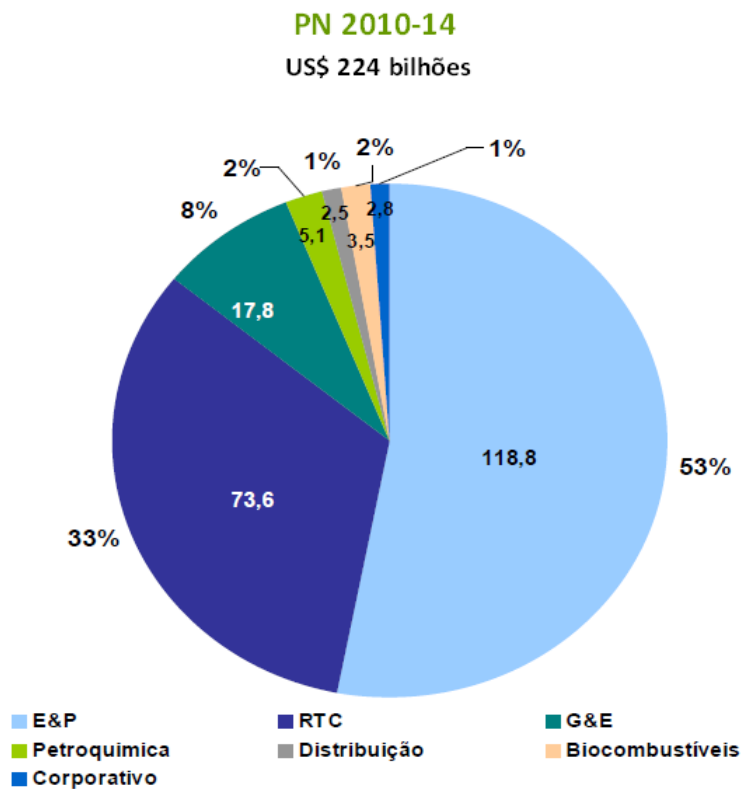
Não aplicável

10.10 - Plano de negócios

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

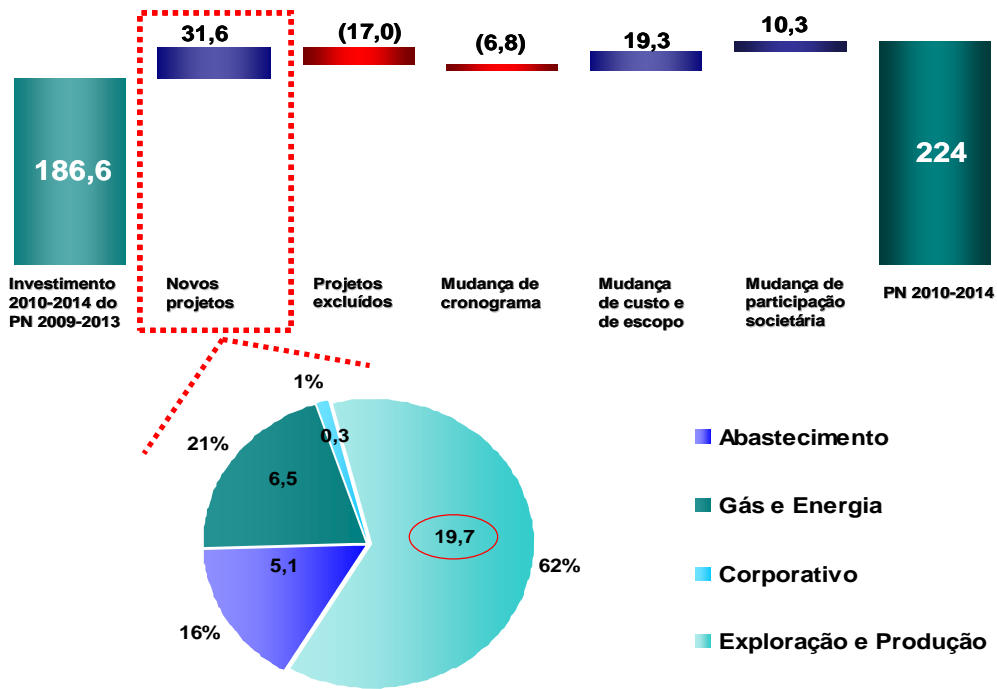
- a. investimentos, incluindo:
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Negócios 2010-2014, divulgado pela Companhia em 21/06/2010, prevê investimentos de US\$ 224 bilhões, representando uma média de US\$ 44,8 bilhões por ano. Desse total, 95% (US\$ 212,3 bilhões) destinam-se a projetos no Brasil e 5% (US\$ 11,7 bilhões) a atividades no exterior, com significativa colocação dos investimentos junto ao mercado fornecedor doméstico, com uma taxa de conteúdo local totalizando 67%, o que significa um nível de contratação anual no Brasil de cerca de US\$ 28,4 bilhões.



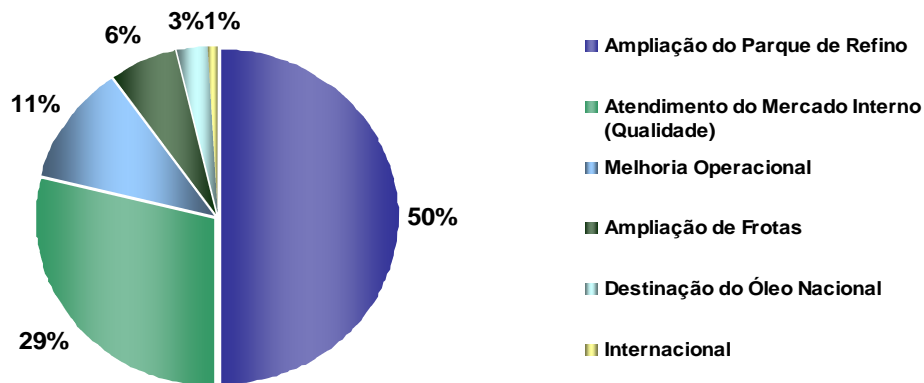
Este montante representa um aumento de 20% em relação ao Plano anterior (Plano de Negócios 2009-2013), sendo US\$ 31,6 bilhões referentes a novos projetos, dos quais 62% dedicados para a área de E&P (US\$ 19,7 bilhões).

10.10 - Plano de negócios



De acordo com o Plano de Negócios 2010-2014, o segmento de Exploração e Produção (E&P) deverá receber investimentos de US\$ 118,8 bilhões, representando um aumento de 14% em relação ao Plano de Negócios 2009-2013. Com esses recursos, pretende-se garantir a descoberta e apropriação de reservas, maximizar a recuperação de petróleo e gás nas concessões em produção, além de desenvolver a produção do Pré-sal da Bacia de Santos e intensificar o esforço exploratório nas outras áreas do pré-sal e em novas fronteiras no Brasil e no exterior.

O segmento de Refino, Transporte e Comercialização tem investimentos previstos de US\$ 73,6 bilhões. Foi mantida a estratégia de expandir a capacidade de refino, buscando o equilíbrio com o crescimento da produção nacional de petróleo da Petrobras, adequando o parque de refino para atender o abastecimento do mercado interno, exportando derivados, atendendo aos níveis de qualidade de produtos requeridos pelos mercados.



Já os investimentos previstos em Petroquímica somam US\$ 5,1 bilhões, focando na ampliação da produção de petroquímicos e de biopolímeros preferencialmente através

10.10 - Plano de negócios

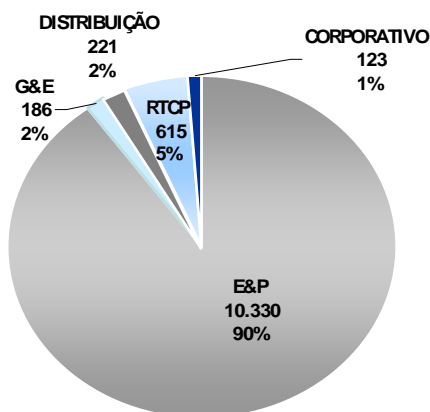
de participações societárias, principalmente no Brasil, de forma integrada com os outros segmentos da Companhia.

O negócio de Distribuição deverá receber investimentos de US\$ 2,5 bilhões, visando garantir a liderança na distribuição nacional, com meta de 40% de participação no mercado nacional em 2014, e atuação na distribuição de derivados no exterior.

Após uma fase de investimentos em infra-estrutura no transporte de gás natural para escoamento da produção e alcance do mercado consumidor, o segmento de Gás e Energia deverá receber US\$ 17,8 bilhões. Esses investimentos serão direcionados para consolidar a liderança da Petrobras no mercado brasileiro de gás natural, assegurando flexibilidade para comercialização nos mercados termelétrico e não termelétrico.

Além disso, pretende-se realizar investimentos para a transformação química do Gás Natural, aumentando a flexibilidade da cadeia do Gás Natural e da geração de Energia Elétrica, e está prevista a construção de três novas plantas fertilizantes para a produção de nitrogenados (Amônia e Uréia) em sinergia com outros ativos da Petrobras.

Apesar do maior direcionamento dos investimentos no mercado doméstico, na área internacional serão investidos US\$ 11,5 bilhões, com foco no desenvolvimento da exploração e produção no Golfo do México (Cascade, Chinook, Saint Malo e Tiber), Costa Oeste da África (Nigéria) e no Peru.



O segmento de Biocombustíveis deverá receber US\$ 3,5 bilhões, atuando na produção, logística e comercialização dos biocombustíveis e participando na cadeia de valor no Brasil e no exterior, atuando de forma integrada. A estratégia no segmento de etanol foi redirecionada para a aquisição de participações com o objetivo de se tornar um importante *player* no mercado, assegurando o domínio tecnológico para a produção sustentável de biocombustíveis.

10.10 - Plano de negócios

Ainda no âmbito do Plano de Negócios 2010-2014, a Companhia pretende destinar investimentos para a superação de desafios tecnológicos, segurança operacional e recursos humanos. Na área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) serão investidos US\$ 3,3 bilhões, US\$ 2,9 bilhões da área de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIC) e US\$ 5,2 bilhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) totalizando um investimento de US\$ 11,4 bilhões.

O conteúdo nacional deverá contribuir para a consolidação do Brasil como um pólo fornecedor de bens e serviços. Espera-se um nível de contratação anual no País de cerca de US\$ 28,4 bilhões.

Área de Negócio	Investimento Doméstico 2010-14	Colocação no Mercado Nacional 2010-14	Conteúdo Nacional (%)
E&P	108,2	57,8	53%
Abastecimento	78,6	62,8	80%
Gás e Energia e Gás Química	17,6	14,4	82%
Distribuição	2,3	2,3	100%
Petrobras Bicom bustível	2,3	2,3	100%
Áreas Corporativas	3,3	2,6	80%
Total	212,3	142,2	67%

Na área de negócio Abastecimento está incluído investimentos da Petroquímica

O Plano de Negócios 2010-2014 requer a aquisição e o gerenciamento de recursos críticos para a sua execução. Mão-de-obra qualificada, cadeia de suprimento fortalecida e capacidade de financiamento serão necessárias para a realização do elevado número de projetos. A Companhia está trabalhando para a superação desses desafios.

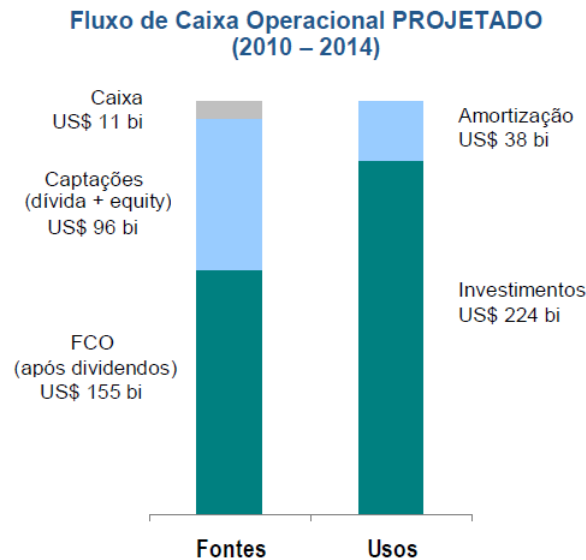
ii. fontes de financiamento dos investimentos

O Plano de Negócios 2010-2014 da Petrobras projeta que nos 5 anos o Fluxo de Caixa Operacional após dividendos atingirá US\$ 155 bilhões, o que corresponde a 69% do montante de investimento previsto para o período. Esta geração de fluxo de caixa está baseada em um preço médio de petróleo de US\$ 80 para o período, abaixo da média das projeções do mercado.

A Companhia mantém uma meta de alavancagem financeira média de 25-35%. A realização de uma oferta pública de ações deverá manter a estrutura de capital e indicadores equilibrados; contudo a Petrobras deverá continuar buscando financiamento em várias fontes de recursos no Brasil e no exterior.

10.10 - Plano de negócios

O portfólio de projetos que compõe a carteira da companhia apresenta taxa interna de retorno estimada em torno de 14% a.a., considerando as premissas do Plano de Negócios 2010-2014.



- iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A compra da participação da Exxon Mobil na Esso Chile Petrolera, em 2009, foi um movimento alinhado ao Plano Estratégico da Companhia. Essa aquisição amplia a presença da companhia no segmento de distribuição, nos mercados de varejo, industrial e de aviação, e conta com a operação de uma rede de pontos de venda em cinco países: Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

Destaca-se também a aquisição dos ativos da Chevron Chile SAC, entre os quais: uma fábrica de lubrificantes na capital chilena, 23 tanques para o armazenamento de matérias-primas e produtos acabados e a cessão de uso da marca.

- c. **novos produtos e serviços, indicando:**

- i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A seguir, estão descritos os principais projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em andamento. Esses projetos têm objetivos de longo prazo e abrangem fases desde a idéia até a disponibilização das soluções geradas, não havendo distinção das etapas de Pesquisa e Desenvolvimento.

10.10 - Plano de negócios

- Otimização das operações de perfuração e completção de poços
 - Desenvolvida tecnologia capaz de viabilizar o revestimento do poço concomitante à sua perfuração. Este desenvolvimento permitirá a redução do tempo de construção dos poços, possibilitando a antecipação do início da produção de óleo nestes poços e reduzindo o custo por poço.
- Desempenho da perfuração nos poços do Pré-sal
 - Foram desenvolvidas novas técnicas, que aumentaram a vida útil das brocas utilizadas na perfuração e a taxa de penetração durante a perfuração. Esses avanços permitiram uma redução do tempo de perfuração no pré-sal, diminuindo os custos, além de aumentar a segurança e a integridade dos poços.
 - Houve também uma economia significativa no tempo de perfuração na área do pré-sal em função do ganho de velocidade; a taxa média de perfuração na rocha carbonática do pré-sal, muito dura para os padrões da indústria, dobrou e na rocha salina mais que triplicou.
- Produção do Diesel do futuro
 - Aprimorada a tecnologia de hidrotreatamento na produção de diesel, aumentando a eficiência do processo de retirada do enxofre com o uso de catalisadores mais seletivos e adequação da matéria-prima. A tecnologia é aplicável a todo parque de refino brasileiro.
- Aumento do processamento de petróleos nacionais, de elevada acidez
 - Foram desenvolvidas técnicas de determinação do nível de corrosividade dos petróleos nacionais e sua adequação aos materiais presentes no parque de refino. A utilização de materiais mais adequados ao petróleo nacional proporcionou uma redução dos processos de manutenção, aumentando a utilização do parque de refino, com conseqüente aumento de 60 mil barris por dia no processamento de petróleo nacional, e conseqüente redução da necessidade de importação de óleo leve.
- Nova Formulação da Gasolina PODIUM
 - Foi desenvolvida uma nova formulação para a Gasolina Podium da Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão-SP) que reduziu a importação de componentes e gerou ganhos econômicos de 6% em relação à tradicional.
- Transporte de Gás Natural
 - Estão sendo direcionados esforços contínuos na busca de soluções tecnológicas para viabilizar o transporte do gás natural do pré-sal. Um exemplo é a tecnologia GTL (gas to liquids), pela qual o gás natural é processado e transformado em óleo sintético, facilitando seu transporte e aproveitamento. Realizar esse processamento em embarcações é um desafio e, para superá-lo,

10.10 - Plano de negócios

está em fase final de construção uma planta-piloto de GTL embarcado, que permitirá realizar, em 2010, os testes de qualificação dessa tecnologia.

- A liquefação do gás natural é alternativa para o transporte offshore de gás; a Petrobras está desenvolvendo, juntamente com grandes empresas internacionais de engenharia, projetos básicos de unidades flutuantes de gás natural liquefeito (FLNG - Floating Liquefied Natural Gas), com tecnologia inédita no cenário mundial, que poderão receber e tratar gás das unidades de produção.
- Metalurgia aplicada à construção de dutos para transporte de óleo e gás
 - Foram desenvolvidos materiais mais resistentes em obras de dutos, o que pode permitir, na operação de transporte de óleo e gás, um aumento da pressão interna de bombeio resultando em aumento de carga transportada.
 - Novos materiais tornaram possível a redução da espessura da parede no duto, o que pode se refletir na redução dos custos de investimento.
- Sequestro Geológico de Carbono
 - Começaram, em 2009, os testes iniciais de injeção de CO₂ em alta pressão, no campo terrestre de Miranga, em Pojuca na Bahia. O CO₂ é injetado nos poços para aumentar o fator de recuperação de petróleo, já que o gás facilita o escoamento do óleo no reservatório, ficando armazenado no subsolo. Para isso, serão avaliadas tecnologias de cada etapa do processo de seqüestro geológico de carbono - separação, captura e armazenamento de CO₂. As tecnologias testadas poderão contribuir para futuros projetos ligados ao desenvolvimento do pólo pré-sal na Bacia de Santos.
- Otimização da produção de biocombustíveis
 - A otimização de processos produtivos incrementou a capacidade produtiva das plantas industriais de Candeias na Bahia, Quixadá no Ceará e Montes Claros em Minas Gerais, com aumento de 51 milhões de litros na capacidade instalada da Petrobras Biocombustível, cuja produção anual passou para 324 milhões de litros.
 - A Unidade Experimental de Guamaré no Rio Grande do Norte, que produz biodiesel a partir de óleo de girassol ou soja, também teve sua capacidade aumentada, passando a operar em regime contínuo de produção para realizar testes em maior escala de tecnologias desenvolvidas.
 - Além disso, a Planta de Produção de Guamaré passou a produzir biodiesel a partir de uma mistura de 30% de óleo de mamona e 70% de óleo de girassol, ambos produzidos pela agricultura familiar nos programas de suprimento de oleaginosas da empresa. A utilização da mamona como matéria-prima para a produção de biodiesel também já é uma realidade para a usina da Petrobras Biocombustível em Candeias, na Bahia. Dessa forma, a Petrobras reforça sua

10.10 - Plano de negócios

a estratégia de diversificação de matérias primas para a produção de biodiesel, estimulando os mercados agrícolas regionais.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Despesas em P&D (R\$ milhões)		
2007	2008	2009
1.712	1.706	1.364

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Ver item 10.10.c.i

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Ver item 10.10.c.ii

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nesta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

Produção de petróleo e LGN no Brasil

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2010, 2014 e 2020.

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de Petróleo e LGN no Brasil para 2010 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos e unidades de produção: teste de longa duração de Tiro; Cachalote e Baleia Franca, teste de longa duração de Guará, piloto de Tupi e teste de longa duração de Tupi Nordeste e teste de longa duração de Aruanã, dentre outros projetos de menor relevância.

A meta de produção de Petróleo e LGN no Brasil para 2014 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos e unidades de produção: Roncador P-62, Parque das Baleias, Piloto de Tupi Nordeste, Guaianá e mais dois TLDs do Pré-Sal, dentre outros projetos de menor relevância.

A meta de produção de Petróleo e LGN no Brasil para 2020 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos e unidades de produção: Roncador P-62, Parque das Baleias, Piloto de Tupi Nordeste, Guaianá e mais dois TLDs do Pré-Sal, dentre outros projetos de menor relevância.

Atrasos na entrega de equipamentos para a produção, assim como de equipamentos e serviços dedicados ao desenvolvimento da produção, como, por exemplo, serviços de perfuração de poços, podem levar a Companhia a não alcançar as metas estimadas.

O desempenho de produção também pode diferir daquele inicialmente projetado devido às características dos reservatórios de hidrocarbonetos que, geralmente, não são totalmente conhecidas à época da estimativa de produção de um determinado projeto.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão¹

As metas de produção de petróleo e LGN no Brasil estão explicitadas na tabela abaixo:

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

milhões bpd

	2010	2014	2020
Produção de Petróleo (Brasil)	2,10	2,98	3,95

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Produção de Petróleo e LGN no Exterior

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2010, 2014 e 2020.

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de petróleo e LGN no Exterior leva em consideração a implantação de projetos de desenvolvimento da produção no Golfo do México (Cascade, Chinook, Saint Malo e Tiber), Costa Oeste da África (Nigéria) e na América Latina.

Atrasos na entrega de equipamentos para a produção, assim como de equipamentos e serviços dedicados ao desenvolvimento da produção, como, por exemplo, serviços de perfuração de poços, podem levar a Companhia a não alcançar as metas estimadas.

O desempenho de produção também pode diferir daquele inicialmente projetado devido às características dos reservatórios de hidrocarbonetos que, geralmente, não são totalmente conhecidas à época da estimativa de produção de um determinado projeto.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão²

As metas de produção de petróleo e LGN no Exterior estão explicitadas na tabela abaixo:

	milhões bpd		
	2010	2014	2020
Produção de Petróleo	146	176	203

² Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Produção de Gás Natural no Brasil

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2010, 2014 e 2020

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de gás natural no Brasil para 2010 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos: Uruguá-Tambaú e Mexilhão, dentre outros projetos de menor relevância.

A meta de produção de gás natural no Brasil até 2014 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos: Marlim Sul P-56, Roncador P-55, Roncador P-62, Piloto de Guará, Tupi e Baleia Azul, dentre outros projetos de menor relevância.

A meta de produção de gás natural no Brasil até 2020 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos: Marlim Sul P-56, Roncador P-55, Roncador P-62, Piloto de Guará, Tupi e Baleia Azul, dentre outros projetos de menor relevância.

Atrasos na entrega de equipamentos para a produção, assim como de equipamentos e serviços dedicados ao desenvolvimento da produção, como, por exemplo, serviços de perfuração de poços, podem levar a Companhia a não alcançar as metas estimadas.

O desempenho de produção também pode diferir daquele inicialmente projetado devido às características dos reservatórios de hidrocarbonetos que, geralmente, não são totalmente conhecidas à época da estimativa de produção de um determinado projeto.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão³

As metas de produção de gás natural no Brasil estão explicitadas na tabela abaixo:

	mil boe/d		
	2010	2014	2020
Produção de Gás - Brasil	384	623	1.109

³ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Produção de Gás Natural no Exterior

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2010, 2014 e 2020

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

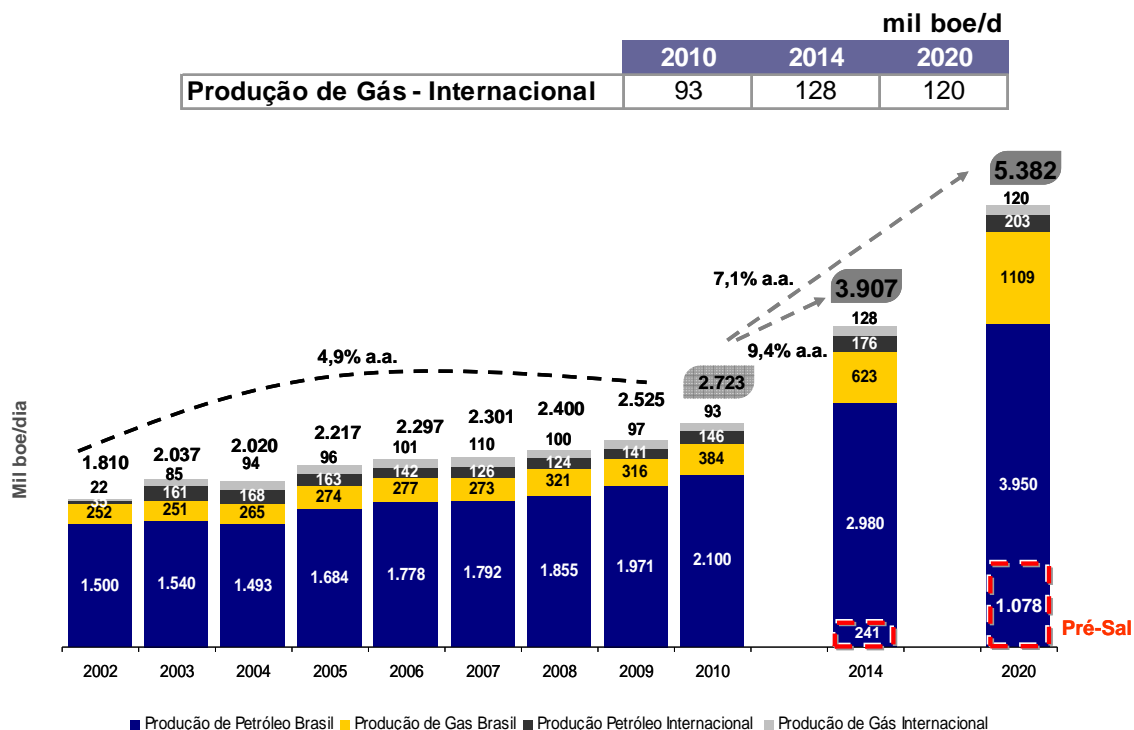
As metas de produção de Gás Natural no Exterior levam em consideração a manutenção e desenvolvimento da produção de gás natural, principalmente na América do Sul (Peru).

Atrasos na entrega de equipamentos para a produção, assim como de equipamentos e serviços dedicados ao desenvolvimento da produção, como, por exemplo, serviços de perfuração de poços, podem levar a Companhia a não alcançar as metas estimadas.

O desempenho de produção também pode diferir daquele inicialmente projetado devido às características dos reservatórios de hidrocarbonetos que, geralmente, não são totalmente conhecidas à época da estimativa de produção de um determinado projeto.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão⁴

As metas de gás natural no Exterior estão explicitadas na tabela abaixo:



⁴ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Carga de Petróleo Processada

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2010, 2014 e 2020

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de carga de petróleo processada para 2010 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos: Clara Camarão e REPLAN Revamp.

A meta de carga de petróleo processada para 2014 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos: Refinaria Abreu e Lima (2013), 1ª Unidade de Refino do COMPERJ (2013) e a 1ª fase de implantação da refinaria Premium I (2014).

A meta de carga de petróleo processada para 2020 leva em consideração a entrada em operação dos seguintes projetos: 2ª fase de implantação da refinaria Premium I (2016), refinaria Premium II (2017) e 2ª Unidade de Refino do COMPERJ (2018).

Atrasos na entrada em operação das unidades acima citadas podem levar a Companhia a não alcançar as metas projetadas. Tais atrasos podem ocorrer por diversos motivos, dentre os mais importantes destacam-se: atrasos na etapa de construção e montagem das plantas e atrasos na entrega de equipamentos para a produção.

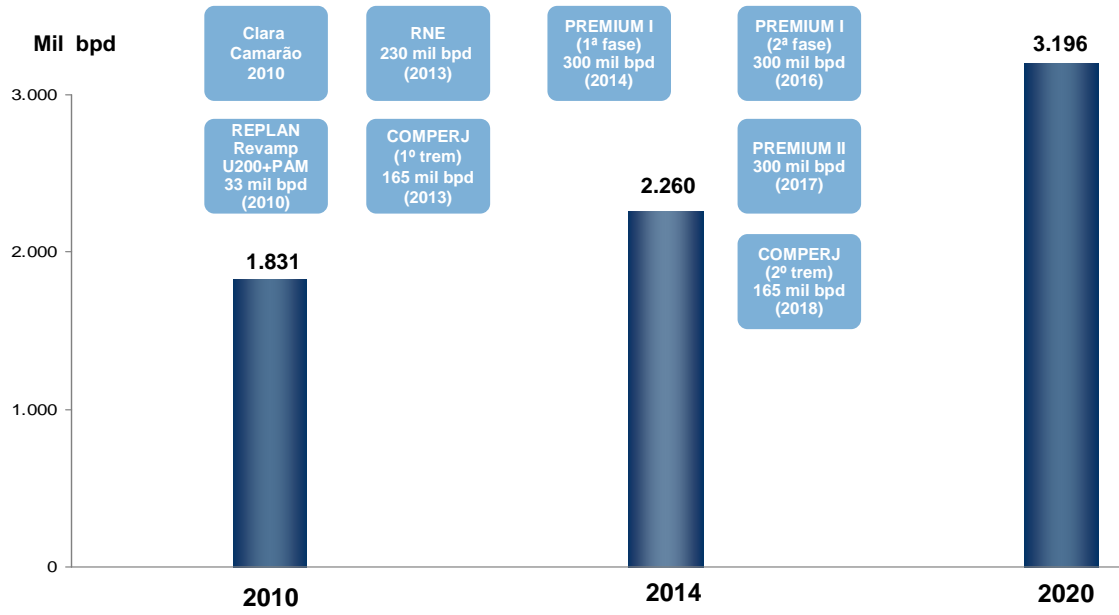
d. valores dos indicadores que são objeto da previsão⁵

As metas de carga de petróleo processada estão explicitadas na tabela abaixo:

	mil bpd		
	2010	2014	2020
Carga de Petróleo Processada (Brasil)	1.831	2.260	3.196

⁵ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas



11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Capacidade Instalada de Biodiesel (Brasil)

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

2010 e 2014

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de capacidade instalada de biodiesel leva em consideração as Usinas de Candeias, Quixadá e Montes Claros, participação em Usinas existentes e uma nova Unidade de Biodiesel.

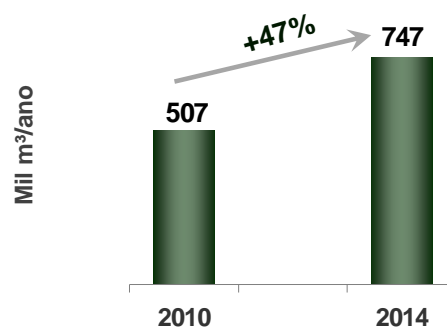
Atrasos na entrada em operação de novas unidades ou da expansão de capacidade em plantas existentes podem levar a Companhia a não alcançar as metas projetadas. Tais atrasos podem ocorrer por diversos motivos, dentre os mais importantes destacam-se: atrasos na etapa de construção e montagem das plantas e atrasos na entrega de equipamentos para a produção.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão⁶

A meta de capacidade instalada de biodiesel está explicitada na tabela abaixo

	mil m ³ / ano	
	2010	2014
Capacidade Instalada	507	747

Capacidade de Produção de Biodiesel no Brasil



⁶ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Exportação de Etanol

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

2010 e 2014.

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

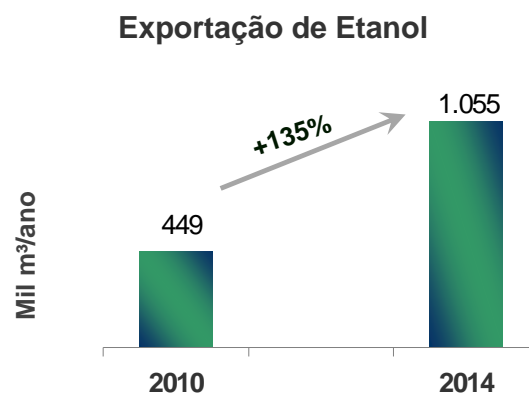
A meta de exportação de etanol leva em consideração o desenvolvimento de projetos em Novas Usinas e participação em Usinas existentes no Brasil.

Atrasos na entrada em operação de novas unidades ou da expansão de capacidade em plantas existentes podem levar a Companhia a não alcançar as metas projetadas. Tais atrasos podem ocorrer por diversos motivos, dentre os mais importantes destacam-se: atrasos na etapa de construção e montagem das plantas e atrasos na entrega de equipamentos para a produção.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão⁷

As metas de exportação de etanol estão explicitadas na tabela abaixo:

	mil m ³ / ano	
	2010	2014
Exportação de Etanol	449	1.063



⁷ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Produção de Etanol Equivalente

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

2010 e 2014.

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

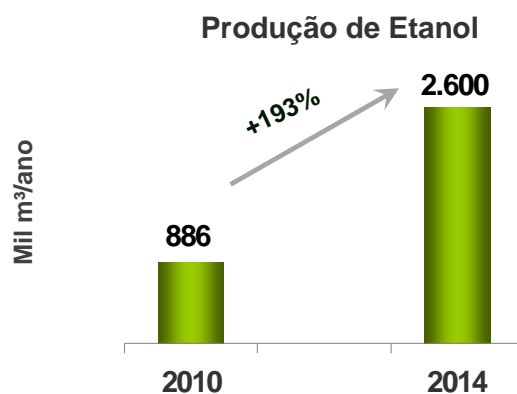
A meta de produção de etanol equivalente leva em consideração a nossa participação em Usinas/Empresas de Etanol, destacando-se os projetos Guarani, Santa Luzia, Usina Total e Novos projetos.

Atrasos na entrada em operação de novas unidades ou da expansão de capacidade em plantas existentes podem levar a Companhia a não alcançar as metas projetadas. Tais atrasos podem ocorrer por diversos motivos, dentre os mais importantes destacam-se: atrasos na etapa de construção e montagem das plantas e atrasos na entrega de equipamentos para a produção.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão⁸

As metas de exportação de etanol estão explicitadas na tabela abaixo:

	mil m ³ / ano	
	2010	2014
Produção de Etanol	886	2.600



⁸ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1.a Volume de Vendas de Fertilizantes (Amônia e Uréia)

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

2014 e 2015

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de volume de vendas de Fertilizantes em 2014 leva em consideração a conclusão da construção da Unidade de Fertilizantes III (UFN III) e Planta de Amônia.

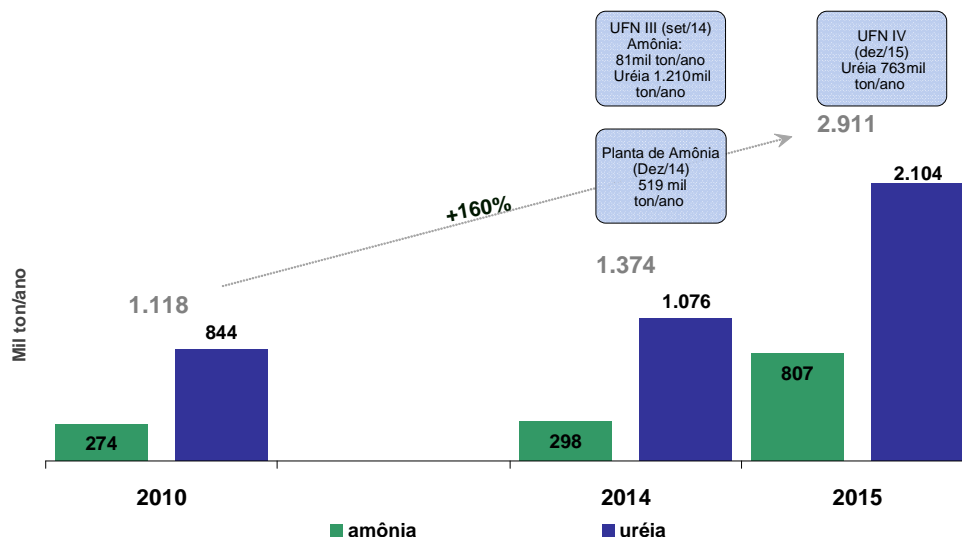
A meta de volume de vendas de Fertilizantes em 2015 leva em consideração a conclusão da construção da Unidade de Fertilizantes IV (UFN IV).

Atrasos na entrada em operação de novas unidades podem levar a Companhia a não alcançar as metas projetadas. Tais atrasos podem ocorrer por diversos motivos, dentre os mais importantes destacam-se: atrasos na etapa de construção e montagem das plantas e atrasos na entrega de equipamentos para a produção.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão⁹

A meta de volume de vendas de Fertilizantes (Amônia e Uréia) está explicitada na tabela abaixo:

	mil ton / ano	
	2014	2015
Amônia	298	885
Uréia	1.076	2.895



⁹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Produção de Óleo e LGN – Brasil

2010 – Mantida

2014 – Incluída

2020 – Substituída

Produção de Óleo e LGN – Exterior

2010 e 2014 – Incluídas

2020 – Substituída

Produção de Gás Natural – Brasil

2010 e 2020 – Substituídas

2014 – Incluída

Produção de Gás Natural – Exterior

2010 e 2014 – Incluídas

2020 – Substituída

Carga de Petróleo Processada

2010 e 2014 – Incluídas

2020 – Substituída

Capacidade Instalada de Biodiesel (Brasil)

2010 e 2014 – Incluídas

Exportação de Etanol

2010 e 2014 – Incluídas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Produção de Etanol Equivalente

2010 e 2014 – Incluídas

Volume de Vendas de Fertilizantes (Amônia e Uréia)

2014 e 2015 – Incluídas

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não foram apresentadas projeções relativas a períodos já transcorridos.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções indicadas nos itens anteriores permanecem válidas na data de entrega deste formulário de referência, não tendo nenhuma delas sido abandonada ou substituída. No entanto, conforme indicada a seguir as projeções para os anos indicados abaixo perderão a sua validade conforme revisão periódica do Plano de Negócios da Companhia:

Produção de Óleo e LGN – Brasil

2011, 2012, 2013 e 2015 – perdem a validade em virtude da divulgação do novo Plano de Negócios.

Produção de Óleo e LGN – Exterior

2013 – perde a validade em virtude da divulgação do novo Plano de Negócios.

Produção de Gás Natural – Brasil

2011, 2012 e 2013 – perdem a validade em virtude da divulgação do novo Plano de Negócios.

Produção de Gás Natural – Exterior

2013 – perde a validade em virtude da divulgação do novo Plano de Negócios.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Carga de Petróleo Processada

2013 – perde a validade em virtude da divulgação do novo Plano de Negócios.

Capacidade Instalada de Biodiesel (Brasil)

2013 – perde a validade em virtude da divulgação do novo Plano de Negócios.

Exportação de Etanol

2013 – perde a validade em virtude da divulgação do novo Plano de Negócios.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão e comitê

A estrutura de governança corporativa é composta pelo Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Comitê de Negócios e Comitês de Integração.

1) Conselho de Administração:

É um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. É composto por nove membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato de um ano, permitida reeleição, sendo sete representantes do acionista controlador, um representante dos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e um representante dos acionistas titulares de ações preferenciais.

São atribuições do Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II - aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia;

IV - avaliar resultados de desempenho;

V - aprovar, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva, especialmente as previstas nos incisos III, IV, V, VI e VIII do art. 33 do Estatuto Social da Petrobras, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração;

VI - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VII - fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de investimentos, de meio ambiente e de recursos humanos;

VIII - aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, inclusive contratos de concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva;

IX - deliberar sobre aumento de capital com emissão de ações preferenciais, dentro do limite autorizado, na forma do § 1º do art. 4º deste do Estatuto Social da Petrobras.*

Atribuições privativas do Conselho de Administração:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

I – deliberar sobre o Plano Básico de Organização e suas modificações, bem como a distribuição aos Diretores, por proposta do Presidente, dos encargos correspondentes às áreas de contato definidas no referido plano;

II - autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, observadas as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

III - aprovação da permuta de valores mobiliários de sua emissão;

IV - eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

V - constituição de subsidiárias, participações em sociedades controladas ou coligadas, ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VI - convocação de Assembléia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VII - aprovação de um Código de Boas Práticas e do seu Regimento Interno, o qual deverá prever a indicação de Relator e a constituição de Comitês do Conselho compostos por alguns de seus membros, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

VIII - aprovação das Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;

IX - escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

X - relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XI - criação do Comitê de Negócios e aprovação das atribuições e regras de funcionamento desse Comitê, consistentes com o Plano Básico de Organização, as quais devem ser divulgadas ao mercado, resumidamente, quando da publicação das demonstrações financeiras da Companhia, ou quando de sua alteração;

XII - assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembléia Geral, dependam de sua deliberação;

Parágrafo único. O Comitê de Negócios de que trata o inciso XI submeterá à Diretoria Executiva seu parecer sobre as matérias corporativas que envolvam mais de uma área de negócios, bem como aquelas cuja importância e relevância demandem um debate mais amplo.

* Foi convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para o dia 22 de junho de 2010 para aprovar reforma estatutária, permitindo, de forma transitória, limite de capital autorizado para emissão de ações ordinárias

2) Diretoria Executiva:

É composta por um presidente e seis diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Entre os membros da Diretoria Executiva, apenas o presidente é membro do Conselho de Administração sem, no entanto, presidir o órgão.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Exerce a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

3) Conselho Fiscal:

Constituído de forma permanente, é independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades Anônimas. É composto por cinco membros, com mandato de um ano, permitida reeleição, sendo um representante dos acionistas minoritários, um representante dos acionistas titulares de ações preferenciais e três representantes da União, sendo um indicado pelo ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

O Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições conferidas por disposição legal ou determinação de Assembléia Geral, tem as atribuições de:

- fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual e as contas da Diretoria;
- apreciar as propostas dos administradores a serem submetidas à Assembléia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, e transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal ocorrem, no mínimo, a cada 30 dias, e os assuntos tratados, os pareceres e as deliberações tomadas se baseiam, em sua maior parte, nos atos praticados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, nas informações fornecidas pelos acionistas, mercado e imprensa, ou em proposições individuais dos próprios conselheiros. As atas e pareceres do Conselho Fiscal são encaminhados à Administração da Companhia, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.

4) Comitês:

Realizam o amadurecimento e aprofundamento de temas a serem apresentados ao Conselho de Administração e/ou à Diretoria Executiva. Constituem fóruns de discussão que têm por escopo possibilitar, maior amadurecimento e alinhamento das proposições antes de seu encaminhamento para instâncias superiores, contribuindo para a consistência dos processos decisórios e qualidade das decisões.

A Companhia é composta dos seguintes Comitês:

Comitês do Conselho de Administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia possui três comitês do Conselho de Administração: Auditoria; Meio Ambiente; e Remuneração e Sucessão. São compostos por membros do Conselho e têm por objetivo assessorar o órgão no cumprimento das suas responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia, com atribuições específicas relacionadas ao escopo de atuação.

Atribuições do Comitê de Auditoria:

- assessorar o Conselho de Administração, no sentido de que as demonstrações financeiras da Companhia sejam elaboradas em conformidade com as exigências legais;
- acompanhar e avaliar as atividades exercidas pelas Auditorias Interna e Independente;
- facilitar e otimizar a comunicação, quando apropriado, entre o Conselho de Administração e: Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e as Auditorias Interna e Independente;
- acompanhar o processo de elaboração das Demonstrações Contábeis e de aprimoramento dos sistemas de controle interno.

Atribuições do Comitê de Meio Ambiente:

- aconselhar o Conselho de Administração nas estratégias a serem desenvolvidas em relação às questões ambientais, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável da Companhia;
- avaliar o gerenciamento dos riscos ambientais e de segurança do trabalho que possam afetar a Companhia, acompanhando as ações tomadas para mitigação e controle desses riscos;
- revisar e recomendar ao Conselho a aprovação de políticas de segurança, meio ambiente e saúde, bem como eventuais mudanças de política ambiental, consistentes com as expectativas da comunidade e dos órgãos reguladores;
- avaliar e integrar as funções de segurança, meio ambiente e saúde, estabelecendo metas ambientais mensuráveis e acompanhando seu desempenho;
- revisar e aprovar o programa de auditoria ambiental.

Atribuições do Comitê de Remuneração e Sucessão:

- propor ao Conselho as metas de desempenho dos membros da Diretoria Executiva;
- propor ao Conselho a estrutura de compensação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, incluindo salários, bônus e outros incentivos;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- acompanhar e avaliar o processo de planejamento sucessório das posições críticas da Companhia, acompanhando o desempenho dos executivos com alto potencial;
- avaliar a eficácia do processo de retenção de talentos na Companhia;
- analisar e submeter ao Conselho propostas com relação à designação de novos membros da Diretoria Executiva.

Comitê de Negócios

O Comitê de Negócios funciona como fórum de integração dos assuntos relevantes e estratégicos, visando promover o alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da Companhia e as diretrizes do Plano Estratégico da Petrobras.

Este Comitê suporta o processo decisório referente às matérias que envolvam mais de um Segmento ou Área de Negócio, bem como aquelas cuja importância e relevância demandem um debate mais amplo.

Comitês de Integração

Os Comitês de Integração funcionam como fóruns de análise e aprofundamento dos temas do seu escopo, podendo auxiliar na estruturação de informações a serem apresentadas ao Comitê de Negócios e Diretoria Executiva.

Os Comitês de Integração dividem-se em: Comitês de Segmentos e Comitês Corporativos. As atribuições e regras de funcionamento dos Comitês de Integração são estabelecidas em seus respectivos Regimentos Internos.

5) Auditoria

A Auditoria Interna tem por atribuição planejar, executar e avaliar as atividades de auditoria interna e atender as solicitações da Alta Administração e de órgãos externos de controle. A Petrobras conta também com auditoria externa, escolhida pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria. É obrigatório a cada cinco anos o rodízio entre empresas de auditoria.

- b. [data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês](#)

O Comitê de Negócios foi criado em 22 de março de 2002, enquanto que os três comitês do Conselho de Administração (Auditoria; Meio Ambiente; e Remuneração e Sucessão) foram criados em 28 de junho de 2002. Os Comitês de Integração foram criados em 30 de abril de 2010.

- c. [mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê](#)

Conselho de Administração

Está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras a realização da avaliação de seu desempenho anualmente, a partir de critérios por ele definidos e seguindo as diretrizes dos seguintes documentos de

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

governança corporativa da Companhia: Estatuto Social, Diretrizes de Governança Corporativa, Código de Boas Práticas e Regimento Interno do Conselho de Administração. Essa avaliação tem como objetivo principal aprimorar o desempenho do Conselho como um todo.

Diretoria Executiva

Está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras a avaliação de desempenho pelo Conselho de Administração, do Presidente e dos Diretores da Companhia semestralmente, a partir de critérios por ele definido, que garantam o alinhamento dos interesses dos membros da Diretoria Executiva com os interesses de longo prazo dos acionistas. O nível de desempenho esperado do Presidente e Diretores deve ser compatível com os exigidos dos altos executivos de empresas do mesmo porte e setor.

Conselho Fiscal:

O Regimento Interno do Conselho Fiscal estabelece atribuições, deveres e responsabilidades deste colegiado. Entretanto, não faz referência a mecanismos de avaliação de desempenho.

Comitês:

Comitês do Conselho de Administração: Não há avaliação de desempenho

Comitê de Negócios: Não há avaliação de desempenho, o Regimento Interno deste fórum encontra-se em revisão, devido à necessidade de implementação de alguns ajustes, de acordo com o novo modelo de Comitês e Comissões da Petrobras.

Comitês de Integração: Os Regimentos Internos de tais fóruns estão em fase de elaboração, devido à necessidade de adequação dos mesmos ao novo modelo de Comitês e Comissões da Petrobras, prevendo a inclusão de mecanismos de avaliação de desempenho.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

De acordo com o art. 35 do Estatuto Social da Petrobras, além das matérias de competência originária de deliberação colegiada previstas no art. 33 do Estatuto, a Diretoria Executiva poderá deliberar sobre os atos de gestão de negócios de responsabilidade individual de cada um dos Diretores, dentro das áreas de contato fixadas pelo Conselho de Administração no Plano Básico de Organização. Compete ainda aos membros da Diretoria:

I - instruir os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais, aprovadas pela Diretoria Executiva;

III - designar empregados da Companhia para missões no exterior;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

IV - assinar atos, contratos e convênios, bem como movimentar os recursos monetários da Companhia, sempre em conjunto com outro Diretor.

De acordo com o art. 38 do Estatuto Social, cabem ao Presidente a direção e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II - propor ao Conselho de Administração a distribuição, entre os Diretores, das áreas de contato definidas no Plano Básico de Organização;

III - propor ao Conselho de Administração os nomes para Diretores da Companhia;

IV - designar, dentre os Diretores, seu substituto eventual, em suas ausências e impedimentos;

V - acompanhar e supervisionar, através da coordenação da ação dos Diretores, as atividades de todos os órgãos da Companhia;

VI - designar os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

VII - prestar informações ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional.

- e. [mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria](#)

Conselho de Administração

O Conselho realiza a avaliação de seu desempenho anualmente, a partir de critérios por ele definidos e seguindo as diretrizes dos seguintes documentos de governança corporativa da Companhia: Estatuto Social, Diretrizes de Governança Corporativa, Código de Boas Práticas e Regimento Interno do Conselho de Administração. Essa avaliação tem como objetivo principal aprimorar o desempenho do Conselho como um todo.

Diretoria Executiva

O Conselho deve avaliar o desempenho do Presidente e dos Diretores da Companhia semestralmente, a partir de critérios por ele definido, que garantam o alinhamento dos interesses dos membros da Diretoria Executiva com os interesses de longo prazo dos acionistas. O nível de desempenho esperado do Presidente e Diretores deve ser compatível com os exigidos dos altos executivos de empresas do mesmo porte e setor.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

A Petrobras atende a lei nº 6.404 - Art. 124 - § 1º - inciso II

A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

II - na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

b. competências

Conforme Estatuto Social da Companhia:

Art. 39º A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 40º A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I - reforma do Estatuto;

II - aumento do limite do capital autorizado;

III - aumento do capital social, ressalvado o disposto no § 1º e no § 2º do art. 4º deste Estatuto;

IV - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;

V - redução do capital social;

VI - emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

VII - incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;

VIII - participação da Companhia em grupo de sociedades;

IX - alienação do controle do capital social de subsidiárias da Companhia;

X - destituição de membros do Conselho de Administração;

XI - alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;

XII - fixação da remuneração dos administradores;

XIII - cancelamento do registro de Companhia aberta;

XIV - escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista tríplice de empresas especializadas, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou do desenquadramento às regras de padrão de governança societária, definidas por bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, visando o cumprimento das regras estabelecidas na competente regulamentação de práticas diferenciadas de governança corporativa editada por tais entidades, e de acordo com os termos dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com essas mesmas entidades;

XV - renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas.

§ 1º A deliberação da matéria prevista no inciso XIV deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.

§ 2º Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

Art. 41º A Assembléia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica.

- c. [endereços \(físico ou eletrônico\) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise](#)

As documentações pertinentes às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais ficam à disposição dos acionistas no Edifício-Sede da Companhia, Av.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

República do Chile, 65, Rio de Janeiro/RJ, Centro, CEP 20031-912, na sala 2202-B (Atendimento ao Acionista) e nas páginas da Companhia (<http://www.petrobras.com.br/ri>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Além de atender o art. 115 § 1º da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Petrobras dispõe de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. As Diretrizes de Governança Corporativa, documento aprovado pelo Conselho de Administração, define que o Conselho tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesse entre acionistas, membros do Conselho e gestores.

O Código de Ética da Companhia, que abrange os membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, os ocupantes de funções gerenciais, os empregados, os estagiários e os prestadores de serviços do Sistema Petrobras, determina que os mesmos não devem se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses do Sistema Petrobras e devem comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses.

O Código de Boas Práticas, por sua vez, estabelece que:

- É necessário que tanto os administradores quanto os funcionários da Petrobras pautem sua conduta de acordo com os mais altos padrões éticos, evitando qualquer conflito de interesse ou impropriedade na negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia (Inciso V das Considerações Preambulares);
- Todos os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras têm para com a mesma o dever de lealdade e devem, em conseqüência, conduzir-se de forma a evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam, de alguma forma, caracterizar um conflito de interesses e afetar os seus negócios e operações (Art. 18);
- Os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras, principalmente aqueles que, em decorrência de suas funções, mantêm contato com clientes, fornecedores e concorrentes, deverão, no cumprimento desta Política, abster-se de receber, para si ou qualquer membro de sua família ou pessoa que resida em sua casa, presentes ou entretenimentos que, independentemente de valor, possam dar margem a conflito de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Conforme estabelece o art. 13º do Estatuto Social da Petrobras: O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

§ 1º A representação da União nas Assembleias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.

§ 2º Na Assembleia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei no 6.404, de 1976, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, a Petrobras exige as formalidades estabelecidas em lei que comprovam a regularidade dos poderes de representação. A Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, por intermédio da plataforma Assembleias Online, através do endereço www.assembleiasonline.com.br, nos termos da Instrução CVM Nº 481 de 17 de dezembro de 2009.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não há

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia não dispõe de mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	26/03/2010
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	26/03/2010
		Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ	26/03/2010
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	22/03/2010
		Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Nacion - RJ)	22/03/2010
		Gazeta Mercantil (Edição Nacional) - RJ	23/03/2010
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	23/03/2010
			24/03/2010
			24/03/2010
		Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ	22/03/2010
			23/03/2010
			24/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	24/03/2010
			25/03/2010
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	24/03/2010
			25/03/2010
			26/03/2010
		Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ	24/03/2010
	25/03/2010		
	26/03/2010		
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	06/05/2010
Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ		06/05/2010	
Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ		06/05/2010	
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	16/03/2009
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	16/03/2009
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Nacion - RJ)	09/03/2009
			10/03/2009
			11/03/2009
		Gazeta Mercantil (Edição Nacional) - RJ	09/03/2009
			09/03/2009
			10/03/2009
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	10/03/2009
			11/03/2009
			11/03/2009
	Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ	06/03/2009	
		09/03/2009	
		10/03/2009	
		11/03/2009	

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2008	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	16/03/2009
			17/03/2009
			18/03/2009
		Gazeta Mercantil - RJ	16/03/2009
			17/03/2009
			18/03/2009
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	16/03/2009
			17/03/2009
			18/03/2009
		Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ	16/03/2009
			17/03/2009
			18/03/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	08/05/2009
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	11/05/2009
Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ		11/05/2009	
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	10/03/2008
		Gazeta Mercantil - RJ	10/03/2008
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	10/03/2008
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Nacion - RJ)	04/03/2008
			05/03/2008
			06/03/2008
		Gazeta Mercantil - RJ	04/03/2008
			06/03/2008
		Gazeta Mercantil (Edição Nacional) - RJ	04/03/2008
			05/03/2008
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	05/03/2008
			06/03/2008
		Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ	04/03/2008
			05/03/2008
		Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ
	06/03/2008		
	07/03/2008		
	26/03/2010		
	Gazeta Mercantil - RJ		05/03/2008
			06/03/2008
			07/03/2008
	Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ		05/03/2008
			06/03/2008
			07/03/2008
	Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ		05/03/2008
			06/03/2008
		07/03/2008	
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	27/05/2008	

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2007	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Gazeta Mercantil - RJ	27/05/2008
			11/05/2009
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	27/05/2008
		Valor Econômico (Edição Nacional) - RJ	27/05/2008

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. frequência das reuniões

Conforme o Estatuto Social da Petrobras:

Art. 31º O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros, ordinariamente, no mínimo a cada trinta dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Além de atender o art. 115 § 1º da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Petrobras dispõe de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. As Diretrizes de Governança Corporativa, documento aprovado pelo Conselho de Administração, define que o Conselho tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesse entre acionistas, membros do Conselho e gestores.

O Código de Ética da Companhia, que abrange os membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, os ocupantes de funções gerenciais, os empregados, os estagiários e os prestadores de serviços do Sistema Petrobras, determina que os mesmos não devem se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses do Sistema Petrobras e devem comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses.

O Código de Boas Práticas, por sua vez, estabelece que:

- É necessário que tanto os administradores quanto os funcionários da Petrobras pautem sua conduta de acordo com os mais altos padrões éticos, evitando qualquer conflito de interesse ou impropriedade na negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia (Inciso V das Considerações Preambulares);
- Todos os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras têm para com a mesma o dever de lealdade e devem, em conseqüência, conduzir-se de forma a evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam, de alguma forma, caracterizar um conflito de interesses e afetar os seus negócios e operações (Art. 18);

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- Os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras, principalmente aqueles que, em decorrência de suas funções, mantêm contato com clientes, fornecedores e concorrentes, deverão, no cumprimento desta Política, abster-se de receber, para si ou qualquer membro de sua família ou pessoa que resida em sua casa, presentes ou entretenimentos que, independentemente de valor, possam dar margem a conflito de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Art. 58º do Estatuto Social da Petrobras: Deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, tendo por objeto a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, e dos respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso.

Parágrafo único. As deliberações da União, através de voto em Assembléia Geral, que visem à orientação de seus negócios, nos termos do art. 238 da Lei nº 6.404, de 1976, são considerados formas de exercício de direitos indisponíveis e não estarão sujeitas ao procedimento arbitral previsto no caput deste artigo.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Almir Guilherme Barbassa	63	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2008	3 anos
012.113.586-15	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	04/04/2008	Não
Nenhum				
GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA	68	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2008	3 anos
012.771.627-00	Geólogo	19 - Diretor de Exploração & Produção	04/04/2008	Não
Nenhum				
JORGE LUIZ ZELADA	53	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2008	3 anos
447.164.787-34	Engenheiro	19 - Diretor Internacional	04/04/2008	Não
Nenhum				
MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER	56	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2008	3 anos
694.772.727-87	Engenheira	19 - Diretora de Gás e Energia	04/04/2008	Não
Nenhum				
PAULO ROBERTO COSTA	56	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2008	3 anos
302.612.879-15	Engenheiro	19 - Diretor de Abastecimento	04/04/2008	Não
Nenhum				
RENATO DE SOUZA DUQUE	54	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2008	3 anos
510.515.167-49	Engenheiro	19 - Diretor de Serviços	04/04/2008	Não
Nenhum				
FABIO COLLETTI BARBOSA	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2010	1 ano
771.733.258-20	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2010	Não
Nenhum				
FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE	73	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2010	1 ano
351.786.808-63	Militar	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2010	Sim
Nenhum				
GUIDO MANTEGA	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2010	1 ano
676.840.768-68	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	26/04/2010	Sim
Nenhum				
JORGE GERDAU JOHANNPETER	73	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2010	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
000.924.790-49 Nenhum	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2010	Não
LUCIANO GALVAO COUTINHO 636.831.808-20 Nenhum	63 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim
MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN 262.465.030-04	54 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim
SERGIO FRANKLIN QUINTELLA 003.212.497-04	75 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim
SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA 044.004.963-68 Nenhum	57 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim
JOSE SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO 042.750.395-72 Diretor Presidente	60 Economista	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim
CELSO BARRETO NETO 667.332.867-34	48 Advogado	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Não
CESAR ACOSTA RECH 579.471.710-68	42 Economista	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim
ÉDSON FREITAS DE OLIVEIRA 003.143.238-72	72 Administrador	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim
MARCUS PEREIRA AUCÉLIO 393.486.601-87	43 Engenheiro	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	22/04/2010 26/04/2010	1 ano Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Nenhum				
MARIA AUXILIADORA ALVES	53	Conselho Fiscal	22/04/2010	1 ano
874.013.208-00	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	26/04/2010	Não
MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN	49	Conselho Fiscal	22/04/2010	1 ano
187.763.105-15	Engenheira	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	26/04/2010	Não
NELSON ROCHA AUGUSTO	47	Conselho Fiscal	22/04/2010	1 ano
083.085.058-99	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	26/04/2010	Não
PAULO FONTOURA VALLE	46	Conselho Fiscal	22/04/2010	1 ano
311.652.571-49	Analista Financeiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2010	Sim
RICARDO DE PAULA MONTEIRO	65	Conselho Fiscal	22/04/2010	1 ano
117.579.576-34	Analista de Sistema	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2010	Sim
TÚLIO LUIZ ZAMIN	52	Conselho Fiscal	22/04/2010	1 ano
232.667.590-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2010	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Almir Guilherme Barbassa - 012.113.586-15

Almir Barbassa é mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas/RJ, ocupou o posto de Gerente Executivo de Finanças Corporativas da Petrobras desde 12 de julho de 1999. Ingressou na empresa em 1974 e atuou na Braspetro como Gerente Financeiro no Oriente Médio, África, Estados Unidos e Brasil, e como Diretor Financeiro da mesma entre 1993 e 1999. É presidente da Petrobras International Finance Company (PIFCO) e da Petrobras Netherlands BV (PNBV). Adicionalmente, foi professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Petrópolis e das Faculdades Integradas Bennett entre 1973 e 1979. Em 22 de julho de 2005, foi nomeado Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA - 012.771.627-00

Natural da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Geólogo, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Funcionário da Petrobras desde 1965 aposentou-se em 1994. Tem vasta experiência técnica na Petrobras. Começou como geólogo de poço e tornou-se Gerente de Exploração da Braspetro no Iraque (1976-1978). Foi chefe dos setores de Interpretação de Bacias da Costa Leste do Brasil, de Geoquímica Orgânica e da Divisão de Exploração; Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento em Exploração, Perfuração e Produção; e Superintendente Geral do Centro de Pesquisas da empresa (Cenpes). Foi presidente do núcleo RJ, diretor conselheiro e vice-presidente nacional da Sociedade Brasileira de Geologia, integrou a Sociedade Brasileira de Paleontologia e a American Association of Petroleum Geologists e foi diretor do Instituto Brasileiro do Petróleo.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JORGE LUIZ ZELADA - 447.164.787-34

Natural da cidade de Porto Alegre (RS). Engenheiro Eletrônico, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integra o quadro de profissionais de nível superior da Petrobras desde janeiro de 1980, onde começou como engenheiro de instrumentação no Grupo Executivo para Desenvolvimento da Bacia de Campos (GECAN), atuando nos projetos das primeiras plataformas para aquela bacia. Sua função anterior na Companhia, exercida desde fevereiro de 2003, foi a de Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos de Exploração e Produção e Transporte Marítimo da Área de Engenharia, órgão responsável pela construção de plataformas de produção. Exerceu ainda outras funções de gerência nas áreas de engenharia e de perfuração. Na Petrobras Distribuidora S.A., Jorge Zelada foi Gerente de Desenvolvimento de Projetos de Soluções Energéticas, responsável pela implementação de projetos de energia para clientes e de usinas termelétricas do Programa Emergencial do Governo Federal. Zelada realizou diversos cursos nas áreas técnica e gerencial. Em 3 de março de 2008, foi nomeado Diretor Internacional da Petrobras.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - 694.772.727-87

É natural da cidade de Caratinga, Minas Gerais, pertence ao quadro de profissionais de carreira da Petrobras, é graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mestrado em Engenharia Química e Pós-Graduação em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e com MBA em Economia pela Fundação Getúlio Vargas. Foi designada Diretora da Área de Negócio de Gás e Energia da PETROBRAS em 21 de setembro de 2007. Desde maio de 2006, ocupava o cargo de Presidente da Petrobras Distribuidora S.A., tendo acumulado a função de Diretora Financeira da Empresa. Anteriormente, esteve na Presidência da Petroquisa, cargo que assumiu em setembro de 2005 tendo acumulado, neste período, a Diretoria de Relações com Investidores da mesma Companhia. Simultaneamente, desempenhou ainda a função de Gerente Executiva de Petroquímica e Fertilizantes, ligada a Diretoria de Abastecimento da Petrobras. De janeiro de 2003 até setembro de 2005, Foster exerceu a função de Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Neste período, Foster ainda exerceu, por Decretos Presidenciais, as funções de Coordenadora Interministerial do Programa do Governo Federal de Biodiesel: Produção e Uso de Biodiesel e de Secretária Executiva Nacional do Programa do Governo Federal de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo – PROMINP. Antes já havia ocupado cargos de gerência na Unidade de Negócios de Gás Natural, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello (CENPES) e na Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). Atualmente é Presidente da Gaspetro (Petrobras Gás S.A.) e dos Conselhos de Administração da TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.) e da TAG (Transportadora Associada de Gás S.A.) e membro dos Conselhos de Administração da Transpetro (Petrobras Transporte S.A.), da P BIO (Petrobras Biocombustível S.A.) e do Inst. Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Também já foi Presidente do Conselho de Administração da Liqigás Distribuidora S.A. e membro dos Conselhos de Administração da Braskem S.A., Petroquímica União S.A. e Rio Polímeros S.A. Em abril de 2007, Graça Foster foi condecorada com o Grau de Comendador da Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, em novembro de 2008 recebeu o título de “Executiva do Ano de 2008” do Inst. Brasileiro de Executivos de Finanças e, em abril de 2009, recebeu a “Medalha Tiradentes” da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

PAULO ROBERTO COSTA - 302.612.879-15

Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Federal do Paraná em 1976. Curso de especialização na Petrobras em Engenharia de Instalações no Mar. Participou das instalações de plataformas e do desenvolvimento da produção da Bacia de Campos de 1979 a 1994 nas áreas de Engenharia, Superintendência de Apoio e como Superintendente da Região de Produção do Sudeste.

Em 1995, foi indicado Gerente Geral da E&P-Sul (Exploração e Produção do Sul), responsável pelas Bacias de Santos e Pelotas. Em 1996, respondeu pela Gerência Geral de Logística da área de E&P. De 1997 até maio de 1999 respondeu pela Gerência de Gás, área responsável pela comercialização do Gás Natural na Petrobras.

Diretor da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, de maio de 1997 a dezembro de 2000. De janeiro de 2001 a abril de 2003 esteve como responsável pela Gerência Geral de Logística da Unidade de Negócios Gás Natural da Petrobras. De abril de 2003 a maio de 2004, Diretor-Superintendente da TBG-Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A. Em 14 de maio de 2004 foi nomeado Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

RENATO DE SOUZA DUQUE - 510.515.167-49

Natural da cidade de Cruzeiro (SP). Engenheiro Elétrico, formado pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em Engenharia do Petróleo e pós-graduação MBA na UFRJ. Engenheiro de Petróleo Sênior da Petrobras, onde ingressou em 1978. Assumiu diversas funções de gerência na empresa (plataformas semi-submersíveis de perfuração e de produção, superintendência da atividade de perfuração da Bacia de Campos, unidades de exploração, perfuração, operações especiais).

Entre 1995 e 1999, foi Gerente de Recursos Humanos da área de Exploração e Produção, coordenando todas as unidades operacionais nesta atividade. Foi também Gerente de Engenharia e Tecnologia de Poço do E&P. De novembro de 2000 a janeiro de 2003 foi Gerente de Contratos da área de Exploração e Produção, onde coordenou a especificação técnica, análise de mercado e contratação de sondas de perfuração, embarcações e helicópteros, além da contratação de serviços de perfuração, embarcações especiais de lançamento de linhas e serviços submarinos.

Em 31 de janeiro de 2003, foi nomeado Diretor de Serviços da Petrobras.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

FABIO COLLETTI BARBOSA - 771.733.258-20

Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo em 1976, obteve seu MBA no IMEDE (Institut for Management and Development), na Suíça, em 1979. Exerceu funções na Tesouraria da Nestlé, no Brasil e no exterior, no período de 1974 a 1986. No grupo Citicorp, foi diretor de várias áreas financeiras entre 1986 e 1992. Foi presidente do LTCB Latin America Ltda. entre maio de 1992 e agosto de 1995. A partir de setembro de 1995, transferiu-se para o ABN Amro Bank/São Paulo - Brasil onde exerceu a função de diretor do Corporate Banking & Finance, até agosto de 1996, quando passou a presidente da instituição. Com a incorporação do Banco Real S.A. pelo ABN Amro Bank tornou-se, desde novembro de 1998, o diretor-presidente do Banco ABN AMRO REAL S.A.. Participa do Conselho e da Diretoria Executiva da Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN, desde 1999. Convidado pelo presidente da República para o Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, é membro da instituição, desde sua criação, no início de 2003.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE - 351.786.808-63

Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1969, e concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 1977. Comandou o 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, sediado em Itu (SP). Formado em Ciências Econômicas.

Exerceu o cargo de assistente-secretário do general-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves. No então gabinete do ministro do Exército, exerceu as funções de chefe da Terceira Assessoria e subchefe de gabinete. Chefe da Comissão do Exército Brasileiro e adjunto do adido militar, em Washington (EUA); chefe do gabinete do Estado-Maior do Exército; comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada; coordenador da Missão de Observadores Militares no Processo de Paz do conflito Equador/Peru; subchefe do Estado-Maior do Exército; secretário-geral do Exército; chefe do Departamento-Geral de Serviços e Secretário de Tecnologia da Informação.

Promovido ao posto atual em 31 de março de 2000. Ao ser nomeado comandante do Exército, exercia o cargo de comandante militar do Sudeste, na capital paulista.

Foi condecorado, entre outras, com a Ordem do Mérito Militar, Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Forças Armadas, Ordem do Mérito Judiciário Militar, Ordem de Rio Branco, Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina, Medalha do Pacificador, Medalha Mérito Tamandaré, Medalha Mérito Santos Dumont e Medalha de Serviço Amazônico.

Recebeu também as seguintes condecorações estrangeiras: Medalha Estrela das Forças Armadas do Equador; Medalha Meritória de Unidade Conjunta e Medalha do Serviço Meritório, ambas dos Estados Unidos da América; e a Cruz Peruana do Mérito Militar.

Não ocupou ou ocupa cargos de administração em companhias abertas.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

GUIDO MANTEGA - 676.840.768-68

Formado em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, foi professor de economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV desde 1981.

Fez doutorado em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com especialização no Institute of Development Countries (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra em 1977.

Professor de Economia no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP de 1984 a 1987. Diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, de 1982 a 1992.

Membro da Coordenação do Programa Econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998, é Assessor Econômico do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde 1993 e um dos coordenadores do Programa Econômico do PT na campanha de 2002.

Publicou dezenas de artigos em revistas como Revista de Economia Política, Estudos CEBRAP e Teoria em Debate.

Livros publicados: "Acumulação Monopolista e Crises no Brasil", Editora Paz e Terra, 1981; "A Economia Política Brasileira", Vozes, 1984; "Custo Brasil - Mito ou Realidade", Vozes, 1997; "Conversas com Economistas Brasileiros II", Editora 34, 1999, entre outros.

Foi ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão até 18 de novembro de 2004, quando foi nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para exercer o cargo de presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Em 28 de março de 2006, assumiu o cargo de ministro da Fazenda.

Não ocupou ou ocupa cargos de administração em companhias abertas.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JORGE GERDAU JOHANNPETER - 000.924.790-49

Jorge Gerdau Johannpeter é presidente, desde 1983, do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, que ocupa o 24º lugar entre as maiores companhias siderúrgicas do mundo. Coordenador da organização não governamental Ação Empresarial Brasileira, que trata de questões de desenvolvimento; líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PQGP, referência para os setores público e privado na implementação de gestão de qualidade total; representante no Brasil da American Society for Quality (ASQ); presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal; membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS); e presidente do Conselho de Administração da Aço Minas Gerais – Açominas.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

LUCIANO GALVAO COUTINHO - 636.831.808-20

Doutor em Economia pela Universidade de Cornell (EUA) e professor convidado da Universidade de Campinas (Unicamp). Seus estudos acadêmicos sempre tiveram como temas principais a política industrial e o lado real da economia.

Especialista em economia industrial e internacional, escreveu e foi organizador de vários livros além de ter extensa produção de artigos, publicados no Brasil e no exterior. Em 1994, coordenou o Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira, trabalho de quase uma centena de especialistas que mapeou com profundidade inédita o setor industrial brasileiro.

Entre 1985 e 1988 foi secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, participando da estruturação do Ministério e na concepção de políticas voltadas a áreas de alta complexidade, como biotecnologia, informática, química fina, mecânica de precisão e novos materiais.

Nascido em Pernambuco, Coutinho é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo e, durante o curso, recebeu o prêmio Gastão Vidigal como melhor aluno de Economia de São Paulo. Possui mestrado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e foi professor visitante nas Universidades de São Paulo, de Paris XIII, do Texas e do Instituto Ortega y Gasset, além de professor titular na Unicamp. Até assumir a Presidência do BNDES era sócio da LCA Consultores, atuando como consultor-especialista em defesa da concorrência, comércio internacional e perícias econômicas.

Membro do Conselho de Administração da Vale desde julho de 2007 e Membro do Comitê Estratégico Companhia Vale do Rio Doce de março 2005 a março 2006.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN - 262.465.030-04

É Ministro de Minas e Energia, desde 31 de março de 2010.

Mestre em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é engenheiro da Eletrosul, desde agosto de 1980, onde exerceu diversos cargos técnicos, bem como funções de média e alta gerência, inclusive, na Itaipu Binacional, de 1982 a 1985.

Foi aluno do Programa de Desenvolvimento de Executivos para a Alta Administração do Setor Elétrico – PRODESEL, na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP.

Preside, desde 2008, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás.

Membro efetivo do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), desde 2009.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

SERGIO FRANKLIN QUINTELLA - 003.212.497-04

Formado em: Engenharia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro / Economia pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro / Engenheiro Econômico pela Escola Nacional de Engenharia. Cursou no Exterior (Itália) Mestrado em Administração de Empresas (IPSOA) / (EEUU) MBA lato sensu em Administração de Empresas (Advanced Management Program) (Harvard Business School) / (EEUU) Administração de Empresas - Curso de Extensão em Finanças Públicas (Pennsylvania State University - Philadelphia). Exerceu atividades empresariais como Vice-Diretor Presidente da Montreal Engenharia de 1965 a 1991, foi Membro do Conselho de Administração da Sulzer de 1976 a 1979, foi Membro do Conselho de Administração da CAEMI de 1979 a 1983, foi Presidente da Internacional de Engenharia de 1979 a 1990, foi Membro do Conselho de Administração de Refrescos do Brasil S.A de 1980 a 1985, foi Presidente da Companhia do Jarí de 1982 a 1983, e é Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio desde 1990. Exerce atividades acadêmicas como Membro do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE de 1991 a 2010; É Membro do Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio desde 1978, é Membro do Conselho de Desenvolvimento da Universidade Estácio de Sá desde 2002 e é Vice Presidente da Fundação Getulio Vargas desde 2005. Exerceu Atividades Públicas como Membro do Conselho de Administração do BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de 1975 a 1980, foi Presidente da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas de 1975 a 1977, foi Membro do Conselho Monetário Nacional de 1985 a 1990, foi Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro de 1993 a 2005.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA - 044.004.963-68

É engenheiro eletricista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com especialização em Engenharia de Linhas de Transmissão pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 11 de julho de 2005 assumiu o cargo de ministro de estado de Minas e Energia. Foi presidente da Eletrobrás (2004-2005), da Eletronorte (2003-2004), da Manaus Energia (2000-2002), da Companhia Energética do Amazonas (2000/2002), da Boa Vista Energia (2002-2003). Iniciou sua carreira no setor público na Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), onde exerceu vários cargos até chegar a diretor técnico e de Distribuição. É professor licenciado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Diretor-presidente da Boa Vista Energia (BOVESA/2002-2003), empresa subsidiária integral da Eletronorte, concessionária de geração e distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista (RR). No período, acumulou a diretoria técnica da empresa. Diretor-presidente da Manaus Energia (MESA/2000-2002), empresa subsidiária integral da Eletronorte, concessionária de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no município de Manaus (AM). Diretor-presidente da Companhia Energética do Amazonas (CEAM/2000-2002), empresa federalizada pela Eletrobrás, concessionária de geração e distribuição de energia elétrica nos demais 61 municípios do estado do Amazonas. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/1979-1986). Professor colaborador do Departamento de Matemática e Física do Centro de Estudos Básicos (Portaria 467/79) e professor assistente do Departamento de Engenharia Elétrica do Centro Tecnológico (Portaria 249/81). Admitido por concurso público em 1981. Na Eletronorte foi Coordenador Geral da Presidência (1996-2000) e Assistente da Diretoria Financeira (1995-1996); Diretor-Técnico e de Distribuição da CEMAR (1986-1994); Presidente do Comitê Coordenador de Operações do Norte e Nordeste (CCON/1990-1991); Vice-Presidente de Distribuição, Comitê Diretor, Subcomitê de Operação da Distribuição Grupo de Trabalho de Manutenção de Linhas de Transmissão do CCON (1980-1990); Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Operações e Divisão de manutenção de Linhas de Transmissão da CEMAR (1979-1986); Conselho de Administração da Boa Vista Energia (BOVESA/2002-2003); Conselho de Administração da Manaus Energia e da CEAM (1999-2000); Conselho de Administração da CEMAR (1992-1994); Conselho Deliberativo do Projeto Reviver - Revitalização do Centro Histórico de São Luís (1991-1994); MBA Executivo Internacional (Amana-Key-APG, São Paulo, 1996) e MBA Executivo em Finanças (IBMEC Business School, Brasília, 1999).

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JOSE SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - 042.750.395-72

Natural da cidade de Salvador (BA). Economista, formado pela Universidade Federal da Bahia, com mestrado sobre incentivos fiscais e desenvolvimento regional. É doutor em Economia pela Boston University, com tese sobre Financiamento das Estatais no período de 1975 a 1979. Foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia; superintendente da Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (Fapex); pesquisador visitante da London School of Economics and Political Science 2000-2001. É autor de vários artigos e livros sobre reestruturação produtiva, mercado de trabalho, macroeconomia e desenvolvimento regional. Exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, de 31 de janeiro de 2003 a 22 de julho de 2005, quando foi eleito membro do Conselho de Administração e Presidente da PETROBRAS.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

CELSON BARRETO NETO - 667.332.867-34

Bacharel em Direito, com MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV, atua como sócio do Escritório Ribeiro & Barreto – Advogados desde 1990. Foi Trainee de Auditoria na Price Waterhouse Auditores Independentes e Estagiário de Direito no Escritório Ribeiro & Barreto – Advogados;

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

CESAR ACOSTA RECH - 579.471.710-68

Atualmente é Gerente de Relações Institucionais da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil. No período compreendido entre 1998 e 2002, exerceu a função de Diretor da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas – ANPROTEC, organização que congrega os parques tecnológicos e incubadoras de empresas brasileiras. Foi Diretor de Administração e Finanças do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – no biênio 2005/2006 e Diretor do Departamento de Micro, Pequena e Média Empresas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos anos de 2003 e 2004. Entre 1993 e 2002, ocupou cargos de gerência, supervisão e diretoria em âmbito municipal e estadual no Rio Grande do Sul, entre eles o de gerente da Incubadora Empresarial Tecnológica de Porto Alegre – de 1993 a 1996. Atuou ainda como Conselheiro em diversos órgãos colegionados, entre eles Junta de Administração da FINAME/BNDES, e os conselhos deliberativos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e do SEBRAE, todos de caráter nacional. No plano estadual atuou como Conselheiro da CRP – Companhia Riograndense de Participações, do SEBRAE/RS e do SOFTSUL – Sociedade Sulriograndense de Software, entre outros. Atualmente é membro do Conselho Fiscal do BNDES.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

ÉDSON FREITAS DE OLIVEIRA - 003.143.238-72

Administrador, com Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, atua como Assessor Especial de Controle Interno do Ministério de Minas e Energia. Foi Secretário de Diretoria da Cia Força e Luz Cataguases – Leopoldina, Secretário de Gabinete da Gerência Centro de São Paulo do Banco do Brasil e Subchefe de Gabinete do Presidente do Banco Central do Brasil;

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO - 393.486.601-87

Engenheiro Florestal pela Universidade de Brasília com pós-graduações em finanças pelo IBMEC de Brasília e em Economia do Setor Público pela FGV/SP. Atua na Secretaria do Tesouro Nacional – STN -, na Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS, ocupando desde junho de 2002 o posto de Coordenador-Geral. Desempenhou também atividade na CODIP (Coordenação-Geral de Administração da Dívida Pública), entre 1994 e 2002. Atuou ainda no Conselho Fiscal do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA de abril/1998 a nov/2000 e no Conselho Fiscal do Banco do Brasil entre maio/2000 e abril /2005. É membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, do Conselho Curador do Fundo de Compensações das Variações Salariais – FCVS e do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MARIA AUXILIADORA ALVES - 874.013.208-00

Economista, com Aperfeiçoamento Acadêmico em Administração de Negócios pela FIPECAFI/USP, atua como Diretora Financeira do Fundo Banespa de Seguridade Social. Foi Diretora Administrativa e Gerente de Carteira de Crédito Imobiliário do Banespa.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - 187.763.105-15

Engenheira agrônoma pela Universidade Federal da Bahia em 1982. Obteve título de mestre em Economia também na Universidade Federal da Bahia em 1990. Tem especialização em Reestruturação Produtiva e Qualidade Total pela USP/UFMG e IBQN, com missão no Japão em 1995. Concluiu o doutorado em Sociologia na Universidade de Brasília em 2000. Participou do quadro do Dieese como supervisora do escritório da Bahia e de Sergipe, de 1986 a 1992. Leciona no Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe desde 1993. Foi secretária de Planejamento da prefeitura de Aracaju (SE) de 1997 a 1998 e reassumiu o cargo em 2001 até 2006. Desde 2006, é secretária de Estado do Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

NELSON ROCHA AUGUSTO - 083.085.058-99

Economista formado pela Unicamp, com pós graduação em macroeconomia pela PUCSP, foi presidente da BB Administração de Ativos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., a BB DTVM, subsidiária integral do conglomerado Banco do Brasil, de 31 de março de 2003 a 27 de novembro de 2006. Foi premiado pelas revistas Exame (2005) e Você /A como o melhor gestor de recursos de terceiros do Brasil em 2004 e 2005. Neste período a BB DTVM obteve, pela primeira vez, a nota máxima MQ1 como gestora de recursos de terceiros emitida pela Moody's, agência internacional de avaliação de riscos. Também em 2003 (junho) tornou-se vice-presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, ANBID, tendo deixado ambos os cargos em novembro de 2006. É membro do Conselho Fiscal da Petrobras desde 2003. A partir de 2005 passou a integrar o Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (cargo que ainda exerce) e foi membro do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) até o final de 2007. Também em 2007 assumiu a presidência do Banco Ribeirão Preto S/A e passou a integrar o Conselho de Administração do SEB-COC. Em março de 2009 foi eleito Diretor da Andima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro), mantendo-se no mesmo cargo após a união com a ANBID (Associação Nacional de Bancos de Investimento) que atualmente recebe o nome de Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados de Financeiros e Capitais).

Até assumir a presidência do BB DTVM, foi diretor executivo-financeiro do Banco Ribeirão Preto S/A, tendo concebido conceitualmente todo o processo de sua abertura, iniciado em 1995. Entre janeiro de 2001 a junho de 2002, exerceu a função de Secretário do Planejamento e Gestão Ambiental do Município de Ribeirão Preto. No início dos anos 90 participou da equipe que constituiu o Banco Votorantim, sendo o responsável pela implementação do seu departamento econômico. Nos anos 80, implementou o departamento econômico do Banco Francês e Brasileiro. Trabalhou como pesquisador e foi bolsista no programa de formação de quadros do CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

Foi professor do MBA da FEA-USP em Ribeirão Preto. É fonte e palestrante constante em temas ligados à Economia, com participações nos telejornais da Bloomberg TV e Globonews e entrevistas e artigos publicados nos jornais Valor Econômico, Gazeta Mercantil, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

PAULO FONTOURA VALLE - 311.652.571-49

MBA em Finanças pelo IBMEC, com Especialização em Economia pela George Washington University – EUA, atua como Sub-Secretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foi Analista Financeiro do Banco do Brasil S/A, Gerente das Áreas de Renegociação da Dívida Pública e de Operações Especiais da Dívida Pública e Gerente Geral de Operações da Dívida Pública na STN;

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

RICARDO DE PAULA MONTEIRO - 117.579.576-34

Economista, com Mestrado em Análise de Sistemas e Aplicações e Pós-Graduado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE, atua como Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia. Foi Pesquisador Assistente do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE, Técnico em Desenvolvimento Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Economista da Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

TÚLIO LUIZ ZAMIN - 232.667.590-87

Formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1982. De 2000 a 2003, foi presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Foi secretário substituto da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul, acumulando o cargo de diretor-geral nessa Secretaria, de 1999 a 2000. Na Companhia Carris Porto- Alegrense, exerceu o cargo de diretor-presidente, de 1995 a 1998. De 1992 a 1994, foi secretário da Fazenda do município de Porto Alegre. De 1990 a 1992, exerceu a função de assessor na Secretaria de Planejamento do município de Porto Alegre. Em 1986, foi nomeado agente fiscal do Tesouro do estado do Rio Grande do Sul. Na Farol S.A. – Indústria Gaúcha de Farelos e Óleos –, exerceu o cargo de auditor interno, de 1977 a 1986. É diretor-presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre desde 2003. Participou, como membro suplente, do Conselho de Administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, de 1999 a 2003. Foi membro do Conselho de Administração do Detran de 1999 a 2000. Participou como vice-presidente do Conselho de Administração de 2000 a 2003, membro titular do Conselho Fiscal em 1999 e suplente de 1988 a 1991 do Banrisul S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Distribuidora de Valores do estado do Rio Grande do Sul, de 1987 a 1989. É conselheiro fiscal da Petrobras desde 27 de março de 2003.

Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
FABIO COLLETTI BARBOSA 771.733.258-20 Conselheiro de Administração	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 55	17/06/2005 17/06/2005	Indeterminado
FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE 351.786.808-63 Conselheiro de Administração	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Militar 73	13/04/2007 13/04/2007	Indeterminado
SERGIO FRANKLIN QUINTELLA 003.212.497-04 Conselheiro de Administração	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 75	13/11/2009 13/11/2009	Indeterminado
FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE 351.786.808-63 Conselheiro de Administração	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Militar 73	15/10/2007 15/10/2007	Indeterminado
JORGE GERDAU JOHANNPETER 000.924.790-49 Conselheiro de Administração	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 73	15/10/2007 15/10/2007	Indeterminado
MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN 262.465.030-04 Conselheiro de Administração	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 54	30/04/2010 30/04/2010	Indeterminado
Almir Guilherme Barbassa 012.113.586-15 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Outros Comitês Comitê de Negócios	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 63	04/04/2008 04/04/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
ARMANDO RAMOS TRIPODI	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Técnico de Operação	27/04/2006	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
124.265.205-15	Comitê de Negócios		51	27/04/2006	
Chefe do Gabinete do Presidente					
CELSO FERNANDO LUCCHESI	Outros Comitês	Outros	Geólogo	22/03/2002	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
117.047.300-82	Comitê de Negócios	Coordenador do Comitê	60	22/03/2002	
Diretor Gerente da Estratégia e Desempenho Empresarial					
EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JUNIOR	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Analista de Sistemas	14/07/2010	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
737.098.917-87	Comitê de Negócios		47	14/07/2010	
Gerente Executivo do Abastecimento Logística					
FABIO COLLETTI BARBOSA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	19/11/2009	Indeterminado
771.733.258-20	Comitê dos Minoritários		55	19/11/2009	
Conselheiro de Administração					
FLAVIO SANTOS TOJAL DE ARAUJO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	01/10/2009	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
692.357.597-49	Comitê de Negócios		52	01/10/2009	
Gerente Executivo Corporativo Gás e Energia					
FRANCISCO PAIS	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	22/10/2009	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
360.502.887-04	Comitê de Negócios		54	22/10/2009	
Gerente Executivo do Abastecimento Corporativo					
GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Geólogo	04/04/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
012.771.627-00	Comitê de Negócios		68	04/04/2008	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Diretor de Exploração & Produção					
JORGE GERDAU JOHANNPETER	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	19/11/2009	Indeterminado
000.924.790-49	Comitê dos Minoritários		73	19/11/2009	
Conselheiro de Administração					
JORGE JOSE NAHAS NETO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	31/03/2006	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
629.283.417-49	Comitê de Negócios		51	31/03/2006	
Gerente Executivo de Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos					
JORGE LUIZ ZELADA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	04/04/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
447.164.787-34	Comitê de Negócios		53	04/04/2008	
Diretor Internacional					
JOSE CARLOS COSENZA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	18/06/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
222.066.200-49	Comitê de Negócios		59	18/06/2008	
Gerente Executivo do Abastecimento Refino					
JOSE CARLOS VIDAL	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	01/03/2003	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
004.341.751-53	Comitê de Negócios		67	01/03/2003	
Consultor do Presidente					
JOSE LIMA DE ANDRADE NETO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	14/08/2009	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
102.994.085-15	Comitê de Negócios		51	14/08/2009	
Presidente da BR Distribuidora					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
JOSE SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	15/10/2007	Indeterminado
042.750.395-72	Comitê de Meio Ambiente		60	15/10/2007	
Conselheiro de Administração Diretor-Presidente					
JOSE SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	04/04/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
042.750.395-72	Comitê de Negócios		60	04/04/2008	
Conselheiro de Administração Diretor-Presidente					
MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheira	04/04/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
694.772.727-87	Comitê de Negócios		56	04/04/2008	
Diretora de Gás e Energia					
PAULO ROBERTO COSTA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	04/04/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
302.612.879-15	Comitê de Negócios		56	04/04/2008	
Diretor de Abastecimento					
PEDRO JOSE BARUSO FILHO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	21/02/2003	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
987.145.708-15	Comitê de Negócios		54	21/02/2003	
Gerente Executivo da Engenharia					
RENATO DE SOUZA DUQUE	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	04/04/2008	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
510.515.167-49	Comitê de Negócios		54	04/04/2008	
Diretor de Serviços					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
ROGERIO GONCALVES MATTOS	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	02/05/2006	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
436.592.687-04	Comitê de Negócios		54	02/05/2006	
Gerente Executivo Novos Negócios					
SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	15/10/2007	Indeterminado
044.004.963-68	Comitê de Meio Ambiente		57	15/10/2007	
Conselheiro de Administração					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2009			
<u>Administrador do Emissor</u>			
LUCIANO GALVAO COUTINHO Conselheiro de Administração	636.831.808-20	Subordinação	Credor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BNDES Presidente	33.657.248/0001-89		
<u>Observação</u>			
O BNDES possui linhas de financiamento com a Petrobras			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FABIO COLLETTI BARBOSA Conselheiro de Administração	771.733.258-20	Subordinação	Credor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Santander (Brasil) S/A Presidente	90.400.888/0001-42		
<u>Observação</u>			
O Banco Santander (Brasil) S/A tem relações comerciais referentes a linhas de crédito e serviços financeiros com a Petrobras.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Petrobras possui apólice de seguro, com vigência entre os períodos de 1º de outubro de 2009 a 1º de outubro de 2010, cujo objeto compreende o pagamento devido a terceiros pelo segurado, em decorrência de sua condição de Conselheiro ou Diretor da Sociedade, a título de perdas decorrentes de reclamações pela prática de qualquer ato danoso por ele praticado durante o período de vigência da apólice ou, quando expressa e contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade da garantia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Os Comitês de Integração foram criado a partir de 30 de abril de 2010, portanto os Regimentos Internos de tais fóruns ainda estão em fase de elaboração, devido à necessidade de adequação dos mesmos ao novo modelo de Comitês e Comissões da Petrobras, não contando ainda com membros eleitos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

Diretoria Executiva
a. objetivos da política ou prática de remuneração
A Remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais definidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com o Art. 152 da LSA. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.
b. composição da remuneração, indicando:
i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
Honorários: remuneração mensal fixa paga aos administradores pelos serviços prestados.
Benefícios diretos e indiretos: visam à qualidade de vida dos administradores, incluindo moradia, assistência saúde, plano de previdência.
Participação nos Lucros e Resultados (PLR): retribuição pela contribuição no alcance dos resultados da Companhia e incentivo ao cumprimento dos objetivos estratégicos.
ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total (com base nos valores do exercício 2009)
Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário e Férias): 82%
Benefícios diretos e indiretos: 2%
PLR: 16%
iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário e Férias)
<p>Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração fatores como: negociação com órgãos reguladores, legislação pertinente, práticas de mercado e o valor definido na AGO.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PLR
<p>No cálculo da PLR são levados em consideração indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), legislação pertinente, práticas de mercado e o valor definido na AGO.</p> <p>No exercício de 2009, foi praticado o pagamento de 2,54 remunerações ao Presidente e Diretores, valor definido por determinação do Conselho de Administração.</p>
iv. razões que justificam a composição da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

<p>A composição da remuneração dos administradores da Petrobras é definida de modo a estabelecer, além da remuneração mensal fixa, uma significativa parcela de Participação nos Lucros e Resultados, como retribuição pela contribuição no alcance dos resultados da Companhia, e garantir a qualidade de vida dos administradores. Desta maneira, leva em consideração os resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como busca promover o reconhecimento dos administradores da Companhia e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.</p>
<p>c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</p>
<p>Honorários: remuneração fixa sem indicador vinculado.</p>
<p>Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.</p>
<p>Participação nos Lucros e Resultados (PLR): condicionada ao atendimento de indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), tais como: Processamento de Petróleo Nacional - Brasil, Produção de Óleo e Gás Natural - Brasil e Custo unitário de extração sem participação governamental.</p>
<p>d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</p>
<p>É estruturada de forma que Participação nos Lucros e Resultados (PLR) esteja condicionada ao atendimento de indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), tais como: Processamento de Petróleo Nacional - Brasil, Produção de Óleo e Gás Natural - Brasil e Custo unitário de extração sem participação governamental.</p>
<p>e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</p>
<p>A remuneração dos administradores da Petrobras é definida considerando os resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como buscando promover o reconhecimento dos administradores e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos da Petrobras, acompanhada pelo cumprimento das metas definidas pelo Conselho de Administração e de indicadores como Processamento de Petróleo Nacional - Brasil, Produção de Óleo e Gás Natural - Brasil e Custo unitário de extração sem participação governamental.</p>
<p>f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</p>
<p>Não praticado</p>
<p>g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor</p>
<p>Não praticado</p>

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho de Administração
a. objetivos da política ou prática de remuneração
A Remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por honorários mensais definidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária (AGO) de acordo com o Art. 152 da LSA. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os Conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.
b. composição da remuneração, indicando:
i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os Conselheiros como retribuição pelos serviços prestados.
Benefícios diretos e indiretos: visam à qualidade de vida dos Conselheiros, incluindo moradia, assistência saúde, plano de previdência.
ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total (com base nos valores do exercício 2009)
Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário e Férias): 98%
Benefícios diretos e indiretos: 2%
iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
O Valor praticado corresponde a 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais percebidos pelos membros da Diretoria Executiva e aprovada pela AGO, nos termos do Art. 152 e 145 da Lei 6.404/76 e Lei nº9.292, de 12.07.96.
iv. razões que justificam a composição da remuneração
O valor/limite da remuneração para os membros do Conselho de Administração é definido pela AGO.
c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração
Não se aplica: remuneração fixa sem indicador vinculado.
d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
Não se aplica
e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo
A remuneração mensal retribui os Conselheiros pelos serviços prestados e é compatível com a remuneração praticada pelo mercado, se alinhando tanto aos interesses de curto, como de médio e longo prazos da Petrobras.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
Não praticado
g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
Não praticado

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho Fiscal	
a. objetivos da política ou prática de remuneração	A Remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com o Art. 152 da LSA. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os Conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.
b. composição da remuneração, indicando:	
i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles	Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os Conselheiros como retribuição pelos serviços prestados.
ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total (com base nos valores do exercício 2009)	Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário e Férias): 100%
iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração	O Valor praticado corresponde a 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais percebidos pelos membros da Diretoria Executiva e aprovada pela AGO, nos termos do Art. 152 e 145 da Lei 6.404/76 e Lei nº9.292, de 12.07.96.
iv. razões que justificam a composição da remuneração	O valor/limite da remuneração para os membros do Conselho Fiscal é definido pela AGO.
c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração	Não se aplica: remuneração fixa sem indicador vinculado.
d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho	Não se aplica
e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo	A remuneração mensal retribui os Conselheiros pelos serviços prestados e é compatível com a remuneração praticada pelo mercado, se alinhando tanto aos interesses de curto, como de médio e longo prazos da Petrobras.
f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos	Não praticado

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado

Comitê de Auditoria, Comitê de Meio Ambiente e Comitê de Remuneração e Sucessão

Na Petrobras, existem 3 (três) Comitês vinculados ao Conselho de Administração (CA): Comitê de Auditoria, Comitê de Meio Ambiente e Comitê de Remuneração e Sucessão. Cada um é formado por 3 (três) representantes do CA que, ao serem nomeados, acumulam automaticamente a função com a de membro do CA, sem receberem qualquer remuneração adicional pelo acúmulo em questão.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,00	5,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	671.002,96	6.379.238,24	419.376,85	7.469.618,05
Benefícios direto e indireto	22.133,72	79.932,74	0,00	102.066,46
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.400.714,77	0,00	1.400.714,77
Participação de resultados	0,00	1.867.619,69	0,00	1.867.619,69
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	693.136,68	9.727.505,44	419.376,85	10.840.018,97

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,75	7,00	5,00	19,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	575.446,86	5.341.493,29	372.117,85	6.289.058,00
Benefícios direto e indireto	14.750,54	149.694,84	0,00	164.445,38
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.017.886,28	0,00	1.017.886,28
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	590.197,40	6.509.074,41	372.117,85	7.471.389,66

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela¹:

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2009

Órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7	7,75	5	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não ocorreu	Não praticado	Não praticado	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não ocorreu	Não praticado	Não praticado	-
Vvalor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não ocorreu	Não praticado	Não praticado	-
Valor efetivamente reconhecido	Não ocorreu	Não praticado	Não praticado	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	Não praticado	Não praticado	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.202.227,92	Não praticado	Não praticado	R\$ 1.202.227,92
Vvalor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não praticado	Não praticado	Não praticado	-
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 1.017.886,28	Não praticado	Não praticado	R\$ 1.017.886,28

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2010)

Órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7	8	5	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	Não praticado	Não praticado	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.400.714,77	Não praticado	Não praticado	R\$ 1.400.714,77
Vvalor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não praticado	Não praticado	Não praticado	-
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 1.400.714,77	Não praticado	Não praticado	R\$ 1.400.714,77
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	Não praticado	Não praticado	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.867.619,69	Não praticado	Não praticado	R\$ 1.867.619,69
Vvalor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não praticado	Não praticado	Não praticado	-
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 1.867.619,69	Não praticado	Não praticado	R\$ 1.867.619,69

* O quantitativo considerado a partir do mês de julho é projetado.

¹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não praticado.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social¹

Diretoria Executiva	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	350
Ações Ordinárias	19.754
Ações Preferenciais	54.416

Conselho de Administração	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	10.000
Ações Ordinárias	33
Ações Preferenciais	0

Conselho Fiscal	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	0
Ações Ordinárias	0
Ações Preferenciais	1.728

¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo¹:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não praticado.

¹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo¹:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não praticado.

¹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não praticado.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não praticado.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	7	Não praticado	Não praticado
Nome do Plano	Petros, Petros 2 ou reembolso plano privado	Não praticado	Não praticado

- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Tendo em vista que os administradores da Petrobras são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão da Assembléia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.

- e. condições para se aposentar antecipadamente

Tendo em vista que os administradores da Petrobras são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão da Assembléia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.

- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 98.455,05	não praticado	não praticado

- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 98.455,05	não praticado	não praticado

- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para resgate antecipado, dentre elas a possibilidade do resgate apenas de parte dos aportes efetuados pelos participantes.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	7,00	7,75	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	975.175,81	89.132,55	74.423,57
Valor da menor remuneração(Reais)	863.879,21	74.423,57	74.423,57
Valor médio da remuneração(Reais)	929.867,77	76.154,50	74.423,57

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2009	O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.
Conselho de Administração	
31/12/2009	O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente. Valor da Menor Remuneração: O valor foi apurado com a exclusão de um membro, que exerceu 9 meses na função.
Conselho Fiscal	
31/12/2009	O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não praticado

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não praticado

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não praticado

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não praticado

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações referentes ao ano de 2009 correspondem ao período de ano civil, ou seja, de janeiro a dezembro, não tendo correlação, conseqüentemente, com o montante aprovado na Assembléia Geral Ordinária (AGO), que corresponde ao período de abril de 2009 a março de 2010.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações¹:

- a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

2007	
Petrobras Controladora:	50.207
Região Sudeste	34.910
Região Sul	1.758
Região Nordeste	12.243
Região Norte	1.187
Região Centro-Oeste	109
Empresas Controladas - Brasil	11.941
Região Sudeste	7.233
Região Sul	2.057
Região Nordeste	1.316
Região Norte	879
Região Centro-Oeste	456
Empresas Controladas - Exterior	6.783
Total Sistema Petrobras:	68.931

2008	
Petrobras Controladora:	55.199
Região Sudeste	38.188
Região Sul	1.966
Região Nordeste	13.641
Região Norte	1.270
Região Centro-Oeste	134
Empresas Controladas - Brasil	12.266
Região Sudeste	7.880
Região Sul	2.137
Região Nordeste	1.389
Região Norte	393
Região Centro-Oeste	467
Empresas Controladas - Exterior	6.775
Total Sistema Petrobras:	74.240

2009	
Petrobras Controladora:	55.802
Região Sudeste	38.509
Região Sul	2.026
Região Nordeste	13.821
Região Norte	1.296
Região Centro-Oeste	150
Empresas Controladas - Brasil	13.150
Região Sudeste	8.406
Região Sul	2.170
Região Nordeste	1.556
Região Norte	432
Região Centro-Oeste	586
Empresas Controladas - Exterior	7.967
Total Sistema Petrobras:	76.919

2010 - Março	
Petrobras Controladora:	55.799
Região Sudeste	38.635
Região Sul	1.983
Região Nordeste	13.729
Região Norte	1.296
Região Centro-Oeste	156
Empresas Controladas - Brasil	13.543
Região Sudeste	8.733
Região Sul	2.170
Região Nordeste	1.591
Região Norte	452
Região Centro-Oeste	597
Empresas Controladas - Exterior	7.591
Total Sistema Petrobras:	76.933

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Petrobras Controladora - Brasil	dez/07	dez/08	dez/09	mar/10
Exploração e Produção	21.942	23.033	23.157	23.121
Abastecimento	13.233	12.586	12.039	11.935
Gás e Energia	1.515	905	1.710	1.711
Internacional	589	563	508	508
Financeira	1.502	1.580	1.667	1.663
Serviços	7.153	8.689	9.372	9.359
Pesquisa	1.981	2.012	2.065	2.067
Corporativo	2.292	2.150	2.254	2.241
Universidade Petrobras/Formação*	-	1.419	650	795
Cedidos**	-	2.262	2.380	2.399
Total	50.207	55.199	55.802	55.799

Empresas Controladas - Brasil				
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A / LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A	6.906	6.930	7.531	7.581
PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	4.144	4.402	4.689	5.037
ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A	788	832	829	824
PETROBRAS QUÍMICA S.A - PETROQUISA	103	102	101	101
Total	11.941	12.266	13.150	13.543

Empresas Controladas - Exterior				
Exterior	6.783	6.775	7.967	7.591
Total	6.783	6.775	7.967	7.591

Sistema Petrobras	68.931	74.240	76.919	76.933
--------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

A área de Pesquisa faz parte da Diretoria de Serviços.

Corporativo inclui áreas ligadas à Presidência.

*Empregados recém-admitidos que participam de curso de formação na Universidade Petrobras. Os dados começaram a ser divulgados a partir de 2008.

**Cedidos são empregados da Petrobras Controladora que estão lotados em empresas do Sistema Petrobras. Os dados começaram a ser divulgados a partir de 2008.

b. número de terceirizados

	Petrobras Controladora	Empresas Controladas- Brasil	Empresas Controladas- Exterior	Sistema Petrobras
2007	189.914	6.811	14.841	211.566
2008	238.600	10.953	10.921	260.474
2009	274.661	13.021	7.578	295.260
mar/10	294.520	13.942	6.621	315.083

c. índice de rotatividade

Índice de rotatividade	2007	2008	2009	2010 **
Petrobras Controladora	3,44%	5,83%	2,28%	0,51%
Empresas Controladas - Brasil *	8,24%	5,16%	8,98%	3,56%
Empresas Controladas - Exterior	N/D	10,55%	18,25%	N/D
* Petrobras Distribuidora, Liquigás, Petroquisa, Transpetro e Refap				
** Março/10				
Obs. Sem os dados da Refap para o cálculo da rotatividade em 2007				

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. No que tange às reclamações trabalhistas da Petrobras as provisões referentes aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente são apresentadas da seguinte forma:

2007 – R\$ 11.905 mil – dados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (data-base 31.12.2007)

2008 – R\$ 13.233 mil – dados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (data-base 31.12.2008)

2009 – R\$ 14.956 mil – dados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (data-base 31.12.2009)

2010 – R\$139.730 mil – dados das Informações Trimestrais (data-base 31.03.2010)

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

A majoração dos valores de provisionamento relativos aos processos trabalhistas decorre dos desdobramentos de algumas ações coletivas que passaram da expectativa de perda possível para perda provável. A título de esclarecimentos adicionais, informamos que, além da perda provável de R\$ 59,6 milhões de processos trabalhistas do Rio de Janeiro, já é praxe, por cautela, o provisionamento do percentual médio das perdas realizadas nos últimos três anos. Para os trabalhistas dos demais estados, o total ficou em torno de R\$ 25 milhões, perfazendo o total de R\$ 84,6 milhões.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A Petrobras considera como partes integrantes da remuneração: salários, adicionais e gratificações de acordo com o cargo e função (gratificação de função gerencial e gratificação de função especialista).

Entre os adicionais, destacam-se os seguintes:

- adicional de sobreaviso, pago ao empregado que exerce suas atividades com engajamento em Regime de Sobreaviso, conforme legislação e Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigentes;
- adicional por tempo de serviço, que é um valor calculado com base em percentual definido em tabela específica que incide sobre o salário básico;
- adicional de periculosidade, pago ao empregado que exerce atividades em áreas de risco na forma da legislação;
- adicional de regime especial de campo, que visa remunerar o empregado engajado em atividades operacionais ou administrativas exercidas em locais confinados em áreas terrestres e/ou atividades de equipes sísmicas;
- adicional regional de confinamento, que é uma parcela paga ao empregado que obrigatoriamente permanece no local de trabalho em regiões terrestres inóspitas ou nas instalações das plataformas marítimas.

Os empregados da Petrobras têm a oportunidade de progressão na carreira nos padrões do mercado de trabalho. Anualmente os empregados são avaliados conforme o atendimento de suas metas e competências, podendo obter avanço de nível ou promoção na carreira, subindo níveis na escala salarial.

Para as carreiras técnicas, há a função especialista. A função especialista é destinada à retenção de empregados que detenham conhecimentos, habilidades ou domínio de tecnologias e métodos, e que apresentem alto desempenho técnico em atividades essenciais e estratégicas. Dividem-se em Consultor e Consultor Sênior.

A Companhia dispõe de remuneração variável baseada nos resultados de sua operação e o montante distribuído aos empregados, a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), é negociado com o acionista majoritário e com os representantes dos empregados, considerando o lucro líquido e indicadores de desempenho corporativo.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

b. política de benefícios

A política de benefícios da Companhia possibilita aos seus empregados benefícios direcionados ao atendimento de necessidades básicas e ao bem-estar físico e social.

Os benefícios educacionais da Petrobras consideram o reembolso com despesas escolares e têm o objetivo de contribuir para a formação e a instrução dos empregados e dos seus filhos. É composto pelos auxílios creche, acompanhante, pré-escolar, ensino fundamental, ensino médio e programa de complementação educacional, dedicado ao empregado de nível médio com reembolso para curso técnico complementar e educação básica. Também é oferecido o Programa Jovem Universitário, destinado a filhos e enteados registrados na Companhia, até 24 anos, que não possuam nível superior.

É concedido aos empregados da Companhia o Plano Petros de previdência complementar. Criado em 1970 e concebido na forma de benefício definido, o programa suplementa os benefícios concedidos pela Previdência Social (INSS) com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do empregado no futuro. O benefício, fechado para novos ingressos, funciona com a contribuição de todos os participantes e patrocinadoras para um fundo único.

Disponível a partir de 2007 aos empregados que não eram participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras, o Plano Petros 2 é constituído na modalidade de contribuição variável ou mista. Neste caso, as contribuições são apuradas individualmente, e os recursos para pagamento de benefícios programáveis são depositados em contas individuais durante o período de acumulação. Os benefícios de risco, as garantias mínimas e os benefícios vitalícios em manutenção são pagos por meio de depósito em contas coletivas.

O plano de saúde AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde), é um programa de assistência de saúde exclusivo da Petrobras, que proporciona ampla rede de credenciados, entre profissionais de saúde, hospitais e laboratórios. Além disso, também disponibiliza aos empregados o “Benefício Farmácia”, que prevê condições especiais na aquisição de medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, distribuídas em todo o território nacional

Entre outras iniciativas voltadas aos empregados, destacam-se o Programa de Alimentação Saudável; Avaliações nutricionais; Ações de prevenção de doenças; Programa de Assistência Especial (PAE - programa para filhos de empregados e aposentados com necessidades especiais); O PAE oferece recursos para a prestação de assistência especializada em habilitação, reabilitação e educação.

Oferecemos também o Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA), cujo objetivo é estimular a prevenção e preservação da saúde, através de uma avaliação médica que busca detectar, em fase precoce, doenças/alterações, visando providências em tempo hábil, que eliminem ou minimizem agravamentos ou seqüelas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

O programa estimula o aposentado a procurar um médico credenciado para uma avaliação de sua saúde.

Destacamos também benefícios para casos de acidentes fatais com empregados quando a serviço da Companhia, onde há o pagamento integral das mensalidades escolares, da pré-escola ao 3º grau, dos filhos até a idade de 24 anos; Convênio Petrobras com INSS, que agiliza a concessão de benefícios previdenciários; Clube dos Empregados Petrobras (CEPE) e Programa de Preparação para a Aposentadoria, que possibilita aos empregados, que já completaram o tempo de aposentadoria ou que se encontram a dois anos ou menos da mesma, uma preparação adequada.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Não aplicável. Não dispomos de plano de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

A Petrobras preza pelo compromisso com a transparência nas relações com todos os seus públicos de interesses, nos quais se incluem os sindicatos da categoria petroleira. A gestão das relações sindicais está presente na cadeia de valor de RH da Companhia, que mantém uma política de negociação permanente com os representantes dos empregados, refletida nas negociações para celebração dos acordos coletivos, nas comissões de negociação envolvendo questões específicas de interesse dos trabalhadores e também nos grupos de trabalho criados para avaliações e estudos, sempre visando à melhoria das condições de trabalho na Petrobras.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BNDES Participações - BNDESPar						
00.383.281/0001-09	Brasileira	Não	Não	31/10/2005		
	98.457.000	1,900000%	574.047.334	15,500000%	672.504.334	7,700000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
União Federal						
00.394.460/0409-50	Brasileira	Não	Sim	30/09/2009		
	2.818.751.784	55,600000%	0	0,000000%	2.818.751.784	32,100000%
OUTROS						
	2.156.138.560	42,500000%	3.126.682.062	84,500000%	5.282.820.622	60,200000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	5.073.347.344	100,000000%	3.700.729.396	100,000000%	8.774.076.740	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações - BNDESPar				00.383.281/0001-09	
BNDES					
33.657.248/0001-89	Brasileira	Não	Não	17/11/2009	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia	22/04/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	326.715
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	10.797
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.905

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	2.150.138.501	42,380000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	3.126.682.062	84,490000%
Preferencial Classe A	3.126.682.062	84,490000%
Total	5.276.820.563	60,140000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

Não aplicável.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- a. partes
- b. data de celebração
- c. prazo de vigência
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor¹

Não houve alterações relevantes.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuados pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função de a PifCo ser uma subsidiária criada para este fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BRASOIL	08/09/2009	5.111.120.000,00	R\$ 3.249.199.000,00	Não Aplicável	7.307 dias	SIM	2,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas (FUNDING – linha de crédito)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Crédito disponível por 20 anos, sem rescisão, com prazo indefinido para desembolso; o concedente poderá exigir o pré-pagamento por descumprimento de obrigações contratuais ou falência da tomadora.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro						
BRASOIL	01/04/2008	774.315.000,00	0	Não Aplicável	364 DIAS	SIM	0,490000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro						
	Observação: Taxa de juros cobrada: LIBOR JPY semestral + 0,49 %aa.						
BRASOIL	27/05/2008	1.223.741.000,00	0	Não Aplicável	181 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro						
	Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BRASOIL	28/05/2007	2.112.759.000,00	0	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	11/06/2007	564.767.000,00	0	Não Aplicável	365 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	26/11/2007	1.886.601.000,00	0	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	22/02/2010	519.615.000,00	R\$ 514.604.000,00	Não Aplicável	365 dias	SIM	3,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	30/11/2007	15.625.593.000,00	0	Não Aplicável	360 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas (linha de crédito)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	23/03/2009	802.068.000,00	0	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	01/03/2010	1.219.290.000,00	R\$ 1.209.825.000,00	Não Aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	08/03/2010	536.563.000,00	R\$ 537.240.000,00	Não Aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	22/03/2010	670.223.000,00	R\$ 662.609.000,00	Não Aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	29/04/2009	1.013.283.000,00	0	Não Aplicável	180 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	26/05/2009	1.470.176.000,00	0	Não Aplicável	181 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	24/11/2008	21.126.746.000,00	0	Não Aplicável	360 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas (linha de crédito)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	24/11/2008	1.658.467.000,00	0	Não Aplicável	183 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	24/08/2009	518.076.000,00	0	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	02/09/2009	1.265.836.000,00	0	Não Aplicável	180 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	21/09/2009	663.165.000,00	0	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.							
BRASOIL	26/10/2009	540.445.000,00	R\$ 569.722.000,00	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
Empréstimo entre partes relacionadas							
Garantia e seguros							
Não Aplicável							
Rescisão ou extinção							
Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.							
Natureza e razão para a operação							
Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.							
BRASOIL	26/10/2009	962.255.000,00	R\$ 1.014.383.000,00	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
Empréstimo entre partes relacionadas							
Garantia e seguros							
Não Aplicável							
Rescisão ou extinção							
Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.							
Natureza e razão para a operação							
Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.							
BRASOIL	26/10/2009	814.354.000,00	R\$ 858.470.000,00	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
Empréstimo entre partes relacionadas							
Garantia e seguros							
Não Aplicável							
Rescisão ou extinção							
Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.							
Natureza e razão para a operação							
Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BRASOIL	28/10/2009	15.685.115.000,00	R\$ 15.869.377.000,00	Não Aplicável	360 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	23/11/2009	1.277.761.000,00	R\$ 1.336.011.000,00	Não Aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
PIFCo	23/11/2009	1.085.581.000,00	R\$ 1.135.421.000,00	Não Aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6m + 3% a.a.						
PIFCo	30/11/2007	42.482.327.000,00	0	Não Aplicável	360 dias	SIM	3,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas (linha de crédito)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6m + 3% a.a.						
PIFCo	24/11/2008	54.338.449.000,00	0	Não Aplicável	360 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas (linha de crédito)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
PIFCo	28/11/2008	1.399.860.000,00	0	Não Aplicável	360 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
PIFCo	28/10/2009	21.909.123.000,00	R\$ 8.785.873.000,00	Não Aplicável	360 dias	SIM	3,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas (linha de crédito)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
PETROBRAS NETHERLANDS BV	28/07/2007	983.237.698,25	R\$ 779.181.465,97	Não Aplicável	31/10/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XXXIV, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROLEO BRASILEIRO S.A./ PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	17/09/2007	1.021.513.763,80	R\$ 422.833.705,38	Não Aplicável	Vencimento: 23/02/2012	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação de Equipamentos – Complexo EVM						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	A PETROBRAS poderá rescindir o contrato nos seguintes casos: Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos; Paralisação da locação sem justa causa e prévia comunicação a PETROBRAS; Cessão ou subcontratação total ou parcial do seu objeto sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS, bem como a associação, fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA sem prévia comunicação à PETROBRAS; A decretação de falência, a dissolução, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que a juízo da PETROBRAS, prejudique a execução da locação; Suspensão da locação por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da CONTRATADA; A CONTRATADA poderá rescindir o contrato em caso de suspensão de sua execução, por ordem escrita da PETROBRAS por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	13/06/2007	1.486.329.270,57	Não aplicável	R\$ 1.118.427.445,56	31/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade FPSO PETROBRAS 35, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	11/03/2008	1.852.940.820,59	R\$ 1.669.113.421,58	Não Aplicável	28/12/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade de produção armazenamento e descarga PETROBRAS 37, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROLEO BRASILEIRO S.A./BRASPETRO OIL SERVICES CO - BRASOIL	17/08/1998	727.196.322,31	R\$ 45.920.324,45	Não Aplicável	Vencimento: 16/05/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível P 40, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Dentre as diversas cláusulas de condições de rescisão ou extinção existentes no contrato, relacionamos as seguintes:</p> <p>Inadimplemento de pagamento, por parte da PETROBRAS, não sanado em até 5 dias úteis;</p> <p>Inadimplemento de qualquer cláusula do contrato, por parte da PETROBRAS, não sanado em até 15 dias;</p> <p>Quando qualquer representação ou garantia, feita pela PETROBRAS, ou qualquer dos documentos relacionados se provarem falsos, sob qualquer aspecto material;</p> <p>Quando um pedido de falência, liquidação, administração, compromisso ou qualquer outro processo de insolvência jurídica é movido contra a Petrobras com qualquer tribunal competente, quer por si ou por qualquer pessoa, ou um síndico, administrador ou síndico do receptor, da Petrobras ou da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, é designado por um tribunal ou autoridade competente ou, na sua resolução, ou quando qualquer credor da Petrobras exercer um direito contratual para assumir o controle sobre a totalidade ou parte substancial de seus negócios ou para assumir o controle financeiro ou administrativo;</p> <p>Quando a dissolução ou liquidação da Petrobras é determinada ou ordenada por seu Conselho de Administração, reunião de seus acionistas ou por si ou por qualquer tribunal competente ou outra autoridade;</p> <p>Quando se torna impossível ou ilegal para a Petrobras cumprir qualquer uma das cláusulas ou obrigações contidas neste ou em qualquer dos documentos relacionados ou de outros acordos relacionados conforme o caso, para a Brasoil ou exercer qualquer dano material dos direitos, poderes ou recursos que lhe são atribuídas no âmbito ou nos termos do presente regulamento ou não;</p> <p>Quando a Petrobras torna-se e, continua por mais 15 (quinze) dias, incapaz de cumprir qualquer de suas obrigações materias deste contrato ou de qualquer dos documentos relacionados, no julgamento razoável de Brasoil;</p> <p>Quando existe ou ocorre algum evento definido como um Evento de Extinção em qualquer um dos documentos e qualquer período relevante de carência expirou e/ou aviso foi dado e mesmo capaz de remediar o caso em questão, não tenha sido sanado no prazo no tempo especificado;</p> <p>Quando a Petrobras consente, sem o consentimento prévio por escrito da Brasoil (que não será omissis), a qualquer modificação ou alteração, o que implicaria uma alteração material das cláusulas ou condições deste Contrato ou a rescisão do presente acordo;</p> <p>Quando a totalidade ou uma parte substancial dos negócios ou ativos da Petrobras irá, sem o consentimento prévio por escrito da Brasoil (que não deve ser indevidamente retido), ser confiscada por qualquer motivo ou vendidos, transferidos ou cedidos</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROLEO BRASILEIRO S.A.CONSORCIO ALBACORA LESTE/AGRI DEVELOPMENTBV	09/03/2006	3.735.072.000,00	R\$ 2.462.054.000,00	Não Aplicável	Vencimento: 09/03/2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível P 50, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROLEO BRASILEIRO S.A./PETROBRAS NETHERLANDS BV	05/12/2008	12.911.412.600,04	R\$ 8.758.684.645,00	Não Aplicável	05/12/2029	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE semi-submersível de produção P 51 a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROLEO BRASILEIRO S.A./PETROBRAS NETHERLANDS BV	01/10/2007	8.152.578.622,20	R\$ 7.180.992.000,00	Não Aplicável	01/10/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE semi-submersível de produção P 52 a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROLEO BRASILEIRO S.A./PETROBRAS NETHERLANDS BV	30/10/2007	6.870.367.251,19	R\$ 6.307.417.345,28	Não Aplicável	30/10/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível P 54, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	02/01/2009	616.582.070,81	R\$ 418.970.695,86	Não Aplicável	02/01/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P VII afim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	17/10/2008	1.280.517.000,00	R\$ 990.622.000,00	Não Aplicável	17/04/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P X a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	06/07/2007	555.002.280,00	R\$ 375.078.600,00	Não Aplicável	19/05/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P XII a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	23/05/2006	1.025.181.360,00	R\$ 605.896.200,00	Não Aplicável	10/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XIX, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	21/01/2009	1.245.993.923,31	R\$ 883.630.852,37	Não Aplicável	21/01/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P XVI a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	02/01/2009	906.898.754,58	R\$ 630.247.887,80	Não Aplicável	02/01/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P XVII a fim de ser utilizada na perfuração de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	01/04/2005	678.352.500,00	R\$ 136.424.600,00	Não Aplicável	31/05/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P XVIII a fim de ser utilizada na sondagem de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão ou subcontratação total ou parcial do seu objeto pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 120 , salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.</p>						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PETROBRAS NETHERLANDS BV	11/05/2006	1.074.953.880,00	R\$ 670.012.200,00	Não Aplicável	04/03/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XXVI, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	15/03/2005	522.313.885,50	R\$ 181.118.795,00	Não Aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XXVII, a fim de ser utilizada na sondagem de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão ou subcontratação total ou parcial do seu objeto pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 120 , salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	24/07/2006	1.343.626.000,00	R\$ 797.924.000,00	Não Aplicável	4.681 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS 31, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	01/12/2006	1.032.566.103,22	R\$ 659.991.469,22	Não Aplicável	22/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XXXIII, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. /PETROBRAS NETHERLANDS BV	30/08/2002	998.114.575,00	R\$169.328.575,00	Não Aplicável	Vencimento: 30/08/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível P 47, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Dentre as diversas cláusulas de condições de rescisão ou extinção existentes no contrato, relacionamos as seguintes: Qualquer representação, garantia ou certificação escrita efetuada pelo subfretador de qualquer afiliada deste em qualquer documento de operação, ou por qualquer oficial deste em qualquer documento ou certificado fornecido ao subfretador, o proprietário ou qualquer parte proprietária, em conexão ou relacionado com este ou aquele, deverá provar, a qualquer momento, estar errado a partir da data realizada em qualquer respeito material; Qualquer documento de operação, ou qualquer provisão destes, não mais seja uma responsabilidade válida, obrigatória, ou aplicável contra uma parte do fretamento que seja parte do mesmo, ou qualquer parte do fretamento conteste a referida validade, natureza da obrigatoriedade ou aplicabilidade de qualquer documento de operação do qual seja uma parte; Qualquer inadimplência de qualquer pagamento de principal ou juros sob qualquer endividamento do subfretador além do período de tolerância/carência, caso exista, providenciado no instrumento ou acordo sob o qual o referido endividamento do subfretador foi criado (exceto por quaisquer inadimplências relacionadas com o endividamento em montante agregado na época pendente para todo o referido endividamento de não menos do que U.S.\$50,000,000 ou um montante em outra moeda equivalente);						
Natureza e razão para a operação							
Banco do Brasil S.A.	28/09/2009	8.430.000.000,00	R\$ 5.847.291.000,00	Não Aplicável	1.824 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Atos praticados pelo devedor que implique em violação das obrigações nas referidas operações.						
Natureza e razão para a operação							
Natureza e razões da operação: Notas de Crédito à Exportação Taxa de juros cobrada: 95% a 114% do CDI - Média Ponderada 106% do CDI							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	30/07/2009	9.409.998.000,00	R\$ 8.822.269.000,00	Não Aplicável	Não aplicável	SIM	7,430000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Natureza e razões da operação: Empréstimo para financiamento do plano de negócios da Petrobras. Taxa de juros cobrada: 7,43% a.a. + Variação do Dólar Americano							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Caixa Econômica Federal	22/12/2008	5.628.634.000,00	R\$ 3.615.036.000,00	Não Aplicável	760 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Atos praticados pelo devedor que implique em violação das obrigações nas referidas operações.						
Natureza e razão para a operação	Natureza e razões da operação: Cédula de Crédito Bancário Taxa de juros cobrada: 104% a 110% do CDI - Média Ponderada 108% do CDI						
BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	31/07/2009	9.889.997.969,99	R\$ 9.309.997.748,25	Não Aplicável	30/7/2009 a 15/3/2029	SIM	7,428137
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Financiamento de longo prazo com a finalidade exclusiva de suportar os investimentos na obra de construção da Refinaria Abreu e Lima.						
Garantia e seguros	A Petróleo Brasileiro S.A. , controladora da Refinaria Abreu e Lima, participa como garantidora da obrigação, responsabilizando-se solidariamente, até o final deste contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas.						
Rescisão ou extinção	A empresa obriga-se a encaminhar ao BNDES, trimestralmente, relatório de acompanhamento do projeto, acompanhado de parecer conclusivo de empresa de auditoria externa, seguido de declaração acerca da utilização dos recursos oriundos do financiamento. A beneficiária da dívida se compromete a concluir a comprovação da utilização do montante total da dívida da seguinte forma: - até 31/5/2010 para os gastos realizados no exercício de 2009 - até 31/5/2011 para os gastos realizados no exercício de 2010. A empresa obriga-se também a: - comprovar regularidade perante os órgãos ambientais; - comprovar que a utilização dos recursos disponibilizados para a obra de construção da refinaria não envolvem a importação de produtos ou serviços com similar nacional detentor de qualidade e preço equivalentes						
Natureza e razão para a operação	O saldo devedor do financiamento será atualizado diariamente, a partir da data da assinatura do seu contrato, tendo como indexador o contravalor, em moeda nacional, da cotação do dólar norte americano, de modo que seja adotado o índice de variação da taxa de câmbio (venda) do dólar norte americano para sua atualização.						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	26/11/2009	2.009.815.000,00	R\$ 602.055.959,99	Total	26.11.2009 a 15.06.2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	BNDES - Controlada em Conjunto Petroquímica Suape - Controlada Indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de financiamento						
Garantia e seguros	Em hipoteca, o imóvel de sua propriedade (terreno), além de todas as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer outras acessões, ocorridas na vigência do contrato.						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES (resoluções e publicações DOU); Redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento voltado para recolocação no mercado; Existência de sentença condenatória transitada em julgado; Não submeter aprovação prévia do BNDES, matérias cujo objeto seja a efetiva operação de qualquer título, de ação de sua propriedade, ou de propriedade de subsidiárias ou controladas.						
Natureza e razão para a operação	Implantação de unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, investimentos sociais e em meio ambiente. Subcrédito - Valor Contratado - Taxa "A" - R\$ 602.959.000,00 - TJLP + 1,76% a.a "B" - R\$ 602.959.000,00 - TJLP + 1,76% a.a + 1% custo de captação "C" - R\$ 301.480.000,00 - TJLP + 2,96% a.a + 1% custo de captação "D" - R\$ 353.134.000,00 - 4,50% a.a "E" - R\$ 88.283.000,00 - 4,50% a.a "F" - R\$ 36.000.000,00 - TJLP + 1,36% a.a "G" - R\$ 25.000.000,00 - TJLP						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	26/11/2004	533.922.413,61	100% - PNBV	Não Aplicável	3.471 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Financiamento para construção naval da P-52						
Garantia e seguros	Carta de Fiança emitida pela Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS						
Rescisão ou extinção	No presente contrato de financiamento celebrado entre PNBV e o BNDES, há cláusula de cessão, em que o BNDES poderá ceder a terceiros os seus direitos e obrigações previstos neste instrumento jurídico, total ou parcialmente, mediante comunicação escrita ao FINANCIADO e o FINANCIADO somente poderá ceder a terceiros seus direitos ou obrigações decorrentes deste Contrato, desde que previamente autorizado, por escrito, pelo BNDES.						
Natureza e razão para a operação	Captação de recursos para construção da P-52 Taxa de Juros Cobrada: - Durante o Período de Carência – LIBOR fixa de 36 meses acrescida de um spread de 2 pontos percentuais ao ano, válida na data de assinatura do contrato. - Durante o Período de Amortização – LIBOR fixa de 60 meses, válida no 1º dia útil no Rio de Janeiro seguinte à data de vencimento da 6ª parcela de juros do Período de Carência acrescida de um spread de dois pontos percentuais ao ano.						
Transpetro	18/08/2008	15.279.378.000,00	R\$ 9.064.037.000,00	Não Aplicável	1.777 dias	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Subsidiária Integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação e serviços de transporte e movimentação de petróleo, seus derivados, biocombustíveis e outros produtos compatíveis com esses tipos de operação em dutos e terminais, de acordo com a regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.						
Garantia e seguros	<p>A PETROBRAS-PB às suas próprias custas será responsável pelo seguro contra perdas e danos de todos os Produtos entregues à TRANSPETRO-TP.</p> <p>Para as operações pretendidas a PB disponibilizará à TP cópias das apólices de seguro, ou alternativamente, dos respectivos certificados emitidos pelas Seguradoras.</p> <p>A PB deverá tomar as providências para que a TP seja incluída como segurado adicional em cada uma das apólices aqui descritas.</p> <p>Em relação a cada uma das apólices mencionadas neste instrumento, a PB garantirá a renúncia dos direitos de regresso contra a TP para cada um dos seguros mencionados.</p>						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>A PETROBRAS poderá rescindir o presente Contrato, sem que assista à TRANSPETRO qualquer direito de indenização ou de retenção, nos seguintes casos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos; 2) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à PETROBRAS; 3) Cessão ou a subcontratação total ou parcial do seu objeto sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS, bem como a associação, fusão, cisão ou incorporação da TRANSPETRO sem a prévia comunicação à PETROBRAS; 4) O desatendimento das determinações regulares do preposto da PETROBRAS designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores; 5) A decretação da falência da empresa, a dissolução da empresa, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo da PETROBRAS, prejudique a execução dos serviços; 6) Suspensão dos serviços por determinação de autoridades competentes, motivada pela TRANSPETRO, a qual responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a PETROBRAS, como consequência, venha a sofrer; 7) Deixar a TRANSPETRO de apresentar a comprovação de adimplemento das obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados, quando solicitada pela Fiscalização, sem perda do direito à respectiva multa; 8) Em caso de alienação do controle acionário da PETROBRAS sobre a TRANSPETRO. Neste caso, a TRANSPETRO obriga-se a ceder o presente Contrato à nova controlada da PETROBRAS, nos termos do art. 65, da Lei nº 9478/97. <p>TRANSPETRO poderá rescindir o Contrato nos casos de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da PETROBRAS por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra. 2) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PETROBRAS, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ressalvado, ainda, o disposto na Cláusula Sétima – Forma de Pagamento. 						
Natureza e razão para a operação							
Transpetro x Alberto Pasqualini – REFAP S.A.	01/10/2006	372.272.000,00	R\$ 49.000.000,00	Não Aplicável	1.460 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Subsidiárias e Controladas						
Objeto contrato							
	Prestação, pela TRANSPETRO, de serviços de transporte, movimentação e armazenamento de produtos, de tratamento de águas e de análise físico-química de produtos.						
Garantia e seguros							
	A REFAP, às suas próprias custas, será responsável pelo seguro contra perdas e danos de todos os produtos entregues à TRANSPETRO.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	CLÁUSULA DÉCIMA – ENCERRAMENTO DO CONTRATO 1. A qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, o presente contrato poderá ser encerrado. 2. A qualquer tempo o presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de prévia notificação, em caso de alienação do controle acionário da PETROBRAS sobre a TRANSPETRO. 3. O presente contrato poderá ainda ser rescindido, por qualquer das PARTES nos casos de: a) não cumprimento das cláusulas; b) dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial ou concordata preventiva requeridas, homologadas ou decretada de qualquer das partes.						
Natureza e razão para a operação							
PDET OFFSHORE S.A	02/03/2005	3.110.480.000,00	R\$ 1.656.106.000,00	100%	5.040 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	SPE com atividades operacionais controladas pelo emissor						
Objeto contrato	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS						
Garantia e seguros	A Petrobras contratualmente tem a obrigação de manter seguro para todos equipamentos relativos ao escopo do contrato de aluguel.						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento de uma das cláusulas do contrato de aluguel						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora GASENE S.A.	10/11/2008	11.362.900.000,00	-	100%	6.120 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	SPE com atividades operacionais controladas pelo emissor						
Objeto contrato	Contrato de Serviço Firme de Transporte de Gás Natural por Redespacho firmado com a Transportadora Associada de Gás S.A., subsidiária do emissor.						
Garantia e seguros	Seguro de danos materiais e responsabilidade civil por danos a terceiros em relação à construção do Gasoduto Sudeste Nordeste Seguro obrigatório de transporte de bens para cobertura de danos decorrentes de eventos de força maior e caso fortuito Seguro para cobertura de danos aos Ativos do projeto						
Rescisão ou extinção	Na ocorrência de extinção do Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural, celebrado entre Transportadora Associada de Gás S.A. e Petrobras.						
Natureza e razão para a operação							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	27/12/2007	1.324.725.000,00	R\$ 1.347.623.330,00	100%	5.393 dias	SIM	3,200000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Financiamento concedido à Transportadora Gasene S.A. para construção do Gasoduto Sudeste Nordeste						
Garantia e seguros	Opção de Compra e Venda de Ações da Transportadora Gasene S.A. Penhor de Direitos Creditórios pertencentes à Transportadora Gasene S.A. Vinculação e Cessão de Receita da Transportadora Gasene S.A. e Administração de Contas e Outras Avenças Penhor de Ações da Transportadora Gasene S.A.						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento de cláusulas estabelecidas no Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos Externos nº 07.2.1050.2						
Natureza e razão para a operação	Captação de recursos para construção do Gasoduto Sudeste Nordeste.						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	27/12/2007	3.164.312.000,00	R\$ 3.301.915.820,00	100%	4.608 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Financiamento concedido à Transportadora Gasene S.A. para construção do Gasoduto Sudeste Nordeste						
Garantia e seguros	Opção de Compra e Venda de Ações da Transportadora Gasene S.A. Penhor de Direitos Creditórios pertencentes à Transportadora Gasene S.A. Vinculação e Cessão de Receita da Transportadora Gasene S.A. e Administração de Contas e Outras Avenças Penhor de Ações da Transportadora Gasene S.A.						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento de cláusulas estabelecidas no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 07.2.1050.1						
Natureza e razão para a operação	Captação de recursos para construção do Gasoduto Sudeste Nordeste. Taxa de Juros Cobrada: TJLP + juros entre 1,96% ao ano a 2,96% ao ano						
A PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. – BR	20/07/2006	4.059.000.000,00	R\$ 1.148.530.000,00	Não Aplicável	20/07/2006 a 20/07/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Fornecimento de produtos químicos, óleos, graxas, combustíveis, lubrificantes, solventes e fluidos especiais, de fabricação da BR e/ou terceiros, para atender ao respectivo suprimento da PETROBRAS.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	É possível a rescisão por ambas as partes, sem prejuízo dos direitos a elas cabíveis, mediante aviso escrito à outra parte, em situações definidas na cláusula 12ª do documento assinado pelas partes (Termo de Acordo entre PETROBRAS e BR, à disposição no arquivo da GPQ).						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	23/10/2008	5.801.740.000,00	R\$ 4.447.209.000,00	Não Aplicável	20 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administradora de Fundo de Pensão						
Objeto contrato	Termos de Compromisso Financeiro – TCF com a Petros e subsidiárias patrocinadoras conforme previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais em contrapartida à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e outros.						
Garantia e seguros	Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 4.263.091.000,00 (R\$ 4.042.045.000,00 na Controladora).						
Rescisão ou extinção	A extinção será ao final do prazo de pagamento dos TCF, sendo facultada a liquidação antecipada no todo ou em parte observando a respectiva proporcionalidade, mediante comunicação prévia à Petros.						
Natureza e razão para a operação							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	06/12/2007	2.489.500.000,00	R\$ 2.342.735.000,00	Não Aplicável	R\$ 2.342.735.000,00	SIM	1,960000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Desenvolvimento e construção de um gasoduto de transporte de gás natural de aproximadamente 383 Km de extensão, ligando Coari a Manaus, bem como ramais de distribuição a sete municípios localizados no percurso do gasoduto, além de outros ativos a ele relacionados, e de um duto de transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) de aproximadamente 279 Km de extensão, ligando o Pólo Arara, em Urucu, ao Terminal de Solimões, em Coari, e ativos a ele relacionados, todos no Estado do Amazonas.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>As hipóteses que darão à Codajás o direito de vender a totalidade das Ações para a Petrobras, ou à Petrobras o direito de comprar a totalidade das Ações são as seguintes:</p> <p>(a) a Codajás deixar de cumprir suas obrigações previstas no Contrato de Opção de Compra e Venda e tal descumprimento não for sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação por escrito de tal fato enviada pela Petrobras;</p> <p>(b) a Petrobras deixar de cumprir suas obrigações previstas no Contrato de Opção de Compra e Venda, e tal descumprimento não for sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação por escrito de tal fato enviada pela Codajás;</p> <p>(c) o pagamento integral e tempestivo do financiamento objeto dos Contratos de Financiamento não tiver ocorrido conforme acordado entre as partes;</p> <p>(d) a TUM e/ou a Codajás se tornarem inadimplentes em qualquer dos Documentos e tal inadimplemento não for sanado nos termos dos respectivos Documentos;</p> <p>(e) a Petrobras se tornar inadimplente em qualquer dos Documentos em que for parte e tal inadimplemento não for sanado nos termos dos respectivos Documentos;</p> <p>(f) a estruturação financeira do Projeto, na forma como está prevista a ser implementada, não for mais conveniente, a critério único e exclusivo da Petrobras e conforme informado por escrito pela Petrobras; ou</p> <p>(g) o pagamento integral e tempestivo dos Contratos de Financiamento tiver ocorrido.</p>						
Natureza e razão para a operação	<p>Financiamento para desenvolver o Projeto Amazonas Taxa de Juros Cobrada: TJLP + 1,96%</p>						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	26/02/2010	691.702.000,00	R\$ 636.444.000,00	Não Aplicável	15/06/2022	SIM	1,760000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto						
Objeto contrato	Desenvolvimento e construção de um gasoduto de transporte de gás natural de aproximadamente 383 Km de extensão, ligando Coari a Manaus, bem como ramais de distribuição a sete municípios localizados no percurso do gasoduto, além de outros ativos a ele relacionados, e de um duto de transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) de aproximadamente 279 Km de extensão, ligando o Pólo Arara, em Urucu, ao Terminal de Solimões, em Coari, e ativos a ele relacionados, todos no Estado do Amazonas.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>As hipóteses que darão à Codajás o direito de vender a totalidade das Ações para a Petrobras, ou à Petrobras o direito de comprar a totalidade das Ações são as seguintes:</p> <p>(a) a Codajás deixar de cumprir suas obrigações previstas no Contrato de Opção de Compra e Venda e tal descumprimento não for sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação por escrito de tal fato enviada pela Petrobras;</p> <p>(b) a Petrobras deixar de cumprir suas obrigações previstas no Contrato de Opção de Compra e Venda, e tal descumprimento não for sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação por escrito de tal fato enviada pela Codajás;</p> <p>(c) o pagamento integral e tempestivo do financiamento objeto dos Contratos de Financiamento não tiver ocorrido conforme acordado entre as partes;</p> <p>(d) a TUM e/ou a Codajás se tornarem inadimplentes em qualquer dos Documentos e tal inadimplemento não for sanado nos termos dos respectivos Documentos;</p> <p>(e) a Petrobras se tornar inadimplente em qualquer dos Documentos em que for parte e tal inadimplemento não for sanado nos termos dos respectivos Documentos;</p> <p>(f) a estruturação financeira do Projeto, na forma como está prevista a ser implementada, não for mais conveniente, a critério único e exclusivo da Petrobras e conforme informado por escrito pela Petrobras; ou</p> <p>(g) o pagamento integral e tempestivo dos Contratos de Financiamento tiver ocorrido.</p>						
Natureza e razão para a operação	<p>Financiamento para desenvolver o Projeto Amazonas Taxa de Juros cobrada: TJLP + 1,76%</p>						
Companhias Distribuidoras Estaduais de Gás e Petrobras Distribuidora	06/07/1994	37.316.109.000,00	R\$ 41.940.000,00	Não aplicável	13.300 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiárias e Controladas em Conjunto						
Objeto contrato	<p>Ua... &... N... N... N... N...</p>						
Garantia e seguros	<p>1) Prioridade aos pagamentos relativos aos contratos celebrados com a Petrobras sobre os demais compromissos contratuais, respeitados os preceitos legais;</p> <p>2) Garantia de pagamento calculada com base em 30 ou 60 dias de fornecimento para o contrato de opção de gás natural.</p>						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
	1) Rescisão por inadimplemento das Partes; 2) Extinção por mútuo acordo entre as partes; 3) Liquidação extrajudicial ou judicial, concordata ou falência de qualquer parte; 4) Não instituição de garantia quando solicitada; 5) Transferência à terceiros dos direitos e obrigações						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações celebradas entre a Companhia e partes relacionadas estão amparadas por políticas previstas em Lei, Código de Conduta Concorrencial da Petrobras, Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e Código de Boas Práticas que estabelecem formas de lidar com conflitos de interesses e políticas de como contratar com subsidiárias, controladas e coligadas, conforme descrito abaixo:

1. Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76 – artigo 245)

"Responsabilidade dos Administradores e das Sociedades Controladoras

Administradores

Art. 245. Os administradores não podem, em prejuízo da companhia, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, observem condições estritamente comutativas, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a companhia pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo".

2. Código de Conduta Concorrencial da Petrobras

"VIII. Relações com Subsidiárias, Controladas e Coligadas

A Companhia não conferirá privilégios indevidos às suas subsidiárias, controladas e coligadas, quanto a preços, descontos ou outras vantagens não justificáveis com base nas disposições da legislação antitruste, sem prejuízo das demais normas aplicáveis."

3. Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras

"1. Conselho de Administração

1.2. Princípios

Além das atribuições exigidas por Lei, descritas no Estatuto Social e no Regimento Interno, o Conselho tem como princípios:

- monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesse entre acionistas, membros do Conselho e gestores;"

4. Código de Boas Práticas

"Capítulo III

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Política de Consulta dos Administradores e funcionários Integrantes da Administração Superior da Petrobras

Artigo 18 - Todos os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras têm para com a mesma o dever de lealdade e devem em conseqüência, conduzir-se de forma a evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam de alguma forma, caracterizar um conflito de interesses e afetar os seus negócios e operações.”

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
22/06/2010	1.500.000.000,00	Não aplicável	3.200.000.000	2.400.000.000	5.600.000.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	2.400.000.000				
Tipo de capital	Capital Emitido				
22/04/2010	85.108.544.378,00	Não aplicável	5.073.347.344	3.700.729.396	8.774.076.740
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
		NÃO APLICÁVEL.	Não aplicável.		
Tipo de capital	Capital Subscrito				
22/04/2010	85.108.544.378,00	Não aplicável	5.073.347.344	3.700.729.396	8.774.076.740
Tipo de capital	Capital Integralizado				
22/04/2010	85.108.544.378,00		5.073.347.344	3.700.729.396	8.774.076.740

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
02/04/2007	Assembleia Geral Extraordinária	02/04/2007	4.380.477.401,75	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

04/04/2008	Assembleia Geral Extraordinária	04/04/2008	26.322.230.220,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	-------------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

22/04/2010	Assembleia Geral Extraordinária	22/04/2010	6.141.853.718,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	------------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
24/03/2008	2.536.673.672	1.850.364.698	4.387.038.370	5.073.347.344	3.700.729.396	8.774.076.740
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferênciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferênciais (Unidades)	
		PNA	1.850.364.698		PNA	3.700.729.396

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital no período.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Todas as classes de ações da Petrobras, ordinárias e preferenciais, têm direito a dividendos.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital, no mínimo, de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos não assegurados por lei só podem ser alterados por Assembleia Geral dos Acionistas.
Outras características relevantes	Os acionistas da Petrobras têm direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Todas as classes de ações da Petrobras, ordinárias e preferenciais, têm direito a dividendos. As ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior. As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital, no mínimo, de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos não assegurados por lei só podem ser alterados por Assembleia Geral dos Acionistas.

18.1 - Direitos das ações

Outras características relevantes

Os acionistas da Petrobras têm direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	147.474.956	38,97	27,45	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	180.236.637	44,40	35,71	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	138.216.798	41,33	35,64	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	139.756.028	45,10	39,82	R\$ por Unidade
31/03/2009	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	662.387.577	30,86	23,06	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	663.698.098	35,24	28,61	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	558.794.664	35,00	29,11	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	612.945.573	39,79	34,05	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	169.275.693	52,16	39,00	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	194.331.862	62,30	45,66	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	146.846.503	56,30	34,32	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	137.602.671	41,60	20,21	R\$ por Unidade
31/03/2008	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	894.080.508	43,50	33,24	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.088.156.523	52,51	37,88	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	777.621.986	46,09	28,35	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	785.553.165	34,90	16,89	R\$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2007

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	79.336.020	27,88	22,43	R\$ por Unidade
30/06/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	71.169.001	29,39	25,15	R\$ por Unidade
30/09/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	100.564.725	35,39	27,13	R\$ por Unidade
31/12/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	176.445.927	52,50	34,28	R\$ por Unidade
31/03/2007	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	437.069.953	25,23	20,09	R\$ por Unidade
30/06/2007	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	442.823.174	25,82	22,18	R\$ por Unidade
30/09/2007	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	495.003.433	30,18	23,09	R\$ por Unidade
31/12/2007	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	956.733.542	44,20	29,35	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures da Petróleo Brasileiro S.A.
Data de emissão	15/02/1998
Data de vencimento	15/02/2015
Quantidade (Unidades)	43.000
Valor total (Reais)	430.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	Lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo BNDES.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate obrigatório, a partir de 15/02/2004, em 23 parcelas consecutivas e semestrais, de valor equivalente a 4,3478% do montante de debêntures subscritas.
Características dos valores mobiliários	<p>Condições para Vencimento Antecipado, conforme Escritura de Emissão: Além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES, compreendidas as previstas nas Cláusulas 18.2 e 18.4 a 18.10, o BNDES poderá declarar antecipadamente vencidas todas as debêntures objeto desta emissão e exigir imediato pagamento da dívida relativa ao saldo devedor das debêntures, acrescida dos juros e demais encargos, na ocorrência de:</p> <p>a) protesto reiterado de títulos contra a emitente, do qual resulte riscos à solvabilidade da empresa;</p> <p>b) não haver sido sanado, no prazo de 30 dias contados a partir do aviso escrito pelo BNDES, qualquer descumprimento de obrigação prevista na Escritura;</p> <p>c) vencimento antecipado de qualquer dívida da emitente em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa vir a prejudicar o cumprimento das obrigações previstas na Escritura;</p> <p>d) ressalvada determinação legal, a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo da emitente, em percentual superior a 15%, sem prévia autorização do BNDES, excluídas as operações já contratadas, bem como respectivas renovações, aquelas operações que vierem a ser celebradas com o governo, com organismos multilaterais e as de project finance;</p> <p>e) inclusão, em acordo societário ou estatuto da emitente, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o seu controle, ou ainda, a inclusão naqueles documentos de dispositivos que importem em (i) restrições à capacidade de crescimento da emitente ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da emitente a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;</p> <p>f) falsidade de declaração, a que alude o artigo 1º, parágrafo primeiro, alínea c do Decreto nº 99.476, de 24/08/1990.</p> <p>Juros: TJLP + 2,5% a.a.</p> <p>Garantia: Garantia flutuante e garantia real, de 3.000 (três mil) ações ordinárias nominativas emitidas pela TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.</p> <p>Restrições impostas ao emissor em relação à alienação de determinados ativos: Ressalvada determinação legal, a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo da emitente, em percentual superior a 15%, sem prévia autorização do BNDES, excluídas as operações já contratadas, bem como respectivas renovações, aquelas operações que vierem a ser celebradas com o governo, com organismos multilaterais e as de project finance</p>

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Os direitos assegurados não poderão ser alterados.

Outras características relevantes Não aplicável.

Valor mobiliário **Debêntures**

Identificação do valor mobiliário PETR-D21

Data de emissão 01/08/2002

Data de vencimento 01/08/2012

Quantidade (Unidades) 750.000

Valor total (Reais) 750.000.000,00

Restrição a circulação Não

Conversibilidade Não

Possibilidade resgate Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho da Administração da emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das debêntures que se encontrarem em Tesouraria. Não será permitido o resgate antecipado facultativo da debêntures pela emissora, não obstante o resgate antecipado previsto acima.

Características dos valores mobiliários Condições para Vencimento Antecipado: Ver item 18.10

Juros: 11% a.a.

Crédito Quirografário

Agente Fiduciário: Oliveira Trust DTVM Ltda.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários As Debêntures não estão sujeitas a repactuação programada. Não obstante o anteriormente disposto, a EMISSORA e os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação poderão modificar as condições de Remuneração e/ou o Prazo de Vencimento das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula X da Escritura.

Outras características relevantes Não aplicável.

Valor mobiliário **Debêntures**

Identificação do valor mobiliário PETR-D31

Data de emissão 01/10/2002

Data de vencimento 01/10/2010

Quantidade (Unidades) 775.000

Valor total (Reais) 775.000.000,00

Restrição a circulação Não

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho da Administração da emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das debêntures que se encontrarem em Tesouraria. Não será permitido o resgate antecipado facultativo da debêntures pela emissora, não obstante o resgate antecipado previsto acima.
Características dos valores mobiliários	Condições para Vencimento Antecipado: Ver item 18.10 Juros: 10,30% a.a. Crédito Quirografário Agente Fiduciário: Oliveira Trust DTVM Ltda.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As Debêntures não estão sujeitas a repactuação programada. Não obstante o anteriormente disposto, a EMISSORA e os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação poderão modificar as condições de Remuneração e/ou o Prazo de Vencimento das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula X da Escritura.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

BM&FBovespa, Bovespa Fix e Soma Fix.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

a. País

Estados Unidos, Espanha e Argentina

b. Mercado

- Estados Unidos: NYSE
- Espanha: Latibex
- Argentina: BCBA

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

- Estados Unidos: SEC
- Espanha: CMNV
- Argentina: CNV

d. data de admissão à negociação

- Estados Unidos: Fev/2001
- Espanha: Jul/2002
- Argentina: Abril/2006

e. se houver, indicar o segmento de negociação

- Estados Unidos: Bolsa de Valores
- Espanha: Bolsa de Valores
- Argentina: Bolsa de Valores

f. data de início de listagem no segmento de negociação

- Estados Unidos: Fev/2001
- Espanha: Jul/2002
- Argentina: Abril/2006

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Ações Ordinárias em 2009: Estado Unidos - 90,02% do Volume Total Negociado

Espanha - 0,02% do Volume Total Negociado

Argentina - 0,15% do Volume Total Negociado

Ações Preferenciais em 2009: Estado Unidos - 44,92% do Volume Total Negociado

Espanha – 0,05% do Volume Total Negociado

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Argentina – 0,05% do Volume Total Negociado

- h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Estados Unidos: Ações Ordinárias em abril/2010: 24,879% do Capital Social e

Ações Preferenciais em abril/2010: 34,532% do Capital Social.

- i. se houver, banco depositário

Estados Unidos: JPMorgan

- j. se houver, instituição custodiante

Estados Unidos: Banco Itaú e CBLC

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor¹

A Petrobras não efetuou ofertas públicas de distribuição nos três últimos exercícios sociais.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro¹

A Petrobras não efetuou ofertas públicas de aquisição nos três últimos exercícios sociais.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

18.4 - O volume financeiro das ações corresponde à média diária de negociação.

18.5 - Condições para Vencimento Antecipado das debêntures simples PETR-D21 e PETR-D31, conforme Escritura de Emissão:

“7.1.- Observado o previsto no item 7.2 abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

(a) não pagamento, pela EMISSORA, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas e condições previstas na Escritura da Emissão, sendo que no caso da Remuneração, em até 15 (quinze) dias após o respectivo vencimento;

(b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, ou o pedido de falência formulado pela EMISSORA ou por qualquer credor da EMISSORA, desde que este pedido permaneça vigente por um período superior a 90 (noventa) dias;

(c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;

(d) extinção ou dissolução da EMISSORA;

(e) pedido de concordata preventiva formulado por qualquer controlada da EMISSORA que, na data do evento, represente mais de 5% (cinco por cento) dos ativos totais da EMISSORA, calculados conforme as últimas demonstrações financeiras consolidadas da EMISSORA (uma “Controlada Relevante”), ou o pedido de falência formulado por qualquer Controlada Relevante ou por qualquer credor de qualquer Controlada Relevante, desde que este pedido permaneça vigente por um período superior a 90 (noventa) dias;

(f) liquidação, decretação de falência, extinção ou dissolução de qualquer Controlada Relevante;

(g) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na Escritura da Emissão, não sanada em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do recebimento pela EMISSORA de notificação escrita enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, sendo certo que o prazo de 60 (sessenta) dias para o saneamento de qualquer violação às disposições da Escritura da Emissão não será aplicável às demais hipóteses de vencimento antecipado aqui previstas;

(h) caso as declarações previstas nesta Escritura provarem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas nas respectivas datas em que foram feitas, exceto se de tal fato não acarretar um efeito material adverso para a EMISSORA ou um efeito material adverso nos direitos dos Debenturistas, competindo ao AGENTE FIDUCIÁRIO, após

18.10 - Outras informações relevantes

discussão com a EMISSORA, declarar, a seu exclusivo critério, de forma fundamentada e por escrito, a ocorrência de um evento material adverso que afete a EMISSORA e/ou os Debenturistas;

(i) vencimento antecipado de uma ou mais obrigações da EMISSORA cujo valor considerado em conjunto seja igual ou superior ao valor equivalente em moeda corrente nacional a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), exceto se este vencimento antecipado ocorrer em razão da incapacidade ou impossibilidade da EMISSORA de converter Reais em dólares dos Estados Unidos da América ou outra moeda estrangeira para satisfazer essas obrigações, não sendo considerada hipótese de vencimento antecipado das obrigações aqui previstas o pré-pagamento de dívidas devidamente previsto no instrumento evidenciando tal obrigação, por opção da EMISSORA;

(j) não pagamento pela EMISSORA, na respectiva data de vencimento, de uma ou mais dívidas líquidas e certas, inclusive aquelas oriundas de cumprimento de garantias, cujo valor, considerado em conjunto, seja igual ou superior ao valor equivalente em moeda corrente nacional a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), exceto se esse não pagamento ocorrer em razão da incapacidade ou impossibilidade da EMISSORA de converter Reais em dólares dos Estados Unidos da América ou outra moeda estrangeira para satisfazer essas obrigações; e

(k) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou laudos arbitrais definitivos contra a EMISSORA que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de pagamento para a EMISSORA de valor igual ou superior ao valor equivalente em moeda corrente nacional a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is).

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (a) até (d) do item 7.1. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (e) até (k) do item 7.1. acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.1. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 7.2 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 7.1 acima, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.”

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações aprovado nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Petrobras não mantém valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Petrobras não mantém valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**28/06/2002****Cargo e/ou função**

Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Gerentes Executivos, membros dos Comitês de Negócios e de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como os empregados da área de Relações com Investidores.

Principais características

A política de negociação de valores mobiliários da Petrobras estipula os períodos nos quais estão vedadas as negociações pelas pessoas vinculadas. A íntegra da política pode ser encontrada no item 20.2.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A vedação de negociação de valores mobiliários da companhia compreende os períodos:

1. antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de aquisição em bolsas de valores;
2. no período de um mês que antecede ao encerramento do exercício social até a publicação do edital, colocando à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras da Companhia, ou sua publicação, prevalecendo o que primeiro ocorrer;
3. no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar agrupar ou emitir outros valores mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios;
4. quando estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão pela Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum;
5. nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR), demonstrações financeiras padronizadas (DFP), e informações anuais (IAN) da Companhia;
6. antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia;

O inciso VI das Considerações Preambulares do Código de Boas Práticas da Companhia determina que os administradores da Companhia têm o dever de informar imediatamente, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, a esta e às bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação, as suas posições acionárias na Companhia e respectivas modificações. A Petrobras possui um sistema próprio onde coleta, mensalmente, a posição acionária das pessoas vinculadas mencionadas na Política de Negociação de Valores Mobiliários.

A íntegra do texto da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Petrobras pode ser encontrada no item 20.2.

Para fiscalizar a negociação com valores mobiliários da companhia, a Petrobras desenvolveu um sistema, onde os funcionários destacados no Art. 12 da Política de Negociação de Valores Mobiliários e demais empregados selecionados, com acesso a informações privilegiadas, devem informar, mensalmente, suas movimentações com ativos da Companhia. Um correio eletrônico é enviado automaticamente para os participantes, para garantir o preenchimento regular. Ao entrar no sistema pela primeira vez, deve-se assinar ao Termo de Adesão. Este documento confirma a adesão do declarante à Instrução CVM nº 358/2002.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Íntegra da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Petrobras

Capítulo II do Código de Boas Práticas da Petrobras

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 11 O Diretor de Relações com Investidores será o diretor responsável pela implantação dos procedimentos necessários à observância das regras das Políticas de Negociação e pelo seu acompanhamento.

Art. 12 É vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Petrobras e de emissão das companhias abertas por ela controladas ou nas quais ela tenha participação, ou valores mobiliários a eles referenciados, pelos seus Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Gerentes Executivos, membros dos Comitês de Negócios e de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como pelos empregados da área de Relações com Investidores, nos seguintes períodos:

1. antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de aquisição em bolsas de valores;
2. no período de um mês que antecede ao encerramento do exercício social até a publicação do edital, colocando à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras da Companhia, ou sua publicação, prevalecendo o que primeiro ocorrer;
3. no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar agrupar ou emitir outros valores mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios;
4. quando estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão pela Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum;
5. nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR), demonstrações financeiras padronizadas (DFP), e informações anuais (IAN) da Companhia;
6. antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia;

§ 1º Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia, também é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, e de emissão das companhias abertas por ela controladas ou nas quais ela tenha participação, ou valores mobiliários a eles referenciados, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função, emprego ou posição na Companhia, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

20.2 - Outras informações relevantes

- § 2º** Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a vedação do caput se aplica às pessoas ali referidas após seu afastamento da Companhia pelo prazo de seis meses contados do respectivo afastamento.
- § 3º** Ocorrendo motivo imperioso e determinante de eventual necessidade de alienação de valores mobiliários e inobservância das regras estabelecidas neste artigo, o interessado deverá comunicar o fato ao Diretor de Relações com Investidores, que deliberará sobre o pedido apresentado e devidamente fundamentado.
- § 4º** Ao Diretor de Relações com Investidores incumbe averiguar a razão ou a finalidade da operação, e, se for o caso, ouvir, previamente, a Comissão de Valores Mobiliários a respeito da matéria.
- Art. 13** As pessoas referidas no caput do art. 12 poderão ter planos próprios de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, os quais serão submetidos ao Diretor de Relações com Investidores, para exame da sua compatibilidade com os dispositivos deste Código.
- § 1º** O Plano somente será aprovado pela Companhia se o seu teor impedir a utilização de informação relevante com base em informação privilegiada, devendo, portanto, ser elaborado de tal forma que a decisão de compra ou venda não possa ser tomada após o conhecimento da informação, abstendo-se a pessoa titular do Plano de exercer influência acerca da operação na pendência de informação relevante não divulgada.
- § 2º** O Plano deverá contemplar a natureza das operações programadas, tanto de compra como de venda, assim como as datas, as quantidades e os preços ou um critério pré-determinado para a definição desses elementos, os quais devem ser compatíveis com o disposto no art. 12.
- § 3º** As pessoas referidas no caput do art. 12 devem comunicar à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado os seus planos de negociação periódica de valores mobiliários, caso os possuam, assim como as subseqüentes alterações ou inobservância de tais planos.
- Art. 14** Aplicam-se à Petrobras as mesmas restrições previstas no art. 12 deste Código para a negociação com suas próprias ações.
- Art. 15** As vedações contempladas neste Capítulo aplicam-se tanto às negociações realizadas em bolsa de valores e em mercado de balcão organizado, quanto às realizadas fora das bolsas e sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição.
- Art. 16** O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela divulgação às pessoas referidas no caput do art. 12 do calendário e períodos nos quais é vedada a negociação de valores mobiliários.
- Art. 17** A acionista controladora da Petrobras poderá aderir à Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, nos termos e para os fins do §7º do art. 13 da Instrução CVM nº 358/02, sem prejuízo da observância das disposições legais e regulamentares pertinentes.

20.2 - Outras informações relevantes

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Petrobras possui Política de Divulgação de Informações, presente em seu Código de Boas Práticas, que trata dos procedimentos adotados pela companhia para garantir que as informações sejam recolhidas, processadas e relatadas da forma mais eficiente possível, respeitando as normas legais que regem o tema.

A Política de Divulgação de Informações da Companhia está sob responsabilidade do Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores e define:

- os procedimentos para comunicação de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado; zelando por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação;
- a necessidade dos membros da administração da Companhia de comunicarem ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento;
- os procedimentos a serem adotados nos casos em que o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores entender que a divulgação de ato ou fato relevante porá em risco interesse legítimo da Companhia;
- os procedimentos a serem adotados nos casos em que os administradores verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação;
- os deveres dos administradores e empregados da Companhia que tenham acesso a ato ou fato relevante;
- os procedimentos necessários para alteração da Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante;
- a necessidade da divulgação de informações sobre negociações efetuadas pelos administradores e pessoas relacionadas.

A íntegra da Política pode ser encontrada no item 21.4

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações da Petrobras atribui responsabilidade sobre o manuseio das informações a serem divulgadas, assim como estabelece os procedimentos adotados para manter o sigilo de informações relevantes. Aos administradores da Companhia cabe o dever de guardar o sigilo das informações a cerca de atos ou fatos relevantes sobre os negócios da companhia, assim como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também guardem sigilo sobre as mesmas.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Conforme o Código de Boas Práticas da Petrobras, caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que as informações sobre ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Petrobras sejam divulgadas ao mercado na forma prevista na legislação e no Código de Boas Práticas da Petrobras.

Dentro da estrutura da Companhia, a área de Relacionamento com Investidores é a responsável direta por auxiliar o Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores na implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Íntegra da Política de Divulgação de Informações

Capítulo I do Código de Boas Práticas da Petrobras

Art. 1º Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que as informações sobre ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Petrobras sejam divulgadas ao mercado na forma prevista na legislação e neste Código.

Art. 2º O Diretor de Relações com Investidores deve comunicar o ato ou fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, e a qualquer outra bolsa ou entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos esses mercados.

§ 1º A divulgação dar-se-á através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - Internet, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido às entidades mencionadas no caput deste artigo.

§ 2º Sempre que possível, a divulgação será feita antes do início ou após o encerramento dos negócios no Brasil (BOVESPA) e nos Estados Unidos (NYSE), prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Art. 3º Para que o Diretor de Relações com Investidores possa promover a divulgação da informação, o acionista controlador, os Diretores, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, do Comitê de Negócios e dos Comitês de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da Petrobras deverão comunicar-lhe, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento.

Parágrafo único. O Diretor de Relações com Investidores informará as providências por ele tomadas, imediatamente e por escrito, à pessoa que lhe tiver feito a comunicação.

Art. 4º Excepcionalmente, o Diretor de Relações com os Investidores poderá deixar de divulgar o ato ou fato relevante se entender que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia, solicitando, quando for o caso, na forma legal, à Comissão de Valores Mobiliários, que a informação seja mantida em sigilo.

§ 1º O Diretor de Relações com Investidores poderá submeter essas matérias à deliberação da Diretoria Executiva da Companhia e esta, por sua vez, ao Conselho de Administração.

21.4 - Outras informações relevantes

- § 2º** Na hipótese de se encaminhar a matéria à apreciação da Comissão de Valores Mobiliários, o requerimento será dirigido ao Presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra "confidencial".
- Art. 5º** No caso de se decidir pela manutenção do sigilo do ato ou fato relevante, o Diretor de Relações com Investidores deverá imediatamente divulgá-lo se a informação escapar ao controle da companhia ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados.
- Art. 6º** Caso as pessoas referidas no art. 3º acima tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, inclusive na hipótese do art. 5º, deverão encaminhar cópia dos expedientes previstos no caput do art. 3º e em seu parágrafo único aos outros membros da Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, a fim de que imediatamente possam ser tomadas as providências cabíveis para a divulgação da informação.
- § 1º** Se, ainda assim, persistir a omissão, os diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas criados pelo estatuto somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.
- § 2º** O Diretor ou membro do Conselho de Administração dissidente de decisão de não divulgar o ato ou fato relevante que não ponha em risco interesse legítimo da companhia poderá submeter a matéria à Comissão de Valores Mobiliários, observada a forma prevista no § 2º do art. 4º.
- Art. 7º** Cumpre aos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, do Comitê de Negócios e dos Comitês de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da Petrobras, aos funcionários integrantes da Administração Superior, bem como a quaisquer empregados da Companhia que tenham acesso a ato ou fato relevante, guardar sigilo dessas informações até sua divulgação ao mercado.
- § 1º** As pessoas referidas no *caput* deste artigo:
1. não podem se valer dessas informações para obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem pecuniária, inclusive, sem que represente uma limitação, por intermédio da compra ou venda de valores mobiliários de emissão da Petrobras, ou a eles referenciados;
 2. devem zelar para que a violação do disposto neste artigo não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; e
 3. devem comunicar à Companhia sua posição patrimonial relativa a valores mobiliários emitidos pela Petrobras ou a eles referenciados, e fazer

21.4 - Outras informações relevantes

nova comunicação imediatamente após qualquer movimentação.

§ 2º Estão compreendidas entre os terceiros de confiança aquelas pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, consultores e demais pessoas e instituições integrantes do sistema de distribuição, bem como cônjuge do qual a pessoa referida no caput deste artigo não esteja separada judicialmente, companheiro(a), qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas e, ainda, qualquer um que mantenha um vínculo de confiança com as mesmas.

Art. 8º A Companhia comunicará formalmente aos Diretores, aos membros do(s) (i) Conselho de Administração, (ii) Conselho Fiscal, (iii) órgãos com funções técnicas e consultivas criados por disposição estatutária, (iv) Comitê de Negócios criado por deliberação do Conselho de Administração e (v) membros dos Comitês de Gestão criados pela Diretoria Executiva, os termos da deliberação do Conselho de Administração que aprovar ou alterar Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante, obtendo dessas pessoas a respectiva adesão formal, em instrumento que deverá ficar arquivado na sede da Companhia desde o início do vínculo até o final do quinto ano, no mínimo, após o seu desligamento.

Parágrafo único. A Companhia manterá em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no caput com as respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

Art. 9º As mesmas pessoas referidas no *caput* do artigo 8º ficam obrigadas a comunicar à Companhia, à CVM e à Bovespa, ou a qualquer outra bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições.

§ 1º A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. nome e qualificação do titular, indicando o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;
2. quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora;
3. forma, preço e data das transações.

§ 2º A comunicação será efetuada imediatamente após a investidora das pessoas

21.4 - Outras informações relevantes

no cargo, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por elas detidas, indicando-se o saldo da posição no período.

§ 3º Deverão ser indicados, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual a pessoa não esteja separada judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas.

Art. 10 As vedações contempladas neste Capítulo aplicam-se tanto às negociações realizadas em bolsa de valores e em mercado de balcão organizado, quanto às realizadas fora das bolsas e sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor¹

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Petrobras.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor¹

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Petrobras.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais¹

Não houve contratos relevantes celebrado pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.